

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Luis Cláudio Villani Ortiz

**INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS - BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2019

Luis Cláudio Villani Ortiz

**INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS - BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Democracia, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profª Drª Erica Karnopp
Coorientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend

Santa Cruz do Sul

2019

Luis Cláudio Villani Ortiz

**INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS - BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, como requisito para obtenção do título de Doutor Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Democracia.

Dr^a Erica Karnop
Professora Orientadora

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Coorientador

Dr^a Cidonea Machado Deponti
Professora Examinadora – Unisc

Dr^a Claudia Tirelli
Professora Examinadora – Unisc

Dr. Rogis Juarez Bernardy
Professor Examinador – Unoesc

Dr^a Rubia Cristina Arantes Marques
Professora Examinadora – Instituto Federal Goiano

Santa Cruz do Sul

2019

À Deus, minha força e minha luz!

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos quatro anos para conclusão desta pesquisa de doutorado e mesmo antes, muitas pessoas se envolveram no projeto que agora se conclui. A todos agradeço pelo apoio, incentivo, estímulo e ajuda durante este período. Entretanto, apenas algumas são mencionadas aqui.

Agradeço à Leticia, esposa, amiga, companheira e principal incentivadora, pelo suporte durante todo o período e sem a qual não teria conseguido realizar este trabalho.

Agradeço aos meus filhos Maria Eduarda e Gabriel do qual tive que abdicar em diversos momentos das vossas companhias, que compreenderam e apoiaram essa luta, ambos que trazem mais luz para minha vida.

Agradeço aos meus familiares e irmãos, por estarem sempre me incentivando a atingir o melhor e por terem criado, desde cedo, um ambiente favorável ao desenvolvimento intelectual.

Agradeço ao meu sogro Zenir Machado que nos momentos difíceis não mediu esforços para estar ao meu lado me apoiando na longa jornada do Doutorado.

Agradeço imensamente aos meus orientadores Prof. Erica e Prof. Silvio, por terem sido muito além de mestres, incentivadores, nessa missão do doutorado e, principalmente, por sua enorme paciência no processo de orientação.

Um agradecimento especial a Profa. Marlene Dal Ri por ter, já na época da graduação, despertado em mim a vontade de contínuo aprendizado e a vocação para a vida acadêmica.

Jamais poderia de esquecer a uma nova família surgida nas idas e vindas à Santa Cruz do Sul, os colegas do doutorado, especialmente, ao Emerson Juliano Lucca, Ezequiel P. Albarelo, Berenice Beatriz R. Whatuba pelas brilhantes discussões nas exaustivas peregrinações rodoviárias, mas também ao apoio e incentivo nos momentos de desânimo.

A todos os professores do programa de doutorado com quem tive contato, pelo ambiente acessível e de suporte que criaram neste Programa de Pós Graduação.

RESUMO

O estabelecimento de Instituições que afetam os processos organizacionais direcionados à estratégias de Agroindustrialização pela Agricultura Familiar definiram a questão norteadora da pesquisa. Para desenvolver a respectiva temática, a pesquisa objetivou analisar o papel das Instituições, oriundas da atuação das organizações e atores sociais, na promoção e desenvolvimento das Agroindústrias Familiares da Região das Missões, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de multicasos, a partir de entrevistas semiestruturadas com cinquenta e um (51) produtores familiares que envolvidos com atividades de agroindustrialização, utilizando-se dessa estratégia como instrumento de diversificação produtiva de unidades rurais pertencentes a Agricultura Familiar. O estudo também entrevistou quatorze (14) Colaboradores de Organizações que possuem a responsabilidade de apoiar a Agricultura Familiar. As entrevistas foram aplicadas em doze (12) municípios dos vinte e cinco (25) que compõem a região de planejamento denominada COREDE Missões. A ancoragem teórica apoiada no Neoinstitucionalismo justifica-se pelo posicionamento teórico institucionalista, no qual os agentes econômicos e as organizações produtivas se estruturam e se organizam, sob ambiente de pressões, constrangimentos, hábitos e costumes oriundos do conjunto de Instituições, à que estão expostos. A significativa heterogeneidade de Agroindústrias da Agricultura Familiar na referida região, obrigou a pesquisa a desagregar as agroindústrias por tipos de territórios conforme a intensidade na utilização da estratégia. Separou-se a região em três territórios diferentes conforme seu grau de intensidade de agroindustrialização. Os resultados demonstram que a ação dos agentes pertencente ao quadro de colaboradores das organizações de apoio (assistência técnica, sindicatos, e poder público municipal) definem pressões que afetam as decisões de agroindustrialização pela Agricultura Familiar, principalmente quando analisado o perfil profissional e a vinculação de origem do profissional. No contexto das famílias da Agricultura Familiar as decisões de adoção/manutenção da estratégia sofre principalmente pressões coercitivas, miméticas não só pelo conjunto de Instituições formais (leis, regramentos) como também pelas informais, que basicamente restringem as ações das famílias na adoção ou manutenção das atividades de manufatura de alimentos. Os resultados também demonstraram que a importância das agroindústrias supera a perspectiva econômica, exaltando os ganhos sociais, principalmente no que se refere a utilização da mão de obra feminina. Embora a pesquisa demonstre os ganhos relatados pela estratégia de diversificação através das agroindústrias, verifica-se que as Instituições geradas por esse processo ainda não conseguiram gerar resultados positivos em termos de sucessão familiar, tornando esse um desafio de pesquisa para futuros estudos.

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo, Instituições, Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Pressões Isomórficas.

ABSTRACT

The development system of the institutions that affect the organizational processes directed at Family Farming Agroindustrialization strategies defined the guiding question of the research. To develop the respective theme, the research aimed to analyze the role of the Institutions, derived from the activities of organizations and social actors, in the promotion and development of Family Agroindustries of the Missões Region, in Rio Grande do Sul State, Brazil. Therefore, a descriptive research with a qualitative approach was developed, using the method of study of incorporated multiple cases, based on semi-structured interviews with fifty-one (51) family who carry out agroindustrialization activities as a tool for diversification rural units belonging to Family Farming. The study also gathered information from fourteen (14) Employees of Organizations that have the responsibility to technical support to Family Farming. The interviews were conducted in twelve (12) municipalities of the twenty-five (25) that make up the planning region called Missões COREDE. The theoretical anchorage supported by Neoinstitutionalism is justified by the institutionalist theoretical position, in which economic agents and productive organizations are structured and organized, under pressure, constraints and support from the set of institutions to which they are exposed. The significant heterogeneity of agroindustries in this region forced the research to disaggregate agroindustries by type of territory according to the intensity in the use of the strategy. The region was separated into three different territories according to its degree of agroindustrialization intensity. The results of the research show that decisions on the adoption or maintenance of the agroindustrialization strategy by families of family farmers are mainly subject to coercive and mimetic pressures, not only by the set of formal but also by informal institutions, which basically restrict the actions of families in adopting or maintenance of food manufacturing activities. In the context of rural families, the importance of agroindustrialization surpass the economic issue, extolling social gains, especially regarding the use of female labor. While, the research shows the gains reported by the diversification strategy through familiar farming agroindustries, it can be seen that the institutions generated by this process have not yet been able to generate positive results in terms of family succession, making this a research challenge for future studies.

Word Keys: Neoinstitutionalism, Institutions, Agroindustrialization of Family Farming, Isomorphic Pressures.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação Geográfica COREDE Missões.....	25
Figura 2	Distribuição de Agroindústrias da Agricultura Familiar por Regional da EMATER, de 2016 a 2018.....	28
Figura 3	A Agricultura Familiar e o Mercado de Alimentos.....	44
Figura 4	Distribuição do Número de Agroindústrias por Municípios do Corede Missões – 2016.....	74
Figura 5	Escolas de Pensamento Institucionalista e seus principais Pensadores.....	83
Figura 6	O Ambiente Evolutivo das Instituições e do Marco Institucional.....	95
Figura 7	Distribuição por Faixa Etária dos Agentes de Organizações Pesquisados.....	130
Figura 8	Projetos Priorizados pela Organização no Início das Atividades dos Agentes.....	136
Figura 9	Variável Conhecimento Gerencial e Produtivo, segundo a Perspectiva Neoinstitucional - resposta dos entrevistados.....	143
Figura 10	Participação de Escolas, Igrejas e Associações de Moradores na geração de Instituições para Agroindustrialização da Agricultura Familiar, conforme distribuição por tipo de Território.....	148
Figura 11	Ações a serem desenvolvidas pelas Organizações para Potencialização da Agroindustrialização da Agricultura Familiar, segundo os Agentes Entrevistados.....	149
Figura 12	Canais de Comercialização dos Produtos das Agroindústrias, segundo Agente de Organizações e área de atuação.....	150
Figura 13	Distribuição percentual entre Gênero e Divisão Territorial, dos Dirigentes das Agroindústrias Entrevistas.....	155
Figura 14	Justificativas para a intenção de Não Formalização dos Produtores em Atividades de Agroindustrialização.....	159
Figura 15	Categorização: Como você se define? Produtores em Atividade.....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipologia de Cadeias Agroalimentares Curtas.....	45
Quadro 2	Diferenças Básicas entre a Velha Economia Institucional e a Nova Economia Institucional.....	98
Quadro 3	Princípios do Isomorfismo Neoinstitucional.....	113
Quadro 4	Justificativas para adoção de atividades na Agroindustrialização.	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Composição dos Valores da Produção Animal, Vegetal, Agroindustrial e Total por tipologia da Agricultura Familiar no Brasil – 2006.....	47
Tabela 2	Composição dos Valores da Produção Animal, Vegetal, Agroindustrial e Total por tipologia da Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil – 2006.....	48
Tabela 3	Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares, pela composição das receitas por estabelecimento, por tipo de receita, Brasil, 2006.....	55
Tabela 4	Número de Estabelecimentos Agropecuários por Utilização da Terra – Até 4 módulos Fiscais, Região COREDE Missões – 2006 e 2017..	67
Tabela 5	Crédito Rural Rio Grande do Sul, finalidade Agroindustrialização – Investimentos. Contratos com valores inferiores a R\$100.000,00, anos 2008-2012, em R\$.....	70
Tabela 6	Distribuição do Número de Agroindústrias por Municípios do COREDE Missões – 2016/2018.....	71
Tabela 7	Correlação entre o Percentual Regional de Agroindústrias por Município, a Taxa de Ruralização Municipal e o Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar.....	73
Tabela 8	Tipologia dos Municípios por número de Agroindústrias Existentes - PEAf, 2018 e Distribuição de Entrevistas Realizadas.....	126
Tabela 09	Tempo de Exercício de Atividades Profissionais na Organização e na Atual Função, pelos Agentes das Organizações – em anos.....	131
Tabela 10	Tempo de Organização e Função dos Agentes de Organizações, e distribuição por tipo de Território – em anos.....	131
Tabela 11	Formação dos Agentes das Organizações pesquisados e Distribuição por Território, conforme recorte geográfico proposto.....	132
Tabela 12	Origem Familiar dos Agentes Pesquisados e Área de Atuação por Território Pesquisado.....	134
Tabela 13	Vinculação Profissional e Vinculação de Origem dos Agentes e Distribuição por Território de Agroindustrialização.....	135
Tabela 14	Visão do Agente sobre a Estratégia de Agroindustrialização, conforme tipologia de Território.....	137

Tabela 15	Como você classifica a Interação das demais Organizações, Agentes e Movimentos Sociais com o Processo de Agroindustrialização na Região das Missões.....	138
Tabela 16	Elementos geradores de Instituições pela variável Mercado, conforme distribuição por Território.....	140
Tabela 17	Elementos geradores de Instituições pela variável Experiência de Outras Agroindústrias, conforme distribuição por Território.....	144
Tabela 18	Identificação de Isomorfismos em práticas Agroindústrias, conforme estágio de produção e por distribuição por Território.....	145
Tabela 19	Relação dos Filhos de produtores Rurais com a estratégia de Agroindustrialização, conforme intensidade e por distribuição de Dinâmicas territoriais de Agroindustrialização.....	151
Tabela 20	Distribuição Etária dos Dirigentes de Agroindústrias, conforme classificação territorial.....	156
Tabela 21	Gênero dos Produtos Agroindustrializados, por Condição do Produtor e Distribuição Territorial.....	156
Tabela 22	Situação das Agroindústrias, segundo Grau de Formalização e Interesse, Percentual Geral e Distribuição por Territórios.....	158
Tabela 23	Atributos Produtivos e Econômicos das Unidades por tipo de Agroindústria.....	159
Tabela 24	Percepção do Agroindustrializador sobre a Viabilidade da Operação, segundo Estratégia de Operação e Utilização de Controles Financeiros – Agroindústrias em Atividade.....	161
Tabela 25	Impactos Sociais Positivos percebidos pelos Produtores Pesquisados com a Implementação da Agroindústria.....	162
Tabela 26	Como a Legislação/Trâmites Burocráticos impacta sobre a atividade das Agroindústrias da Agricultura Familiar.....	170
Tabela 27	Influência da Atuação das Organizações de Apoio sobre a atividade das Agroindústrias da Agricultura Familiar.....	171
Tabela 28	Influência da Atuação de Amigos/Vizinhos/Comunidade Local sobre a formação de Instituições das Agroindústrias da Agricultura Familiar..	173
Tabela 29	Influência do Histórico Familiar sobre as Agroindústrias da Agricultura Familiar.....	174

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAF	Agroindustrialização da Agricultura Familiar
AF	Agricultura Familiar
AO	Agentes de Organizações
APL Missões	Arranjo Produtivo Local das Missões
CAC	Cadeias Agroalimentares Curtas
CCPC	Cadeias Curtas de Produção e Comercialização-
CINI	Cadeias Integradas Nacionais e Internacionais
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CR/L	Circuitos Regionais/Locais
CRPDc	Circuitos Regionais/Locais de Produção, Distribuição e Consumo de
EFE	Estabelecimentos Familiares Especializados
EFMR	Estabelecimentos Familiares com Múltiplas Fontes de Receita
EFRR	Estabelecimentos Familiares que vivem no Espaço Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESR	Estabelecimentos Sem Receita
EUA	Estados Unidos da América
F	Formalizado
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MC	Mercados Convencionais
NEI	Nova Economia Institucional
NEPI	Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação
NF	Não Formalizado
NVF+NVO	Agente com Não Vinculação de Formação e Não Vinculação Origem Familiar
NVF + VO	Agente com Não Vinculação de Formação e Vinculação Origem Familiar
OA	Organizações de Apoio
OIE	<i>Old Institutions Economics</i> (Velho Institucionalismo Econômico)
PEAF	Programa Estadual de Agroindústria Familiar

PEPI	Projeto de Extensão Produtiva e Inovação
PIB	Produto Interno Bruto
PMAF	Percentual Municipal de Agroindustrialização Familiar
PMEAF	Percentual Municipal de Estabelecimentos da AF
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
RM	Região das Missões
RS	Estado do Rio Grande do Sul
S.M.	Salário Mínimo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TBI	Território de Baixa Intensidade
TD	Território em Desenvolvimento
TI	Território Intermediário
TMR	Taxa Municipal de Ruralização
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
VF + NVO	Agente com Vinculação de Formação e Não Vinculação Origem Familiar
VF + VO	Agente com Vinculação de Formação e Vinculação Origem Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	015
2	AGRICULTURA FAMILIAR: UMA CATEGORIA SOCIAL	034
2.1	Diversificação na Agricultura Familiar.....	049
2.2	Agroindustrialização: Uma Estratégia de Diversificação da Agricultura Familiar.....	057
2.3	Agricultura Familiar e Agroindustrialização no Rio Grande do Sul e na Região das Missões.....	066
3	O NEOINSTITUCIONALISMO.....	080
3.1	Aspectos Introdutórios ao Institucionalismo.....	080
3.2	Institucionalismo Clássico ou Velha Economia Institucional.....	084
3.3	Nova Economia Institucional – Uma nova visão sobre as Instituições.....	089
3.4	Neoinstitucionalismo – A Face Comportamental do Institucionalismo	099
3.4.1	A perspectiva do Neoinstitucionalismo Histórico - <i>Path Dependence</i>	105
3.4.2	A perspectiva do Neoinstitucionalismo Racional.....	107
3.4.3	A perspectiva do Neoinstitucionalismo Sociológico.....	109
3.4.4	Institucionalismo Organizacional.....	114
4	INSTITUIÇÕES DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A REGIÃO DAS MISSÕES.....	119
4.1	Marco teórico-metodológico.....	119
4.1.1	Caracterização dos casos pesquisados.....	124
4.1.2	Agricultores Familiares e Organizações.....	125
4.1.3	As Instituições e o Ambiente dos Técnicos e Gestores de Organizações.	129
4.1.4	As Instituições e o Ambiente dos Agricultores Familiares.....	153
4.1.5	Agricultores em Cena: Quem são? O que pensam? Como deliberam suas estratégias?.....	155
5	CONCLUSÕES.....	176
	REFERÊNCIAS.....	184
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	196
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	197

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de pensar a construção de um território com melhor qualidade de vida tem balizado o interesse de um conjunto significativo de pesquisadores e estudiosos das ciências sociais nas últimas décadas, dos quais a forma e o direcionamento dessa construção torna-se um relevante debate entre os pensadores do Desenvolvimento Regional.

Diversificadas são as visões que tentam refletir acerca de modelos, sistemas e projetos de desenvolvimento econômico e social, que possam construir uma sociedade mais justa e menos excludente, principalmente para aquelas regiões periféricas e pobres que são constantemente ignoradas por um sistema de reprodução social, baseado no capital. Regiões essas que não apresentam as potencialidades mercadológicas exigidas por um modelo dominante (que se reveste por meio de uma lógica hegemônica e homogeneizante, baseada na competição e na eficiência) e que precisam encontrar alternativas econômicas e sociais, para gerarem renda e qualidade de vida sem “abrir mão” de suas heterogeneidades.

O desafio do Desenvolvimento Regional materializa-se no processo de percepção e de compreensão do território como produto social e histórico, sujeito a circunstâncias territoriais e contingências próprias ao contexto econômico, social e cultural onde está ou será construído e não apenas em torno de uma racionalidade ou de uma técnica.

Sob esse olhar, o papel dos atores sociais torna-se elemento fundamental no processo de construção territorial, em decorrência do desempenho de ações ativas e não apenas no exercício da função reprodutora de um modelo dado com características homogeneizantes, que pouco revela e entende sobre as heterogeneidades do seu território. Entender esse processo de Desenvolvimento Regional por meio das Instituições estabelecidas na promoção e desenvolvimento da Agroindustrialização na Agricultura Familiar torna-se objeto desta pesquisa.

Neste processo, Fernández e Brandão (2010) postulam a necessidade de considerar na análise, as articulações das distintas escalas espaciais¹ nos quais os diferentes atores se relacionam, entre os distintos níveis nas quais as decisões são estruturadas e efetivadas, e os variados níveis de organização espacial que são promovidos.

1 Raffestin (1993) e Santos (1996).

Pela lógica homogeneizante do desenvolvimento, os territórios usualmente são estruturados por uma racionalidade estritamente funcional, por um modelo de produção dominante via fordismo, taylorismo e seus sucessores (caraterizados pela busca exclusiva da rentabilização dos recursos do território). Esse entendimento de construção de território se consolida fundamentalmente pela reprodutibilidade e capacidade de substituição dos produtos, pela valorização da capacidade dos produtores para produzir bens e serviços idênticos e padronizados com os menores custos possíveis, justificando, assim, o princípio da eficiência e da competição.

Essa óptica neoliberal, segundo Etges e Degrandi (2013, p. 88) define território como corolário do conceito de espaço geográfico, este, sinteticamente, entendido como um espaço construído pela sociedade capitalista, onde as desigualdades sociais e as diferenças de classes são resultados aceitáveis.

Assim diametralmente oposto à visão funcionalista e capitalista, entende-se o território como aquele que promove o espaço, o qual reforça o papel dos agentes como atores de um processo de construção do meio, um papel ativo e não apenas de reprodutor de um sistema dominante. Um território com função ativa, onde as empresas são enraizadas, contribuindo para o princípio de *empoderamento* dos agentes, reforçando a expressão das heterogeneidades locais (as quais também contribuem para a geração de diversificação produtiva) e cooperando para a redução das desigualdades no território.

Estes procedimentos ocorrem a partir de bases mais horizontais, mais participativas e com perspectivas de ação e de avaliação que busquem integrar aos diferentes segmentos sociais e os distintos níveis escalares de gestão territorial, como ensina Boisier (1995):

“[...] Sin la participación de la región, como un verdadero ente social, la planificación regional solo consiste – como por lo demás prueba la experiencia histórica – en un procedimiento de arriba hacia abajo para asignar recursos financieros o de otra índole entre espacios arbitraria o erróneamente llamados ‘regiones’”. (BOISIER, 1995, p.29).

Para entender melhor o papel do território, referencia-se Pecqueur (2009), o qual enfatiza a necessidade de compreender o território como uma conjunção do espaço comum abstrato construído por grupos, os quais contribuem para a elaboração do recurso que fundamentam o “interno” – representando suas regionalidades, suas particularidades, em relação ao “externo” – ao homogêneo.

Em outras palavras, o território torna-se um espaço central de coordenação

entre os atores com interligações territoriais e culturais interessados na resolução de problemas econômicos e sociais, determinantes no processo de Desenvolvimento Regional.

A partir dessa coesão, a resolução dos problemas do território começa a expressar a lógica territorial heterogênea, em que o desenvolvimento organiza-se por políticas e ações construídas pelo conjunto da sociedade local e não apenas pela visão externa de operadores que desconhecem a efetiva realidade do território, ou seja, estratégias mais relacionados para a horizontalidade organizativa representando uma lógica *down-up* de intervenção territorial, ao invés da verticalidade da lógica hegemônica, propagada pelos regimes globalizantes.

Maillat (2002) e Pecqueur (2009) ampliam a abordagem demonstrando que processos de integração que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do sistema territorial de produção, juntamente com sistemas capazes de estabelecer uma nova relação espaço-temporal de transformações, potencializam, por sua vez, a capacidade de modificar não apenas os segmentos econômicos como também as relações sociais e de poder.

Becker (1995) contextualiza que esse sistema de construção social é baseado em processos e inter-relações sociais e territoriais que intervêm em todos os níveis, condicionado por um contexto social.

É nesse contexto de construção de territorial, ao qual se insere o papel dos atores que constroem o seu território através de suas práticas, crenças e histórias. Para tanto o papel da Agricultura Familiar, principalmente nas localidades onde sua atuação é carregada de significados - seja pelo sua contribuição no processo de colonização, seja pelo seu aporte no fortalecimento econômico, que pretende-se desenvolver o escopo de estudo deste trabalho.

Long e Ploeg (1994), Abramovay (2003) demonstram de forma objetiva que o processo de fortalecimento da Agricultura Familiar, via Agroindustrialização, possui o potencial de representar um expediente de reprodução social fora do padrão dominante do mercado globalizado (este voltado às grandes empresas do setor agroalimentar) tendo capacidade de responder a lógica da construção territorial através da construção da Densidade Institucional e representando um modelo próprio de Desenvolvimento Regional.

Sob esse enfoque, os processos de Agroindustrialização da Agricultura Familiar – AAF apresentam-se como potencial produto de uma ação concreta e prática dos atores (agricultores familiares) no seu dia a dia, tentando encontrar

soluções para parte de seus problemas, tornando-os agentes ativos de um processo de reconversão econômica e social da sua unidade produtiva e de seu espaço territorial.

Polanyi (1976) enfatiza que na estratégia de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, as relações econômicas estão imersas e enraizadas em significativas questões socioculturais, formatando um singular tipo de relações sociais, no qual, os mercados são entendidos como construções sociais, onde o apoio das demais organizações e atores sociais é importante elemento no processo de fortalecimento da AAF.

Na análise institucionalista de Meyer e Rowan (1999), a incorporação de relações sociais pelas organizações, estabelecem os elementos de um ambiente institucional (dado por regras, normas, práticas, tradições, crenças, procedimentos, etc.) que incutem nas organizações e pessoas, determinados processos de legitimidade contribuindo para seu êxito econômico e organizacional.

O avanço trazido pelo Neoinstitucionalismo, na abordagem organizacional e social, recai sobre a rejeição da predominância da visão utilitarista (da teoria clássica), determinando que o *framing* institucional e as crenças culturais influenciam no comportamento das sociedades, sugerindo, desse modo, um olhar mais atento sobre a importância das relações sociais na estruturação das sociedades, organizações e território.

O processo de AAF precisa ser entendido não como uma necessidade de criar outro método de dependência da Agricultura Familiar ao mercado, mas conforme pondera Wanderley (2009), deve ser entendido como uma forma de diversificação das unidades agrícolas, por meio de uma “estratégia da família”, no qual, durante um processo de ampliação de suas atividades, assegura-se a reprodução econômica e social do grupo familiar, propiciando a viabilidade de permanência no seu território e principalmente, ratificando-se como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. Nesse aspecto, as questões econômicas são atingidas, bem como as questões sociais que envolvem as problemáticas da sucessão familiar no meio rural e da abordagem da construção territorial pelo enfoque do Desenvolvimento Regional.

A construção desta pesquisa segue a linha de raciocínio de Abramovay (2003), o qual defende que a melhoria das capacidades produtivas e as condições de acesso aos mercados empreendedores de pequeno porte é o mais importante desafio das políticas públicas de desenvolvimento territorial, pois estimula um

ambiente em que a cooperação social localizada, direciona para atualizações tecnológicas e organizacionais que podem ampliar o poder competitivo dos que hoje se encontram em situação de pobreza, exclusão e dependência.

Nesse contexto, a Agroindustrialização da Agricultura Familiar segundo Abramovay (2003) estimula a cooperação e a formação do Capital Social, sofre influência das Instituições, as quais compreendidas como o resultado do conjunto de relações sociais estabelecidas entre os atores governamentais, as organizações e a sociedade civil na execução das políticas territoriais. Os conflitos, negociações e acordos apresentam-se como instrumento de interações, os quais estabelecem um conjunto de normas, padrões e relações que contribuem para debate e sistematização de um novo arranjo de desenvolvimento territorial e, particularmente, uma nova estratégia para o enfrentamento da pobreza rural.

Para Gazolla e Pelegrini (2011), sob o ponto de vista do desenvolvimento rural, as ações de apoio às Agroindústrias Familiares são importantes para que os agricultores familiares obtenham novas estratégias de manutenção social e econômica como uma opção alternativa e complementar ao padrão de organização produtiva atual existente no campo nas últimas décadas. Nesse contexto, o desenvolvimento rural, promovido pela Agricultura Familiar, deve ser percebido como estratégias de ação dos atores sociais nos espaços rurais, para a manutenção e o fomento de sistemas alternativos de reprodução econômica e social.

Incorporando à visão do Desenvolvimento Rural conjuntamente ao do Desenvolvimento Regional, busca-se pelo viés do Neoinstitucionalismo em Dimaggio e Powell (1983), Meyer e Rowan (1999)² entre outros, uma análise que avalie o poder das relações sociais sobre as organizações da AAF, buscando capturar elementos que estabeleçam o ambiente institucional (dado por regras, normas, práticas, tradições, crenças, procedimentos, etc.) que incutem nas pessoas, organizações e territórios determinada legitimidade, contribuindo para seu êxito econômico, organizacional e estrutural.

Dessa forma, pode-se conjecturar que o conjunto de relações sociais construídas por normas, tradições, expectativas, etc. (definida pelos Institucionalistas como Instituições), que compõem e estabelecem as interações sociais dos agentes econômicos do meio rural, contribuem na construção do

2 O Neoinstitucionalismo em Dimaggio e Powell (1983), Meyer e Rowan (1999) defende a teoria de que as Instituições são entendidas como sendo estruturas que carregam expectativas e práticas socialmente construídas, que possuem os atributos de verdade axiomática, localizadas interna e externamente às organizações, e que afetam as estruturas, os processos e as práticas sob um prisma organizacional.

arcabouço Institucional que podem ao mesmo tempo promover e/ou restringir as práticas de AAF.

Sob tal enquadramento, a utilização do Institucionalismo como ancoragem teórica, para a construção desta tese doutoral, justifica-se pelo posicionamento institucionalista no qual as bases para o desenvolvimento econômico, passa pela forma como os agentes econômicos e as organizações produtivas se estruturam e se organizam, para entender o processo de interações sociais e econômicas, contribuindo no processo de geração de emprego e renda e assim apoiando processos de melhoria da qualidade de vida da coletividade.

Utilizando as referidas bases teóricas, construiu-se o ideário para a concepção desta pesquisa, o qual se baseia no princípio que a AAF se apresenta como uma alternativa econômica e social para o fortalecimento de uma região afetada pelo empobrecimento, envelhecimento e expulsão do campo, podendo converter-se em um instrumento legítimo e democrático de desenvolvimento territorial, mantendo as heterogeneidades da região.

Este tipo de construção, de acordo com o olhar de Amin (2000) representa a exploração de uma via alternativa que:

“[...] se basa en la movilización del potencial endógeno de las RMF³, mediante esfuerzos encaminados a mejorar la base para una oferta local definida de forma más amplia, defendiendo la idea de que la “riqueza de las regiones” es la principal fuente de desarrollo y renovación. [...] De hecho, sus axiomas contrastan fuertemente con la ortodoxia política puesto que tiende a favorecer políticas aplicadas de abajo a arriba, específicas para cada región, a más largo plazo y basadas en una pluralidad de actores. Desde el punto de vista conceptual, frente al individualismo de la ortodoxia (es decir, el centralismo del homo economicus), reconócelas bases colectivas y sociales del comportamiento económico y, por esta razón, podría ser descrita en cierto modo como una perspectiva institucionalista del desarrollo regional” (AMIN, 2000 p.48).

Seguindo as perspectivas institucionalistas de Amin (2000) e Caballero y Soto-Oñate (2013), no qual a vida econômica não é apenas um processo de trocas e de racionalidades, mas também uma atividade socialmente arraigada, no qual a importância de relações sociais mais amplas deve ser destacada e entendida não apenas no âmbito das relações mercantis e processos econômicos como instrumento configurador das relações e formas organizativas, mas também um estudo dos complexos mecanismos de reprodução, difusão das relações sociais que determinam processos institucionais da construção do território.

O presente estudo utiliza a Agroindustrialização na Agricultura Familiar como

3 Regiões Menos Favorecidas.

objeto de análise para compreender de que modo essa estratégia por meio de suas relações sociais, culturais e históricas do saber fazer, contribui para a construção do território.

A compreensão dessas relações como reflexos das ações e decisões dos agentes econômicos ajudam a explicar (ou são explicadas) o processo de formatação das Instituições.

Assim, o papel das Instituições, na visão de North (1994a) é entendido no qual:

“[...] estructuras de creencias son transformadas en estructuras sociales y económicas por las instituciones, las cuales incluyen tanto reglas formales como normas de conducta informales. Existe una relación cercana entre los modelos mentales y las instituciones. Los primeros son las representaciones internas que los sistemas cognitivos individuales crean para interpretar el ambiente; las segundas son los mecanismos externos a la mente que los individuos crean para estructurar y ordenar el ambiente. (NORTH, 1994a, p.363).

Para North, (1994a), os modelos mentais (cognitivos) dos atores são determinantes de sua ação e, ademais, são influenciados pelo processamento de informações, pela cultura, pela aprendizagem, pela carga genética, pelo ambiente físico e pela linguagem sociocultural dos indivíduos. Todos esses fatores determinam as Instituições.

Sob essa lógica, North (1994b) avança enfatizando que:

“As instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros. (...) As limitações impostas pelo contexto institucional (ao lado de outras restrições normais em qualquer economia) definem o conjunto de oportunidades e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas”. (NORTH, 1994b, p. 11-12).

Sob o aspecto cognitivo das Instituições, Scott (1998) argumenta:

“As instituições consistem de estruturas cognitivas, normativas e reguladoras, de atividades que dão provimento à estabilidade e ao sentido do comportamento social. As instituições são transportadas por vários suportes – culturas, estruturas e rotinas – que operam em múltiplos níveis de jurisdição. Nessa conceituação, as instituições são sistemas multifacetados incorporando sistemas simbólicos - construções cognitivas e regras normativas - e processos regulativos que moldam o comportamento social”. (SCOTT, 1998, p. 3).

Conforme Scott (2001), as Instituições consistem em cognição, em aspecto normativo, em estruturas de regulação, em atividades que sustentam estabilidades e na compreensão do comportamento social, sejam elas formais ou informais. Dessa

forma, as Instituições são orientadas por várias condições - culturais, estruturais e rotineiras - e operam em múltiplos níveis.

Instituições que para o presente estudo, tornam-se elementos fundamentais no processamento cognitivo dos atores para adoção, manutenção ou abandono de estratégia de AAF, são claras representações de elementos históricos e culturais (questões familiares, formação etno-cultural, etc.), bem como da disponibilidade de recursos, do domínio de técnicas de produção, dos entraves burocráticos, do apoio da comunidade e do setor público e da projeção de lucros, todos juntos tornando-se fatores com elevado grau de significância na decisão pela estratégia da agroindustrialização.

É na busca pelo entendimento dos fatores que orientam as ações dos atores sob uma perspectiva Institucional, que a presente pesquisa se orienta na análise do papel das Instituições, oriundas da atuação das organizações sociais, na promoção e desenvolvimento de processos de agroindustrialização em unidades da Agricultura Familiares na Região das Missões, bem como sua contribuição para o Desenvolvimento Regional.

O desafio do Desenvolvimento Regional, pelas contribuições dos processos de Agroindustrialização na Agricultura Familiar (os quais representam uma estratégia alternativa ao processo de fortalecimento produtivo), precisam ser percebidos e compreendidos, não apenas em torno de uma lógica economicista ou financeira, mas também pensado como produto social e histórico, sujeito a contextos territoriais e condicionalidades próprias a um ambiente econômico, social e cultural.

Para Hall e Taylor (2003) o papel das Instituições vai se relacionar com o tipo de abordagem que se faz do sistema de relações entre as próprias organizações e entre as organizações e os agentes sociais, que para os autores, dividem em quatro perspectivas.

A primeira considera que as Instituições oferecem aos atores e às organizações elementos para reduzir as incertezas quanto às condutas presente e futuras, configurando-se em uma análise mais estratégica das interações, abordando elementos voltados a comportamentos racionais, categoria essa denominada de “Perspectiva Calculadora”. Tal perspectiva dá ênfase a aspectos utilitaristas e instrumentais, orientados no sentido de um cálculo estratégico, em torno da maximização do rendimento.

A segunda perspectiva apresentada pelos autores, denominada “Perspectiva Cultural”, define que o papel das Instituições é de fornecer modelos morais e

cognitivos para moldar o sistema de interpretação e ação das organizações e agentes. Ainda segundo os autores, nessa Perspectiva Cultural:

“O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composto de símbolos, de cenários e de protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação”. (HALL E TAYLOR, 2003 p. 198)

A terceira perspectiva denominada “Perspectiva Histórica” vinculam-se estreitamente a uma concepção particular do desenvolvimento histórico, ou seja, analisa a causalidade social das Instituições com peculiaridades herdadas do contexto familiar e cultural, tornando-se elemento resultante de uma função da trajetória percorrida, denominada pelos Institucionalistas de “*Path Dependence*”. Analisam a formação das Instituições não apenas pelo fluxo dos eventos históricos períodos de continuidade, mas também pelas respostas propiciadas pelas “situações críticas”, as quais promoveriam mudanças institucionais importantes.

O princípio de Instituições que se pretende perseguir nessa pesquisa segue as posições de Goodin (1996), Hall e Taylor (2003) e Scott (2001) entre outros, os quais se voltam para a orientação neoinstitucionalista, entendendo as Instituições como um padrão, no sentido de internalizar elementos econômicos, culturais históricos e normativos, podendo contribuir no delineamento do comportamento e a decisão de organizações e pessoas.

É, portanto, uma abordagem no qual as Instituições são resultantes de um processo de regras, convenções, entre outros, as quais não podem ser apenas objetos explícitos de decisões individuais ou também construções sociais oriundas de ações coletivas moldadas por práticas sociais “convencionais ou não convencionais”, que possam orientar a visão e as preferências dos interessados.

As Instituições passam a ser abordadas não apenas por uma visão econômica, mas também por uma ótica não materialista, ao tratar de crenças, valores e modelos cognitivos, onde as ações que levam a sua formação, jamais ocorrem sob um vácuo institucional.

Na conceituação dessas institucionalidades também se utiliza as visões de North (1990), Hodgson (1989), DiMaggio e Powell (1991), Scott (2001), organizadas por Hernandez (2008 p. 47), as quais são compreendidas como “[...] *esquemas, normas y regulaciones humanamente divisados que permiten y constriñen la*

conducta de los actores sociales y hacen predecible y significativa la vida social”.

Integrando a visão Neoinstitucionalista para a realidade do recorte territorial desejado, conjuntamente ao objeto do estudo, busca-se entender como esse conjunto de regras, convenções, crenças, tradições e construções cognitivas, transformam-se em elementos com capacidade de influenciar no comportamento das unidades produtivas de agricultores familiares quanto à adesão/manutenção da agroindustrialização. Assim, esse conjunto de Instituições passou a ser o universo de análise no presente estudo.

Em termos teórico-metodológicos, a pesquisa irá apoiar-se na perspectiva do Neoinstitucionalismo, enfatizando, a necessidade de se investigar:

- a) “as instituições como construções sociais, que normatizam as interações dos indivíduos e vão se convertendo em hábitos ou convenções sociais” (OSTROM, 2000, p.121)⁴, e;
- b) as trajetórias históricas institucionais do processo de estruturação das organizações dos atores sociais que possuem envolvimento com a Agricultura Familiar.

A importância de tal perspectiva Neoinstitucional se amplia a partir do trabalho de DiMaggio e Powell (1983) e Misoczky (2003), no qual os autores colocam em um mesmo nível hierárquico de estudo, o comportamento social e o comportamento estratégico das organizações, enfatizando os aspectos reativos de caráter intencional de ambos, como instrumento de sustentabilidade mercadológica e administrativa das organizações.

As experiências obtidas pelo pesquisador ao longo dos últimos quatro anos, frente a execução do Projeto Extensão Produtiva e Inovação na Região Missioneira do Noroeste do Rio Grande do Sul (uma região com amplas potencialidades e características voltadas à produção de alimentos em baixa escala), indicam que as construções e pressões institucionais tornam-se elementos significativos no processo de Agroindustrialização da Agricultura Familiar - AAF.

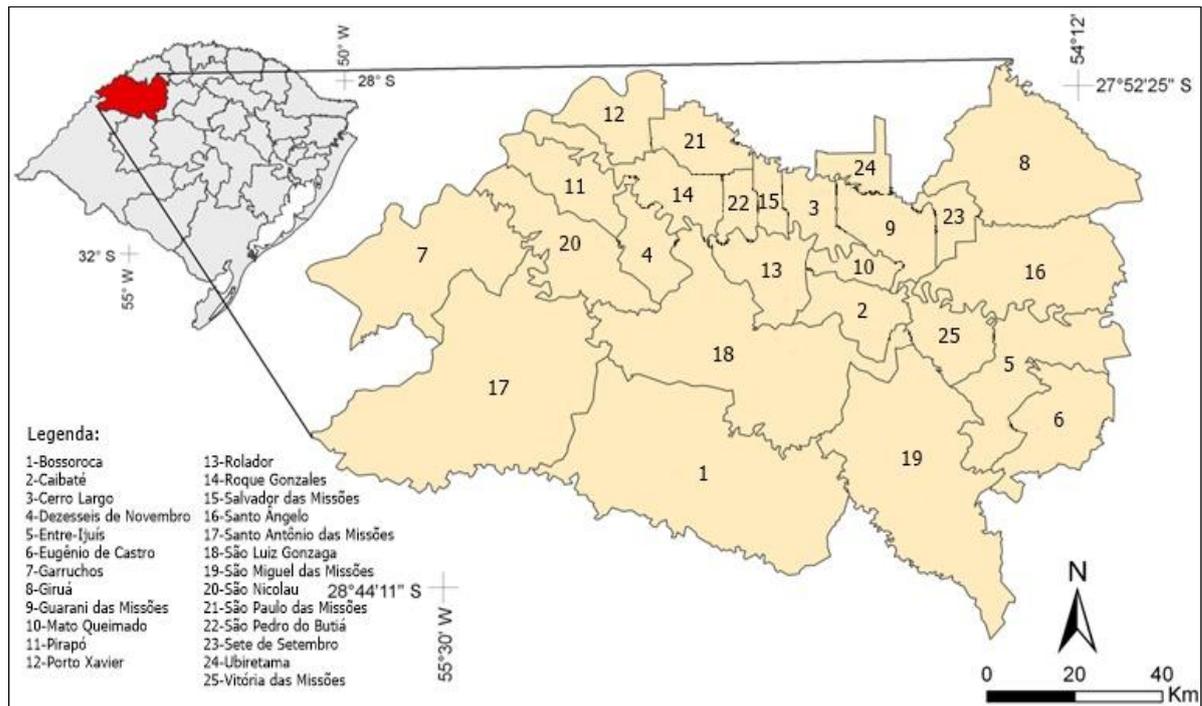
A importância do arranjo produtivo baseado nas Agroindústrias da Agricultura Familiar segue na mesma linha de raciocínio de Mior (1997; 2003; 2005; 2007), Prezotto (2002), Abramovay (2003), Schneider (2003, 2004), Gazola (2004), Favareto (2007), Schneider e Niederle (2009), Mattei (2011); Niederle, Schubert e Schneider (2014) e Picoletto (2011; 2014), para os quais a Agroindustrialização na

4 Instituições aqui também definidas como institucionalidades construídas entre as organizações que servem de filtro perceptivo nas ações da agricultura familiar.

Agricultura Familiar, principalmente a de pequeno porte traduz-se em uma importante estratégia de Desenvolvimento Regional.

Dentro deste contexto, entender esse processo de Desenvolvimento Regional através das Instituições estabelecidas na promoção da Agroindustrialização da Agricultura Familiar na Região das Missões, torna-se objeto desta pesquisa doutoral.

Figura 1 – Representação Geográfica COREDE Missões



Fonte: Adaptado pelo Autor, de dados da Fundação Economia e Estatística do RS - FEE (2009).

O recorte geográfico para a realização do presente estudo é constituído pelos municípios do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) das Missões, criado em 1991 e integrante a Região Funcional de Planejamento Sete (7)⁵.

O respectivo COREDE localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, limitando-se ao norte com o COREDE - Fronteira Noroeste, ao leste com o COREDE - Noroeste Colonial, ao sul com o COREDE - Vale do Jaguari, a sudoeste com o COREDE - Fronteira Oeste e no extremo oeste com a República da

⁵ Segundo Boudeville (1973) as Regiões Funcionais (RF) são definidas como territórios homogêneos circunvizinhos, cuja as diversas coletividades que às compõem são complementares e mantêm entre si mais intercâmbio econômico, social e cultural do que com outras regiões. A regionalização via RF no RS, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, a partir de 2011, através do Programa de Combate às Desigualdades Regionais no Estado RS, e adotado também na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Governo Federal do Brasil. Para conhecer mais vide Cargnin (2014).

Argentina.

O COREDE Missões engloba um conjunto de vinte e cinco (25) municípios⁶, em uma área de 12.855,53 Km², representando 4,78% do território estadual, com uma população de 253.380 habitantes, que representa 2,27% da população do RS.

Em termos econômicos a região do COREDE Missões apresentou no ano de 2017, um PIB *per Capita* de R\$30.698,00(FEE, 2017), sendo o décimo sexto na colocação estadual, dentro de um universo de vinte e oito COREDEs. Quando relacionado ao PIB *per capita* do Rio Grande do Sul, a região apresenta um valor 14,76% inferior ao indicador estadual, e quando comparado aos seus COREDEs vizinhos (que possuem uma estrutura econômica semelhante) a diferença torna-se ainda mais expressiva, pois representa um PIB per Capita de 20,5% inferior ao COREDE Fronteira Noroeste e 27,5% inferior ao COREDE Noroeste Colonial.

Caracteriza-se por ser uma região com baixo nível de renda e desenvolvimento⁷, na qual sua matriz produtiva está centrada na produção de *commodities* agrícolas (soja, trigo e milho) com significativa participação da pecuária bovina de corte. Essa matriz econômica promove uma estratégia de construção social, que reproduz a lógica hegemônica do capital.

Esse modelo de reprodução social, associado a uma região caracterizada pela baixa densidade demográfica⁸, envelhecimento demográfico⁹ e expressivos problemas na geração de renda e emprego¹⁰, fortalece a lógica dominante do capital, a qual constantemente tem expulsado os atores sociais que construíram e constroem esse espaço como território¹¹.

6 Municípios integrantes do COREDE Missões: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

7 Em termos de IDH (IBGE), a região representada pelo COREDE Missões apresentou em 2010 (último indicador), o quinto pior índice do estado, ou seja, dos 28 COREDEs do RS, obteve a 24ª posição. A fonte desses dados foi FEE (2015).

8 A densidade demográfica pelos dados da FEE (2016), para o ano de 2013, para a região é de 19,71 hab./km², enquanto que o estado do RS possui 41,54 hab./km². A região das Missões apresenta a sétima menor densidade demográfica do estado.

9 Dados da FEE (2016) demonstram que a região das Missões entre os anos de 2000 e 2010 passou de uma população de 42.039 habitantes com idade superior a 55 anos, para uma população de 54.552 pessoas, representando uma evolução de 29,76%, frente a um cenário estadual que demonstra uma evolução de 16,78% (FEE, 2016).

10 De um universo de 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), a região do COREDE Missões (conforme dados do IDESE Renda ano 2013 – última publicação do referido índice), obteve o sexto pior índice do estado do RS.

11 Conforme Zuanazzi (2015) a região do Noroeste (no qual se estabelece a região das Missões) entre os anos 2000 e 2010, foi à região com o menor saldo migratório de pessoas, com uma saída de cerca de 50.000 pessoas, com uma taxa líquida migratória de -2,8%, frente a uma taxa estadual de -

Dentre as diversas territorialidades dessa região, encontra-se uma estratégia de reprodução social diferenciada da apresentada, fundamentada na produção de alimentos pelas Agroindústrias Familiares, baseada em cadeias curtas de produção e comercialização, pois como Maluf e Wilkinson (1999), Mior (2007) entre outros, argumentam que os processos autônomos de Agroindustrialização na Agricultura Familiar, convertem-se em uma estratégia de fortalecimento das capacidades de reprodução social tendo importantes desdobramentos no desenvolvimento territorial, pois, segundo Mior (2007):

“[...] ocorrem mudanças no âmbito interno da organização familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros” (MIOR, 2007, p.8)

A importância social desse processo de AAF, segundo Prezotto (2002) apresenta-se como um instrumento de promoção da “re-inclusão” social e econômica com capacidade de reversão do processo de modernização da agricultura (que penaliza a Agricultura Familiar), possuindo a capacidade de promoção de desenvolvimento rural sustentável, através do “reinício da construção da cidadania, bem como da oportunidade de resgate de valores e saberes” (PREZOTTO, 2002, p. 138).

O autor ainda destaca o potencial da AAF em promover a permanência dos agricultores familiares no meio rural, considerando a agroindustrialização como uma estratégia alternativa à problemática do rural do noroeste gaúcho, no qual a produção de produtos diferenciados traz consigo um forte apelo a aspectos simbólicos característicos da Agricultura Familiar e específicos das condições socioespaciais do meio rural onde a agroindústria está localizada. Todo esse conjunto de atributos constitui-se como um referencial da atividade capaz não só de gerar renda à parcela da população rural antes excluída, mas também de promover equidade na distribuição dos ganhos auferidos no sistema alimentar.

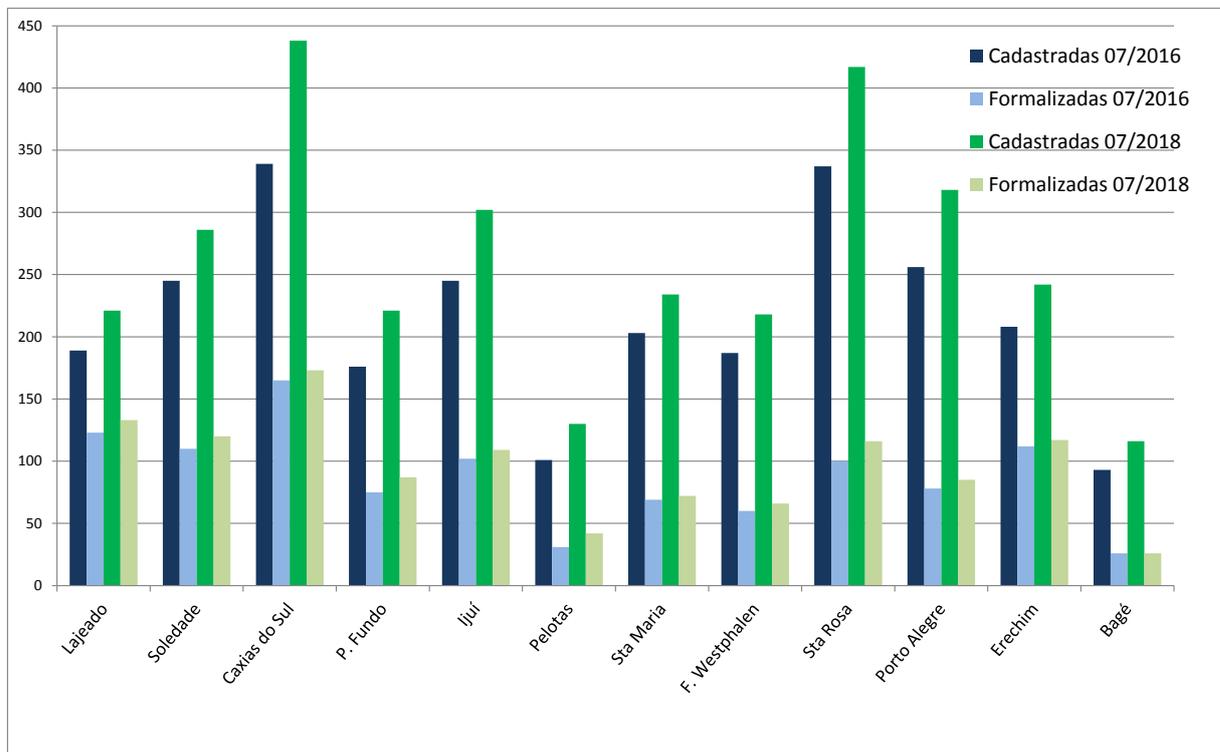
Nesse escopo a pesquisa orienta-se no princípio que o processo de Agroindustrialização na Agricultura Familiar (AAF), o qual representa uma estratégia alternativa e/ou complementar de desenvolvimento com viés endógeno, que teria o potencial de evitar a exclusão desses trabalhadores rurais de pequeno porte do seu território e de suas raízes produtivas, contribuindo no incremento de renda e

emprego, promovendo uma espécie de independência financeira e oportunizando uma melhoria na qualidade de vida. Para Prezotto (2002) esse movimento em prol da qualidade de vida, passa a representar para essas pessoas:

“[...] o (re)início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, que vai muito além do que usualmente é confundido com cidadania mas que não passa, muitas vezes, da obtenção de documentos de identificação pessoal. Cidadania, aqui, pode ser entendida principalmente como oportunidade de trabalho e, em consequência, de obtenção de renda suficiente para viver com qualidade”. (PREZOTTO, 2002 p. 8)

Tal contribuição auxiliaria no propósito de desenvolvimento do seu território, justificando assim a importância da pesquisa.

Figura 2 – Distribuição de Agroindústrias da Agricultura Familiar por Regional da EMATER, de 2016 a 2018.



Fonte: EMATER (2018), organizado pelo Autor.

Como forma de entender a realidade do Estado do Rio Grande do Sul e de suas regiões, no processo de AAF, apresenta-se a Figura 2, no qual são demonstrados por região de atendimento da EMATER, o número de agroindústrias constituídas e o número de unidades formalizadas, para o período compreendido entre 2016 e 2018, período esse que compreendeu desde a construção do projeto de Tese e a realização do referido estudo.

O atendimento direto dos processos de AAF no Estado do RS é dado basicamente pelos escritórios regionais das EMATER (doze escritórios regionais), os quais demonstram que o RS possui cerca de 3.143 Agroindústrias (dados julho de 2018) frente a 2.578 Agroindústrias apontadas em 2016. Tais indicadores demonstram o potencial produtivo dessa estratégia produtiva, que potencializa a produção agropecuária, representando um crescimento de aproximadamente 22% no período.

Os dados da EMATER demonstram que a Região Noroeste do RS (do qual a Região das Missões faz parte), atendido pela Regional de Santa Rosa, em 2016 possuía 337 agroindústrias, a segunda região no RS com o maior número de AAF (Regional de Caxias do Sul com o maior número, 339 AAF). Em julho de 2018 a RM apresentou um contingente 417 AAFs cadastradas, representando um crescimento aproximado 24% quando comparado ao período anterior, permanecendo na segunda melhor colocação superada apenas pela Regional de Caxias do Sul com um crescimento de 29,20%, totalizando 438 agroindústrias cadastradas.

As três regiões que mais ampliaram suas atividades em termos percentuais com a AAF, foram a região de Caxias do Sul (29,20%), Pelotas (28,71%), Passo Fundo (25,57%). As regiões com o menor grau de crescimento foram a região de Santa Maria, Erechim e Frederico Westphalen com crescimento de 15,27%, 16,35% e 16,57% respectivamente.

No âmbito do número de AAFs no COREDE Missões, os dados da EMATER (2018), demonstram que o conjunto dos vinte e cinco municípios que compõem a Região das Missões, em julho de 2016 apresentavam um total de 181 agroindústrias, enquanto que em julho de 2018, o universo era de 192 unidades.

Quando a perspectiva orienta-se para as Agroindústrias formalizadas aquelas que atendem todas as exigências burocráticas e sanitárias para a produção e comercialização dos produtos manufaturados na propriedade da Agricultura Familiar, denominadas de formalizadas o cenário se altera completamente, pois o número se reduz significativamente.

Em 2016 a Regional da EMATER de Santa Rosa (que presta a assistência técnica à Agricultura Familiar na Região das Missões), indicava a existência de 100 agroindústrias com uma taxa de formalização de 29,67%, o terceiro pior indicador entre todas as doze regionais.

Em termos estaduais regionais com a maior taxa de formalização, para o mesmo período foram Lajeado, Erechim e Caxias do Sul com 65,08%, 53,85% e

48,67% respectivamente.

Os dados de Julho de 2018 demonstram que as regionais com maior índice de formalização das AAFs foram Lajeado, Erechim, Soledade e Caxias do Sul, com respectivos percentuais de 60,18%, 48,35%, 41,96% e 39,50%. Para o mesmo período as regiões com menor grau de formalização foram Santa Rosa com 27,82%, Porto Alegre 26,73% e Bagé com 22,41%.

Essas informações demonstram a fragilidade e os respectivos desafios da Região do COREDE Missões no processo de formalização dessas atividades.

Tais indicadores demonstram que embora a região possua um potencial social significativo no “saber-fazer” dado a herança histórica de seus antepassados e a disponibilidade de recursos produtivos, a região tem dificuldade em converter esses processos produtivos em estruturas formais de produção.

Os desafios no olhar sobre a Região das Missões não abrangem apenas a taxa de formalização, pois os dados históricos indicam uma significativa redução do número de unidades agroindustrializadoras. Pesquisas de Oliveira, Prezotto e Voigt (2002) registraram o conjunto de 281 agroindústrias familiares no período 2001/2002, enquanto que para Polacinski *et al* (2014), quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local em 2012/2013, a região apresentava um número total de 195 unidades produtivas. Embora se entenda a fragilidade da análise, em função da possível divergência entre as metodologias aplicadas, a volatilidade dos números indica uma significativa sensibilidade na existência de agroindústrias na região indicada, para um segmento com um conjunto robusto de potencialidades.

Tais elementos reforçam a ideia que a escolha pela Agroindustrialização embora seja um fenômeno econômico, ele ocorre sob a influência de um ambiente que está envolvido em um contexto de relações sociais tanto internas (família, com suas aspirações, potencialidades e restrições), quanto externas, ou seja, relações que se constituem com atores externos às experiências, (cada qual, também, com seus interesses, potencialidades e restrições).

Deste modo, a problemática da pesquisa envolve a análise das relações sociais que podem influenciar a adoção de estratégias de Agroindustrialização que, ao longo do processo, irão estabelecer relações com outros atores que formam e estabelecem o conjunto de Instituições¹² da criação e da promoção de

12 As Instituições conforme definidas anteriormente e acrescidas da visão de Meyer e Rowan (1999), de que:

Agroindustrialização da Agricultura Familiar.

Em virtude de tais argumentações se estabelece o problema de pesquisa: Como as estruturas organizacionais e sociais desenvolvem as Instituições que afetam os processos organizacionais da Agricultura Familiar na Região das Missões para com a adoção de estratégias de Agroindustrialização?

Brunsson (1989) D'Aunno, Sutton e Price (1991), Machado da Silva e Fonseca (1993), Hung e Wittington (1997) e Scott (2001) entre outros, reconheceram que as organizações são sujeitas aos efeitos do processo institucional e respondem de maneiras homogêneas ou diferenciadas. As pesquisas de caráter Neoinstitucional, têm tentado explicar a diversidade organizacional, basicamente sob: a) o âmbito das características do ambiente institucional externo, redefinindo os atributos do ambiente institucional como sendo múltiplos, inconsistentes e conflitantes que produzem diferenças na configuração das organizações e, b) conseqüentemente impactos das Instituições geradas sobre a configuração territorial.

Esta visão identificou a possibilidade da diversidade de objetivos organizacionais, de valores e interesses pode levar variáveis micro à traduções de um ambiente institucional macro dentro das organizações, gerando diversidade de práticas que resultaram em diferentes Instituições (DiMaggio, 1986; Powell, 1991, Oliver 1991 e 1992; Goodstein, 1994), afetando a formação e construção do território.

Para lidar com referidas limitações e ampliar o conhecimento sobre a contribuição das AAFs esta tese propôs como objetivo geral analisar o papel das Instituições sobre as estratégias de Agroindustrialização da Agricultura Familiar na Região das Missões, Rio Grande do Sul. Esse objetivo se traduz especificamente ao longo de ações que visem:

i) identificar os elementos que contribuem para a formação de Instituições oriundas da atuação das Organizações (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, Secretarias de Agricultura, EMATER e unidades produtivas da Agricultura Familiar), no processo de Agroindustrialização da Agricultura Familiar;

ii) analisar a relação entre o Ambiente Organizacional dos Atores Sociais (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretarias Agricultura, EMATER, Associações e Agricultores Familiares) e a formação de Instituições em prol da

[...]las instituciones como reflejo de un comportamiento social repetitivo tenido como aceptado, sustentado en un sistema de normas, tradiciones, creencias y de entendimiento cognitivo que dan significado al intercambio social y posibilitan asila auto reproducción del orden social. (MEYER; ROWAN, 1999 p.91)

Agroindustrialização da Agricultura Familiar;

iii) investigar o papel as dinâmicas organizacionais e da trajetória histórica das Organizações na adoção de estratégias de Agroindustrialização da Agricultura Familiar (AAF);

iv) identificar a existência de pressões isomórficas no processo de Agroindustrialização da Agricultura Familiar (AAF).

Frente ao conjunto de desafios apresentados, quatro elementos fundamentais justificaram a realização da pesquisa: o tema, a abordagem, a relevância social e o campo de análise.

Primeiramente a abrangência teórica está ligada à proposta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPDR) da UNISC, pois tem na Agroindustrialização da Agricultura Familiar como elemento de formação do território, tornando assim um dos objetos centrais de investigação. A contribuição que se almeja na presente pesquisa para o debate acadêmico envolve a compreensão das relações sociais frente as Instituições geradas pelos atores sociais e sua relação com o território.

A posterior justificativa recai sobre o estudo da unidade territorial – Região das Missões, do qual apresenta substanciais potencialidades recursais, produtivas e culturais. Uma região configurada por uma estrutura fundiária com vasta presença de minifúndios, com significativas dificuldades de gerar renda, emprego na zona rural e conseqüentemente com graves complicações na manutenção da população no meio rural.

Em relação à abordagem proposta na tese, adota-se uma perspectiva teórica que permite analisar o objeto pesquisado sob ambiente não determinista ou normativo, o qual pressupõe que os atores/organizações respondem a um conjunto de incentivos oriundos das Instituições, estabelecidos pelas relações sociais do território. Optou-se por um método que possibilita capturar e considerar a percepção dos atores envolvidos no processo de Agroindustrialização (Agricultores, Representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Secretários Municipais), a fim de compreender como as percepções e relações sociais desse universo delibaram o conjunto de Instituições no desenvolvimento da AAF e do desenvolvimento territorial.

Portanto, a definição pela perspectiva Neoinstitucionalista como abordagem teórica de análise, além de ser uma perspectiva utilizada por teóricos contemporâneos nas análises de organizações sociais, especialmente em estudos

de casos múltiplos, privilegia as relações sociais como fator de determinação da formatação das organizações produtivas. Dessa forma, o Neoinstitucionalismo possibilita uma análise alternativa às análises estrutural funcionalistas, possibilitando a utilização de um sistema de conceitos que possibilite a construção e aplicação do referido método de análise em um caso concreto, o qual pode, também, oferecer uma nova contribuição acadêmica.

Para o alcance do objetivo traçado na pesquisa, várias etapas foram desenvolvidas. Alguns aspectos metodológicos, relacionados à escolha do conjunto de procedimentos e técnicas utilizados na coleta e na análise dos dados e resultados, foram previamente definidos, enquanto outros foram sendo desenhados no decorrer da investigação teórico-empírica. Utilizaram-se distintos procedimentos de coleta de dados, tais como: análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas com 51 agricultores e com 14 representantes de organizações que potencialmente teriam vinculação com a Agricultura Familiar, prestando assistência técnica, atendendo demandas setoriais e demandas classistas. A interpretação dos dados secundários e das entrevistas realizadas foi feita a partir da análise de conteúdo. O trabalho de categorização e sistematização dos dados da pesquisa foi operacionalizado tomando por base o roteiro da entrevista.

Com este entendimento, estrutura-se a tese em torno de quatro capítulos sendo o primeiro com o objetivo de apresentar a estratégia de Agroindustrialização, demonstrando não apenas sua importância econômica, mas também sua significância social. Ainda nesse capítulo discute-se a relação da Agroindústria com a Agricultura Familiar, contextualizando também um panorama situacional das Agroindústrias na Região das Missões. No capítulo 2 a presente pesquisa apresenta a forma de pensar Institucionalista, partindo de um passeio pelas diferentes correntes de pensamento do Institucionalismo, que derivaram ao aporte metodológico utilizado no trabalho, o Neoinstitucionalismo. O capítulo 3 dedica-se ao trabalho de campo da pesquisa empírica, do qual se apresenta dinâmica institucional da agroindústria familiar, o papel das organizações atuantes na agroindústria familiar e as Instituições ligadas ao processo de AAF. Se finda a pesquisa com a apresentação da conclusão de nossa pesquisa, as contribuições científicas e a agenda para novas investigações.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA CATEGORIA SOCIAL

A busca pela compreensão das dinâmicas socioeconômicas do meio rural sempre foi um desafio à pesquisadores e estudiosos devido ao reconhecimento de sua importância, diversidade e heterogeneidade econômica e social.

Orientado pela premissa de Beckert (2007) e Ostrom (2010) do qual os mercados são de algum modo, arranjos socialmente construídos e, portanto, constituídos em redes de relações sociais, políticas e culturais que orientam práticas e geram sistemas de regras e dispositivos, conhecer suas condutas e rotinas do meio no qual a Agricultura Familiar está inserida torna-se um desafio.

Os modelos tradicionais de desenvolvimento do meio rural, historicamente constituídos, foram assentados em dinâmicas capitalistas concentradas em princípios de sistemas produtivos de larga escala, na padronização de produtos, orientação ao mercado externo e financeirização da produção.

O referido modelo também chamado de Modelo Produtivista (Knickel, 1990; Lowe *et al*, 1993; Bergstrom, 2001), embora continue demonstrando sua vivacidade econômica, gerou e tem gerado no campo social resultados amplamente questionáveis em decorrência dos processos concentradores de estruturas fundiárias e renda, fomentando processos de exclusão do meio rural e empobrecimento de extratos populacionais com menor poder de renda.

Tais análises impulsionaram estudos sobre estruturas alternativas, buscando avaliar novas formas de governança e de produção, dinâmicas diferenciadas a partir de economias reais e de fórmulas não induzidas, passíveis de estimular as heterogeneidades do espaço em que os atores sociais estão envolvidos.

Esse novo olhar dos pesquisadores volta-se para experiências bem-sucedidas de inserção social e econômica baseadas no papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, no qual a potencialidade de uma categoria social ganhou expressão: a Agricultura Familiar - AF.

O entendimento sobre a importância da Agricultura Familiar, como unidade de produção passa obrigatoriamente pela análise das formas como o mercado possibilitou a construção de ambientes profícuos às relações sociais entre os diferentes atores, os quais possibilitaram a construção de formas alternativas de desenvolvimento do meio rural.

A Agricultura Familiar como categoria social sempre foi genuinamente diferenciada e apesar de todas as transformações produtivas (riscos climáticos,

elevado grau de penosidade laboral e exigências mercadológicas) e socioeconômicas (movimentos demográficos de esvaziamento, problemas associados à sucessão familiar, etc.), manteve-se produzindo alimentos, gerando emprego e renda.

Contudo, as formas de trabalho e produção familiar do meio rural, superando a todos os percalços, não apenas não desapareceram, mas em muitas situações conseguiram se fortalecer, desenvolvendo novos mecanismos de reprodução social e inserção econômica.

É no contexto da (re)valorização da ruralidade, que o Brasil se tornou referência nos estudos sobre a Agricultura Familiar, sempre tendo por princípio o reconhecimento e a compreensão de que é possível pensar processos diferenciados de desenvolvimento rural.

Durante um espaço importante de tempo a ideia de desenvolvimento rural passou pela dialética estabelecida nas dinâmicas das Cadeias Globais de Mercadorias - Modelo Produtivista, onde as lógicas produtivistas orientaram a necessidade de produção e relações sociais estabelecidas na: a) produção alimentos por meio de *commodities*; b) produção em larga escala; c) direcionamento ao mercado internacional, e; d) discurso da tecnologia como solução da agricultura, resultando assim a incorporação desse ideário na formulação de políticas públicas como instrumento de construção social.

Busch (2000) caracteriza esse viés como sendo um método de despersonalização das pessoas-consumidores. Tal modelo Produtivista, dada sua peculiaridade caracteriza-se por um sistema onde o controle produtivo passa a ser exercido por grandes complexos produtivos e financeiros, usualmente representado por organizações transnacionais livres de qualquer vínculo de heterogeneidades locais.

No olhar de Wesz Jr. (2014), tais Cadeias Globais de Mercadorias são resultados de uma construção institucional, a qual possui por regras, padrões e valores socialmente legitimados e compartilhados, estabelecidos por um *mainstream* que busca consolidar um processo de validação econômico e social de um viés capitalista, industrial e financista, interessado mais nos resultados econômicos que nos produtos sociais.

O referido modelo é denominado por Niederle, Schubert e Schneider (2014) de Mercados Convencionais - MC, delineado como um sistema que opera a partir de normas, regras e valores provenientes de um mundo "industrial" orientado para o

desenvolvimento de convenções universais e padrões de qualidade globais, norteado pela lógica do preço, da competitividade, da produtividade e da eficiência.

O referido modelo baseado em forte orientação capitalista, financista e industrial, ao longo da história, como demonstram Chayanov (1974); Kautsky (1980); Picolotto (2011) geraram impactos econômicos e sociais negativos sobre unidades produtivas que não possuíam/possuem as aptidões econômicas e produtivas requeridas pelo padrão, personificadas nas pequenas propriedades rurais.

Veiga (1996, p. 395) ao caracterizar referido modelo de organização dos Mercados Convencionais, os descreve como “sistemas que forjam uma forte concentração de renda e exclusão social” no meio rural, as quais impactam basicamente sobre as pequenas unidades agrícolas.

No Brasil Abramovay foi um dos grandes expoentes que alertou para esse processo de impacto sobre as estruturas fundiárias de pequeno porte e com baixa vocação mercadológica. O autor em 1992 (p. 211) advertia para a desestruturação dos pequenos agricultores camponeses, diante da incapacidade técnica e econômica, requerido pelo modelo de progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea, que resultaria em uma nova categoria social – a Agricultura Familiar.

A legislação brasileira define Agricultura Familiar por norma específica de nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), em seu artigo 3º, o qual estabelece:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A heterogeneidade é tão ampla na definição da AF, que mesmo os órgãos públicos apresentam distinções na definição, obviamente orientadas pelo enfoque do qual é trabalhado.

Para o Banco Central do Brasil (2013), na figura do Programa Nacional da

Agricultura Familiar - PRONAF (política pública de acesso ao crédito para o respectivo segmento) considera que os produtores para serem caracterizados como agricultores familiares devem atender simultaneamente aos seguintes critérios:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ou permissionário de áreas públicas;

b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;

c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra.

No campo acadêmico tal debate também assume caminhos e campos bem diversificados, gerando uma gama muito ampla de definições e entendimentos.

Lamarche (1993) define Agricultura Familiar, como sendo a unidade de produção agrícola caracterizada pela exploração familiar, no qual a produção, gestão e o trabalho estão intimamente ligados à família, sendo sua particularidade fundamental a não separação do trabalho, da gestão e da distribuição do produto da propriedade ou na família.

Mior (1997; 1999) reconhece a AF como uma estratégia para a promoção da geração de renda e emprego no meio rural, por um conjunto diversificado de atividades agrícolas e não agrícolas, capaz de apoiar a inclusão socioeconômica de agentes até então suprimidos de um modelo de desenvolvimento rural. Nesse sentido a AF passa a ser entendida e reconhecida como importante elemento na promoção de um viés alternativo para o Desenvolvimento Rural.

Sob esse cenário se desenvolveram as pesquisas brasileiras sobre a Agricultura Familiar (AF), no qual Schneider (2003) definiu essa categoria social como sendo a unidade agrícola onde:

“[...] a família é o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, a compreensão do funcionamento das unidades econômicas camponesas pressupõe a análise do modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio, vital para garantir sua reprodução social” (SCHNEIDER, 2003 p. 114)

Para Schneider e Niederle (2009) uma das peculiaridades da AF é a relação da utilização da força de trabalho com sua estrutura organizacional, no qual a força de trabalho familiar é seu principal recurso econômico disposto de maneira profusa. Essa mesma força de trabalho atua como fator de coesão do grupo social do núcleo familiar, em função das relações de co-sanguinidade e parentesco tornando trabalho e produção um todo indivisível. Os autores ainda atribuem características diferenciadas em função de que:

“Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto abastecimento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos” (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009 p.40).

Picolotto (2011) entende por Agricultura Familiar, um modelo de organização da agropecuária centrada na “empresa familiar” que têm vantagens sociais, econômicas e ambientais (por ser mais democrática eficiente e sustentável) quando relativizada às cadeias agropecuárias globais. O diferencial, deste grupo organizacional estaria na sobreposição das funções de família e empresa exercidas pelos mesmos agentes, os quais precisam definir as alocações da produção, de consumo, comercialização e/ou industrialização.

O mesmo autor sustenta a ideia central que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado que apostou nas explorações familiares, seja por interferências na estrutura agrária, seja por estratégia de crescimento econômico.

Nunes (2000) cita como diferencial da AF a estratégia de distribuição do produto que a unidade familiar rentabiliza, dividindo entre os membros, atendendo às necessidades individuais reconhecidas pelo grupo social. Para o autor as relações entre os mesmos não são de troca – remuneração, mas sim de reciprocidade (obrigações e dom na execução de conjunto de tarefas não estão associados ao indivíduo em si mesmo, mas na função que desempenha) ou de autoridade (reconhecimento de um poder legal e legítimo).

Nunes (2000) argumenta que outro atributo específico da AF é que:

“diante da vinculação entre propriedade/posse da terra, do produto, da gestão e do trabalho, os incentivos ao desempenho das atividades produtivas estão ligadas ao desempenho da unidade familiar. O risco da atividade é compartilhado pelos membros da família” (NUNES, 2000 p. 61).

Nesse contexto a AF seria expressão de mercados que mobilizam infraestruturas técnicas e institucionais diferenciadas, que não apenas sustentam as trocas econômicas, mas reforçam os mecanismos de confiança e reciprocidade, os quais atuam como instrumento de consolidação de novas relações econômicas.

Historicamente a AF no Brasil, foi um instrumento de ocupação territorial, onde o Estado em momentos históricos distintos e de maneira específica e pontual utilizou-se desse expediente para ocupar regiões consideradas estratégicas e pouco povoadas. Swain (1988), Mior (2003), Schneider (2006) e Picolotto (2014), trazem como exemplo o processo da colonização com imigrantes europeus no século XIX do governo Vargas nos anos de 1930-50 para os três estados do Sul do Brasil e posteriormente os deslocamentos populacionais do Nordeste e do Sul para os estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul, que ocorreram no início do século XX. Citam-se ainda os projetos de colonização organizado pelos governos militares com deslocamentos populacionais de regiões com tensões sociais para o Mato Grosso, Rondônia e Pará nas décadas de 1960-70, entre outros (MEDEIROS, 1995).

Para Schneider (2003, 2004), Mior (2003, 2005), Favareto (2007) e Picolotto (2014) o debate sobre a AF na condição de categoria e como personagem político é recente na história brasileira e vem ocorrendo por intermédio de um processo complexo de construção enquanto modelo econômico, social e como identidade política dos agricultores.

Favareto (2007) e Picolotto (2014) colocam que a importância da AF como categoria econômica e social deriva basicamente de três momentos:

a) O primeiro oriundo pelo debate acadêmico qual reposicionou a condição que a Agricultura Familiar ocupou no desenvolvimento rural brasileiro, evidenciando as condições de precariedade que ela encontrou historicamente no Brasil. A partir do final da década de 1980 e 1990, se modifica o sentido das pesquisas e do panorama teórico, transbordando os aspectos sociais desse segmento da agricultura e passando a demonstrar a relevância de sua capacidade produtiva, de sua diversidade social e como a forma de exploração familiar teve papel significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido.

b) O segundo momento é representado pelo estabelecimento de uma identidade oficial estabelecido pela Lei nº 11.326/2006 e pelo conjunto políticas públicas que contribuíram para o fortalecimento da categoria – Programa Nacional

da Agricultura Familiar – PRONAF¹³;

c) O terceiro momento é o representado pela atuação dos movimentos sociais do campo que, segundo Picolotto:

“mesmo sendo formado por forças políticas diversas, conseguiram organizar projetos de um novo lugar para a agricultura familiar no país. O reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si” (PICOLOTTO, 2014. p. 65).

Mattei (2011) incorpora nesse processo histórico como momento significativo para a AF a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, no qual são expostos os dados sobre a Agricultura Familiar no Brasil, em setembro de 2009. Segundo o autor a partir da publicação dos dados do Censo Agropecuário 2006 se estabeleceu um verdadeiro debate sobre o lugar e o papel da Agricultura Familiar no desenvolvimento rural do Brasil.

Para Gazola (2004), Schneider (2010), Mattei (2011), entre outros, a importância da publicação do Censo Agropecuário, não recai apenas sobre a capacidade de oportunizar o conhecimento quantitativo das características sociais e econômicas das unidades familiares do agro brasileiro, frente à realidade total da agricultura brasileira, mas também impulsionar o debate sobre temas que até então eram pouco explorados. Entre os quais se cita a contribuição da AF para segurança e soberania alimentar, a produção mais sustentável, padrões técnicos menos dependente de insumos químicos e a diversidade organizacional das unidades produtivas como resultado da variedade das relações econômicas e sociais.

Frente a importante contribuição que o referido Censo Agropecuário traz, surge com ele um debate significativo sobre as diferentes classes de AF e suas estratégias para sobreviver frente às pressões e exigências do mercado.

Sonino e Marsden, (2006) demonstram diante da ampla diversidade de relações econômicas e sociais resultantes da atuação da AF, uma dificuldade em se delimitar com precisão o posicionamento mercadológico à que a AF se incorpora, gerando embaraços em estabelecer se as respectivas unidades são pertencentes aos mercados “convencionais”, “alternativos”, “globais” ou “locais”, podendo inclusive

13 Para Schneider (2013), o PRONAF (foi criado em 1996, pelo Decreto nº 1.946 foi a mais significativa das políticas públicas, que direcionou crédito as atividades rurais específicas dos pequenos agricultores). O PRONAF foi estabelecido em quatro modalidades: financiamento da produção; financiamento de infraestrutura; capacitação e qualificação dos agricultores familiares, e; financiamento da pesquisa e extensão rural. Mattei (2011) reforça o papel revolucionário do PRONAF, através da criação de linhas de crédito específicas para gêneros distintos (mulheres, jovens, agroecologia, etc.).

se revelar ao mesmo tempo elementos altamente relacionais, híbridos e concorrentes.

Para Schneider e Niederle (2009) essa dificuldade é produto de um conjunto variado de pressões sociais e econômicas internas e externas à que a unidade agrícola familiar passa a ser submetida, podendo transcorrer um movimento de potencialização da AF. A potencialização pode ocorrer via ampliação das vendas, valorização do produto, enquanto que o comprometimento a essa estratégia pode ocorrer pela perda de identidade da AF, dado as exigências do mercado para o estabelecimento de modificações processo produtivo, dentre as quais se cita a padronização dos produtos, obediência às exigências sanitárias e legais, bem como a necessidade de incluir atividades e estratégias de distribuição e comercialização. Tais modificações tendem a afetar aspectos da cultura e da sociabilidade dos produtores rurais, o que acaba transformando o próprio modo de vida dos entes, causando principalmente a transfiguração gradual das características originais dessa categoria social.

A Agricultura Familiar enquanto processo tradicional de produção carregado de identidade camponesa converte-se em um sistema de mercantilização, o qual requer a ampliação da interação e da integração das famílias com os mercados, alterando as relações sociais e econômicas da família.

Schneider e Niederle (2009) caracterizam o processo de mercantilização como decorrência da crescente interação dos indivíduos com a divisão social do trabalho, deliberados por um processo não linear e imprevisível, que ocorre de forma ampliada, em decorrência das formas diversificadas de relações com os mercados que conseqüentemente levam à diferenciação social e econômica das unidades familiares rurais.

Essa abordagem que analisa como o processo de mercantilização impacta sobre as atividades da unidade familiar rural é considerada como um conjunto composto de atividades diversificadas e complementares, que conformam a dinâmica de reprodução econômica diferenciada, que segundo Maluf e Wilkinson, (1999) requerem uma ótica de “construção de mercados” adequada à realidade dos agentes econômicos da AF.

Diferentemente do Mercado Convencional, o mercado da AF pressupõe as relações econômicas, como resultado de uma construção social, as quais diante da relevância de elementos diferenciadores levam à concepção de um conjunto de relações próprias, no qual o valor dos produtos se constitui muitas vezes por

relações personalizadas, que se estabelecem entre os produtores de pequeno porte e os consumidores.

O grau de mercantilização, derivado do processo de diversificação apresentado por Schneider e Niederle (2009) converte-se em elemento de estudo e questionamento, para entender como tal estratégia afeta a autonomia da AF como organização e como unidade social, no qual para os autores:

“[...], quanto maior for o grau de mercantilização em um determinado território mais forte tenderá a ser a pressão para que o conjunto das relações sociais ali existentes também siga este mesmo padrão de ordenamento e funcionamento”. (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2009 p. 42)

Pelo olhar da construção social, a importância da AF estaria centrada na diversidade de produtos tidos como “tradicionais da Agricultura Familiar” os quais estariam ligados em um contexto territorial específico, abrangendo tradições, costumes, peculiaridades, que estariam inseridos em um processo não apenas de relações econômicas, mas também de relações sociais, resultando em sistemas de qualificação das relações elementares de confiança e conhecimento mútuo entre produtores e consumidores, contribuindo para o processo de formação e fortalecimento das relações sociais.

Esse conjunto de relações sociais que circundam o universo diferenciado da AF constitui um significativo componente de enraizamento social da ação econômica, os quais, para Niederle (2009), auxiliariam na explicação de porque empreendimentos provenientes da Agricultura Familiar, aparentemente sem condições de se manter frente às pressões exercidas pelos atores globais das cadeias de valor, conseguem se reproduzir e, em alguns casos, obtêm vantagens competitivas.

Ainda para Niederle (2009) as interações promovidas pela AF seriam relações de troca fortemente mediadas por convenções sociais as quais ocorrem no “contexto social mais imediato”, ou seja, se estabelecem no território, fomentando estratégias de interações baseadas na cooperação e na manutenção da confiança, estando assim associadas ao fortalecimento das relações de confiança e reciprocidade entre atores locais. É nesse momento que pelo viés institucionalista, se busca entender o papel das Instituições, na organização e fortalecimento dos mercados locais, no qual a AF está inserida.

Maluf (2004) afirma que a AF diante do seu sistema flexível de organização pode manter tipos de vínculos diferenciados e simultâneos com os mercados,

atendendo tanto as Cadeias Integradas de âmbito Nacional e Internacional – CINI, bem como os Circuitos Regionais de Produção, Distribuição e Consumo de alimentos - CRPDC.

A vinculação da AF às CINIs usualmente ocorre sob formas contratuais (como na chamada Agricultura Integrada) ou por meio de elos comerciais tradicionais, nos seguintes segmentos:

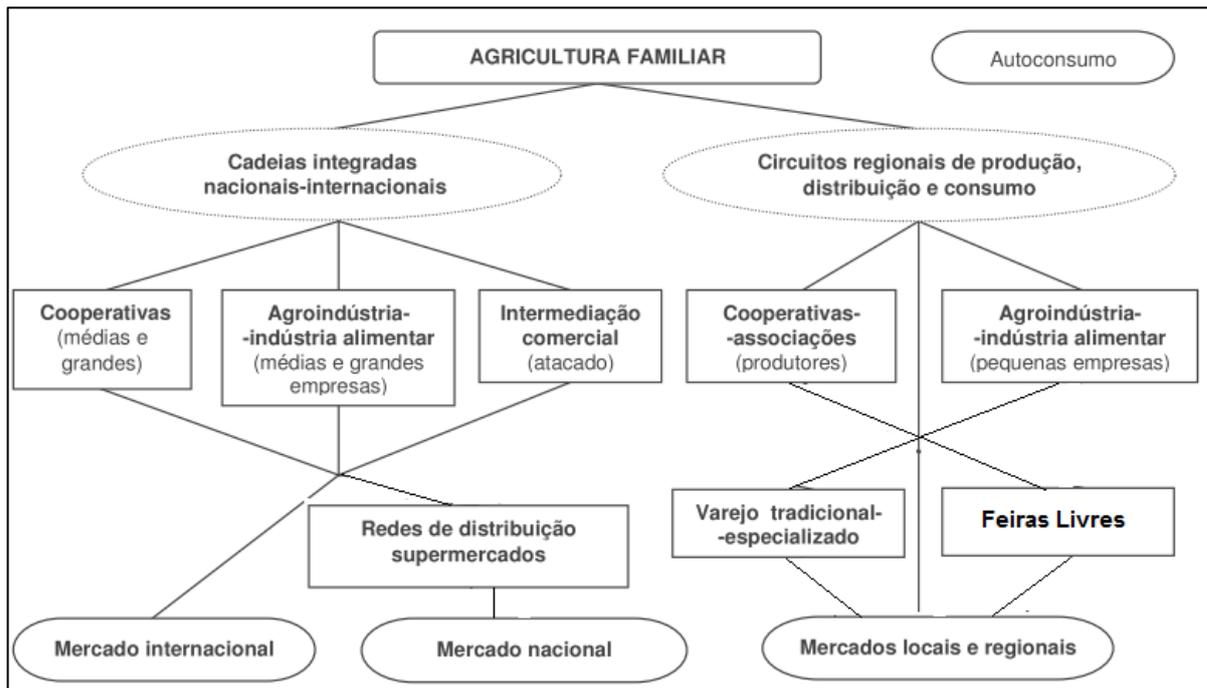
- cadeia de grãos soja, milho e trigo - destinados à exportação ou à agroindústria - óleos e rações, indústria de massas e à panificação;
- cadeia das proteínas animais: os animais destinados à agroindústria de carnes;
- cadeia leiteira: o leite destinado aos grandes laticínios.

Os CRPDCs formam-se no âmbito das regiões no interior do País ou no entorno dos núcleos urbanos de pequenas e médias dimensões, constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas. Tais circuitos regionais atendem à pequenos estabelecimentos comerciais - pequenos supermercados, um diversificado grupo de comércio especializado em alimentos e refeições prontas (armazéns, empórios, quitandas, padarias, bem como a venda direta aos consumidores realizada pelos próprios agricultores.

Maluf (2004) demonstra que os canais de alocação da produção são múltiplos, primeiramente podendo ser alocado entre a subsistência (autoconsumo) e a comercialização. Posteriormente caso a AF opte pela comercialização terá que escolher entre as CINIs ou os CRPDC (no qual a integralidade da produção é orientada para o mercado e não apenas o excedente produzido), ambos com suas potencialidades e fragilidades.

Nas CINIs a linearidade das receitas contrapõe com o elevado grau de dependência. A exigência de elevados volumes de investimentos e a reduzida rentabilidade das operações caracterizam o segmento. Na escolha pelas Cadeias Integradas o grau de dependência às grandes corporações e atacados é maior, pois o produto atende um mercado padronizado, com maior amplitude, onde o princípio de formação de preços e demanda tornam-se fatores com maior grau de exogenia, ficando o produtor em superior grau de dependência em relação às exigências e volatilidades do mercado.

Figura 3 - A Agricultura Familiar e o Mercado de Alimentos



Fonte: Adaptado de Maluf (2004).

Quando a AF opta por uma estratégia de Circuitos Regionais, a escolha por uma estratégia menos especializada, visando atender um mercado mais restrito de amplitude local ou regional, amplia parcialmente seu grau de autonomia, conforme o grau de heterogeneidade de seus produtos. Nesse caso, seus produtos serão comercializados de forma associativa ou por experiências individuais que podem ir desde a simples comercialização de produtos *in natura* ou ainda pela agroindustrialização. Nesse contexto a distribuição passará a ocorrer via participação em feiras livres, venda a varejos tradicionais ou a convencional venda porta-a-porta.

Ao adotar tal estratégia, a produção de bens com maior grau de especificidade e maior valor agregado traz vantagem da maior rentabilidade, da maior autonomia produtiva e gerencial, tendo como contraponto com a incerteza dos ciclos de mercado e ciclos de vida dos produtos.

Na presente pesquisa de tese doutoral, adota-se por parâmetro, avaliar o contexto das AFs que optaram pelos Circuitos Regionais de Produção e Comercialização, considerando que são nessas unidades onde as relações sociais ocorrem como instrumento de constructo social e não apenas de obediência às normas impostas pelas CINIs.

Marsden *et al* (2000), denomina essa estratégia de Circuitos Regionais de Cadeias Agroalimentares Curtas – CAC, argumentando que suas características estariam baseadas na proximidade entre produtores e consumidores, na maior conexão e interatividade que permita construção mútua de relações de confiança entre produtor e consumidor.

Quadro 1 - Tipologia de Cadeias Agroalimentares Curtas

Face a face	Proximidade Espacial	Espacialmente Estendida
1 – Lojas de produtos vindos da agricultura 2 – Comercializados pelo agricultor na propriedade 3 – Colheita pelo próprio consumidor 4 – Vendas à beira da estrada 5 – Entrega em domicílio 6 – Entrega pelo correio 7 – Venda pela internet	1 – Grupos de lojas de produtos vindos da agricultura 2 – Marca regional 3 – Cooperativas consumidoras 4 – Comunidade de apoio à agricultura 5 – Rotas Temáticas – turismo rural (articulação com o espaço) 6 – Eventos especiais e feiras (articulação no tempo) 7 – Lojas locais, restaurantes e empresas de turismo 8 – Varejistas especializados (ex. comidas especiais, lojas dietéticas) 9 – Abastecimento de instituições (cantinas e escolas)	1 – Rótulo de certificação 2 – Código de produção 3 – Efeito de reputação

Fonte: Marsden et al(2000)

No quadro 1, demonstra-se as três tipologias apresentadas por Marsden *et al* (2000), das Cadeias Agroalimentares Curtas. Entre as estratégias praticadas estão:

a) Face-a-Face (venda direta) no qual o papel do intermediário é reduzido, proporcionando a mais ampla interação entre produtor e consumidor;

b) Proximidade Espacial, no qual a interação é ampla, pois o produtor é visto, é participativo e possui envolvimento (embora esse engajamento seja menor nas comercializações institucionais – fornecimento a escolas, creches e etc., e para o fornecimento a varejistas especializados e restaurantes);

c) Espacialmente Estendida, onde a partir de um processo de certificação, denominação geográfica e/ou até reputação, os produtos ampliam seu horizonte de distribuição – embora regional, onde a interação entre consumidor e produtor fica restrita, mas mesmo assim, existe um tipo de personificação do produto.

Em virtude do alto grau de heterogeneidade da Agricultura Familiar, um processo de tipificação é uma tarefa árdua, pois não são apenas elementos econômicos e administrativos derivados da forma organizativa ou do grau de mercantilização da propriedade que definem o processo, existindo também os aspectos sociais e culturais que ajudariam a construir essa análise.

Na pesquisa, adota-se como foco de análise, apenas as unidades produtivas que optaram por circuitos regionais de produção e comercialização, com objetivo de melhor captar as questões voltadas as relações sociais.

No Brasil diversos são os trabalhos que analisam a AF sob o prisma das estratégias de produção, dentre os quais se destacam as pesquisas de Kageyama e Bergamasco (1989/1990), Abramovay (1992), Incra/FAO, 2000, Buainain e Romeiro (2000), Kageyama *et al.* (2013) entre outros, os quais exploram a classificação da AF sob diferentes prismas, critérios, passando por abordagens que centram desde a forma de ocupação da terra, da extensão da propriedade, da utilização ou não de mão-de-obra contratada, entre outros.

Schneider e Cassol (2013) buscam classificar a Agricultura Familiar por meio da natureza de suas receitas, utilizando os dados do Censo Agropecuário de 2006 para fazer tal classificação, estabelecendo assim quatro categorias:

a) Estabelecimentos Familiares Especializados (EFE): Estabelecimentos da Agricultura Familiar, que dependem muito fortemente da receita da atividade agropecuária, com baixo grau de autonomia em relação ao mercado. Trata-se de estabelecimentos que possuem alguma abertura para atividades fora do estabelecimento, mas indicando a agropecuária como vocação e principal estratégia de reprodução social. Poderiam ser personificados como unidades rurais com atividade única ou por unidades que desenvolvem atividades integradas aos Mercados Convencionais.

b) Estabelecimentos Familiares com Múltiplas Fontes de Receita (EFMR): unidades em que a receita agrícola já não é mais a única e nem mesmo a mais importante. As entradas monetárias de atividades agrícolas e não-agrícolas (prestação de serviços e rendas provenientes de políticas públicas), compõem o conjunto das receitas auferidas. Não são estabelecimentos cujas estratégias de reprodução vão passar pela produção, pois acessam muito pouco os serviços de extensão e possuem áreas de terras relativamente pequenas para ampliar a agricultura;

c) Estabelecimentos Familiares que vivem no Espaço Rural (EFRR): estabelecimentos familiares no qual a agricultura e a produção agropecuária possuem basicamente sentido residual, especialmente para o autoconsumo. Talvez essas propriedades sejam apenas um local de residência;

d) Estabelecimentos Sem Receita (ESR): nesse extrato estariam aquelas propriedades que declararam ao censo não possuir nenhuma receita, ou seja, não

logra receitas desta porque não faz a venda ou deixa de declarar ao recenseador que houve venda¹⁴.

Conjuntamente com a importância econômica e social, existe a relevância histórica dos produtores familiares no processo de fortalecimento do meio rural e da sociedade brasileira ao longo da história do Brasil, justificando a importância do objeto de estudo do presente trabalho.

Para compreender melhor a importância dessa categorial social e a riqueza da sua diversidade Schneider e Cassol (2013) demonstram o processo de composição da produção entre os diversos tipos de AF no Brasil, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2006.

Os autores demonstram que a base da produção da AF está na produção animal e vegetal, indicando que a participação de atividades agroindustriais nas referidas unidades produtivas contribui de forma incipiente. Tal realidade demonstra o baixo grau de relacionamento da AF com processos que ampliam a geração de valor dos produtos agropecuários, demonstrando uma estratégia de mercantilização menos voltada a distribuição.

Os dados apresentados na Tabela 01, indicam que a produção vegetal possui a centralidade na composição dos valores da produção das unidades agropecuárias da AF para o Brasil, exceto para os estabelecimentos que possuem múltiplas rendas (EFMR), a qual possui na produção animal o maior percentual de produção

Tabela 01 - Composição dos Valores da Produção Animal, Vegetal, Agroindustrial e Total por tipologia da Agricultura Familiar no Brasil – 2006

Tipologia	% Produção			Total
	Animal	Vegetal	Agroindustrial	
EFE	28,90	70,61	0,49	100,00
EFMR	51,19	45,44	3,37	100,00
EFRR	47,20	50,78	2,02	100,00
ESR	14,54	84,74	0,72	100,00

Fonte: Adaptado de Schneider e Cassol (2013) a partir de dados Censo Agropecuário de 2006

As atividades ligadas à agroindustrialização não superam os 4% do volume da produção das unidades produtivas, sendo que o tipo de AF com maior participação

14 Os pesquisadores e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adotaram como metodologia que a parte das receitas recebidas com participações em programas de governos, aposentadorias, pensões, doações e desinvestimentos, não são somadas ao Total da Receita do Estabelecimento.

seria os EFMR com um percentual reduzido de 3,37%, seguido pelos EFRR com 2,02%, dado que os ESR e EFE com percentuais inferiores a 1%. Pela interpretação dos dados verifica-se o baixo direcionamento das unidades de AF para a manufatura de produtos.

Para o caso da Região Sul, demonstrado pela Tabela 02, o Censo Agropecuário de 2006, demonstra que o direcionamento para as atividades ligadas a manufatura de produtos, através da Agroindustrialização é menor ainda, comparativamente ao percentual nacional, indicando o direcionamento da Agricultura Familiar para estratégias voltadas aos CRPDs.

Tabela 2 - Composição dos Valores da Produção Animal, Vegetal, Agroindustrial e Total por tipologia da Agricultura Familiar na Região Sul do Brasil – 2006.

Tipologia	% Produção			Total
	Animal	Vegetal	Agroindustrial	
EFE	33,02	66,88	0,10	100,00
EFMR	48,23	50,58	1,19	100,00
EFRR	50,91	48,11	0,98	100,00
Sem Receita	16,94	83,02	0,04	100,00

Fonte: Adaptado de Schneider e Cassol (2013) a partir de dados Censo Agropecuário de 2006

Em uma escala comparativa os dados dos autores continuam indicando uma concentração significativa no percentual da produção agropecuária, sendo que os percentuais relativos à produção de agroindustrializados são inferiores aos valores nacionais, pois o Sul nas EFMR – foco da pesquisa possui 1,19% enquanto que no Brasil o percentual é de 3,37%.

Nesse contexto, verifica-se que os dados apresentados nas Tabelas 01 e 02, sobre as unidades produtivas familiares rurais, independente de sua vocação produtiva, apresentam diversidade de atividades produtivas, indicando atributos de heterogeneidade organizacional e componentes de diversidade produtiva.

Desta forma, adota-se o critério de determinação de Agricultura Familiar pesquisada por dois panoramas:

a) Organizacional: a definição de AF, aquela metodologicamente definida pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF. ;

b) Orientação Econômica: a distinção adotada para a definição de AF, determina uma orientação produtiva distinta às unidades rurais voltadas ao Mercado

Convencional, dada não apenas pela sua importância econômica, mas principalmente pela sua contribuição social, dado a função da natureza da unidade produtiva e da multiplicidade das suas receitas, seguindo as proposições de Schneider e Cassol (2013).

A definição de Schneider e Cassol (2013) sobre Agricultura Familiar a que nos referimos, entende que a AF:

“[...] não é nem estritamente camponesa e tão pouco essencialmente capitalista e/ou mercantilizada. O tipo social médio de agricultor familiar a que referimos constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (também chamado de autoconsumo) mas também para a comercialização. Por serem famílias que vivem e trabalham com menos terra que desejariam, parte da força de trabalho excedente é utilizada para o exercício de atividades não-agrícolas, na região ou fora dela, fazendo com que estas famílias tenham ingressos não-agrícolas...” (SCHNEIDER; CASSOL 2013, p. 17-18).

A justificativa para tal orientação recai sobre o escopo das unidades familiares pesquisadas a qual envolveu um conjunto de propriedades com as seguintes características:

- i) Estrutura fundiária inferior a 50 hectares;
- ii) Não inseridas aos Mercados Convencionais, e portanto não exercício de atividades monoativas;
- iii) Receitas provenientes de atividades da unidade produtiva e/ou atividades exteriores a ela (rural ou urbano).

2.1 Diversificação na Agricultura Familiar

O debate sobre a diversificação das atividades no meio rural ocorre a partir dos processos de reorientação produtiva e social nas pequenas propriedades rurais como resposta à determinados momentos de dificuldade econômica ou de alterações na estratégia organizacional da propriedade e da família.

A discussão sobre tal fenômeno avançou significativamente no Brasil, se tornando significativo nas investigações dos pesquisadores brasileiros. Um dos expoentes em nosso país, Schneider (2003) abordou a diversificação na AF como:

“[...] situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de

atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção” (SCHNEIDER, 2003 p.103).

A presença desse processo de diversificação das atividades agrícola e não agrícolas na AF brasileira e das unidades produtivas pertencentes a esse grupo no Sul do país, são apresentados nas Tabelas 01 e 02, decorrentes do Censo Agropecuário, indicando uma forte presença e uma oportunidade com potencial produtivo bastante significativo.

A significância da multiplicidade de atividades na Agricultura Familiar brasileira é evidenciado por (Schneider et al., 2013) pela análise do perfil da diversificação a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, no qual os pesquisadores analisaram a diversidade de atividades realizadas pela Agricultura Familiar comparativamente à agricultura não-familiar e concluíram que 34,10% dos estabelecimentos familiares brasileiros podem ser classificados como estabelecimentos que desempenham tarefas agrícolas e não agrícolas simultaneamente, ou seja, utilizam-se da diversificação para a sua manutenção socioeconômica.

A riqueza do debate sobre a importância da diversidade de atividades no meio rural é suscitada por Ploeg et Al (2000), associando essa estratégia de busca por alternativas produtivas, principalmente pelas pequenas unidades rurais, ao que o autor denomina de “novo modelo de Desenvolvimento Rural”. Tal modelo seria uma resposta aos paradigmas impostos por um sistema tradicional de produção agrícola - chamado pelo autor de “*large-scale agribusiness*” – o qual anteriormente utilizamos a definição de Mercados Convencionais, que além de limitar e restringir a atuação das pequenas unidades produtivas rurais, a que a AF se insere, produzia um efeito de exclusão da AF na produção agrícola.

Para Ploeg (2000) essa estratégia de diversificação pode ser entendida como uma expressão de inovação, visto que no contexto do *Agribusiness*, os recursos característicos das pequenas propriedades eram considerados obsoletos, estando desvinculados das exigências técnicas da produção agrícola em alta escala. Pela nova abordagem de Desenvolvimento Rural, suscitada pelo autor, a reconfiguração na utilização dos recursos expressa uma inovação, estabelecendo novas bases de utilização e combinação dos recursos, gerando valor a fim de atender um novo todo emergente, orientado para novas as necessidades, perspectivas e interesses do mercado consumidor urbano.

No contexto da pesquisa, assume-se a visão de Schneider, Ploeg e outros, no

qual a diversificação aparece como elemento determinante da manutenção das pequenas propriedades familiares rurais e a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais passa por esse tipo de estratégia organizacional.

A centralidade da diversidade de atividades torna-se objeto de estudo das atividades não agrícolas representadas pela agroindustrialização de bens produzidos dentro da propriedade rural, bem como aqueles itens produzidos nas proximidades.

Tal diversidade de atividades instaura um caráter de multidimensionalidade à unidade produtiva, evidenciando um processo no qual os integrantes terão que reconfigurar as tarefas entre atividades agrícolas – plantio e colheita juntamente com atividades não agrícolas – tarefas de manufatura, processamento embalagem e distribuição, ou até mesmo a prestação de serviços às outras unidades agrícolas ou prestação de serviços às organizações estabelecidas em perímetros urbanos.

Esse redimensionamento além de estabelecer uma nova matriz nas fontes de renda e receitas, impõe também aos integrantes da propriedade rural um conjunto diferenciado de responsabilidades e relações entre os próprios integrantes da unidade produtiva e os demais atores sociais da comunidade.

Schneider (2004) descreve esse método de diversificação produtiva como um fenômeno que ocorre dentro e fora da propriedade rural, impondo ao meio rural um novo cenário. Cenário o qual estabelece um novo conjunto de relações econômicas e sociais, constituindo uma nova realidade na forma de sobrevivência no meio rural.

Na Europa um dos expoentes históricos no debate, Füller (1990) descreve as unidades rurais como Unidades Monoativas - entendidas como aquelas que praticam apenas atividades ligadas a agricultura e Unidades Pluriativas, as quais, seriam definidas como unidades onde existe a separação entre a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, ou seja, agrícolas, assim como a alocação de trabalho geradores de rendas – prestação de serviço, aluguel da mão de obra a outras unidades agrícolas ou não agrícolas, ocorridas dentro ou fora da propriedade rural da família.

Schneider (2003) argumenta que tal processo de diversificação das atividades exercidas, deve ser entendido como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de determinadas regiões e países, no qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades - agrícolas ou não-agrícolas, no meio rural ou mesmo na cidade, mas que mantém o domicílio no campo e sua ligação com a agricultura e a vida no espaço rural que foram “forjados”.

Tal fenômeno justificado principalmente pelo argumento da inviabilidade econômica de um modelo baseado na monoatividade, para unidades rurais de pequeno porte.

A importância sobre tal fenômeno, segundo Schneider (2003) ocorre a partir dos anos 70 do século XX, através das abordagens americanas e francesa denominadas de "*part-time farming*", "*multiple job holding*" ou "*pluriativité*", indicando crescente diversificação das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma unidade familiar de pequenos agricultores.

A característica comum destas novas formas de trabalho é a dissociação de alguns membros do núcleo familiar do processo de produção agrícola.

Em países desenvolvidos o "*part-time farming*" ocorre, frequentemente, entre os agricultores que possuem pequenas propriedades, localizadas em áreas "marginais" (montanhosas) ou "desfavorecidas" (baixa escala de produção, distantes dos mercados, etc.), os quais se utilizam da recorrência de empregos extra-agrícolas para ampliar a renda familiar ou manter a paridade com os ganhos dos trabalhadores urbanos.

Füller (1984; 1990), Schneider (2003), argumentam que embora essas duas definições ("*part-time farming*" e "*pluriativité*") fossem muito próximas, a vertente francesa objetivava uma análise mais específica da diversificação de fontes de rendas da unidade familiar agrícola bem como as diversas atividades produtivas realizadas pelos membros da família dentro da propriedade.

Já a abordagem do *part-time farming* e do *multiple job holding* estariam mais associados aos fenômenos de descentralização da industrialização e aos movimentos pendulares da população rural, que se utilizava de mão de obra de camponeses (caracterizada como uma mão de obra de baixo custo e disciplinada) para trabalhos não agrícolas urbanos e que eram compartilhadas com trabalhos agrícolas na unidade familiar rural ou no meio urbano.

Kautsky (1980) ao pesquisar o *multiple job holding* averiguou que, não obstante a superioridade técnica da grande propriedade, os pequenos agricultores poderiam coexistir com ela na estrutura agrária, devido ao processo de industrialização da agricultura que viabilizaria empregos assalariados e atividades extra-agrícolas para camponeses, permitindo sua reprodução como assalariados parciais ou temporários.

Para Schneider (2003) e Brummer (2004) os determinantes desse fenômeno de diversificação seriam fatores endógenos e exógenos, sendo esses últimos representados pela análise comparativa entre a desigualdade das rendas do trabalho agrícola e trabalho não-agrícola, a incerteza de retorno dos trabalhos agrícolas

frente a certeza de retorno de trabalho não agrícola, bem como o acesso a direitos sociais e a variedade de oportunidades para ascensão profissional e pessoal.

Schneider (2003) e Brummer (2004) apontam como elementos endógenos que afetam nessa decisão:

- a) número de integrantes da família;
- b) aspectos infraestruturais da propriedade;
- c) penosidade das tarefas agrícolas;
- d) sistema de distribuição de renda e lucros entre os integrantes da família – invisibilidade do trabalho de jovens e mulheres, e;
- e) cultura organizacional da unidade familiar para sucessão - exclusão das mulheres na herança da terra.

Assim, "somente por meio da análise das relações familiares pode-se compreender como se organizam as diferentes atividades profissionais de uns e de outros, assim como a co-gestão das rendas correspondentes" (BARTHEZ, 1987:169).

A diversificação altera o conteúdo da família agrícola de uma situação onde a propriedade era o lugar de residência e produção, passando a ser o lugar de moradia e o trabalho - a produção é desenvolvida fora do âmbito de sua influência ou sendo apenas residual.

O diferencial deste modelo de múltiplas fontes de renda encontra-se no que Ploeg *et al* (2000) chamam de atributos *multi-level, multi-actors, multi-faceted and multi-functionality*.

O primeiro atributo debate o caráter multiescalar, onde a atuação da Agricultura Familiar nesse modelo, não fica restrita a sua atuação produtiva, mas também a atuação como ator social que luta por seus direitos, no acesso e busca de políticas públicas para apoio produtivo, bem como no debate sobre as questões sociais da sua atuação.

Em relação ao aspecto *multi-actors*, está a abordagem que atenta, na quantidade e diversidade de atores e agentes envolvidos nesse sistema. Sejam eles os próprios produtores rurais, sejam os representantes dos movimentos sociais, representantes políticos, as organizações que prestam assessoria e orientação técnica e toda a sociedade que de certa forma atua como *stakeholders* desse grupo.

No aspecto *multi-faceted*, está a questão das diferentes formas de composição dessa AF, seja ela por unidade familiar, por cooperativas, associações e demais formas que compõe um amplo espectro de formação organizacional que expressam

a riqueza das suas heterogeneidades.

Quanto ao que o autor chama de aspecto *multi-functionality*, está a abordagem das diversas formas de funcionalidade da Agricultura Familiar, seja ela atuando de forma mais integrada aos grandes complexos agroindustriais, seja ela mais voltada as atividades mono-agrícolas, bem como as atividades ligadas ao turismo, produção orgânica e até mesmo a agroindustrialização de pequeno porte.

A riqueza do debate sobre o caráter multifuncional está na abordagem das mudanças sociais, econômicas e espaciais da agricultura e do mundo rural, seja a partir de um modelo que segue padrões de internacionalização do sistema agroalimentar (*agri-food-system*), apontando a homogeneização dos mercados de trabalho rural e urbano e o aumento da hegemonia do capital financeiro em escala global como suas características principais, ou pela abordagem alternativa que focaliza o processo de reestruturação da agricultura a partir do estudo da AF e das estratégias que as famílias rurais adotam, para garantirem sua sobrevivência.

Embora no escopo da diversificação das atividades de unidades rurais se encontrem os Sistemas Integrados de Produção, esse não seria o caminho das unidades agrícolas de pequeno porte no contexto que o autor denomina Desenvolvimento Rural. A justificativa de tal argumento ocorre em função das características mercadológicas em que tais sistemas integrados estabelecem de:

- i) Elevada dependência da AF à poucos mercados (Oligopsônio);
- ii) Elevados níveis de endividamento resultantes da intensidade de capital requerida e pouca flexibilidade em relação à geração de renda.

Tal conjunto de atributos ocasiona situações de relativa vulnerabilidade financeira frente a condições agrícolas favoráveis, casos rotineiramente verificados no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, relativos principalmente a pecuária leiteira (onde rotineiramente alterações de regras sanitárias, comerciais e normatizações da indústria, excluem os pequenos produtores e as regiões mais periféricas), o processo de integração de suínos (volatilidade de preços mercado internacional), entre outras que prejudicam a situação financeira dos pequenos produtores rurais.

Barthez (1987:173) argumenta que a diversidade das atividades agrícolas e não agrícolas rompe com o “universo profissional comum a todos os membros da família agrícola”, que era usual na AF, pois sob tal configuração cada integrante pode ter um trabalho diferente e, mesmo assim, pertencer à mesma família.

A família deixa de ser unidade de análise de caráter produtivista, passando a

ser "um grupo de co-habitantes que aparece como desenlace de trajetórias individuais e variadas que em um dado momento converge em torno de um interesse comum, formando o grupo familiar" (BARLETT, 1987:177).

Do ponto de vista crítico aos processos de *part-time farming* e *do multiple job holding*, encontra-se os argumentos de Pugliese (1991) o qual sugere que a compreensão das transformações estruturais da agricultura, principalmente onde a diversidade de atividades não agrícolas, apresenta-se como exemplo de "homogeneização" entre o setor rural e o urbano ou como chamam os Institucionalistas de Isomorfismos.

Assim, o que antes eram "particularidades ou especificidades" do processo produtivo da agricultura são hoje tendências do desenvolvimento global do capitalismo. São estas "notáveis tendências à homogeneização de ambos os mercados de trabalho e dos processos de trabalho da agricultura e da indústria" os resultados que a industrialização gerou no período recente (PUGLIESE, 1991:138).

Tabela 3 - Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares, pela composição das receitas por estabelecimento, por tipo de receita, Brasil, 2006.

Tipologia	Percentual do Valor de Receitas por Atividade			Total
	Prestação Serviço	Agrícola	Não Agrícolas	
EFRR	0,22	16,22	83,56	100
EFMR	1,00	62,54	36,46	100
EFE	7,02	90,96	2,03	100
Sem Receita	0,00	0,00	0,00	0
Total	6,79	89,19	4,02	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Retornando ao debate da importância da diversidade no processo de construção econômica e social das AF (independente da questão de gênero), Schneider e Cassol (2013) demonstram através dos dados do Censo Agropecuário de 2006, os percentuais de composição das receitas por tipo de atividade, dos diferentes tipos de AF, conforme Tabela 3, apresentada abaixo.

Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, expresso no trabalho de Schneider e Cassol (2013), demonstram a importância da diversificação das atividades para a AF, por meio da decomposição das rendas da AF, separando-as em:

a) Receitas de Prestação de Serviços: recursos financeiros provenientes quando algum membro da unidade familiar presta algum tipo de serviço agrícola ou mesmo não agrícola, independente se a ocorrência seja no meio rural ou urbano;

b) Receitas Agrícolas: produto monetário oriundo das atividades agrícolas-agropecuárias na própria unidade rural do qual a família exerce suas atividades;

c) Receitas Não Agrícolas: renda proveniente de atividades não agrícolas ou agropecuárias realizadas dentro da propriedade rural da família;

Para tal amostra os dados brasileiros, segundo os Autores, indicam uma significativa pulverização entre receitas de atividades agrícolas as quais representam 62,54% de receitas totais das EFMRs, 16,22% nas receitas das EFRRs e 90,96% de atividades agrícolas das EFEs. No que tange as receitas não agrícolas, essas representam 83,78% das receitas nas EFRRs, 37,46% das receitas das EFMR e 9,05% das rendas nas EFEs (tais percentuais consideram o somatório das receitas de atividades não agrícolas, acrescida das rendas provenientes das prestações de serviços fora da propriedade rural). Já as receitas provenientes exclusivamente da prestação de serviços, demonstradas no censo, indicam a pouca expressividade da prática, pois não superaram os 10% para as EFEs, sendo inferior a 0,30% nas EFRRs e atingindo 1% nas EFMRs.

Tais dados demonstram que o fenômeno da diversidade ocorre nos três tipos de AF, principalmente para os dois extratos que são interesse da pesquisa: as EFRRs e as EFMRs. Nessas unidades agrícolas a expressão dos agregados relativo as rendas não agrícolas demonstram seu potencial, sendo que nas EFRRs superam o agregado de receitas das atividades agrícolas e sendo superior a 50% das receitas obtidas por atividades agrícolas.

Para a pesquisa, essa diversificação será objeto de estudo dos processos de agroindustrialização nas unidades produtivas da AF, entendendo-a como processo acessório de geração de renda, meio de manutenção familiar e estratégia de viabilizar um sistema de sucessão da unidade produtiva.

Utilizando-se uma análise indutiva, os dados ajudam a evidenciar não apenas a ocorrência do referido fenômeno, mas também a significância das rendas provenientes dessa diversificação, como instrumento de fortalecimento, manutenção e viabilidade das unidades produtivas rurais pertencentes a categoria de Agricultura Familiar.

Outro fenômeno interessante denotado por Schneider (1994), resultado da diversificação de atividades das unidades agrícolas, é o considerável aumento na carga diária de trabalho das mulheres (Rupena-Osolnik,1983). “Assim, a “feminização da produção” nas propriedades “part-time” não resulta da assunção de

novas tarefas além das usuais, mas sim significa um maior envolvimento da mulher, naquelas tarefas que, anteriormente, ela tinha um envolvimento limitado” (PFEFFER, 1989:65).

Simpson *et al.*(1988) argumentam que o fenômeno da diversidade de atividades possui capacidade de potencializar o sistema de divisão sexual do trabalho na unidade agrícola, estando estritamente ligado ao processo de emprego em atividades extra-agrícola dentro ou fora da propriedade. Ambos os trabalhos parecem estar de acordo com a conclusão de que conforme a natureza da atividade externa ("*part*" ou "*full-time*") e dependendo do membro do núcleo familiar (marido ou esposa) que o exerce, verifica-se uma realocação das tarefas no interior da unidade familiar.

Com o objetivo de verificar a ocorrência de tal fenômeno, a presente pesquisa também abordará a questão da divisão sexual do trabalho, no que tange as atividades laborais em Agroindústrias da Agricultura Familiar.

2.2 Agroindustrialização: Uma Estratégia de Diversificação da Agricultura Familiar

Nesse contexto de inovação e diversificação nas atividades produtivas da Agricultura Familiar, a atividade de processamento de alimentos se constitui em importante estratégia da Agricultura Familiar para geração de renda, emprego, qualidade de vida e principalmente de manutenção e viabilidade da unidade produtiva rural familiar de pequeno porte em seu meio.

Na pesquisa, o entendimento sobre a Agroindustrialização, como ambiente de atividades ligadas ao beneficiamento de produtos agropecuários (limpeza, secagem e seleção) assim como a transformação de matérias-primas de origem vegetal ou animal, que resultam no desenvolvimento de novos produtos.

Esse processo de desenvolvimento e aprimoramento de produtos tem no processo de constituição de agroindústrias rurais de pequeno porte um meio de reconfiguração de recursos agrícolas (produto colonial) promovido pela Agricultura Familiar. Tal fenômeno independe se o mesmo ocorre de modo individual ou em organizações associativas, bem como sua relação com o poder público.

Assume-se a condição que os processos de agroindustrialização da AF fortalecem o contexto de inovação no meio rural, não apenas pelas exigências mercadológicas, mas também pelo caráter de racionalização do uso dos fatores

produtivos.

O processo inovativo das atividades agroindustriais praticados pela Agricultura Familiar surge como alternativa para uma situação recorrente à esse grupo de produtores rurais, no qual veem seus custos de produção não sendo compensados pelos rendimentos da venda da produção exclusivamente agrícola, fenômeno esse denominado por Ploeg *et al* (2000) e Ploeg (2006) como *Squeeze* da Agricultura¹⁵.

Nesse contexto a Agroindustrialização para famílias rurais de pequeno porte, segundo Scott (1991) torna-se, uma forma de produção de caráter alternativo com significativo potencial de sustentabilidade e viabilidade, utilizando a via da manufatura e conseqüentemente da agregação de valor ao produto agrícola como um instrumento de resistência e de diversificação das atividades, possibilitando assim alterar o padrão de dependência ao mercado, ampliar sua autonomia e constituir um novo processo de reprodução social.

Long e Ploeg (1994), Long (2001, 2007), consideram o processo de Agroindustrialização como uma das formas de estabelecer novas dinâmicas ao que designaram de novo padrão de Desenvolvimento Rural, para o qual os modelos produtivos homogeneizantes seriam substituídos por processos que fortalecem as heterogeneidades e as potencialidades do território. As bases para esse padrão estariam estabelecidas em: “conhecimentos, habilidades e recursos dos próprios agricultores e, também, as condições do entorno local e do contexto em que os agricultores estão inseridos” (KIYOTA, et al, 2014 p. 1)

Tal reconfiguração pode ser entendida como um processo inovativo, pois requer a arquitetura de redes agroalimentares alternativas e o acesso a circuitos de comércio diferenciados.

Sob a ótica do Institucionalismo, essas questões do entorno e contexto seriam explicados pelo conjunto de Instituições geradas que podem auxiliar na formação e conformação da referida estratégia produtiva.

Esse novo arranjo delineado pelos mercados de Cadeias Curtas de Produção e Comercialização- CCPC caracteriza-se pelos:

- a) movimentos de agregação de valor;
- b) venda direta ao consumidor;
- c) vendas institucionais.

¹⁵ *Squeeze*, conceito que refere-se à condição no qual produtores rurais mesmo obtendo eficiência produtiva na atividade agrícola através da ampliação da produtividade, incidem com uma condição de redução das margens de rentabilidade das atividades como resultado do crescente aumento dos custos de produção conjuntamente com a queda generalizada dos preços agropecuários, redundando num processo de “aperto”, “arrocho” e/ou “estreitamento” nas rendas obtidas da propriedade.

Estratégias delineadas pelas CCPC tornam-se efetivas neste sentido e caracterizam-se por um conjunto de valores que priorizam a cultura, a tradição e as relações de confiança – fatores importantes na autonomia mercantil.

Para Mior (2005, p.178), a Agroindústria Familiar Rural passa a ser entendida como uma forma de organização em que a família rural produz, processa parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

De um produto conservado para a subsistência (no qual a ideia valor de uso é primordial) da família rural para consumo na entressafra, do produto colonial processado nas Agroindústrias Familiares passando a ser interpretado como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.

Mior (2005) amplia sua definição de agroindústria, considerando:

“A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorre geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico” (MIOR, 2005, p. 191).

Para Gazolla (2012) a importância dos processos de agroindustrialização para a AF ocorre pelo cenário de disputa com as CRPDs ou CCPC em torno dos espaços de comercialização e da produção de alimentos diferenciados, com qualidades específicas e em pequena escala de produção. Diante da incapacidade de pequenas propriedades na participação em sistemas de produção em grande escala, exigidos pela indústria do setor, tais organizações optam por centrarem sua produção em mercados locais e regionais.

Outro fator que distingue e potencializa os produtos da AF é a diferenciação do produto, dada por um conjunto de atributos que atendem uma necessidade diferenciada do consumidor. Os fatores que geram esse diferencial foram apresentados por Lagrange (1995, p. 72-73) e ampliados por Prezotto (2002, p. 147-148) pela definição de Qualidade Ampla, os quais abarcam aspectos relativos à:

- i. Qualidade Sanitária;
- ii. Qualidade Nutricional;
- iii. Aspectos Organolépticos;
- iv. Comodidade e Facilidade de Uso;
- v. Aspectos Regulamentares e Burocráticos;

- vi. Ecológico;
- vii. Social;
- viii. Cultural, e;
- ix. Aparência.

Esse conjunto de atributos o qual Prezotto (2002) denominou de Qualidade Ampla é dado por: “um conjunto de características que pode ser incorporado aos alimentos, e assim, materializar a propalada diferenciação dos produtos da Agroindustrialização da Agricultura Familiar”.

Gazolla e Pelegrini (2011) demonstram que pela ótica do Desenvolvimento Rural, os processos de agroindustrialização são relevantes para que a AF possa determinar estratégias singulares de manutenção social e econômica no meio rural, constituindo uma forma alternativa ao padrão de desenvolvimento moderno existente no campo nas últimas décadas.

Os autores contextualizam essa estratégia como:

[...] uma alternativa técnico-produtiva, que busca diversificar a produção, as atividades e as rendas existentes dentro das unidades. Mas essas experiências também agem no sentido de: (a) gerar processos mais autônomos de produção e de relacionamento com os mercados; (b) serem nichos potências de construção de novas combinações sócio técnicas diversas (novas redes, mercados, organizações sociais e tecnológicas, produtos e/ou processos); e (c) auxiliarem as famílias na produção de maiores valores agregados aos seus alimentos, mantendo esses agricultores ativos enquanto atores sociais, na busca de sobrevivência nos espaços rurais” (GAZOLLA E PELEGRINI, 2011 p. 363-364).

Estendendo os potenciais dessa prática para além das questões econômicas, Long (2001, 2006) visualiza o processo de agroindustrialização como ambiente repleto de potencialidades para a ampliação de conhecimentos e informações, em decorrência de um novo modelo de relacionamento com outros atores e Instituições. Nesse novo contexto, os agricultores conseguem desenvolver novos conhecimentos e práticas, que tendem a resultar em novas estratégias e ações, frente a um cenário até então desconhecido, impondo-lhe novos desafios e exigências.

Mior (2010) frisa que processos de Agroindustrialização permitem às unidades familiares rurais vivenciar novos relacionamentos com outros agentes da cadeia produtiva, pois necessitam desenvolver aptidões para negociar com fornecedores de insumos, processadores intermediários e todos demais agentes responsáveis pelo processo de logística e distribuição de seus produtos.

Toda essa transformação torna-se significativa, pois lapida o agente social aqui

personificado pelo agricultor familiar, transformando-o de agente passivo (excessivamente dependente das assessorias técnicas, cooperativas, fornecedores e intermediários) para um agente ativo (que busca cursos, que recorre ao legislativo municipal na busca de apoio infraestrutural e produtivo, que indaga e barganha com o mercado melhores condições e preços), participante e questionador.

Prezotto (2002) reforça a importância das agroindústrias pelo viés da cidadania em dois momentos: a) a referida estratégia torna-se uma oportunidade de trabalho, que redundando em obtenção de renda suficiente para como o diz o autor “viver com qualidade”; b) uma forma de re-inclusão social que possibilita uma oportunidade de resgate dos valores sociais e culturais.

Tal resgate inclui elementos ligados à uma maior interação na sociedade com outros agentes do mesmo segmento (associações de produtores rurais, grupos de feiras-livres, sindicatos, etc.) e na forma como o empreendedor rural na condição de cidadão busca de apoio institucional para o aprimoramento e melhoria às suas atividades laborais.

Na mesma obra Mior (2010) ressalta a importância do processo de construção e consolidação de novas relações sociais que poderão se constituir em bases para o estabelecimento de novos sistemas de aprendizagem e inovação, os quais serão elementos significativos para a consolidação de processos de desenvolvimento rural.

A esfera da produção da Agroindústria Familiar também reserva um lugar extremamente importante para as mulheres agricultoras. Conforme analisou Guivant (2001, 2003), para a estratégia de agregação de valor frequentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para a AF. Esta re-divisão interna de trabalho da família rural se transforma em um dos principais trunfos para o sucesso da Agroindústria Familiar.

Uma consequência significativa desde o ponto de vista do gênero, é que a participação da família em grupos produtivos, permite compartilhar o peso das tarefas agrícolas entre várias famílias de diferentes unidades familiares. Isto ocasiona mudanças no cotidiano das agricultoras, podendo dividir também o cuidado dos filhos, de uma maneira que não poderiam fazer com seus maridos até então.

Particularmente a agregação de valor dos produtos agrícolas em grupos familiares abre para as mulheres agricultoras, novas oportunidades no caminho de seu empoderamento: cursos de treinamento e capacitação, eventos de troca de

experiências e vivências entre as próprias produtoras rurais, o contato direto com consumidores nas feiras, e reforço na autoestima com os elogios sobre seu trabalho que recebem dos consumidores (MIOR;GUIVANT, 2003).

Bianchini (2015) exalta a questão social da AAF, por intermédio do fenômeno de inclusão que a mesma representa, lembra o papel de inclusão da mão de obra feminina, dos idosos e da juventude que as agroindústrias possuem, conferindo-lhes importância impar tanto nas etapas de produção, dados os saberes culturais herdados, incorporados e repassados, como também no processo de comercialização, que incorpora os nexos de uma sociedade moderna incorporada pelos jovens.

Ainda citando Bianchini (2015):

“Por esses aspectos, além de promover o desenvolvimento das áreas rurais, a agroindústria tem permitido a criação de uma identidade territorial em contraposição aos sistemas capitalistas neoliberais de mercado e, por esse motivo, a sua importância em conjunto com a agricultura familiar permitiu com que emergissem políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida de tais realidades” (BIANCHINI, 2015, p. 32).

A emergência do conjunto de atividades de agregação de valor, pautadas na agroindustrialização se constitui em condição fundamental para a concretização de novas estratégias de organização do produtor nas respectivas cadeias de valor. Assim, agricultores passam a vivenciar novos relacionamentos com outros agentes da cadeia produtiva: fornecedores de insumos, processadores e distribuidores de alimentos e consumidores. É neste processo que se constroem novas redes sociais que poderão se constituir nos pilares para a consolidação de redes de aprendizagem e inovação. Estas, por sua vez, são os pilares para a orquestração, o qual nas palavras de Mior (2005) converte-se em processos de desenvolvimento rural com bases territoriais:

Fatores que colaboram para um processo de re-inclusão social desses pequenos produtores rurais, por meio da geração de renda e trabalho.

Além das questões econômicas que envolvem as potencialidades dos processos de AAF, existe também a questão da sustentabilidade dos processos produtivos, pois diante da característica de utilizar matérias primas e recursos locais, é possível imaginar uma possível transição para sistemas produtivos menos agressivos ao meio ambiente, bem como movimentos a sistemas agroecológicos de produção, evidenciando o princípio da sustentabilidade no desenvolvimento territorial.

Tal sustentabilidade é reafirmada por Prezotto (2002), pelo processo de redução dos efeitos perversos, não apenas na abordagem ambiental, mas também dos movimentos demográficos desordenados. No argumento do autor, o fortalecimento das redes de proximidade entre os próprios agricultores, em virtude do fornecimento de matérias-primas utilizados no beneficiamento, pode contribuir no fortalecimento do comércio local/regional pela alocação da renda gerada nas agroindústrias nos próprios municípios ou região (aquisição de equipamentos, vestuário, materiais de construção, eletroeletrônicos, etc.), assim como a potencialidade de ampliação da base de arrecadação tributária pelo fortalecimento de tal comércio.

Todo esse aparato de melhorias contribui, na visão do autor, como elemento a mais para reduzir o desejo dos jovens no meio rural de migrarem para centros urbanos, minimizando o impacto dos movimentos demográficos do rural para o urbano.

No processo de análise das dimensões das Agroindústrias, faz-se necessário separar as Agroindústrias dos Mercados Convencionais e as Agroindústrias da Agricultura Familiar (em alguns momentos subentendida como artesanal). Tal segregação é necessária, principalmente pela diferença entre ambas na forma de relacionamento com o território.

Enquanto a primeira se autonomiza ou se desenraiza dos espaços regionais, tendo em vista sua inserção no mercado globalizado, a última se constitui justamente a partir de sua inserção nas redes sociais do território. A mobilização das redes sociais mais amplas, de parentesco, e de amigos, evidencia como a Agricultura Familiar, pela reativação de vínculos sociais, estabelece estratégias para constituir mercados para seus produtos de valor agregado. Também a AF tem uma relação mais próxima com os consumidores, pela participação em feiras livres, com comerciantes de pequenos varejos, etc..

Schneider (2004) pondera que a continuidade da trajetória da Agroindústria Familiar e suas redes de desenvolvimento rural dependerá da capacidade do território em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias de valor. Argumenta o autor que: “se até o momento isto foi possível com a articulação dos atores, hegemonicamente do território, há indicações da necessidade de expansão das redes para além do mercado regional” (SCHNEIDER, 2004: 86).

Toda essa possibilidade de fortalecimento e expansão das cadeias de valor

das agroindústrias precisa trabalhada com cautela, pois para a abordagem organizacional, esse processo precisa ocorrer sem que as identidades dos autores sofram perdas.

Vale contextualizar que as Agroindústrias Familiares são estruturas produtivas onde a produção e gestão está a cargo dos mesmos agentes, mesmo sendo organizações individuais ou coletivas, o processo de produção ou gerenciamento não é desconexo das pessoas que produzem ou distribuem, caracterizado por processos em que a transparência e a posse das informações é descentralizada.

Da mesma forma nessas organizações a mão de obra utilizada normalmente é derivada da própria unidade familiar, embora em determinados momentos possam utilizar mão de obra terceirizada e temporária – externa a propriedade, mas usualmente ligadas a parentes ou vizinhos.

Do ponto de vista da infraestrutura, as instalações fabris são localizadas nas propriedades agrícolas ou nas imediações fortalecendo o processo de gerenciamento e controle da produção.

Um atributo significativo recai sobre a rede de relacionamento, delineada pelo processo de Agroindustrialização, pois o fornecimento das matérias-primas é dado por um processo conjugado entre produtores associados, produtores vizinhos ou mercado local, estratégia que permite conjuntamente o fortalecimento das atividades locais bem como o controle sobre a qualidade dos insumos fornecidos, contribuindo também para um processo de controle dos custos de produção.

Prezotto (2002, p. 143) pela realização de pesquisas no estado de Santa Catarina, demonstra que a autonomia verificada pela autossuficiência de matérias-primas, ou pela proximidade do seu fornecimento é condição imprescindível para: "... a viabilização das pequenas agroindústrias, seja pela qualidade, pelo aspecto econômico, ou, principalmente, pelo social".

Outra dimensão é a coexistência de arranjos produtivos que seguem as normas legais e aqueles que não desejam ou não conseguem atingir tal patamar. A distinção ocorre pelo critério de formalidade e informalidade, entendendo segregação como sendo a capacidade ou incapacidade de atendimento as normas legais, sanitárias, trabalhistas e de infraestruturais.

A informalidade é representada por um conjunto de atividades cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulamentação estabelecidos, podendo representar desobediência às normas técnicas de produção (não adequação ao regulamento industrial e sanitário), às instalações inadequada (sem

alvará) ou até mesmo, representada pelas relações de trabalho (sem carteira de trabalho, trabalho infantil, entre outros).

Wilkinson e Mior (1999) descrevem as Agroindústrias informais como aquelas unidades produtivas que detêm um conjunto de processos produtivos que não adotam as normas e as regulamentações que prevalecem no setor em que opera.

Os autores descrevem que em determinados momentos essas regras podem ser dualistas, pois ao mesmo tempo em que podem representar a imposição de interesses específicos - funcionando simplesmente como barreiras à entrada de novos concorrentes, por outro lado, podem expressar valores ou objetivos compartilhados, que representam um “ideal”, refletindo valores, culturas, ideologias e conhecimentos consensuais, diferenciando os produtos da AF, com a manufatura da produção industrial.

Independente da sua função, a informalidade, para muitos casos seria um resultado dado os custos proibitivos que sua adoção implicaria. Dorigon (2008) lembra que a maioria das AFs iniciam suas atividades informalmente, pelo simples fato dos produtos coloniais eram produzidos para autoconsumo da família e começaram a serem levados ao mercado devido à redução da renda das atividades agrícolas tradicionais.

Gazolla (2011) atenta que a informalidade em muitos casos é a via absoluta para os agricultores pela incapacidade de enquadramento às exigências, devido à grande burocracia de alguns procedimentos, aos altos custos do processo de legalização, altos custos de transação durante e após a legalização e por não disporem do capital de giro para ser gasto nesse processo.

Para a realização do estudo, optou-se por não distinguir as questões de formalização ou não formalização nas estratégias de AAF visto que grande parte das experiências vividas e recebidas, reportam a experiências no qual as agroindústrias surgem sem formalização - como alternativa à uma situação de vulnerabilidade, seja ela econômica, social ou de gênero, e somente após algum período de êxito comercial a busca por formalização ocorre como uma demanda por ampliação de mercado ou por sanções burocráticas.

Tais sanções burocráticas, sob o viés do Institucionalismo, são consideradas como elementos de pressão coercitiva, que possuem importante papel no estabelecimento do conjunto de hábitos, racionalizações, costumes e históricos, ao qual auxiliaram na construção e definição das Instituições, impactando sobre a conformação organizacional das agroindústrias.

Nosso entendimento é que as Instituições presentes no âmbito da Agroindustrialização envolveriam tipos similares de relacionamentos entre os agentes e organizações, os quais não se distinguem independente da escolha.

As experiências e conhecimentos aqui trazidos pelo universo da Agricultura Familiar ao que se reportam à estratégia de Agroindustrialização, demonstram ampla e diferenciada gama de relacionamentos e envolvimento mantidos pelas famílias e organizações sociais derivando basicamente em três direções diferentes formas de vinculações: a) relações com organizações e entidades públicas e privadas; b) relações com agentes da própria Agricultura Familiar local e/ou regional, e; c) relações com o mercado consumidor.

É nesse conjunto de relações que a presente pesquisa deseja capturar e entender, sob o viés do Neoinstitucionalismo, as formas de determinação das Instituições geradas nesse contexto rural e social. Partindo desse contexto é que o estudo tenta capturar o conjunto de Instituições que possam contribuir e influenciar nesse processo de fortalecimento.

2.3 Agricultura Familiar e Agroindustrialização no Rio Grande do Sul e na Região das Missões

No presente tópico objetiva-se apresentar a importância da Agricultura Familiar e a potencialidade dos processos de Agroindustrialização tanto para o Estado do RS como para a região objeto da pesquisa.

Muitos são os estudos, inclusive alguns já citados, que têm reforçado o papel dos processos autônomos de agroindustrialização para com o desenvolvimento da Agricultura Familiar, atuando como instrumento de fortalecimento da sua capacidade de reprodução social.

A partir de tal pressuposto, buscou-se entender qual a importância da Agricultura Familiar para parte da região noroeste do RS, denominada de Região das Missões – foco do nosso estudo, considerando para tal sua prevalência na estrutura fundiária da região.

Tabela 4 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Utilização da Terra – Até 4 módulos Fiscais, Região COREDE Missões – 2006 e 2017.

MUNICÍPIO	CENSO AGROPECUÁRIO 2006					CENSO AGROPECUÁRIO 2017*					% VARIAÇÃO		
	NÚMERO PROPRIEDADES										FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	TOTAL
	FAMILIAR	%	NÃO FAMILIAR	%	TOTAL	FAMILIAR	%	NÃO FAMILIAR	%	TOTAL			
Bossoroca	915	75,1%	303	24,9%	1.218	673	72,06%	261	27,94%	934	-26,45%	-13,86%	-23,3%
Caibaté	798	93,7%	54	6,3%	852	512	90,62%	53	9,38%	565	-35,84%	-1,85%	-33,7%
Cerro Largo	771	98,8%	9	1,2%	780	1.037	99,62%	4	0,38%	1.041	34,50%	-55,56%	33,5%
XVI de Novembro	752	96,3%	29	3,7%	781	764	95,86%	33	4,14%	797	1,60%	13,79%	2,0%
Entre-Ijuís	1.454	94,6%	83	5,4%	1.537	882	92,45%	72	7,55%	954	-39,34%	-13,25%	-37,9%
Eugênio de Castro	599	86,8%	91	13,2%	690	359	83,49%	71	16,51%	430	-40,07%	-21,98%	-37,7%
Garruchos	432	74,4%	149	25,6%	581	440	77,19%	130	22,81%	570	1,85%	-12,75%	-1,9%
Giruá	1.251	87,7%	175	12,3%	1.426	1.425	89,85%	161	10,15%	1.586	13,91%	-8,00%	11,2%
Guarani Missões	1.067	97,1%	32	2,9%	1.099	898	96,56%	32	3,44%	930	-15,84%	0,00%	-15,4%
Mato Queimado	489	98,6%	7	1,4%	496	358	97,28%	10	2,72%	368	-26,79%	42,86%	-25,8%
Pirapó	781	94,0%	50	6,0%	831	568	92,51%	46	7,49%	614	-27,27%	-8,00%	-26,1%
Porto Xavier	1.501	98,2%	27	1,8%	1.528	1.094	97,68%	26	2,32%	1.120	-27,12%	-3,70%	-26,7%
Rolador	814	94,2%	50	5,8%	864	668	93,82%	44	6,18%	712	-17,94%	-12,00%	-17,6%
Roque Gonzales	1.261	96,2%	50	3,8%	1.311	965	96,60%	34	3,40%	999	-23,47%	-32,00%	-23,8%
Salvador Missões	557	99,8%	1	0,2%	558	348	98,03%	7	1,97%	355	-37,52%	600,00%	-36,4%
Sto Ângelo	1.790	94,1%	112	5,9%	1.902	1.101	93,62%	75	6,38%	1.176	-38,49%	-33,04%	-38,2%
Sto Antônio Missões	1.054	81,1%	245	18,9%	1.299	973	80,41%	237	19,59%	1.210	-7,69%	-3,27%	-6,9%
São Luiz Gonzaga	963	82,0%	211	18,0%	1.174	1.107	87,51%	158	12,49%	1.265	14,95%	-25,12%	7,8%
São Miguel Missões	953	77,8%	272	22,2%	1.225	911	84,51%	167	15,49%	1.078	-4,41%	-38,60%	-12,0%
São Nicolau	774	84,7%	140	15,3%	914	593	86,44%	93	13,56%	686	-23,39%	-33,57%	-24,9%
São Paulo Missões	1.341	99,1%	12	0,9%	1.353	1.084	98,91%	12	1,09%	1.096	-19,16%	0,00%	-19,0%
São Pedro do Butiá	539	99,3%	4	0,7%	543	313	94,28%	19	5,72%	332	-41,99%	375,00%	-38,9%
Sete de Setembro	527	98,5%	8	1,5%	535	334	95,16%	17	4,84%	351	-36,62%	112,50%	-34,4%
Ubiretama	708	99,7%	2	0,3%	710	660	99,40%	4	0,60%	664	-6,78%	100,00%	-6,5%
Vitória das Missões	1.071	97,6%	26	2,4%	1.097	738	95,35%	36	4,65%	774	-31,09%	38,46%	-29,4%
TOTAL	23.162		2.142		25.304	18.805		1.802		20.607	-18,81%	-15,87%	-18,6%
MÉDIA		91,98%		8,02%			91,57%		8,43%		-18,43%	36,55%	-18,5%

Fonte: Elaborada pelo Autor a partir dados Censo Agropecuário IBGE 2006 E 2017.

Para conhecer tal realidade, utilizam-se dados do IBGE na Tabela 4, comparado os dados do Censo Agropecuário de 2006 e os resultados preliminares de 2017, no que se refere ao número de propriedades Familiares e Não Familiares da referida região.

Dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, demonstraram que a Agricultura Familiar na Região das Missões representa cerca de 92% (valor obtido pela média dos percentuais de cada município) das unidades

agropecuárias¹⁶, dentro de um universo 23.162 empreendimentos rurais. No ano de 2006, o município com menor representatividade da AF em sua estrutura fundiária foi Garruchos com uma representação de 74,4% do total de unidades existentes. Na outra ponta, o município de Salvador das Missões foi o município que possui maior percentual de AF na sua estrutura fundiária com 99,8% de empreendimentos agropecuários pertencentes à AF.

Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, também apresentados na Tabela 4, demonstram que embora o percentual de unidades da AF o município tenha declinado, 91,57% (2017) em relação a 91,98% de 2006, a RM ainda possui na AF o maior número de propriedades, perfazendo o total de 18.805.

Quando analisado o número de AFs por municípios, em termos de unidades agropecuárias, Ubiretama teve o maior nível percentual, com uma participação de 99,4% de AFs em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários, ao passo que o município com menor percentual de AF para o respectivo ano foi Bossoroca com 72,06%.

Analisando comparativamente os dados, verifica-se uma redução geral de quase 4.700 unidades agropecuárias na RM, indicando uma concentração da estrutura fundiária da região, no qual o percentual de redução das AFs foi de -18,43% (representando a extinção de 4.357 propriedades) e a redução de propriedades com estrutura fundiária acima dos 4 módulos fiscais foi de 36,55% (desaparecimento de 340 propriedades).

Fenômeno esse que acompanha a tendência nacional, pois segundo Paulo Alentejano (2018), os dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram que a concentração fundiária aumentou, pois pelo censo anterior, de 2006, o Brasil tinha estabelecimentos com mais de mil hectares controlando 45% das terras; agora são 47,5% das terras. Em 2006 eram 5.175.636 estabelecimentos; hoje são 5.072.152, ocupando uma área maior: antes, eram 333 milhões de hectares; hoje são 350 milhões. Segundo o professor, a justificativa estaria baseada na profunda desigualdade social brasileira acarretando na “expansão ainda maior da monopolização da terra no Brasil”

Nesse contexto, verifica-se a existência de tendência em declínio na participação da AF, indicando que as estratégias de promoção territorial para essa região precisam ser pensadas e orientadas à criação de instrumentos de reprodução

16 Considera-se como parâmetro de especificação de Agricultura Familiar, o conceito já apresentado anteriormente de unidades agropecuárias com estrutura fundiária inferior a quatro módulos fiscais, definido pelo PRONAF.

econômica e social que auxiliem na manutenção e desenvolvimento das AFs.

Na mesma linha Mior (2007) salienta que o desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no desenvolvimento territorial, pois segundo ele:

“[...] ocorrem mudanças no âmbito interno da organização familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros” (MIOR, 2007, p.8)

Dentre diversas possibilidades, Prezotto (2002) argumenta que o processo de agroindustrialização familiar rural além de ser um instrumento de promoção da “re-inclusão” social e econômica com capacidade de reversão do processo de modernização da agricultura (que penaliza a agricultura familiar), possui a capacidade de promover o desenvolvimento rural sustentável, pelo “reinício da construção da cidadania, bem como da oportunidade de resgate de valores e saberes” (PREZOTTO, 2002, p. 138)

O escopo do presente estudo orienta-se no princípio que o processo de Agroindustrialização da Agricultura Familiar (AAF) representa uma estratégia alternativa e/ou complementar de desenvolvimento com viés endógeno, a qual possui a capacidade de evitar a exclusão desses trabalhadores rurais de pequeno porte do seu território, gerando renda e cidadania no propósito de desenvolvimento territorial.

No processo de fomento e fortalecimento à AAF no Estado do Rio Grande do Sul, diversos são/foram os programas e projetos de políticas públicas (tais como PRONAF Agroindústria, Programa Sabor Gaúcho, Programa Estadual de Agroindústria Familiar, Projeto Extensão Produtiva e Inovação – PEPI, EMATER entre outros), têm contribuído com iniciativas autônomas na formação de Agroindústrias Familiares do Estado e da região do COREDE Missões.

Com o intuito de reforçar tal lógica, utiliza-se dados relativos ao crédito rural no RS (como demonstra a tabela 5), voltados para investimentos na agroindustrialização. Tais números indicam uma evolução tanto do número de contratos, como no agregado dos valores.

Tabela 5 - Crédito Rural Rio Grande do Sul, finalidade Agroindustrialização – Investimentos. Contratos com valores inferiores a R\$100.000,00, anos 2008-2012, em R\$.

Ano	Nº Contratos	Valor
2008	291	16.732.815,21
2009	866	19.369.605,96
2010	736	19.783.310,50
2011	696	19.267.254,83
2012	1.847	27.310.316,09

Fonte: Elaborada pelo Autor, a partir de Dados do Banco Central do Brasil¹⁷

Após 2011 essa alteração é bastante significativa, verificando-se um crescimento absoluto em 63,21% em valores liberados e 534,71% de crescimento do número de contratos, indicando a maior abrangência dos recursos em termos de unidades produtivas.

Tais ações e teses demonstram o entendimento dos *policy makers* que a estratégia da AAF, representa uma alternativa que tem recebido apoio das organizações públicas, por considerarem uma alternativa possível e exequível para a geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida no campo, manutenção dos trabalhadores rurais em seu meio.

Para entender melhor essa alternativa de desenvolvimento, buscou-se conhecer a realidade das agroindústrias na Região das Missões do RS. Para tanto, partindo de dados da EMATER (2018), elaborou-se a Tabela 6 que demonstra o número de agroindústrias no referido território bem como sua condição de atuação: formalizada ou não formalizada.

Os dados indicam que a região das Missões no ano de 2018 possui 192 agroindústrias cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar - PEAFF¹⁸, frente a 199 cadastradas em 2016, ou seja, uma redução de 3,52% no agregado geral de agroindústrias.

Para investigar melhor essa realidade, a pesquisa elaborou a Tabela 6, que demonstra a distribuição de agroindústrias por municípios da RM, considerando sua

¹⁷ Fonte: DIORF/DEROP/DIORE. Disponível em www.bcb.gov.br

¹⁸ O PEAFF, foi instituído pela Lei Estadual nº 13.921 de 17 de janeiro de 2012, que conforme Bianchini (2015, p. 33) visa busca aumentar a oferta de produtos processados em quantidade e qualidade nutricional e sanitária; a redução dos desequilíbrios regionais, sociais e ambientais; o fortalecimento das ações de combate e de erradicação da fome e da pobreza no meio rural; o desenvolvimento das atividades sustentáveis ambientais, sociais, culturais e econômicas; o fomento à implantação, a regularização e o desenvolvimento de agroindústrias familiares em todas as regiões do Estado; a ampliação, recuperação, fortalecimento e/ou modernização das unidades agroindustriais familiares já instaladas e em desenvolvimento.

condição de legalização/formalização.

Tabela 6 - Distribuição do Número de Agroindústrias por Municípios do COREDE Missões – 2016/2018.

MUNICÍPIO	Nº AGROINDÚSTRIAS Julho/2016		TOTAL	Nº AGROINDÚSTRIAS Julho/2018		TOTAL
	LEGALIZADA	NÃO LEGALIZADA		LEGALIZADA	NÃO LEGALIZADA	
Bossoroca	0	7	7	1	4	5
Caibaté	3	2	5	3	1	4
Cerro Largo	4	4	8	3	5	8
XVI de Novembro	0	7	7	0	5	5
Entre-Ijuis	3	21	24	7	18	25
Eugênio de Castro	0	5	5	0	3	3
Garruchos	0	1	1	0	1	1
Giruá	5	13	18	3	9	12
Guarani das Missões	1	9	10	2	8	10
Mato Queimado	1	0	1	1	0	1
Pirapó	0	0	0	0	2	2
Porto Xavier	4	9	13	3	5	8
Rolador	0	2	2	0	2	2
Roque Gonzales	2	7	9	2	5	7
Salvador das Missões	2	8	10	3	7	10
Santo Ângelo	3	7	10	5	12	17
Santo Antônio das Missões	2	16	18	3	17	20
São Luiz Gonzaga	1	12	13	1	9	10
São Miguel das Missões	0	6	6	0	7	7
São Nicolau	0	7	7	0	3	3
São Paulo das Missões	1	3	4	1	8	9
São Pedro do Butiá	0	4	4	0	5	5
Sete de Setembro	1	3	4	2	3	5
Ubiretama	0	2	2	0	2	2
Vitória das Missões	3	8	11	1	10	11
TOTAL	36	163	199	41	151	192

Fonte: Elaborada pelo Autor, a partir de dados Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Governo Estado do Rio Grande do Sul e EMATER 2018.

Explorando a Tabela 6 através de um recorte municipal, verifica-se que os dados de 2018 indicam 20% dos municípios que compõem a Região das Missões possuem menos de 3 agroindústrias (destacando Pirapó e Mato Queimado, como municípios onde não existem Agroindústrias), 28,00% dos municípios dispõem entre 3 e 6, 32,00% e entre 7 e 12 e apenas 20,00% dos municípios logram acima 12 agroindústrias.

Analisando os estratos definidos para o ano de 2018, comparativamente a 2016, temos que o primeiro e último estratos permaneceram inalterados, contudo o

segundo estrado, que considera a classe de três a seis agroindústrias, teve sua participação ampliada, saindo de 24% indo para 28%, no respectivo período.

A terceira frequência que considera a faixa de sete a doze agroindústrias existentes, teve uma redução na sua participação, passando de 36% para 32% dos municípios.

Embora os números indiquem atualmente um volume significativo de agroindústrias oriundas da AF, um olhar histórico mais aprofundado indica a redução do número de agroindústrias na região.

Oliveira, Prezotto e Voigt (2002) afirmam que a Região das Missões no período 2001/2002 teve 281 agroindústrias familiares (embora entendamos a fragilidade do método de aferição), indicando uma significativa redução no período de quatorze anos.

Essa redução gera desassossegos, dado que nesse hiato de tempo as formas de apoio tanto público como privado, aumentaram expressivamente.

Para uma região caracterizada pela vocação agropecuária e agroalimentar, esses dados demonstram certa fragilidade na opção pela estratégia da agroindustrialização, evidenciando ao mesmo tempo uma oportunidade.

Considerando a formalização das agroindústrias, a Tabela 6 indica que o universo de agroindústrias formalizadas passou dos 18,09% de 2016 para 23,44% de 2018, frente a uma redução de 3,51% do total de agroindústrias. Observando caso a caso, verifica-se que entre os dois períodos o número de agroindústrias formalizadas cresceu 25%, frente uma redução de 9,82% das agroindústrias não formalizadas.

Sob critério do pesquisador esse incremento das formalizadas demonstra o avanço de unidades procurando ampliar o mercado de atuação, bem como a possibilidade de incremento na sua renda e receita.

O processo de formalização, segundo especialistas traz a AF o potencial de ampliar mercado, podendo comercializar seus produtos de forma abrangente, não apenas a famílias, mas também aos estabelecimentos comerciais e as entidades da administração indireta, ampliando em muito a renda gerada.

Sob esse quesito, visualiza-se que a Região Noroeste do RS (dados oriundos da Regional EMATER de Santa Rosa) possui um dos menores graus de formalização das AAF com apenas 27,82% do total de agroindústrias. Se olharmos especificamente para a microrregião das Missões, esses dados são ainda menores, pois dos 18,09% de 2016, ampliou para 23,44% de 2018, o qual apesar de

demonstrar melhora, indica que a RM ainda possui índices inferiores a sua regional.

Tabela 7 - Correlação entre o Percentual Regional de Agroindústrias por Município¹⁹, a Taxa de Ruralização Municipal²⁰ e o Número de Estabelecimentos da Agricultura Familiar²¹.

MUNICIPIOS	2017			2018	
	ESTABELECIMENTOS AGRIC. FAMILIAR - EAF		TAXA DE RURALIZAÇÃO POPULAÇÃO - TRP	AGROINDÚSTRIAS DA AGRIC. FAMILIAR - AAF	
	NÚMERO	% DA REGIÃO		NÚMERO	% DA REGIÃO
Bossoroca	915	3,95%	46,51%	6	3,52%
XVI de Novembro	798	3,45%	44,59%	4	2,51%
Cerro Largo	771	3,33%	20,45%	8	4,02%
Caibaté	752	3,25%	76,73%	7	3,52%
Entre-Ijuís	1.454	6,28%	45,26%	26	12,06%
Eugênio de Castro	599	2,59%	47,11%	4	2,51%
Giruí	432	1,87%	67,32%	1	0,50%
Guarani Missões	1.251	5,40%	24,41%	12	9,05%
Garruchos	1.067	4,61%	38,02%	11	5,03%
Mato Queimado	489	2,11%	73,37%	0	0,50%
Pirapó	781	3,37%	71,82%	0	0,00%
Porto Xavier	1.501	6,48%	50,65%	11	6,53%
Rolador	814	3,51%	76,12%	2	1,01%
Roque Gonzales	1.261	5,44%	57,14%	7	4,52%
Salvador Missões	557	2,40%	59,01%	10	5,03%
Sto Ângelo	1.790	7,73%	5,86%	17	5,03%
Sto Antônio Missões	1.054	4,55%	39,45%	5	9,05%
São Luiz Gonzaga	963	4,16%	11,71%	15	6,53%
São Miguel Missões	953	4,11%	49,78%	5	3,02%
São Nicolau	774	3,34%	35,53%	7	3,52%
São Paulo Missões	1.341	5,79%	65,45%	8	2,01%
São Pedro do Butiá	539	2,33%	57,92%	5	2,01%
Sete de Setembro	527	2,28%	76,74%	5	2,01%
Ubiretama	708	3,06%	78,22%	2	1,01%
Vitória das Missões	1.071	4,62%	80,80%	14	5,53%
	23.162	100,00%		192	100,00%

Fonte: Elaborada pelo Autor, a partir do Censo Agropecuário 2006 e 2017 e dados EMATER 2016 e 2018.

No intuito de tentar entender essa disparidade municipal no processo de estabelecimento da AAF, a pesquisa buscou compreender a existência da relação entre o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar e a população rural dos municípios com o processo de AAF para cada um dos integrantes do COREDE Missões, construindo a Tabela 7.

19 Obtido a partir dos dados do Quadro 2.

20 Taxa de Ruralização Municipal, entendido como o percentual da população de cada município residente no meio rural, obtido a partir da Taxa de Urbanização, disponibilizado pela FEE (2016).

21 Dado obtido a partir dados do Censo Agropecuário 2006, IBGE.

A partir do Percentual Municipal de Agroindustrialização Familiar (PMAF) em relação ao total da região do COREDE Missões construiu-se o percentual de estabelecimentos da AF municipal em relação ao total da mesma região e o Percentual Municipal de Estabelecimentos da AF (PMEAF) e a Taxa Municipal de Ruralização (TMR).

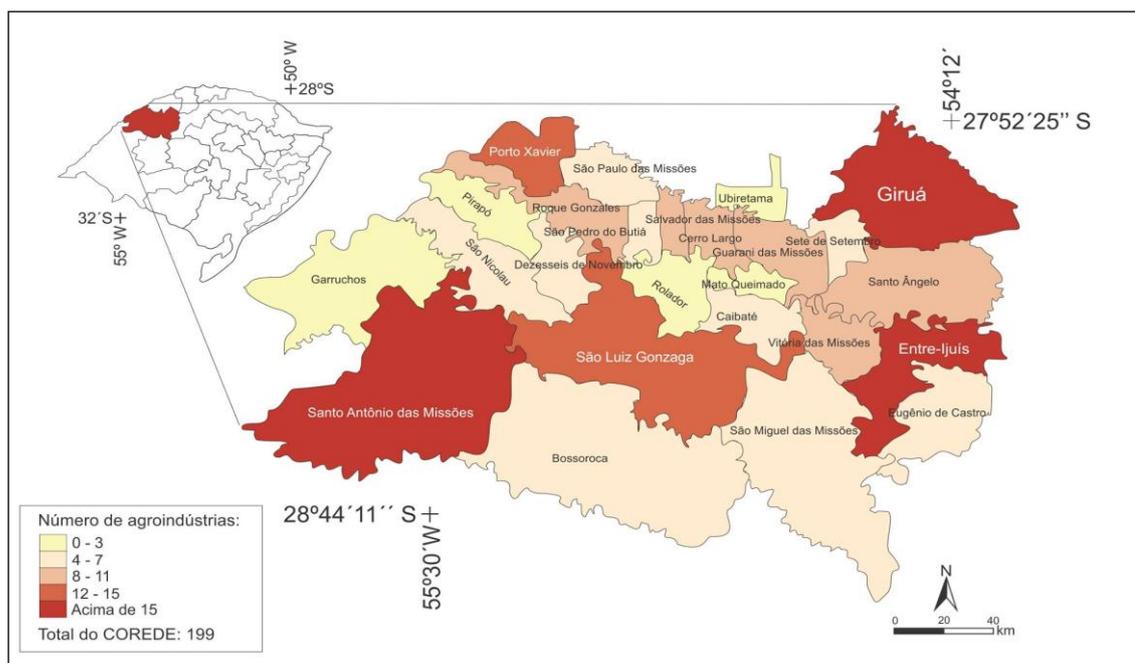
Do estabelecimento de tais indicadores, buscou-se verificar a correlação²² entre a PMAF e a PMEAF e posteriormente a correlação entre PMAF e a TMR. Os resultados obtidos foram de 0,6202 e -0,524, respectivamente. Tais resultados indicam uma correlação fraca, de pouca significância, ou seja, a PMAF e a TMR são variáveis que não explicam adequadamente o fenômeno de AF na Região das Missões.

Se o grau de Ruralização não explica o número de agroindústrias, quais fenômenos poderiam explicar essa realidade?

Na busca dessa resposta a pesquisa buscou ampliar o grau de entendimento sobre as questões que geram as referidas distorções na adoção das estratégias de agroindustrialização.

Do conjunto de informações obtidas pela Tabela 06 e 07, a pesquisa buscou demonstrar pela apresentação da Figura 4, o mapa da distribuição de agroindústrias na Região das Missões.

Figura 4 - Distribuição do Número de Agroindústrias por Municípios do Corede Missões – 2016



Fonte: Elaborada pelo Autor, a partir de dados EMATER 2016.

²² Calculado a partir da ferramenta estatística fornecida pelo Software Microsoft Excel 2010.

A imagem contribui para a visualização de um conjunto de heterogeneidades latentes entre municípios que adotaram/adotam a referida estratégia como instrumento acessório de desenvolvimento, indicando os municípios com maior número de agroindústrias, aqueles com baixo grau de formação de agroindústrias e as localidades com atuação intermediária na AAF.

O mapa demonstra uma linha divisória entre os municípios localizados mais à Norte da região (com maior número de agroindústrias) e municípios situados mais a Oeste e Sul da região (com menor número de agroindústrias).

Ao mesmo tempo, dentro dessa divisão, verifica-se algumas “ilhas” diferenciadas, tomando, por exemplo, o caso dos municípios de Ubiretama e Mato Queimado, que estão inseridos parte superior do mapa (região com maior número de agroindústrias), os quais possuem o mesmo conjunto de recursos naturais que os demais, mas um número muito baixo de agroindústrias.

Municípios mais a Sul da região (com menor grau de adoção da agroindustrialização), possuem em seu conjunto, dois municípios com altos índices de agroindustrialização (Santo Antônio das Missões e São Luiz Gonzaga) e ao mesmo tempo, indica municípios com números muito baixos, quando não inexistentes de agroindústrias (Garruchos, Pirapó e Rolador).

Diante da existência de tais diferenças, que impõe contrastes significativos, a pesquisa impôs a necessidade de segmentar o objeto de estudo, estabelecendo uma diferenciação entre três tipos de territórios, diferenciando-os por dinâmicas de agroindustrialização da Agricultura Familiar. Essa segmentação estabeleceu três tipos diferenciados de territórios condizentes com o grau de agroindustrialização, determinando assim: a) Territórios Dinâmicos: conjunto de municípios com maior número de agroindústrias – acima de doze agroindústrias existentes; b) Territórios de Baixa Intensidade: conjunto de municípios com menor número de agroindústrias – municípios com até três agroindústrias existentes, e; c) Territórios Intermediários: conjunto de municípios com número intermediário de agroindústrias – entre quatro e onze agroindústrias existentes;

A partir desse recorte, surgiu a necessidade de entender as justificativas para a ocorrência de tal fenômeno.

Fockink e Lima (2014) analisando o processo de AAF na região do COREDE

Celeiro²³ demonstram que o processo de origem das Agroindústrias é caracterizado basicamente por iniciativas próprias dos agricultores, as quais representam 50% das atividades agroindustriais. O ato de diversificar das agroindústrias, percebida como fator resultante da continuidade das atividades da família representou apenas por 30% do grupo estudado. A pesquisa ainda demonstrou que 10% dos pesquisados indicaram o surgimento das AFs como resultado do incentivo das entidades locais e os demais 10% por outros fatores.

Tais elementos reforçam a ideia que a escolha pela Agroindustrialização embora seja um fenômeno econômico, ele ocorre sob a influência de um ambiente institucional que está envolvido em um contexto de relações sociais tanto internas (família, com suas aspirações, potencialidades e restrições), quanto relações que se constituem com atores externos às experiências, (cada qual, também, com seus interesses, potencialidades e restrições).

Deste modo, tais relações sociais passam a ser o ponto de partida na análise da adoção de estratégias de Agroindustrialização, que ao longo do processo irão estabelecer relações com outros atores, que formarão o conjunto de Instituições (Instituições aqui compreendidas pela visão de Meyer e Roman (1999) como o reflexo de um comportamento social repetido e aceito, sustentado por normas, tradições, crenças e costumes e de entendimentos cognitivos, que dão significados as relações sociais, possibilitando a auto reprodução de uma ordem social) que darão sustentação a criação e promoção da AF.

Nesse intuito, considerando-se que existam recursos e iniciativas de apoio, debate-se sobre a atuação dos agentes sociais e entidades representativas (sindicatos, municipalidades, associações), quanto ao estabelecimento de Instituições que possam ampliar à promoção e desenvolvimento da agroindustrialização da AF na Região das Missões como estratégia de reprodução social e desenvolvimento regional.

Ao utilizar a teoria Neoinstitucional, espera-se poder identificar elementos que contribuam para a formação das Instituições, compreendendo o delineamento da diversidade organizacional das AFs, bem como a compreensão da atuação dos atores sociais sobre esse conjunto de Instituições.

A clarificação de relações causais e sequenciais que concebem o conjunto de Instituições, sob o contexto da teoria Neoinstitucional no ambiente da AF, podem

23 A referida região pertence a mesma Região Funcional de Planejamento Sete, do qual pertence o COREDE Missões.

converter-se em significativa ferramenta no processo de identificação dos problemas organizacionais do setor que podem afetar negativamente não apenas a eficiência produtiva, mas também com a legitimidade organizacional

Entendendo que principal objetivo do novo Institucionalismo é explicar como o significado das Instituições transformam os comportamentos dos atores e das organizações, a pesquisa pretende interpretar o processo de institucionalização (aqui entendido como a formação do campo), por intermédio de um modelo conceitual desenvolvido, no qual sugere que o principal desafio da teoria Neoinstitucional é elaborar explicações sobre como ocorrem as transições entre os múltiplos níveis de análise do comportamento organizacional das AFs no processo de formação, manutenção e desenvolvimento dessa forma de reprodução social.

As organizações na ótica Neoinstitucional são estruturadas por inúmeros tipos de relações sociais, políticas e econômicas, uma vez que grande parte destas relações se estabelece dentro de organizações. Essas relações sociais passam a ser consideradas como elementos fundamentais no processo de articulação e estruturação das organizações. As organizações tornam-se, assim, componentes essenciais da sociedade moderna, necessitando-se compreender as maneiras pelas quais os agentes se relacionam, contribuindo para o conhecimento do social, humano e organizacional da sociedade.

Diferentemente dos trabalhos do velho Institucionalismo (OIE)²⁴, os quais consideravam que as organizações se institucionalizam como um todo orgânico, DiMaggio e Powell (1983), sob um viés Neoinstitucionalista argumentam que são as formas organizacionais, os componentes estruturais e as regras que são institucionalizadas e não especificamente as organizações.

O avanço trazido pelo Neoinstitucionalismo, na abordagem organizacional, recai sobre a rejeição da predominância da visão utilitarista (da teoria clássica), determinando que o *framing* institucional e as crenças culturais influenciam no comportamento das organizações, sugerindo, desse modo, um olhar sobre a importância das relações sociais na estruturação das organizações.

O processo de AAF precisa ser entendido não como uma necessidade de criar outro método de dependência da AF ao mercado, mas conforme pondera Wanderley (2009), deve ser entendido como uma forma de diversificação das unidades agrícolas, por meio de uma “estratégia da família”, na qual, um processo de ampliação de suas atividades, assegura a reprodução econômica e social do grupo

24 Também chamado de Institucionalismo Clássico.

familiar, propiciando a viabilidade de permanência no seu território e principalmente, ratificando-se como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família. Nesse aspecto, as questões econômicas são atingidas, bem como as questões sociais que envolvem a problemática da sucessão familiar no meio rural.

O conceito de AAF utilizado nesta pesquisa seguirá a conceituação de Mior e Guivant (2005) o qual estabelecem:

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorre geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico (MIOR; GUIVANT, 2005 p. 191).

Contudo, a adoção de uma estratégia de AAF é um processo lento e complexo. Fockink e Lima (2014) demonstram que na região Celeiro do Estado do RS, onde as experiências ligadas à AAF tem-se mostrado exitosas, servindo de exemplo para o estado e para o país.

Não menos importante é a contribuição de Polanyi (1976), o qual enfatiza que, na estratégia de AAF, as relações econômicas estão imersas e enraizadas em significativas questões socioculturais, formatando um tipo singular de relações sociais, no qual, os mercados são entendidos como construções sociais, desta forma, o apoio das demais organizações e atores sociais é importante elemento no processo de fortalecimento.

Nesse contexto, as organizações, associações, cooperativas e sindicatos dentre outros, são identificados como espaços de participação social que podem contribuir nessa construção, delineando estratégias e planos para o desenvolvimento territorial, ou seja, tornam-se importantes atores no processo de geração de Instituições para o processo de AAF.

Para Gazolla (2011), sob o ponto de vista do Desenvolvimento Rural, as ações de apoio às AAFs são importantes para que os agricultores familiares obtenham novas estratégias de manutenção social e econômica como uma opção alternativa ao padrão de desenvolvimento atual existente no campo nas últimas décadas. Nesse contexto, o desenvolvimento rural, promovido pela Agroindustrialização da Agricultura Familiar, deve ser percebido como estratégias de ação dos atores sociais para os espaços rurais.

Para Ploeg et al. (2000), a questão central está em compreender como a

Agricultura Familiar se mantém e se desenvolve a partir de novas práticas e conhecimentos, gerando novos produtos que estão ligados à estruturação de novos mercados.

A construção de novas práticas, processos e experiências, para Long (2001), surge a partir das tentativas de constituições dinâmicas e autônomas para a sua sustentação no meio, pela preservação da propriedade e de decisões centradas nessas unidades familiares. Nesse sentido, o Desenvolvimento Rural e Territorial decorre da construção de novas alternativas de sobrevivência no espaço rural, oriundos da percepção de mercado, percebidas pelas famílias envolvidas no ambiente da Agricultura Familiar, cujas estratégias de reprodução aliam-se às qualidades valorativas que essas famílias dão a si e às oportunidades percebidas no meio em que vivem.

Para Wesz Junior (2007), essas atividades de mercado representadas pela agroindustrialização de bens produzidos na própria unidade econômica, são atividades sazonais, utilizadas para diminuir a variabilidade das rendas durante o ano e entre os anos e a consequente diminuição da sazonalidade dos cultivos tradicionais da agricultura familiar. O autor inclui ainda a potencialidade da Agroindústria de estrutura familiar no que tange a maior autonomia aos agricultores familiares, proporcionando-lhes melhores condições de sustento da família no meio rural e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida.

3 O NEOINSTITUCIONALISMO

3.1 Aspectos Introdutórios ao Institucionalismo

Muitos são os estudos e pesquisas que abordam a temática da Agricultura Familiar e os seus processos de diversificação produtiva via Agroindustrialização, demonstrando suas limitações, mas principalmente os seus benefícios.

Contudo, durante os quatro anos de experiência proporcionados pela participação no Projeto Extensão Produtiva e Inovação (PEPI), pela execução do Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação das Missões (NEPI Missões), gerou uma série de indagações sobre as disparidades municipais em prol da Agroindustrialização em unidades da Agricultura Familiar da Região das Missões. Muitos municípios da referida região possuem um conjunto amplo e homogêneo de recursos naturais, sociais e culturais disponíveis, capazes de gerar vantagens competitivas na produção de alimentos, mas não conseguem o mesmo nível de evolução nessa estratégia, ou seja, um pequeno número de municípios é ativo no fomento e na manutenção da AAF, mas outros com as mesmas condições são muito frágeis.

A partir dessa constatação, ocorreu busca por tais respostas e o amparo na teoria Institucional, principalmente pelos fundamentos do Neoinstitucionalismo, dado que seu enfoque sobre a análise ampliada nas questões que envolvem os fatores sociais e organizacionais dos agentes econômicos.

As pesquisas em teoria Institucional através de Meyer e Rowan (1977); Zucker, (1977), Barley e Tolbert (1997), Berger e Luckmann (1999) argumentam que as Instituições são construções sociais que funcionam como guias de ação, geradas e mantidas por meio de interações sociais. Assim, atores criam Instituições por meio de uma história de negociações e interações que geram tipificações compartilhadas ou expectativas generalizadas sobre comportamentos e interpretações.

Os padrões de relações e ações que emergem deste processo adquirem *status* de fatos inquestionáveis, e por consequência, modelam as interações futuras.

As contribuições da teoria Institucional para o entendimento do comportamento das organizações têm sido significativas. Entretanto, historicamente a teoria institucional tem se inclinado a explicações macros sociais Tolbert e Zucker (1999). O desenvolvimento e a preponderância de um viés para a visão macro na teoria institucional Johnson, Melin e Whittington (2003) é interessante quando consideradas as origens teóricas de seu desenvolvimento, isto é, a noção de que a

realidade é socialmente construída (BERGER e LUCKMANN, 1999).

A visão inicial sugere que os atores individuais e os grupos desempenham um papel significativo no processo de geração de Instituições. Por motivos ainda menos estudados, o papel dos atores dentro da teoria institucional foi colocado em segundo plano.

As suas contribuições têm sugerido diferentes desafios a outras abordagens tradicionais sobre como as organizações se comportam e se estruturam. Uma das principais características da teoria institucional é o foco na legitimidade, ou seja, as organizações buscam legitimidade, gerando tendências estratégicas isomórficas ao invés da busca por diferenciação, como sugerido pela pesquisa tradicional em estratégia (JOHNSON, MELIN e WHITTINGTON, 2003)

O foco da teoria institucional tem recaído, invariavelmente, para o modo como o ambiente institucional captura e restringe a ação dos atores, relegando para um segundo plano o papel desempenhado por estes atores na construção deste ambiente.

As Instituições, entretanto, têm caráter dualista, pois elas emergem das ações sociais e ao mesmo tempo às restringem. Contudo, a maioria dos estudos dentro desta tradição tem focado a capacidade das Instituições em restringir a ação (WHITTINGTON, 1992; BARLEY e TOLBERT, 1997).

Por esta razão, Bowring (2000) indica que a teoria institucional tem caído para uma abordagem estruturalista, preocupada com elementos do comportamento, esquecendo-se de suas origens construtivistas.

Amin (2000) reforça tal posicionamento ao argumentar que as relações entre sociedade e organizações não devem ser entendidas apenas no âmbito das transações mercantis - não sendo apenas processos de trocas de bens e serviços, mas também um sistema de trocas de racionalidades. Tornam-se assim um conjunto de ligações socialmente envolvidas, que possibilitam o fortalecimento das relações entre pessoas e organizações, convertendo-se em fatores cooperantes para o estabelecimento de relações sociais que auxiliam no processo de desenvolvimento econômico.

A importância desse arcabouço institucional nos métodos que analisam os processos de desenvolvimento econômico, baseados em uma leitura territorial é reforçado por Caballero e Soto-Oñate (2013) ao afirmarem que o processo de construção do território não deve ser considerado apenas como um enfoque orientado para a análise dos processos econômicos, mas também uma perspectiva

sobre o viés da configuração das relações e formas organizativas, ou seja, um estudo sobre os complexos mecanismos de reprodução, difusão das relações sociais que determinam processos de construção e fortalecimento do território, que aos olhos do Neoinstitucionalismo, são representados pelas Instituições, as quais regulam, organizam, fomentam e muitas vezes restringem o conjunto de relações em prol de uma estratégia.

No caso do presente estudo, esse conjunto de relações ocorre em nível local/municipal e regional, no qual os Agricultores Familiares buscam durante o contato com outros agricultores, sindicatos, associações, poder público, entre outros, elementos para buscar na diversificação produtiva da unidade agropecuária um novo modelo de reprodução econômico e social que possa fortalecer sua posição como agente social, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento local e territorial.

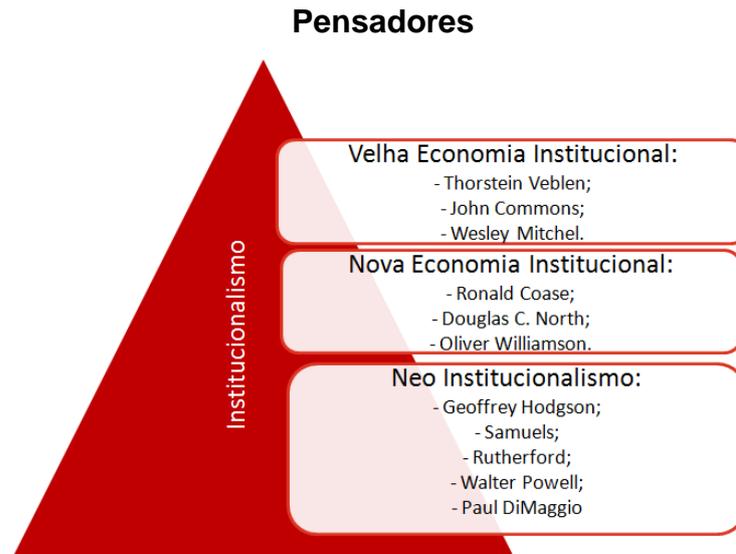
Nesse contexto, a abordagem desse estudo passa a compreender as organizações como sistemas estruturados por inúmeros tipos de relações sociais, políticas e econômicas, dos quais necessitam entender as maneiras pelas quais os agentes se relacionam. Considerando tal posicionamento como significativo, as organizações passam a ser percebidas como estruturas que carregam expectativas e práticas socialmente construídas, que auxiliam na estruturação não apenas das organizações, mas também do território e da região.

Na análise institucionalista de Meyer e Rowan (1999), a incorporação dessas relações sociais pelas organizações, estabelecem os elementos de um ambiente institucional (determinado por regras, normas, práticas, hábitos, costumes, tradições, crenças, procedimentos, etc.) que incutem na organização determinada legitimidade, contribuindo para seu êxito econômico e organizacional.

A partir do estabelecimento de tais princípios norteadores, os processos de estabelecimento, fortalecimento e manutenção de tais relações entre agentes, indicam a necessidade de estudo sobre a formação, manutenção e desenvolvimento de tais Instituições nas organizações e na sociedade.

Nesse sentido, para Conceição (2002) o conceito de Instituição estaria ligado ao produto de uma situação presente, que delinea o futuro, por meio de um processo seletivo, cognitivo e coercitivo, que estabelece a forma de como os agentes econômicos interpretam o ambiente, alterando ou fortalecendo suas percepções.

Figura 5 - Escolas de Pensamento Institucionalista e seus principais



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

A figura 5 objetiva apresentar uma das principais formas de classificar o pensamento Institucionalista e seus principais representantes. A Velha Economia Institucional (OIE), que será apresentada detalhadamente na sequência da tese, segundo Rutherford (2001), Hodgson (1989) surgiu nos Estados Unidos na década de 1880, influenciada pela Escola Histórica Alemã, pelo Historicismo Inglês e pela Filosofia Pragmatista estadunidense. Seu batismo como escola de pensamento se deu em 1919, associada aos nomes de Thorstein Veblen, John R. Commons e Wesley Mitchell.

A derivação da OIE ocorreu com o surgimento da Nova Economia Institucional (NEI), que segundo Ankarloo (2002), Cavalcante (2014), Richter (2005), Pondé (2005), tornou-se expressivo pelo artigo publicado por Ronald Coase em 1937, denominado *The Nature of the Firm*.

Na Economia, tornou-se uma referência fundamental para abordagens teóricas de empresas capitalistas a partir dos custos de transação. A Nova Economia Institucional entrou sua análise no papel das Instituições no ambiente institucional e nas estruturas de governança (abordando as macro instituições - aquelas que estabelecem as bases para as interações entre os seres humanos, conjuntamente com a análise das microinstituições - aquelas que regulam as transações mercantis).

Destacam-se como autores dessa corrente de pensamento, que será trabalhada em tópico posterior, os trabalhos de Douglass North, Barry Eichengreen, Oliver Williamson, Ronald Coase entre outros.

Diante das abordagens funcionalistas e racionalistas da NEI, surgiu o

Neoinstitucionalismo, buscando tornar-se uma teoria focada nos estudos sociológicos das Instituições, sendo entendidas como espaços no qual diferentes atores sociais desenvolvem suas práticas influenciando estruturas e ações. Os primeiros escritos surgiram conforme Kalmanovitz (2003) nas décadas de 1970 e 1980 para dar resposta as supostas crises da OIE, que negavam os aspectos históricos e sociológicos das Instituições. Entre seus principais autores foram Geoffrey Hodgson, James G. March, Peter Guy, Johann P. Olsen, Paul DiMaggio y Walter W. Powell entre outros

Com tais considerações, a seção posterior abordará inicialmente o Institucionalismo Clássico, também denominado de Velha Economia Institucional - OIE, a qual estabelece as raízes dessa abordagem teórica evolucionária, passando em um segundo momento, por uma ruptura conceitual do Institucionalismo, que estabelece os princípios conceituais da Nova Economia Institucionalista - NEI, para finalizar o capítulo com o refinamento teórico da abordagem Neoinstitucionalista e do Institucionalismo Organizacional.

3.2 Institucionalismo Clássico ou Velha Economia Institucional

A visão tradicional do Institucionalismo segue um conjunto de investigações desenvolvidas, sobretudo na economia, que passou a contestar os argumentos do *mainstream* econômico da época, o qual postulava a ideia de um comportamento absolutamente racionalista e utilitarista dos indivíduos no processo de determinação das escolhas e decisões, bem como a ideia de que os sistemas econômicos tendem espontaneamente ao equilíbrio.

Diferente dos economistas que defendiam os pressupostos neoclássicos, para os quais o sistema econômico seria um conjunto estável de relações, os Institucionalistas inseriram a concepção que no sistema econômico seriam normais as mudanças cumulativas e a existência de desajustes, esses inerentes à atividade econômica, as quais promoveriam a evolução do sistema.

Com essa visão, a ciência econômica assumiria postura de ciência evolucionária e que segundo Veblen, (1961, p.58) passaria a ser uma “teoria do processo, de uma sequência que se desdobra”.

Com a introdução de uma nova forma de pensar a economia, os Institucionalistas introduzem a compreensão que as relações econômicas e sociais seguem padrão organizado de comportamento, estabelecido por um coletivo

constitutivo de caráter cultural, e evolucionário. A partir dessa perspectiva, as rotinas, hábitos e regramentos jurídicos passam a serem elementos significativos no processo de entender os desdobramentos dos sistemas econômicos.

Mesmo para os primeiros institucionalistas, segundo Hodgson (1993), as rotinas e os hábitos têm para o agente econômico um significado funcional no processo de escolha, determinando a forma das relações econômicas e sociais. Na mesma obra, o autor afirma que Veblen, figura tutelar do antigo Institucionalismo, considerava as Instituições como hábitos de pensamento, hábitos socialmente valorizados e relativamente consensuais que, de certa forma condicionavam as escolhas sociais, impactando precisamente nas decisões econômicas, objeto privilegiado das primeiras abordagens teóricas do Institucionalismo.

O Institucionalismo então passa a explorar as fragilidades da ótica utilitarista na economia neoclássica, realizando uma sondagem sobre aspectos particulares das escolhas dos agentes econômicos, dentre os quais buscava entender a importância do entorno social e da motivação humana no processo de escolhas.

A forte discordância frente aos rígidos pressupostos da racionalidade ilimitada da teoria econômica neoclássica sobre a capacidade de proporcionar explicações factíveis e realísticas, no sentido de que o comportamento humano seja considerado efetivamente “eficaz”, também se torna princípio da teoria Institucionalista.

O Institucionalismo floresceu nas primeiras décadas do século XX com base nas contribuições de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchel. O “velho Institucionalismo” ficou caracterizado por análises que ressaltam a importância das Instituições contrapondo-se ao pensamento econômico em torno da noção de equilíbrio ou ajuste marginal, reiterando a importância dos processos de mudança e transformação (CONCEIÇÃO, 2008).

O Institucionalismo surge assumindo essa contraposição à teoria econômica da eficiência estática e do equilíbrio de mercado, defendendo as dinâmicas dos agrupamentos e as Instituições no lugar do individualismo metodológico do *homo economicus*.

Veblen destaca que o conceito-chave está na própria concepção de Instituição, entendida como:

“[...] o conjunto de ideias, modos de pensar compartilhados, hábitos sociais passíveis de ser identificados e mutáveis no tempo e no espaço. Assim, a instituição não teria a materialidade de uma entidade, isto é, definir-se-ia pela maneira própria dos indivíduos de conceber a organização da vida comum”. (VEBLEN, 1965, p.181).

“As Instituições são os produtos de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas e, por conseguinte, nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente” (VEBLEN, 1965, p.203).

A visão tradicional do Institucionalismo segue um conjunto de investigações desenvolvidas, sobre tudo na economia que contestava a ideia de um comportamento absolutamente racional dos indivíduos – o agente econômico da teoria neoclássica com viés estritamente racionalista e utilitarista determinariam as escolhas e as decisões. Mesmo para os primeiros institucionalistas, segundo Hodgson (1993), as rotinas e os hábitos têm para o agente econômico um significado funcional no processo de escolha.

Hodgson (1993) ainda afirma que Veblen, considerava a possibilidade das Instituições evoluírem, tornando-se, com o tempo, socialmente valorizadas e relativamente consensuais o quê, de certa forma condicionavam as escolhas sociais, impactando precisamente nas escolhas econômicas (objeto privilegiado desse primeiro Institucionalismo).

Veblen (1965) também explorou a noção das Instituições sob uma perspectiva institucional, o qual definiu os instintos como predisposições natas que exercem comando direto sobre os hábitos e indireto sobre as Instituições. Nesse contexto, Veblen ampliou a definição das Instituições como sendo:

...hábitos mentales predominantes con respecto a relaciones y funciones particulares del individuo y de la comunidad; y el esquema general de la vida, que está compuesto por el conjunto de instituciones en vigor en un momento o e un punto determinados del desarrollo de cualquier sociedad (VEBLEN, 1965, p. 202).

As Instituições para Veblen passam a serem formas de relação dos indivíduos com a sociedade, por meio dos conjuntos de incentivos e constrangimentos considerados por uma sociedade em determinado momento histórico.

Para Hodgson (1998), ainda que os Institucionalistas da OIE aceitassem que os costumes, as normas e as regras pudessem surgir espontaneamente, assinalavam o decisivo papel da ação coletiva consciente do governo na solução de conflitos entre as Instituições, sugerindo que o papel das Instituições (e dos mecanismos de ação coletiva) seria de propiciar determinada “ordem” ao funcionamento do sistema. As decisões daí derivadas, ao se converterem em lei ou apoiadas no plano da política, tornar-se-iam, dessa forma, Instituições mais específicas, precisas e duradouras.

O surgimento das Instituições é apresentado por Hernandez (2008) quando da

formação de modelos mentais e ideologias compartilhadas que designam as percepções dos atores em situações de interação nas quais a cultura e as crenças comportamentais têm significativa atribuição. Dessa forma, independente da sua conformação, se formal ou informal, elas seriam instrumentos que podem restringir e/ou moldam comportamentos, utilizando um sistema de incentivos ou penalizações.

Scott (1994 p. 33), define as Instituições como *“estructuras y actividades cognitivas, normativas y regulativas que proporcionan estabilidad y sentido a la conducta social... y operan en múltiples niveles de jurisdicción”*. Essa visão designa que as condutas sociais embora enraizadas na sociedade através de costumes, hábitos, tradições normas e regras, independente da sua escalaridade territorial e hierarquia formatam as condutas pessoais em torno de uma estabilidade que lhes garantam os melhores resultados possíveis.

Os Institucionalistas fazem uma clara distinção entre Instituições Formais, como sendo aquelas restrições explícitas (constituições, leis, normas, contratos) e as Instituições Informais, representadas pelos constrangimentos implícitos, (representados por códigos de conduta, costumes, tradições, valores sociais, culturas cívicas, questões éticas/religiosas, hábitos, etc.).

Para entender a importância do hábito na relação com o estabelecimento de Instituições, Hodgson (1998) esclarece o papel do hábito para a OIE:

“Habit can be defined as a largely non-deliberative and self-actuating propensity to engage in a previously adopted pattern of behavior. A habit is a form of self-sustaining, no reflective behavior that arises in repetitive situations” (Hodgson 1998, p. 178).

Diferentemente do hábito, as regras para os Institucionalistas, tinham uma perspectiva um tanto quanto coercitiva, mas de caráter mais formal e com uma amplitude diferenciada.

Para um melhor entendimento, Hodgson, (1998), faz um interessante comparativo com o papel do hábito no estabelecimento das Instituições:

“Rules are conditional or unconditional patterns of thought or behavior which can be adopted either consciously or unconsciously by agents. Generally rules have the form: in circumstances X, do Y. Habits may have a different quality: rule-following may be conscious and deliberative whereas habitual action is characteristically unexamined. Rules do not have a self-actuating or autonomic quality but clearly, by repeated application, a rule can become a habit. (...) habits still have the same general form: in circumstances X, action Y follows”.(Hodgson, 1998 p. 185)

Dessa forma, Hodgson explica que o hábito torna-se um conjunto de escolhas

e ações conscientes e deliberadas, enquanto que a obediência as regras referem-se a padrões condicionais que passam a ser adotados de forma consciente. O autor ainda cita que as regras não têm uma qualidade autônoma, ou seja, são impostas por um grupo predominante, mas que quando essas regras são incorporadas ao cotidiano da sociedade ou de um grupo, pode se converter em hábito.

Aprofundando tal conceito, March y Olsen (2006, p.1) argumentam que uma Instituição representa:

“[...] una colección relativamente perdurable de normas y prácticas organizadas, incrustada en estructuras de significado y de recursos que son relativamente estables frente a la renovación de individuos... y al cambio de las circunstancias externas”. (MARCH Y OLSEN 2006, p.1)

Ainda no processo de compreender o que são as Instituições Hodgson (1989) as define como sistemas contínuos de disposições estabelecidas e incorporadas, que organizam as interações sociais dispostas no sistema econômico, onde a durabilidade das estruturas de relações é produto dos fatores que criam expectativas estáveis do comportamento dos agentes, possibilitando assim pensamentos, perspectivas e posicionamentos estruturados, estabelecendo forma e consistência às atividades humanas.

Para os autores a estabilidade das Instituições, frente ao conjunto de significados e das constantes renovações não impede a sua eficácia, dado ao grau de inserção na conduta da sociedade. A novidade passa ser a nova forma de analisar as Instituições, que embora passíveis de estabilidade, estão sujeitas aos processos de renovação que possivelmente ocasionará a alteração no processo das relações sociais e econômicas.

Para North (1993) esse processo evolucionário sempre ocorrerá quando organizações e agentes por intermédio de um processo de retroalimentação dos seus conhecimentos e experiências, perceberem o conjunto de oportunidades que altere a estrutura de incentivos e lhes proporcione algum tipo de melhoria. Para esses casos os ajustes institucionais ocorrem na busca de benefícios. O autor ainda lembra, que mesmo que isso ocorra, o ambiente ao qual emergirá essa alteração é um espaço de racionalidade limitada onde, o poder de negociação de um grupo pode comprometer os resultados do grande grupo.

Nesse contexto, a importância das Instituições no processo de entender o sistema econômico, recai sobre um conjunto de construções teóricas ao qual proporciona uma metodologia que permite organizar o comportamento dos agentes

e estruturar as interações sociais, considerando-os por intermédio de uma ordem social não harmônica, estabelecida em um ambiente econômico que envolve discordâncias e concordâncias, antagonismos, conflitos e concordâncias entre grupos na sociedade, evoluindo conforme a mudança de comportamentos na sociedade e conforme seus modelos mentais.

Na visão de Veblen o desenvolvimento econômico é explicado como um processo que intervém sobre os hábitos costumes, ao longo de um sistema evolutivo. Um processo que envolve trocas escolhas, desenvolvimento e julgamento de como aperfeiçoar e utilizar-se dos movimentos do seu meio, no qual a tecnologia e a inovação tornam-se ferramentas de alteração dos hábitos, costumes, tradições e formas de pensar, ou seja, fator resultante das transformações dos modelos mentais e, portanto, das Instituições.

Em North (1994), Denzau e North (1994), os autores estabelecem uma clara distinção entre ambos, bem como da relação que uma exerce sobre a outra. Para os autores as estruturas mentais seriam as representações internas para o qual, sistemas cognitivos individuais criam condições para interpretar o ambiente, enquanto que as Instituições seriam mecanismos externos à compreensão dos atores, estabelecidos para estruturar e ordenar as estruturas sociais.

No âmbito da pesquisa, a importância do Institucionalismo, enquadra-se pela busca ao entendimento de como as Instituições são construídas pelos atores e como esses mecanismos atuam para promover e/ou constranger o desenvolvimento das organizações na Agricultura Familiar e no território, relativo aos processos de agroindustrialização que atuam na reprodução, na permanência ou nas possibilidades de superação das dificuldades do meio rural.

No intuito de explicar as vinculações sociais por meio das interações econômicas, os Institucionalistas passaram a utilizar-se do mercado – entendido por North (1994) como o sistema de interações entre as Instituições e as Organizações para explicar as relações sociais dos agentes econômicos.

3.3 Nova Economia Institucional – Uma nova visão sobre as Instituições

Em termos teóricos, a aceitação da racionalidade limitada e a imprescindibilidade de acordos para estabelecer relações econômicas que atendam as necessidades, passam a ser o núcleo teórico de um novo grupo de pensadores do Institucionalismo. Para esse grupo a ideia de uma racionalidade ilimitada na

economia clássica é substituída pela teoria da racionalidade limitada, a qual considera o homem, um ser contratual de Williamson (1985) que, consciente de sua racionalidade limitada, constrói acordos para estabelecer relações econômicas que atendam as suas privações.

Nesse sentido, as interações sociais passam a ser observadas como relações contratuais, mitigadoras de comportamentos oportunistas de atores, conscientes de suas limitações, os quais tentam aproveitar as vantagens de ter informações e recursos em benefício próprio. Tal posicionamento torna-se princípio fundante da Nova Economia Institucional - NEI.

Como argumenta North (1993), *“Los individuos actúan con base en información incompleta y con modelos derivados subjetivamente que con frecuencia son erróneos”* gerando resultados não esperados, os quais podem reduzir o grau da utilidade esperada na transação, produzindo perdas ou reduzindo os ganhos esperados. Esses resultados inesperados são explicados pelo autor, mediante as deficiências em torno das escolhas racionais, examinando os aspectos particulares que definem a conduta humana no momento de transacionar: a motivação e a compreensão do meio.

Determina-se desta forma um deslocamento na forma de tratar das interações sociais, que antes na OIE abrangia a análise das motivações sociais em torno de interações, para uma análise específica em torno da busca pela eficiência nas trocas, ou seja, uma abordagem mais estrita em relação ao mundo dos negócios, do qual o ponto de vista microeconômico prevalece.

Por motivação a NEI entende que os aspectos ao qual levam os agentes a transacionar, seja o impulso, as questões racionais, ligadas à utilidade da aquisição e/ou pela compreensão do meio. Essa última seria a capacidade de interpretação das intenções e do ambiente que envolve no acordo, podendo alterar os resultados esperados das negociações.

Para Williamson (1985), o comportamento oportunista, que embora sejam natural para os seres humanos mas que, contudo, impõe um conjunto de práticas de proteção ao negociar, denominando de Custos de Transação²⁵.

Tal migração de núcleo no objeto de pesquisa descreve uma nova área de

25 North define os Custos de Transação como:

“[...] os custos ex-ante de preparar, negociar e salvaguardar um acordo bem como os custos ex-post dos ajustamentos e adaptações que resultam quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas”. (NORTH, 1993, p. 354).

estudo da abordagem institucionalista, denominada de Nova Economia Institucional – NEI, tendo referências Ronald Coase, Douglass North e Oliver Williamson.

Williamson (1989) destaca e evidencia o papel da *bounded rationality* - racionalidade limitada, argumentando que os agentes desejam ser racionais, mas só conseguem parcialmente dada a complexidade do ambiente que cerca a decisão dos agentes. Isso implica como o agente estará empenhado em conseguir aquilo que considera melhor para si, contudo, obter as informações necessárias à tomada de decisões que levem a alcançar tal objetivo, bem como a capacidade de processar todos os meandros inerentes à contratos complexos, são limitadas e custosas.

A Nova Economia Institucional, segundo Conceição (2002) constrói seu alicerce em torno de três princípios centrais:

- a) As instituições e organizações são definidas em função das transações e dos custos a elas associados;
- b) A tecnologia não é fator determinante da organização da firma, embora se constitua em aspecto fundamental da mesma, e a;
- c) A importância das “hierarquias como decorrência das falhas de mercado”.

Nesse contexto de incertezas, a NEI estabelece a importância dos contratos e das regras formais e informais na formação das Instituições na sociedade, como forma de reduzir incertezas e gerar incentivos a determinados comportamentos inesperados que poderiam se converter em ônus as partes que transacionam.

North (1993) lembra nas práticas cotidianas, como a maioria das transações são rotineiras e ocorrem com muita frequência, para as quais delibera-se pouca reflexão para efetivá-las. Isso ocorre porque um conjunto arraigado de práticas, aqui personificadas nas Instituições, orientam as escolhas dos agentes na esperança que possam reduzir as incertezas das escolhas, com baixo ônus na elaboração de estratégias protetivas. Contudo, o autor delibera, que quando se trata de transações, tornam-se menos usuais e mais complexas, amplia-se a necessidade de um arcabouço teórico, ao qual possa orientar essas escolhas, personificado pela NEI:

“[...] Mientras más complejos y únicos sean los problemas que confrontamos, mayor será la incertumbre del resultado. Sucede que no contamos con teorías que nos ayuden a predecir con eficacia los resultados, además de que la información que recibimos en tales circunstancias frecuentemente no nos permite actualizar nuestros modelos para mejorar los”. (NORTH, 1993 p. 38).

Nesse ambiente de incerteza e de custos, North (1995) define as Instituições

como o conjunto de restrições que o sistema impõe às interações humanas no intuito de reduzir tais ônus da comercialização.

O artigo *The Nature of the Firm*, apresentado por Ronald Coase em 1937 apresenta, o novo tratamento teórico abordando a importância dos Custos de Transação para as relações econômicas, aspecto até então ignorado tanto pela economia neoclássica, bem como pela abordagem institucionalista da OIE. A contribuição de Williamson para robustecer o delineamento analítico da NEI, vem com a publicação, em 1985, daquela que viria ser sua principal obra, *The Economic Institutions of Capitalism: firms, markets, relational contracting*.

Azevedo (1997) argumenta que a migração do núcleo analítico, para às “transações” é a distinção entre a OIE e a NEI, surgindo como alternativa para superar a teoria convencional, pois a mesma tratava apenas da importância dos hábitos, costumes e regras formais para o fortalecimento da economia. A NEI busca trazer respostas mais específicas para problemas pontuais que circundam o meio das transações econômicas.

Para a NEI, toda a sociedade é construída sobre um conjunto de regras que restringirão e/ou moldarão o comportamento dos indivíduos. Uma das finalidades atribuídas a essas regras é de criar uma estrutura que permita refinar a interação humana, independente se essas ocorram no campo social, político ou econômico. Segundo North (1998):

“[...]as instituições constituem as “regras do jogo” numa sociedade [...] compreendem o conjunto de regras formais e limitações informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto impostas) que configuram o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros” (NORTH, 1998 p. 7).

Williamson (2000) enfatiza que no processo de evolução da sociedade os contratos, as tradições e os costumes estão sujeitos a ineficiências, decorrendo assim a importância dos contratos para a NEI. Neste contexto, o autor afirma:

“Las nuevas formas de los derechos de propiedad y de la contratación compleja se interpretan entonces como esfuerzos para superar las deficiencias de los incentivos de las tradiciones más sencillas de los derechos de propiedad y de la contratación” (WILLIAMSON, 2000 p. 37).

Para Nascimento (2009) as Instituições na abordagem da NEI tendem a gerar incentivos positivos no sentido de fixar de maneira crescente os mecanismos de reprodução do comportamento, segundo o autor:

“[...] instituições são criadas para o propósito de assegurar contratos (*commitments*) entre os atores ou reforçar as regras (*rules*). Racionalistas dizem que a fonte da mudança institucional é encontrada nas próprias instituições, mais precisamente, no seu caráter disfuncional ou sub-ótimo; ou seja, de qualquer modo, a mudança é sempre principiada pelos atores” (NASCIMENTO, 2009, p.108)

Sob esse viés, as referidas regras, poderiam estar personificadas nas constituições, legislações complementares, e o conjunto de políticas públicas (agrícola, econômica, reforma agrária, etc.) as quais seriam os exemplos de Instituições formais, tendo por objetivo induzir determinadas ações dos agentes para o cumprimento de contratos.

Contudo, as regras poderiam também representar as restrições informais, que segundo Azevedo (2000) se refere aos valores, tabus, costumes, religiões, códigos de ética, laços étnicos e familiares, representando importante papel sobre o comportamento dos agentes, entretanto, como geralmente não estão explícitas, escritas, ocorrem de forma deliberada, constituindo determinado conjunto de instituições de difícil manipulação se comparadas às formais.

O papel das regras no entendimento de North (1994) é de auxiliar no estabelecimento do conjunto de hábitos e preferências convenientes que se reproduzam e se fortaleçam. Tais hábitos e preferências lapidam as Instituições no intuito de oferecer poder e autoridade normativa para gozar de maior durabilidade, os quais nas palavras de North (1994, p. 29): “*las instituciones crean fuertes mecanismos de conformismo y aceptación normativa*”

Para Freitas (2016) as Instituições são tipificações de atores e de ações tornadas hábito, disponíveis a todos os membros do grupo social, estabelecidas por padrões de ação e interação na sociedade as quais institucionalizadas. Na origem deste reside o processo de estabelecimento dos hábitos. Argumenta o autor que:

“Qualquer ação repetida com frequência molda-se num padrão que pode depois ser reproduzido com economia de esforço, tornando-se um hábito. Esse hábito traz consigo o importante ganho psicológico de se limitarem as opções, conservando alguma estabilidade à atividade humana. Elas reproduzem e regulam um padrão de comportamento, produzindo estabilidade” (FREITAS, 2016 p. 679).

Esse processo de estabelecimento de hábitos, costumes, regras, tradições e tantas outras se convertem em arranjos institucionais, os quais foram definidos por North (1995) como o conjunto de regras que governa a forma pela qual agentes econômicos podem cooperar e/ou competir.

Nesse universo de hábitos, costumes coerções (resultado dos conformismos e

aceitações), sejam eles formais ou informais, as Instituições estariam inseridas, segundo os representantes da NEI, como “regras de um jogo”, no qual a importância da sua estabilidade no processo de estabelecimento é significativa na redução da geração de incertezas, bem como no fomento a incentivos aos comportamentos que promovam a geração de riqueza e o seu bem-estar.

Uma possível instabilidade no conjunto das Instituições poderia ter a capacidade potencial de gerar incerteza, as quais representariam regras e práticas válidas para o cumprimento dos acordos contratuais e instrumentos de proteção a serem buscados. North (1995) destaca tal relevância ao afirmar que:

“[...] a função principal das instituições em uma sociedade é reduzir a incerteza estabelecendo uma estrutura estável, não necessariamente eficiente, da interação humana. A estabilidade das instituições, de nenhum modo, contradiz o feito de que elas estejam em mudança permanente. A partir de acordos, códigos de conduta e normas de comportamento, passando por leis estatutárias, direito escrito e contratos entre indivíduos, as instituições se encontram evoluindo e geralmente mudam de maneira incremental, e não de um modo descontínuo” (NORTH, 1995 p. 65).

A significância da estabilidade das Instituições no contexto da NEI estaria calcada na ideia que os agentes poderiam gerar estratégias, de acordo com as “regras do jogo” a fim de obter os melhores resultados possíveis²⁶. Destaca-se nas palavras do autor, que tal estabilidade não significa imobilidade ou inércia, mas sim as passíveis de modificações e evoluções das Instituições com o intuito de aprimorar as relações e acompanhar as evoluções da sociedade.

A orientação de North é clara ao distinguir o processo de evolução das normas formais e informais, ao afirmar:

“As normas formais podem mudar da noite para o dia como resultado de decisões políticas ou jurídicas, mas as limitações informais, enraizadas em costumes, tradições e códigos de conduta são muito mais resistentes. Estas limitações culturais não somente conectam o passado com o presente e o futuro, como também nos proporcionam “*una clave para explicar la senda del cambio histórico*” (NORTH, 1995, p.17).

Esse processo de evolução e modificação de costumes, hábitos e crenças, ao longo do tempo, representa as mudanças culturais que as sociedades sofrem, alterando o seu processo de racionalização sobre o que é certo ou errado, contudo, em sua obra *El Desempeño Económico al Largo del Tiempo*, North (1993) tenta estabelecer a distinção entre modelos mentais (determinado pelo conjunto de

²⁶ North, 1995, p.15, argumenta “o objetivo das equipes, dentro do conjunto de regras, é ganhar o jogo, através de uma combinação de atitudes, estratégias e coordenação mediante intervenções limpas e às vezes sujas”

conformam seus modelos mentais, que analisam o processo de crenças, hábitos e regras e definem o conjunto de Instituições as quais definirão o Marco Institucional.

Sempre que os sinais externos, as crenças compartilhadas evoluírem, os modelos mentais sofram ajustes e determinem um novo conjunto de escolhas, que moldarão o novo conjunto de Instituições produzindo um novo Marco Institucional.

Assim ao mudarem as Instituições, muda-se o conjunto de fatores que alteram os conjuntos de preços relativos na economia exigindo dos empresários a elaboração de novos modelos mentais para decifrarem a conjuntura, a fim de ajustar suas estruturas produtivas.

Em um ambiente de constantes mudanças institucionais, a importância da qualidade institucional torna-se fator elementar no processo de apoio as melhorias econômicas e organizacionais, no qual Hernández (2008) delibera:

“La calidad de los arreglos institucionales es el resultado del diseño de mecanismos y se expresa en la gobernabilidad de las esferas privadas y públicas, de los intereses individuales y el bien común en la obtención eficiente de resultados por el uso de los recursos disponibles” (HERNÁNDEZ, 2008 p.51).

Essa visão sobre a relação entre eficiência e melhorias organizacionais reforça a ênfase da NEI em aspectos microeconômicos, dos quais as noções de mercados²⁸ e hierarquias²⁹ sofrem considerável redefinição relativamente à economia neoclássica e a OIE. O papel das Organizações e como elas se estruturam nesse ambiente de busca pela eficiência contratual, passa a ter relevância nesse novo contexto teórico. Na NEI se estabelece uma clara distinção entre as Instituições (aqui já conceituadas) e as Organizações.

As organizações para North (1993, p. 7-8) são formadas por grupos de indivíduos aglutinados com o propósito de alcançar certos objetivos. As organizações incluem: a) corpos políticos (partidos políticos, senado, municipal,

28 Enquanto o OIE analisava o mercado como um centro de relações sociais, a NEI analisa o mercado pelas "transações", que é seu objetivo central, estabelecendo a proposição básica de que a estrutura de mercado é importante para avaliar a eficácia do comércio em atividades mercantis. Williamson (1985) conceitua mercado como um conjunto de Instituições que estabelece um conjunto de regras e cerceamentos que determina o ambiente das transações econômicas.

29 O termo refere-se as hierarquias de organização, do qual as empresas em função dos diferentes tipos de Custos de Transação impostos pelos diferentes tipos de mercado, passará a analisar diferentes tipos de organização interna, com o objetivo de minimizar tais Custos de Transação. Williamson (1985) define as Hierarquias como o conjunto de regras para a execução de transações tendo por base a estrutura interna uma Organização, que estabelece um composto de transações estabelecidas em linhas verticais de decisão determinadas por uma autoridade. O autor diferencia as transações de mercado, das transações hierárquicas, enfatizando que as primeiras envolvem o intercâmbio entre entidades econômicas autônomas e nas transações hierárquicas é estabelecido uma relação de subordinação o qual prevalece e consolida a ideia de propriedade entidade administrativa.

corpos reguladores); b) corpos econômicos (empresas, sindicatos, cooperativas, etc.); c) corpos sociais (Igrejas, clubes, associações desportivas); e d) corpos educativos (colégios, universidades, etc.).

Fazendo uma analogia aos esportes, North (1998) afirma que as Instituições representam as regras do jogo e as empresas ou organizações são, portanto, os jogadores.

Tais jogadores para North (1994) estariam integrados por um objetivo comum, a fim de alcançar propósitos compartilhados, estabelecendo uma estrutura e um sistema de funcionamento que possibilite resultados eficientes. Esse emaranhado de relações ao qual compõe as Organizações para North, seria apenas resultado do conjunto de Instituições (regras e hábitos) que ordenam as atividades e as relações entre os agentes que constituem tais empresas.

No referido contexto, North (1994) definiu as organizações como:

“instituciones especiales que implican (a) criterios para establecer sus límites y diferenciar sus miembros de los no miembros, (b) principios de soberanía relacionados con quien esta a cargo y (c) cadenas de mando que definan las responsabilidades con la organización” (NORTH, 1994, p. 44).

Conceição (2007) difere a OIE da NEI, argumentando que para a NEI, o ponto central de análise estaria alicerçado em um ambiente microeconômico e na busca da eficiência pela racionalidade, enquanto que para os institucionalistas, a análise ultrapassa simplesmente a questão minimizadora de custos, para abordar o conflito nas relações sociais e os aspectos culturais que impactam sobre esses enfrentamentos.

Os adeptos a OIE analisam o contexto institucional a partir de uma visão do mundo estabelecido pelas relações sociais e conseqüentemente, como sujeito ao controle humano, uma posição que lhes permite expressar e examinar as especificidades da ação humana e de suas interações, incluindo o social ou cultural, bem como a aspectos individuais dos fenômenos. Contudo, a NEI estabelece seu núcleo de análise na influência específica de mecanismos mercadológicos sobre as transações econômicas, em um âmbito de análise individualista.

A distinção que confronta o novo ao antigo Institucionalismo é relativamente unânime nos meios acadêmicos e está centrada no papel das regras que regem as transações econômicas.

Enquanto que para a OIE os hábitos, costumes e tradições eram o núcleo celular da formação das Instituições, na perspectiva da NEI, as regras formais e

informais representam a porção mais evidente e objetiva das Instituições.

Em Samuels (1995, p. 571 e 580) a crítica à NEI se aprofunda ao deliberar por intermédio de um princípio básico da OIE, delineado pela sua visão holística, no qual a economia abrange um conjunto de mecanismos – por vezes chamadas de Instituições, resultante das relações humanas mais básicas (como normas de convivência, costumes, hábitos, etc.), possuindo uma abrangência muito maior do que apenas o foco nos mercados, como trata a NEI.

Quadro 2 - Diferenças Básicas entre a Velha Economia Institucional e a Nova Economia Institucional

Velha Economia Institucional	Nova Economia Institucional.
- Rejeição a Economia Neoclássica	- Adoção de conceitos da economia Neoclássica
- Metodologia Holística	- Metodologia Individualista e Utilitarista
- Relevância as Questões Distributivas;	- Relevância as Questões de Eficiência;
- Ressalta Questões de Poder e Coerção	- Ressalta Mercado Livre e Igualdade.
- Comportamento Humano baseado nos hábitos e costumes;	- Comportamento Humano baseado na racionalidade limitada;
- Instituições entendidas como hábitos de pensamento.	- Instituições entendidas como “Regras do Jogo”.

Fonte: Adaptado de Miguez, (2011).

O quadro 2 mostra as principais diferenças entre os núcleos celulares das respectivas correntes de pensamento, indicando que a OIE tratou de uma análise das relações econômicas, a partir do contorno social e das questões distributivas, abrangendo as interações da ciência econômica com outros ramos as ciências. Em contraposição a NEI enfatiza as questões com foco microeconômico, baseado nas questões operacionais dos agentes econômicos e das organizações no espectro das eficiências.

Diante do contexto apresentado, verifica-se que a NEI centrou seu conjunto de análises na abordagem da eficiência, através de canais que racionalizaram o mercado como instrumento do sistema. Uma visão muito próxima ao tradicional olhar da economia do século XX.

Contudo, para muitos pensadores, o sistema econômico não se resume apenas a esse conjunto de racionalidades, construindo significativas críticas pelo desprezo que a NEI deliberou ao contexto social que influencia o sistema econômico, as organizações e as decisões familiares. É nesse propósito, que o estudo passa a abordar o Neoinstitucionalismo, como forma de analisar como o ambiente social pode influenciar sobre as decisões de pessoas e organizações.

3.4 Neoinstitucionalismo – A Face Comportamental do Institucionalismo

Se as Instituições importam para o bom andamento das organizações e da sociedade, qual o significado das estratégias das Organizações e Agentes sobre as ações das pessoas? É por meio desse questionamento, que a pesquisa suscitou interesse em buscar um aporte teórico que auxiliasse a entender como as Instituições estabelecidas pelas Organizações da Região das Missões, poderiam influenciar o posicionamento organizacional das unidades produtivas da Agricultura Familiar.

Nesta seara, e mediante um conceito mais amplo de Instituição (do qual inclui normas, hábitos e costumes culturais, juntamente com regras, procedimentos e organizações formais), que os Neoinstitucionalistas, buscam por meio de uma abordagem mais comportamental, explicar como relações sociais (que forjam ou são forjadas pelas Instituições), que por vezes transcendem as intenções e as ações de indivíduos, podem configurar o comportamento das pessoas e determinar as estratégias e estruturas das organizações.

A proposta inicial do Institucionalismo representa a base do Neoinstitucionalismo, o qual se fundamenta na abordagem que as Instituições podem condicionar o comportamento dos agentes econômicos e o conteúdo de suas decisões. A base elementar dessa linha de raciocínio tem incidido no modo como o ambiente institucional captura e limita a ação dos atores, relegando para um segundo plano o papel desempenhado por estes atores na construção do ambiente.

Para Frey (2000), as Instituições são de significativa importância para a sociedade, dado que não são apenas um reflexo das necessidades dos indivíduos, mas também “[...] são padrões regularizados de interação, conhecidos, praticados e em geral reconhecidos e aceitos pelos atores sociais,..., não necessariamente por eles aprovados [...]” (FREY, 2000, p. 231-2).

Secchi (2014) argumenta que para a *Old Institutions Economics*, as Instituições são regras formais que, de alguma forma, condicionam o comportamento dos indivíduos. Esses condicionantes, também chamados de constrangimentos pelos Neoinstitucionalistas, referem-se às regras constitucionais, estatutos e códigos legais, políticas passadas, regimentos internos das arenas nas quais políticas públicas são construídas. “Instituições nessa acepção seriam: jurisdições (leis), competências (funções) e as delimitações territoriais” (2014, p. 82).

O desenvolvimento da teoria Institucionalista, explicada por Peres (2008)

Nascimento (2009), demonstra que as primeiras abordagens se pautavam pelo enfoque comportamentalista (pressuposto de que a soma das preferências individuais explicariam o comportamento coletivo), e na vertente estruturalista (a qual atribui a uma determinada estrutura social a força causal de todas as situações sociais).

A partir dos anos 1980, o Novo Institucionalismo também designado de Neoinstitucionalismo começou a ganhar espaço, trazendo novas e significativas contribuições para essa abordagem, em especial no que se refere: a) as regras informais (hábitos, rotinas, convenções, crenças, valores e esquemas cognitivos) também consideradas como Instituições, essenciais para entender a dinâmica política (Secchi, 2014, p. 82); b) ao comportamento dos atores, os quais são parcialmente moldados pelas Instituições e influenciados pelo grau de consolidação do aparato institucional (FREY, 2000);

March e Olsen (1996), ao tratarem do comportamento econômico e social dos atores, argumentam que:

“[...] agem e se organizam de acordo com regras e práticas que são socialmente construídas, publicamente conhecidas, previstas e aceitas. A ação de indivíduos e grupos acontece dentro desses significados e práticas compartilhadas, os quais podem ser chamados instituições e identidades”
“[...] Pessoas agem, pensam, sentem e se organizam com base em exemplos e regras oficiais (às vezes, com base em competição ou em conflito) derivados de identidades, pertencimentos e papéis socialmente construídos. As instituições organizam as esperanças, os sonhos, os medos, bem como as ações intencionais”. (MARCH E OLSEN 1996, p. 249)

As variáveis culturais, segundo os Neoinstitucionalistas, têm forte influência sobre a ação das pessoas e similarmente nas organizações, assim como no desenvolvimento das relações sociais, e, por consequência, das dinâmicas econômicas.

Desta forma, o Neoinstitucionalismo exprime uma resposta tanto às condutas que consideram o indivíduo como um ator inteiramente independente, como às posições que o definem como um sujeito passivo, totalmente vinculado pelas estruturas sociais que delimitam suas possibilidades de ação. O ser econômico passa a ser tratado como aquele agente que possui atuação ativa e passiva nas estruturas sociais, pois assim como o conjunto de regras, tradições, costumes e constrangimentos influenciam suas ações e regram seus atos, suas alterações comportamentais podem vir a compor uma série de elementos que podem influenciar o “*core*” institucional.

Importante destacar, conforme Frey (2000) que o Neoinstitucionalismo não visa desenvolver uma macroteoria das Instituições, mas evidenciar a existência de normas, princípios e regras gerais, costumes, padrões de comportamento dentre outros, que podem exercer uma significativa atuação sobre as visões e as condutas das pessoas. Resumidamente, o autor indica que:

“[...] os atores políticos e sociais agem não somente de acordo com seus interesses pessoais. Também as suas identidades, [...] enquanto cidadão, político, servidor público, [...] engenheiro, médico, sindicalista ou chefe de família, influenciam o seu comportamento nos processos de decisão política”. (FREY, 2000, p. 233).

A base da teoria do Neoinstitucionalismo está orientada no sentido que as Instituições se referem à “posição, políticas, programas e procedimentos das modernas organizações [...] que funcionam como mitos altamente racionalizados” Meyer e Rowan (1977, p. 343). Uma Instituição seria uma estrutura que carrega expectativas e práticas socialmente construídas e possuindo uma qualidade de verdade axiomática (DIMAGGIO e POWELL, 1983; MEYER e ROWAN, 1977).

Para March e Olsen (1989), as Instituições são um conjunto de regras, rotinas, valores, crenças, tradições e modelos cognitivos que possuem uma determinada correlação, os quais são internalizados pelos agentes e definem os princípios normativos e elementos culturais que serão seguidos.

Nesse sentido, a corrente Neoinstitucionalista, sugere que os agentes econômicos orientam seu comportamento às estruturas institucionais pré-existentes, legitimando arranjos institucionais e deliberando à continuidade, a ferramenta ideal para estabelecer a estabilidade que fortalece as Instituições e reduzir os custos de prováveis mudanças.

Nascimento (2009) pondera que essa nova vertente da corrente Institucional, dedica-se a demonstrar a importância da combinação entre a capacidade dos agentes em transformar/alterar as estruturas e a organização social como resultado dos fenômenos sociais.

Ao tratar do comportamento dos agentes, o Neoinstitucionalismo distancia-se da NEI, pois entende que embora os indivíduos sejam independentes e autônomos no seu processo de escolha, existe um conjunto de variáveis sociais que moldam o comportamento dos agentes na direção de um reconhecimento social, pois segundo March e Olsen (1984):

“los individuos no actúan en el vacío sino dentro de contextos

institucionales, los cuales moldean sus preferencias a través de “una combinación de educación, adoctrinamiento y experiencia”. Al reconocer el crucial papel de mediación que juegan las instituciones y reconocer la complejidad de sistemas políticos, el no buscó restaurar la relación entre la realidad y los supuestos teóricos que intentan explicarla” (MARCH; OLSEN, 1984: 738-739).

Segundo Hall e Taylor (2003), para os Neoinstitucionalistas, três questões básicas se formulam na análise institucional: a) como os atores e Organizações se comportam?; b) o que fazem as Instituições?; c) o que explica a manutenção ou as modificações das Instituições?

As respectivas respostas, que auxiliariam a entender o processo de fortalecimento das Instituições, segundo a visão dos Neoinstitucionalistas “[...] tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas” Hall e Taylor (2003, p. 196). Hall e Taylor (2003) foram os autores que primeiramente estabeleceram um panorama das variações interdisciplinares e transdisciplinares, o qual marcou o desenvolvimento do Neoinstitucionalismo nas últimas décadas.

Segundo Goodin (1996), a perspectiva Neoinstitucional possui como elementos norteadores sete pontos:

“1. Individual agents and groups pursue their respective projects in a context that is collectively constrained;... 2. Those constraints take the form of institutions - organized patterns of socially constructed norms and roles, and socially prescribed behaviors expected of occupants of those roles, which are created and re-created over time; 3. Constraining though they are, those constraints nonetheless are in various other respects advantageous to individuals and groups in the pursuit of their own more particular projects; 4. The same contextual factors that constrain individual and group actions also shape the desires, preferences, and motives of those individual and group agents. 5. Those constraints characteristically have historical roots, as artifactual residuals of past actions and choices; 6. Those constraints embody, preserve, and impart differential power resources with respect to different individuals and groups. 7. Individual and group action, contextually constrained and socially shaped though it may be, is the engine that drives social life”. (GOODIN, 1996, p.19-20).

A amplitude dos elementos, que relacionam as restrições sociais com a ação dos agentes e vice-versa, as quais circundam a proposta Neoinstitucionalista, por vezes é questionada, mas para Goodin (1996) é essa amplitude que faz com que essa área de conhecimento tão diversificada cativa tanto pesquisadores.

O Neoinstitucionalismo objetiva dialogar com uma nova visão, embora os estudos de caráter econômico continuem a ocupar uma boa parte das investigações a partir da Nova Economia Institucional (NEI), orienta-se hoje, sobretudo para a ciência política, para os estudos sociais (nomeadamente a sociologia do

conhecimento) e recentemente para os estudos organizacionais.

As investigações Neoinstitucionalistas no domínio das organizações, que interessam particularmente para este estudo, partem da constatação de que a manutenção e a repetitividade do cotidiano organizacional são explicáveis não apenas por referência ao indivíduo, mas, como afirmam Powell e DiMaggio (1991), também por outra perspectiva que localiza a persistência dessas práticas, quer na sua qualidade autônoma, quer na sua reprodução das estruturas que se auto sustentam.

O Neoinstitucionalismo na teoria da organização e na sociologia compreende uma rejeição dos modelos do agente racional, reforçando, pelo contrário, “um interesse pelas Instituições enquanto variáveis significativas representam uma mudança na direção às explicações cognitivas e culturais” (POWELL E DIMAGGIO, 1991: 85).

A presença de uma estrutura formal, que organiza costumes e rotinas, determinando certa conformidade com padrões que se deseja estipular, estabelecendo uma ênfase sobre um conjunto de conformidades da organização a um grupo de práticas e regras racionalizadas das quais são compreendidos como requerimentos necessários para a organização obter os recursos relevantes e apropriados para seu funcionamento e manutenção do seu suporte social (percepção de legitimidade).

Nesse contexto Instituições estariam também localizadas dentro e fora das organizações, pois ao mesmo tempo em que estabelecem padrões e rotinas próprias, precisam seguir um conjunto de constrangimentos sociais para lhes conferir suporte social. Dimaggio e Powell (1983; 1991) entendem que as Instituições deveriam ser tratadas como variáveis independentes que afetam as estruturas, processos e práticas das empresas no campo organizacional, pois ao oposto dos trabalhos da OIE (que entendiam as organizações como um processo de institucionalização como um todo orgânico) as Instituições deveriam compreendidas como componentes estruturais e organizativos externos que moldam as organizações.

No Neoinstitucionalismo, segundo Meyer e Rowan (1977), as organizações são consideradas como um conjunto de complexos elementos culturais que são racionalizados por agências reguladoras, associações de profissionais e outras influências institucionais. Este processo institucional cria restrições cognitivas e estruturais, não só por eliminar alternativas tidas como não realizáveis, mas também

por restringir a imaginação dos atores em relação às diferentes alternativas possíveis de ação. Nesse contexto o papel das rotinas e costumes, na formação dos elementos culturais tornam-se preponderantes, no processo de configuração das organizações e de suas rotinas. O conceito de rotina foi proposto por Nelson e Winter (2002) da seguinte forma:

“[...] the carrying out of a routine is ‘programmatic’ in nature, and like a program tends largely to be carried out automatically. Like a computer program, our routine concept admits choice within a limited range of alternatives, but channeled choice” (NELSON, 2002, p. 20).

Tal conceito foi construído a partir das perspectivas sobre organizações que desenvolvem atividades econômicas e determinem a forma como ela age, sob circunstâncias particulares com as quais a mesma se defronta. Suas performances serão determinadas pelas rotinas e costumes que possuem, bem como pelas rotinas possuídas por outras organizações com as quais interagem e competem.

Meyer e Rowan (1977) argumentam que as organizações estão estabelecidas sob um conjunto de mitos e racionalidades, que organizam “ambientes institucionais”, se tornando tão importantes quanto às atividades e quanto às respectivas demandas.

Dessa forma, as organizações se adaptam ao que ocorre no seu ambiente durante de um processo reprodução de um modelo, forçando as organizações parecerem umas com as outras, pois enfrentam o mesmo conjunto de constrangimentos ambientais. Os autores denominaram esse processo de Isomorfismo Organizacional, dividindo-os em três grupos de mecanismos que podem justificar as alterações do ambiente institucional nas organizações: o Isomorfismo coercitivo, o Isomorfismo mimético e o Isomorfismo normativo. Tal temática será abordada com maior detalhamento em tópico posterior.

Hall e Taylor (2003), demonstraram que as diferentes visões de significados e tratamentos podem ser maiores no interior de uma mesma disciplina do que necessariamente entre elas. A partir deste pressuposto, os autores apresentaram três versões do Neoinstitucionalismo e que coexistem dentro de uma área de conhecimento, representando estes três métodos de análise: escolha racional, do enfoque histórico e enfoque sociológico.

3.4.1. A perspectiva do Neoinstitucionalismo Histórico - *Path Dependence*.

Embora o pressuposto geral da abordagem teórica Neoinstitucionalista refira-se à ideia de que as Instituições afetam o comportamento de atores sociais, ela também reúne diferentes argumentos, cada qual assumindo pressupostos específicos.

Considerar a importância das Instituições como fatores que possam influenciar a trajetória e os resultados das organizações, significa reconhecer o fato de que elas afetam o comportamento dos atores sociais no processo de construção histórica, tanto incentivando como constringendo suas ações Lima (2006), Marques (1997).

O Institucionalismo Histórico, segundo Hall e Taylor (2003), desenvolveu-se como reação contra a análise da vida política em termos de grupos e contra o estrutural – funcionalismo, embora seja por eles influenciado. Tais abordagens dominavam a ciência política nos anos 1960 e 1970, caracterizando-se por uma perspectiva mais atenta ao Estado, visto não como agente neutro que arbitra os interesses concorrentes e sim, como uma complexidade de Instituições - formais e informais - capazes de estruturar o caráter e os resultados dos conflitos entre os grupos. Hall e Taylor (2003) afirmam que a análise histórica explora como as Instituições sociais e políticas podem estruturar suas interações, e gerar trajetórias distintas.

Os adeptos ao Institucionalismo Histórico defendem a causalidade social como fator dependente da trajetória percorrida (*Path Dependence*), rejeitando, portanto, o postulado tradicional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados. Ao contrário, essas forças são modificadas pelas propriedades de cada contexto herdado do passado (HALL e TAYLOR, 2003).

O *Path Dependence*, torna-se recurso analítico usualmente chamado de Dependência da Trajetória atenta para a importância da trajetória na formulação e implementação de uma política pública. Implica um “olhar para o processo de constituição de uma política em uma perspectiva histórica” (LIMA, 2006, p 104).

Pierson e Skocpol (2008, p.13), embora tratem das abordagens relacionadas à ciências políticas, contribuem na compreensão de como os processos de trajetórias dependentes, podem influenciar a conformação de organizações e de suas respectivas Instituições. Os autores argumentam que as vivências e as experiências desencadeiam processos de “conjunturas críticas”, resultando em mecanismos de retroalimentação que reforçam os padrões ou essa conjuntura crítica pode gerar

desconfortos influenciados por perturbações, que inicialmente podem ser pequenas, mas que podem estabelecer processos de mobilização (normais na vida política dos agentes) para alteração dos padrões vigentes.

Uma vez estabelecidos tais padrões, de continuidade, de conformidade ou de instabilidade, as “regras do jogo” geram dinâmicas de inércia ou de novas conformações. Os autores ainda destacam que a análise da prevalência do *Path Dependence*, para determinados comportamentos (sociais e políticos, podem afetar também os comportamentos dos agentes e das organizações), exigindo dos pesquisadores atenção aos aspectos temporais e sociais.

Pierson e Skocpol (2008) enfatizam que os trabalhos desenvolvidos na linha do Institucionalismo Histórico, embora se apresentem de forma bem diferenciada no que se refere às temáticas abordadas, a temporalidade investigada e até mesmo à localização geográfica, apresentam premissas comuns entre eles. Esclarecem que:

“Los institucionalistas históricos abordan cuestiones amplias, sustantivas, que son inherentemente de interés para públicos diversos, así como para otros intelectuales. Para desarrollar argumentos explicativos sobre resultados importantes o enigmas, los institucionalistas históricos toman en serio al tiempo, especificando secuencias y rastreando transformaciones y procesos de escala y temporalidad variables. Los institucionalistas históricos, asimismo, analizan contextos macro y formulan hipótesis sobre los efectos combinados de instituciones y procesos, en vez de examinar una sola institución o proceso por vez. Si se considera a estos tres rasgos en su conjunto (agendas sustantivas, argumentos temporales y atención a contextos y configuraciones), se podrá observar que dan cuenta de un enfoque institucionalista histórico reconocible que realiza contribuciones poderosas a la comprensión del gobierno, la política y las políticas públicas por parte de nuestra disciplina” (PIERSON; SKOCPOL, 2008, p. 9).

A perspectiva histórica do Neoinstitucionalismo considera que as questões do passado e suas consequências interferem no presente e que não somente os aspectos do presente causam interferência. Uma vez que se tenha decidido por um determinado caminho, dificilmente, no âmbito das políticas públicas, o curso seja revertido, em razão dos custos políticos e econômicos geralmente se tornarem muito elevados (PIERSON e SKOCPOL, 2002; THELEN e STEINMO, 1992).

Portanto, para os institucionalistas dessa perspectiva, “a história e o passado contam” e não apenas referem-se a eventos situados no passado Pierson (2000), Pierson e Skocpol (2002). Dessa forma, os estudos históricos, geralmente esclarecem como resultados anteriores determinam padrões para eventos futuros (Skocpol, 1985) e assim permitem compreender por que são feitas determinadas escolhas e tomadas certas decisões em detrimento de outras, ou ainda, por que certos resultados ocorrem.

Nas pesquisas que envolvem o escopo dos processos de AAF no estado do Rio Grande do Sul, deparou-se com dados de que a perspectiva histórica como elemento de continuidade das atividades da família respondia por 30% das iniciativas empreendedoras (FOCKINK e LIMA, 2014).

3.4.2 A perspectiva do Neoinstitucionalismo Racional

Os adeptos do Neoinstitucionalismo da escolha racional propõem que os atores envolvidos com a Organização compartilham um conjunto de preferências ou gostos, comportando-se de forma utilitária para maximizar a satisfação de suas preferências, frequentemente de modo estratégico, a partir de um grande número de cálculos. Em geral, essa abordagem tende a considerar a vida política como uma série de dilemas de ação das coletividades, entendida como situações em que os indivíduos que agem maximizando a satisfação de suas preferências o realizam com o risco de originar um resultado sub-ótimo para o coletivo (HALL; TAYLOR, 2003).

Para Marques (1997), essa vertente enfatiza que as Instituições são essenciais para a definição das estratégias dos indivíduos, representando constrangimentos à escolha estratégica e modificando o comportamento auto interessado dos atores. Pela utilização da Teoria dos Jogos – teoria principal dos adeptos da escolha racional – as situações do tipo do dilema do prisioneiro seriam minimizadas, reduzindo-se as possibilidades de que se participe de transações deste tipo.

Nesse enfoque, o aspecto relevante no estabelecimento das Instituições, recai sobre como as Instituições se mantêm ao longo do tempo. O elemento principal na Teoria dos Jogos recai sobre a hipótese da busca do “Equilíbrio de Nash”. Nesse caso, cada ator escolherá uma estratégia que trará mais benefício. Nesses termos, os indivíduos aderem a esses modelos de comportamento em virtude de que os atores perderão mais ao evitá-los do que ao adotá-los. Desse modo, quanto mais uma instituição auxilia na resolução de questões relacionadas à ação coletiva ou ainda “[...] quanto mais ela torna possíveis os ganhos resultantes de trocas [...]” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198), mais a instituição será vigorosa.

Como salientam Hall e Taylor (2003), o papel da interação estratégica na determinação das situações é central para os teóricos da escolha racional, em parte devido a dois fatores. Primeiro, o comportamento de um ator é determinado por um cálculo estratégico e não por forças históricas impessoais. Segundo, este cálculo é influenciado pelas expectativas do ator em relação ao provável comportamento dos

outros atores.

Nesse cenário, as Instituições teriam o papel de estruturar a interação entre os distintos atores, influenciando a possibilidade e a sequência de alternativas na agenda política, ou ainda oferecendo informações que reduzam a incerteza no que diz respeito ao comportamento dos outros, possibilitando que os atores obtenham ganhos de troca e incentivando-os a se orientarem por certos cálculos ou ações.

Nessa vertente, a ênfase é dada aos aspectos do comportamento humano que são instrumentais e dirigidos no sentido de um cálculo estratégico. Desse modo, os indivíduos procuram maximizar seu rendimento, examinando todas as escolhas possíveis para escolher aquelas que oferecem um benefício máximo. As Instituições, na abordagem do Institucionalismo da escolha racional, afetam os comportamentos ao oferecerem aos atores uma certeza relativamente grande no que se refere ao comportamento atual e futuro dos outros atores. Além disso, as Instituições poderiam fornecer informações relacionadas ao comportamento dos outros, aos instrumentos de aplicação de acordos, às penalidades, etc. (HALL; TAYLOR, 2003).

Quanto à origem das Instituições, os institucionalistas da escolha racional desenvolveram um enfoque que lhes é próprio. Geralmente, eles começam utilizando a dedução para chegar a uma classificação estilizada das funções executadas por uma instituição. A seguir, a existência de uma Instituição é explicada com referência ao valor adotado por essas funções na visão dos atores influenciados pela instituição. Essa ideia supõe que os indivíduos criam as Instituições de forma a realizar esse valor, o que é percebido pelos teóricos dessa vertente como um ganho obtido pela cooperação. De fato, a criação de Instituições está vinculada à noção de acordo voluntária entre os atores que estão interessados em seu estabelecimento. Com base nesse pressuposto, se a Instituição “[...] está submetida a algum processo de seleção competitiva, ela desde logo deve sua sobrevivência ao fato de oferecer mais benefícios aos atores interessados do que as formas institucionais concorrentes [...]” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 206).

Para Théret (2003) o Institucionalismo da escolha racional, também designado de “perspectiva calculadora”, enfatiza o elemento instrumental e estratégico do comportamento. Nessa corrente, as Instituições têm sobre o comportamento dos atores o resultado de diminuir a incerteza em relação à forma como os outros indivíduos agem. Como aponta o autor, no Institucionalismo da escolha racional, as Instituições são percebidas como o resultado intencional e funcional de estratégias de otimização de ganho por parte dos indivíduos.

Em suma, os teóricos dessa vertente veem a Instituição como um resultado adaptado eficaz para as questões relativas à oportunidade, à informação assimétrica e aos custos de controle.

Relativamente às críticas ao Institucionalismo da escolha racional, Théret (2003) evidencia que autores como Wacquant e Calhoun (1991) se mostram reticentes quanto à utilização desse aporte na Sociologia, uma vez que ele pode omitir elementos referentes às condições sociais na formação dos interesses, das preferências e dos propósitos dos indivíduos, fechando a possibilidade de observar os atores como uma construção social e histórica, também capaz de um estudo sociológico.

Pierson e Skocpol (2008) frisam que os estudiosos do Institucionalismo dessa lógica adotam a premissa de que todos os atores relevantes e suas preferências estão presentes no início do processo examinado, quando, na realidade, novos atores e preferências podem geralmente surgir em etapas posteriores do processo.

Nessa mesma direção, Hall e Taylor (2003) frisam que o Institucionalismo da escolha racional desenvolveu uma compreensão acurada das relações entre as Instituições e o comportamento individual, juntamente com um grupo generalizável de conceitos que fornecem a elaboração de uma teoria sistemática e consistente.

Contudo, esse conjunto de princípios teóricos básicos pode reproduzir uma imagem relativamente simplista das motivações humanas. Igualmente, os adeptos dessa corrente tendem a compará-lo e a reduzi-lo a um conjunto de equações que convém ser julgado não tanto pela exatidão dos seus postulados, mas quanto à luz da capacidade de predição de seus modelos. Ainda segundo os autores, esse aporte teórico pode ser restrito ao serem analisadas as preferências subjacentes dos indivíduos, sobretudo em situações empíricas, nas quais essas preferências apresentam múltiplas facetas e tornando-se difíceis ou ambíguas de identificar o *ex ante*, ou seja, pelo que desejam ou esperam fazer e não pelo que efetivamente fazem (*ex post*).

3.4.3 A perspectiva do Neoinstitucionalismo Sociológico

Em contraponto às visões anteriores, alguns pensadores passaram a desenvolver hipóteses diferenciadas, nas quais não apenas elementos racionalistas e históricos poderiam ser significativos na formação das Instituições. Desta forma constituem-se segmentos do Neoinstitucionalismo Sociológico os que se detém na

análise das formas e dos procedimentos institucionais utilizados pelas organizações para se legitimarem na sociedade, partindo do entendimento que o comportamento dos agentes não são formados simplesmente por noção de “racionalidade”, transcendendo também as estratégias baseadas apenas no elemento eficácia. Esse novo olhar dedica-se as tais formas e procedimentos considerados como práticas culturais, comparáveis aos mitos e cerimônias – determinados pelas sociedades, como elemento de formação ou influência sobre as Instituições.

Nesse contexto consolida-se a perspectiva sociológica do Neoinstitucionalismo que deslocou a preocupação para como a estrutura das organizações afeta as ações, no qual esse novo conceito passa a considerar os processos comportamentais e as dinâmicas organizacionais como um novo fator.

Para Hall e Taylor (2003), a originalidade dessa perspectiva está na forma de conceituar ou de definir as Instituições. Nessa abordagem, as Instituições são abordadas de maneira mais ampla, incluindo não apenas as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana.

Na concepção de Hall e Taylor (2003) a análise do Institucionalismo sociológico, percebe que os indivíduos (ou organizações) se utilizam de filtro ou mapas mentais para determinar as suas linhas de ação, preferencialmente, determinadas pelas Instituições por meio das suas estruturas, normas, regras, valores e, principalmente, da cultura institucional, sendo que essas práticas passam então a serem representadas e, em seguida, partilhadas entre os agentes que modelam suas ações.

Dimaggio e Powell (2005) enfatizam que a existência de distintas dinâmicas organizacionais pode inferir no ambiente gerador das Instituições. A formação de ações estratégicas organizacionais é interpretada de diferentes maneiras por diferentes organizações, nesse caso, a cultura expressa por uma dinâmica organizacional exerce o papel de um filtro perceptivo na seleção das ações dos agentes.

Desse modo, a cultura é abordada como um fenômeno social, que vincula os indivíduos e confere-lhes traços comuns, mas não forte ou determinístico o suficiente para se impor como um padrão homogêneo de visão, comportamento, valores e crenças.

Na visão de Machado da Silva e Fonseca (1996), o ambiente derivado das

Instituições é constituído por elementos culturais, expressos nas crenças e regras, cujo estabelecimento se fundamenta na delimitação das práticas organizacionais. Para os autores a sustentabilidade da organização depende não só da capacidade de se adaptar ao ambiente, mas adicionalmente da maneira como cria os fatores normativos de suporte e legitimidade.

Para Scott (1991), a perspectiva sociológica (também chamada de cultural) do novo Institucionalismo põe em evidência os elementos cognitivos das Instituições. Entre esses elementos estão “as normas que constituem a natureza da realidade e o arcabouço do qual os significados são construídos”. (SCOTT 1991, p. 40). Torna-se, assim, no pilar cognitivo da teoria institucional.

Para Hall e Taylor (2003), essa base cognitiva busca analisar o modo como as Instituições exercem influência sobre o comportamento não simplesmente ao especificarem “o que se deve fazer”, mas também “o que se pode imaginar fazer” por meio de um contexto dado. Essa visão confere às Instituições a função de significância da vida social a partir de formas, imagens e signos institucionais, ao mesmo tempo forjados e idealizadores de um padrão de “vida social”.

Na perspectiva sociológica, a racionalidade utilitarista não é desconsiderada pelos autores, pelo contrário, acreditam que a mesma é existente e atuante, contudo, construída sobre outras bases que não a do preceito da eficiência produtiva ou individual, deliberando assim, uma nova prática institucional.

Nascimento (2009) arrazoar que os agentes econômicos amparam suas preferências, interesses, posições e suas ações, em função do conjunto de normas e modelos cognitivos que predominam no grupo social, dessa forma, o Institucionalismo Sociológico estaria distante de ser compatível com um modelo de escolhas plenamente racionais.

Hall e Taylor (2003) ao tratarem dessa racionalidade argumentam:

[...], os institucionalistas sociológicos sustentam que as organizações adotam com frequência uma nova prática institucional por razões que têm menos a ver com o aumento da sua eficiência do que com reforço que oferece à sua legitimidade social à de seus adeptos. Em outros termos, as organizações adotam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo”.(HALL E TAYLOR, 2003, p. 211)

A partir da análise de Hall e Taylor, passa-se a compreender a dinâmica das Instituições pelo viés dos processos de propagação e formalização das Instituições, que as legitimam como corretas e fazendo com que a sociedade as percebam como

realidade objetiva e não apenas socialmente construídas. Essa nova prática institucional tende a estabelecer uma pressão cultural em torno de um processo homogeneizante de estruturas organizacionais, objetivando a legitimidade social. Assim, Scott (2001, p.48), passa a considerar que Instituições “são sistemas compostos por elementos regulativos, normativos e cultural-cognitivos, e agem no sentido de produzir significados, estabilidade e ordem à vida social”, denominando-os princípios elementares das Instituições.

Nesse sentido, a teoria Novo Institucional destaca os aspectos relacionados à legitimidade, compreendida como o discernimento generalizado de que as ações de organizações são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema de costumes, tradições, usos, normas, valores socialmente construídos (Suchman, 1995).

Deste modo, organizações são levadas a adotar práticas socialmente aceitas e a considerá-las como benéficas, pois a própria noção de realidade que permeia o contexto no qual as organizações estão inseridas é resultado de um processo social. (Meyer; Rowan, 1977).

Essa pressão para que elas adotem estruturas que as levam a se tornarem similares umas às outras e obterem legitimidade social é chamado por DiMaggio e Powell (2005) de Isomorfismo.

Segundo DiMaggio e Powell (1991), o conceito que melhor representa o Isomorfismo, que compreende o processo que leva as organizações a adotarem estratégias e hierarquias cada vez mais homogêneas, no qual diferentes organizações atuando em segmentos competitivos e submetidas às mesmas pressões institucionais têm a tendência de se tornarem mais similares umas às outras, gerando um fenômeno de similaridade interorganizacional. “Os autores ainda argumentam que sob esta forma, as Instituições representariam um processo de condicionamento da similaridade às normas socialmente legitimadas e reconhecidas, implicando em aceitação e credibilidade”.

DiMaggio e Powell (1991) reforçam no sentido de que:

“[...] highly structured organizational fields provide a context in which individual efforts to deal rationally with uncertainty and constraint often leads, in the aggregate, to homogeneity in structure, culture and input”.
(DIMAGGIO E POWELL 1991 p. 64)

Seria então em função desse processo de condução à uma homogeneidade organizacional que se estabeleceria os processos de Isomorfismos.

Na descrição de Hawley (1968), o Isomorfismo constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições organizacionais.

Para os autores, esse Isomorfismo se manifesta por meio de três mecanismos:

a) Isomorfismo coercitivo: resulta da adequação de organizações a pressões exercidas por outras organizações e pela sociedade das quais dependem, seja por coerção, persuasão e/ou conluio. Tal isomorfismo pode estabelecer-se por questões legais, questões estruturais de mercado ou por questões socialmente institucionalizadas,³⁰ coagindo organizações a segui-los e adotá-los, em busca da legitimidade no segmento de atuação. (DIMAGGIO; POWELL, 2005);

b) Isomorfismo Mimético: desencadeado pela falta de conhecimento, podendo ser expresso por incertezas advindas de problemas de tecnologias e cenários mal compreendidos, inserção em mercado desconhecido, etc. Conduzem a comportamentos e práticas imitadoras. Os processos miméticos podem se apresentar como soluções viáveis a um baixo custo e como difusores de inovações;

c) Isomorfismo Cognitivo: origina-se por processos de formação ou socialização profissional. É construído basicamente em escolas, universidades, instituições de treinamento profissional, associações profissionais e de pesquisa. Essas instituições estão relacionadas à formação cognitiva do profissional, ocasionando certa normatização de comportamentos. Estudos adotando a abordagem externa tendem a focalizar níveis macro, enfatizando o papel do ambiente institucional na influência das organizações.

Quadro 3 - Princípios do Isomorfismo Neoinstitucional

	Coercitivo	Normativo	Cognitivo
Bases de Submissão	Obediência	Obrigação Social	Interesse
Práticas	Coercitivo	Normativo	Mimético
Método	Dispositivos Legais	Obediência	Hegemonia
Meios	Regras, Leis, Sanções	Certificação Acreditação	Interesse
Base de Legitimidade	Códigos e Sanções Legais	Moral e Ética	Cultura

Fonte: Adaptado de Scott (1998)

Os princípios que permeiam os Isomorfismos são sintetizados no quadro 4

30 Tratados por MEYER, J. W.; ROWAN, B. Organizaciones institucionalizadas: la estructura formal como mito y ceremonia. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Comp.). El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 79-103

demonstrando que no caso do Isomorfismo Coercitivo, seu estabelecimento por necessidades de seguir uma determinada regra legal, que como o próprio nome determina, ocorre por vias obrigatórias e as empresas e cidadãos não existe outra alternativa a não ser cumpri-la ou assumir a ilegalidade.

Para o contexto de Isomorfismo Normativo, a homogeneização de ações e operacionalidades, decorre do seguimento a um padrão moral e ético, que fundamenta as bases de submissão pela alegação da obrigação social, que ocorre via estabelecimento de métodos de obediência, “brindando” a organização ou agente por um sentido de pertencimento. No caso do Isomorfismo Cognitivo, as bases para o processo de homogeneização das práticas, ocorre por bases próprias, ou seja, por uma análise individual, que estabelecerá as vantagens ou desvantagens de seguir práticas promovidas por outros agentes, se legitimando pelas bases culturais seguidas pelos agentes e empresas.

3.4.4 Institucionalismo Organizacional

Segundo Skynner (1957), as dinâmicas organizacionais invariavelmente são expressas por sistemas comportamentais, os quais são entendidos como o fluxo de comportamentos intertemporal deliberado pela relação entre organização-organismo e ambiente, que se estruturam através de um sistema de “estímulo-resposta-consequência. Sob esse ponto de vista a forma como as organizações se estruturam irão conter um conjunto significativo de Instituições, ao qual torna-se o objeto de análise do Institucionalismo Organizacional.

Considerando a conceituação de North (1998) no qual as organizações são os jogadores em um contexto onde as Instituições são as regras desse jogo, questiona-se como as Instituições delineiam as estruturas organizacionais na sociedade e como essas Instituições são afetadas por comportamentos, hábitos e costumes gerados internamente às organizações. É nesse contexto, que a presente seção pretende adentrar sobre a temática do Neoinstitucionalismo Organizacional.

Como o objeto de pesquisa explorado são as organizações atuantes no segmento das Agroindústrias Familiares, a importância de entender como as Instituições influenciam e são influenciadas pelas Agroindústrias Familiares, através do estabelecimento das suas práticas, hábitos e costumes, entre outros, o estudo do Neoinstitucionalismo Organizacional têm importância significativa.

Segundo Selênio (1966) o núcleo da pesquisa organizacional do velho

Institucionalismo recai na relação interna e informal das organizações ao tentar responder aspectos relativos às expectativas e necessidades de constituintes externos - *stakeholders*, considerando que apenas os elementos relativos às estruturas formais não explicam o comportamento organizacional e, portanto, as explicações do comportamento organizacional devem pelo menos ser suplementadas por elementos informais. Diante deste contexto a OIE argumenta que o ambiente institucional estaria apto a prover contextos que restringem o comportamento organizacional, considerando que as organizações estariam profundamente imersas no ambiente institucional ao adotarem, uma dinâmica interna que enfatiza os papéis dos agentes (organizações ou indivíduos) tanto no processo de lapidar o ambiente institucional quanto no procedimento de interpretar as regras e normas institucionais.

Em contraste, Zucker (1987), evidencia que os estudos iniciais do novo Institucionalismo voltaram-se à distinção do ambiente institucional técnico, com o ambiente institucional social, explorando as “pressões exógenas às organizações, citando como exemplo leis e regulações criadas pelo estado, baseado no seu genérico papel autoritário”.

Contudo, parte dos estudos do Neoinstitucionalismo, objetivaram identificar regras e normas institucionais e seus efeitos nas organizações sob a ótica do campo organizacional. Nesta visão diferenciada da OIE, as organizações deveriam estar em conformidade com os ditames institucionais para alcançar a legitimidade, o qual se tornaria elemento primordial à sua sustentabilidade.

Enquanto as correntes tradicionais tomavam como objeto de estudo as organizações individuais e consideravam o ambiente como coadjuvantes, a nova abordagem institucional entende as organizações como consequência do ambiente construído e determinado pelo conjunto de Instituições, contudo, a visão de ambiente amplia-se, incluindo elementos simbólicos, até então desconsiderados pelas demais escolas de pensadores.

Segundo Carvalho, Vieira e Lopes (2001, p.7), antes da contribuição institucional, “os ambientes eram variáveis formadas por elementos de dimensão fundamentalmente objetiva, como os recursos materiais, a tecnologia e o capital”. Os autores afirmam que a proposta institucionalista sugere o acréscimo de um “sistema de crenças e de normas institucionalizadas” à visão do ambiente formado por “fluxos e intercâmbios técnicos”.

Em um dos artigos clássicos da corrente Neoinstitucional, Meyer e Rowan

(1983) baseiam-se na asserção da existência da sociedade pós-industrial, cujas estruturas organizacionais formais refletem os mitos dos contextos institucionais nos quais estão inseridas, ao invés das reivindicações resultantes de atividades do seu trabalho. Os autores reportam-se ao construtivismo social, para contemplar as organizações como reflexos estruturais da realidade socialmente construída, sendo condicionadas, principalmente, por seu ambiente institucional.

Nesse contexto, o mito da racionalidade – expresso por meio de regras institucionais racionalizadas e legitimadas, presentes em diferentes domínios da atividade – passa a ser instrumento de influencia as hierarquias/estruturas e as estratégias de expansão da organização formal. O mito então, no contexto de Carvalho, Vieira e Lopes (2001) incorpora tais padrões como elementos estruturais, onde, quanto maior o grau de modernização da sociedade, maior a presença das estruturas racionalizadas em dados domínios e maior o número de domínios com estruturas funcionais que atendem fixados pelas Instituições vigentes.

Contemporaneamente os pesquisadores Neoinstitucionalistas do campo organizacional Powell (1991), Scott e Meyer (1991), Augusto (2006) dedicaram-se ao estudo das diferenças entre os ambientes técnicos e institucionais, voltando-se para fenômenos no qual o ambiente técnico pudesse ser modelado pelos constrangimentos e incentivos institucionais. Suas pesquisas sugerem que as dimensões técnico e o institucional são interativos e interdependentes, validando práticas onde os avanços tecnológicos estabeleceram novas dimensões organizacionais e por consequência, novas Instituições.

Organizações são, portanto, construídas por meio de práticas institucionalizadas e experiências históricas que constroem modelos normativos de legitimidade organizacional (MEYER, 1991; POWELL, 1991)

Em adição, para Selznick (1966; 1992; 1996), uma Instituição é uma arena no qual, interesses e conflitos são compromissados e negociados. Ele acentua os aspectos informais da dinâmica interna que gera e mantém o significado das interações sociais dentro das organizações.

Segundo Selznick (1966) e Augusto (2006) a organização se torna uma Instituição quando ela é infundida com valores. Assim, é provável que produza uma organização com uma identidade distinta. A Instituição, então, é transformada em um padrão coletivo quando cria e sustenta uma cultura que acomoda uma grande gama de interesses de um determinado grupo

Não apenas as Instituições exploram o processo de definição e redefinição do

caráter organizacional vigentes, mas também se referem à propriedade ou ao estado de uma organização. Em particular, diferentes caminhos de institucionalização podem ajudar a explicar variação organizacional, até mesmo em um campo organizacional.

De acordo com Zucker, o termo Institucionalização enfatiza o “processo cognitivo envolvido na criação e transmissão das Instituições” (1991, p. 104). Similarmente, DiMaggio define a institucionalização como um “processo inacabado - como oposto a um estado adquirido” (1988, p. 12). Ele entende a institucionalização como um processo político, intrincado por certas contradições inerentes às próprias Instituições.

Nesse sentido, a institucionalização representaria “um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas, implicando aceitação e credibilidade” (Guarido Filho, 2008, p.19), entre as organizações e o ambiente institucional, alguns estudos desta abordagem explicitamente revisitam a tradição de Selznick do velho Institucionalismo, com o intuito de revitalizar sua ênfase nas ações e nos interesses organizacionais na análise institucional. Neste processo, vários interesses são contestados, mediados e negociados.

“Central a esta linha de argumento há um aparente paradoxo enraizado nos dois sentidos nos quais o termo Institucionalismo é usado; a institucionalização como um resultado coloca as estruturas organizacionais e práticas além do alcance de interesse e políticas. Em contraste a institucionalização como um processo é profundamente política e reflete o poder relativo dos interesses organizados e os atores que se mobilizam em volta deles” (DIMAGGIO, 1983, p. 13).

O pilar normativo se concentra em como as Instituições guiam as ações por meio da definição do que é esperado ou apropriado. As organizações têm a obrigação social de se adequarem às normas e aos valores prevaletentes. Esta visão encara a realidade social de forma subjetiva, onde as expectativas são representadas ou percebidas, e estão incorporadas nas rotinas diárias.

Enquanto isso, a abordagem interna se volta para dentro das organizações para responder “porque algumas estruturas ou práticas são adotadas por algumas organizações, mas não por outras em situação similar” (Scott, 2001, p. 162). Esta abordagem procura fatores dentro das fronteiras organizacionais que levam a variações nas respostas ao ambiente institucional.

O seu argumento básico na visão de Goodstein, (1994), Goodrick e Salancik (1996), Christensen e Westenholtz, (1997), Oliver (1991), Powell (1991), Scott, (1991) e Zilber (2002) é que as organizações não se conformam cegamente ao

ambiente institucional. Ao invés disso, elas atuam estrategicamente na resposta, interpretando e entendendo as regras e normas institucionais e avaliando sua força e seus conteúdos em relação aos interesses organizacionais e à ideologia.

Quando comparado ao antigo Institucionalismo, nota-se que o núcleo das suas pesquisas centrou-se no exame dos conflitos de grupos em relação às Instituições, enquanto que o novo Institucionalismo, e principalmente o Organizacional enfatiza a estabilidade das organizações como ferramenta necessária para proteger a legitimidade das Instituições. Na primeira as Instituições analisadas como instrumento fim e no Neoinstitucionalismo as Instituições como meio.

Em síntese, o processo de agroindustrialização da Agricultura Familiar constitui-se como uma das estratégias para a reprodução da unidade produtiva que representa uma alternativa de enfrentamento às consequências de modelos de desenvolvimento do *mainstream* que contribuem para a exclusão deste público. Diante da possibilidade de gerar renda para as famílias a partir do acesso (construção) dos mercados alternativos, surge toda uma complexa problemática que se estuda como dinâmicas inerentes ao processo de constituição e sustentabilidade da atividade de processar/transformar artesanalmente alimentos e/ou bebidas, atividade que outrora atendia aos propósitos domésticos pelo valor de uso dos produtos, mas que hoje agrega valor a partir de atributos alternativos percebidos pelos consumidores como diferenciais em relação aos produtos industrializados.

Por sua vez, seja para acessar ou se manter nos mercados alimentares, a tentativa de consolidação em atividades de agroindustrialização, surge como uma alternativa para reprodução das famílias, no envolvimento de diferentes atores e conseqüentemente no conjunto de Instituições geradas. Todo esse contexto irá conferir determinada especificidade sócio espacial ao fenômeno de diversidade da AF, com conseqüências potencialmente distintas para essas experiências, os quais se pretende explorar nessa pesquisa.

4 INSTITUIÇÕES DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A REGIÃO DAS MISSÕES

Neste capítulo apresenta-se a estrutura da pesquisa, pertinente ao debate teórico escolhido. Para tanto se apresenta os meios escolhidos para a efetivação da pesquisa, divididos em quatro seções. Inicia-se apresentando o marco teórico e posteriormente a técnica de coleta dos dados que deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa, servindo de referencial para o tratamento das informações e apresentação dos resultados. Na continuidade apresenta-se a descrição das técnicas de pesquisa utilizada para a coleta dos dados, associando a metodologia com os objetivos específicos propostos. Na terceira seção apresenta-se a sistematização dos dados e, por fim, a análise e interpretação das informações obtidas.

4.1 Marco teórico-metodológico

O debate apresentado na pesquisa envolve o escopo teórico Neoinstitucional, utilizado como ferramenta para entender a realidade e as relações sociais entre os Agricultores Familiares e as Organizações de Apoio à Agricultura Familiar, no que tange as dinâmicas de Agroindustrialização da Agricultura Familiar.

A lógica Neoinstitucionalista, sob o enfoque organizacional para Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (1991) e Hodgson (2000), é que as Instituições são importantes, pois atuam como importante instrumento de afirmação do conjunto de relações, visando o estabelecimento de uma suposta legitimidade e conseqüentemente uma estabilidade social.

O Neoinstitucionalismo como abordagem teórica, compreende o homem como um ser sujeito às pressões sociais, políticas e econômicas, que ao serem introduzidas no debate, passam a auxiliar na compreensão de como símbolos, hábitos, costumes e regras (dentre outros) estão imbricados nas formas ou práticas, gerando incentivos ou tolhimentos a determinados comportamentos.

Nesse contexto, cabe ao pesquisador busca compreender a essência das pressões nas relações sociais e como elas conformam o arranjo das organizações, que para o caso da pesquisa, volta-se para a construção das estruturas agroindustriais da Agricultura Familiar. As relações sociais determinadas pelo conjunto de Instituições (ou determinantes) são construídas a partir de um conjunto

de percepções, que para os Neoinstitucionalistas são definidas por concepções racionais, cognitivas, históricas ou sociológicas, permitindo desta forma a compreensão da realidade da categoria estudada.

Na pesquisa são utilizados elementos da teoria Neoinstitucional para identificar as principais Instituições formais e informais que estruturam a formação e manutenção de planejamento orientado para a diversificação produtiva a partir da agroindustrialização. Decorre desta interpretação sobre o ambiente institucional, a existência de um sistema organizacional que operacionalizará e auxiliará a dar legitimidade a tais Instituições, sendo ele compreendido não apenas pelos produtores rurais e seu meio, mas como também pelas diferentes composições de Organizações de Apoio (sindicatos, secretarias municipais e EMATER) que irão compor o conjunto de interesses que atuam nesse universo.

Se a formação de agroindústrias compreende atender às regras, simbologias, costumes, tradições, etc., abrindo espaço para a compreensão das distintas interações entre organizações e os atores, o ambiente institucional permite a inclusão de elementos teóricos do Neoinstitucionalismo para interpretar quais atores estão inseridos nessas relações sociais, quais suas estratégias de pressão, como elas são construídas, atuam e impactam, bem como esses fenômenos se revestem em Instituições e Isomorfismos Organizacionais.

Com base neste referencial teórico Neoinstitucional, torna-se possível analisar o processo de criação e manutenção das Agroindústrias da Agricultura Familiar como uma construção específica ao espaço social que está inserida. Nesse contexto, considerando os Agricultores Familiares enquanto atores centrais no processo de constituição/sustentabilidade das estratégias agroindustriais, a pesquisa buscou identificar:

- a) A existência de pressões institucionais e suas influências nos processos de criação e manutenção das Agroindústrias;
- b) Os tipos de pressão contribuem ou embaraçam o processo de criação e de manutenção das Agroindústrias da Agricultura Familiar;
- c) As motivações que levam agricultores a se envolverem na estruturação de agroindústrias;
- d) Os benefícios e/ou desvantagens econômicos e sociais dos processos de agroindustrialização.

No que se refere aos aspectos metodológicos, a presente pesquisa pode ser

caracterizada como descritivo explicativa. Segundo Gil (2009), a pesquisa assume caráter descritivo quando se propõe a descrever as características de determinada população ou, ainda, estabelecer relações entre variáveis, enquanto que o caráter explicativo aborda a identificação de fatores que contribuem para explicar a ocorrência dos fenômenos.

Neste estudo o caráter descritivo se configura pela preocupação em aprofundar o conhecimento sobre a relação que as Instituições possuem no processo de constituição e manutenção das AAFs e possíveis Isomorfismos na estruturação organizacional.

O caráter explicativo toma forma ao privilegiar nas análises a ação humana em coletividade na tentativa de viabilizar a AAF como uma alternativa para a reprodução social e econômica das famílias pertencentes a AF. Sob esse cenário busca-se estabelecer a explicação dos fenômenos, a partir dos atores, suas motivações, estratégias e os recursos utilizados diante das dificuldades enfrentadas para avançar com tal estratégia produtiva.

A abordagem qualitativa adotada na pesquisa segue a linha teórica de Triviños (2011), o qual considera que o devido tratamento é ideal quando empregado para estudar o fenômeno como ele é, situando-o no contexto em que ocorre. Nessa abordagem, o pesquisador torna-se instrumento chave e o ambiente natural é a fonte direta para a coleta dos dados. O objetivo está na interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados às relações dinâmicas entre o mundo real e o sujeito (GIL, 2009).

O caráter qualitativo da pesquisa forneceu ao pesquisador a possibilidade de coadunar as informações e construir observações com elevado grau de confiabilidade, pois os dados não representam um caso aleatório, mas sim um fenômeno verificado na pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida pelo método de Estudos de Casos Múltiplos. A utilização de casos múltiplos permite a observação de evidências em diferentes contextos, pela replicação do fenômeno, sem necessariamente se considerar a lógica de amostragem Yin (2010).

Para casos de pesquisas com abordagem qualitativa, Yin (2010) discute que a adoção do Método do Estudo de Casos Múltiplos representa a opção escolhida a partir da ponderação de vários fatores como quando há a procura de respostas de como e por quê ou quando se examinam acontecimentos contemporâneos e não se podem manipular comportamentos relevantes.

Ademais, o estudo de casos múltiplos possibilita uma análise aprofundada do fenômeno estudado, abrangendo a totalidade, tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas a sua análise. Yin (2010) assinala como uma das principais vantagens da consecução do estudo de casos múltiplos o fato de as evidências resultantes serem, geralmente, consideradas mais convincentes e o estudo como um todo tido como mais robusto em comparação com os estudos de caso único.

Ainda segundo Yin (2010), os estudos de casos múltiplos são mais apropriados quando a pesquisa estuda fenômenos contemporâneos em seu contexto real, no qual: i) os limites e o contexto não estão claramente definidos; ii) existem mais variáveis de interesse do que ponto de dados; iii) se baseia em várias fontes de evidências, e; iv) há proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados.

Goode e Hatt (1979, p. 421-422) definem os estudos de casos múltiplos como um método de olhar para a realidade social. “Não é uma técnica específica, mas sim um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado”.

Yin (2010) explica ainda que para aquelas pesquisas onde existe a necessidade de entender um determinado fenômeno, pela realidade de inúmeros casos distribuídos entre diferentes unidades de análise, os estudos de caso múltiplos incorporados atendem a referida necessidade.

Neste caso, propôs-se analisar diversos casos para entender o processo de replicação e investigar múltiplas unidades de análise (agroindústrias e organizações de apoio), todas envolvendo um objeto único (o processo de agroindustrialização). A pesquisa seguiu o método de casos múltiplos incorporados sendo justificado a partir de três condições propostas por Yin (2010, p. 28):

- a) o tipo de questão de pesquisa proposto;
- b) a extensão do controle que um investigador tem sobre os eventos e comportamentos reais;
- c) o grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos históricos.

Analisando o contexto da presente investigação, verifica-se que essa condição é atendida, pela proposição de responder ao conjunto de hipóteses geradas, as quais envolvem de maneira ampla, como as estruturas organizacionais e sociais desenvolvem diferentes as Instituições que afetam os processos organizacionais de

Agroindustrialização da Agricultura Familiar na Região das Missões.

A pesquisa utilizou-se da lógica de aproximação gradual ao objeto de estudo, pela entrevista de produtores rurais da AF, sobre suas experiências e percepções sobre o processo de formação e manutenção das agroindústrias. Como o processo de geração e estabelecimento de Instituições é resultado de interações sociais, essa aproximação buscou capturar as percepções das organizações que dão apoio a categoria, no que diz respeito aos processos de agroindustrialização.

Em uma primeira etapa procedeu-se pesquisa documental e bibliográfica, que contribuíram para caracterização e aproximação dos fenômenos relacionados ao objeto em estudo. Destas, destacam-se bancos de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, EMATER, PEAFA, Arranjo Produtivo Local das Missões – APL, utilizados para proporcionar orientação nas coletas de dados e o aprofundamento dos casos selecionados.

Uma segunda etapa foi caracterizada por procedimentos sistemáticos para coleta dos dados em profundidade, os quais foram operacionalizados via entrevistas semiestruturadas com os agricultores, gestores e técnicos de organizações.

Para a condução das entrevistas foram utilizados roteiros específicos à cada categoria de entrevistados (Agricultores Familiares ou Representantes de Organizações). Com a autorização dos participantes, as entrevistas foram gravadas, assumindo-se a confidencialidade dos dados coletados, bem como, o anonimato quando da divulgação das informações.

A opção pela modalidade de entrevista semiestruturada ocorreu em função de que “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2011, p. 146).

A seleção das agroindústrias, bem como a escolha dos agentes, foi aleatória. Os profissionais das organizações apresentaram uma lista de propriedades com as características produtivas perseguidas (Agroindustrialização) e desse conjunto eram escolhidos de forma aleatória as propriedades a serem entrevistadas. Em municípios em que não havia número suficiente para escolha foram aplicados instrumentos entre as existentes. Frisa-se, contudo, que o critério central das entrevistas foi a adequação ao objeto de estudo: a adoção e/ou abandono à estratégia da constituição de agroindústrias. A forma de aplicação do instrumento de pesquisa, buscou sempre ouvir os dirigentes da agroindústria (os responsáveis pelo processo

de adesão e manutenção à estratégia produtiva), seja de forma individual ou com a participação de mais de um membro da família.

A escolha das organizações pesquisadas para comporem a pesquisa ocorreu por um conjunto de fatores:

- a) vocação de atuação da organização;
- b) área de atuação, e;
- c) experiência do entrevistador com a governança territorial do segmento produtivo.

Dessa forma, identificaram-se as organizações com os quais os produtores rurais deveriam ter mais relacionamento. Sob esse olhar foram considerados como principais organizações a EMATER, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as Secretarias Municipais.

Com os representantes locais/regionais das referidas organizações também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa empreendeu o instrumento em 51 produtores rurais pertencentes a Agricultura Familiar, com algum tipo de experiência com agroindustrialização. Desse conjunto, abordou-se 35 famílias que se mantinham ativas nas atividades de manufatura e 16 famílias que no passado recente tiveram experiências agroindustriais, mas que no período da pesquisa tinham renunciado a estratégia de agroindustrialização.

4.1.1 Caracterização dos casos pesquisados

A necessidade de compreender o fenômeno da Agroindustrialização na RM, por intermédio do conhecimento das vivências desse meio, exigiriam da pesquisa uma imersão em cada uma das distintas realidades e experiências dos participantes. Obviamente conhecer a realidade da totalidade dos agentes torna-se uma tarefa extremamente difícil e potencialmente inexecutável. Diante dessas limitações a pesquisa selecionou um conjunto de experiências, tentando demonstrar a partir de evidências empíricas, um determinado fenômeno na respectiva região.

Neste contexto, a presente pesquisa analisou um conjunto de:

- a) 51 unidades da Agricultura Familiar de um universo de 192 agroindústrias sediadas a Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na região das Missões, esta pertencente ao COREDE Missões;
- b) 14 representantes das Organizações que possuem (ou deveriam possuir)

algum tipo de relacionamento com as AFs.

A pesquisa optou por não diferenciar ou excluir as agroindústrias em virtude do seu tamanho ou estrutura, sua condição de formalização (ou não formalização), mas sim direcionar a pesquisa em função da “intencionalidade” assumida pelo produtor na direção da diversificação produtiva via agroindustrialização da produção, direcionando-a para cadeias curtas de comercialização e distribuição.

Tanto na seleção dos casos analisados, como dos atores inferidos, seguiu-se a lógica da seleção aleatória, que inerente ao método de estudos de casos é um procedimento empregado pelo pesquisador justamente para ressaltar as especificidades existentes no(s) caso(s) escolhido(s) e/ou no(s) entrevistado(s) selecionado(s), que vem ao encontro dos resultados em potencial pretendidos com os objetivos da pesquisa (GIL, 2009; YIN, 2010; TRIVIÑOS, 2011).

Adicionalmente, foram consideradas também as seguintes condições: a) acessibilidade (os casos escolhidos mostraram-se aptos aos procedimentos da pesquisa, decorrente da disponibilidade para contribuir para a pesquisa), b) restrição de recursos financeiros e humanos (o estudo não contou com recursos externos e todos os procedimentos foram custeados exclusivamente pelo autor); aprofundamento na coleta das evidências, e; os atributos específicos dos casos pesquisados em função dos objetivos do estudo (contribuição potencial que eles representariam para a pesquisa), em especial quanto ao aspecto que Yin (2010, p. 78) chama de "replicação teórica" referindo-se à escolha de casos que venham a produzir "resultados contrastantes, mas previsíveis".

4.1.2 Agricultores Familiares e Organizações

Estudos preliminares e a prática profissional do pesquisador indicam contrastes pontuais entre municípios pertencentes à região escolhida no que se refere ao número de agroindústrias, pois, embora a Região das Missões do RS seja considerada um dos territórios com maior número de agroindústrias do estado, alguns municípios são muito frágeis em tal prática produtiva. Tal realidade já foi demonstrada na seção 2.3 (da Figura 2), no qual alguns municípios da RM demonstravam dinâmicas mais ativas na constituição e manutenção de estratégias agroindústrias, ao ponto que outros, possuíam dinâmicas de baixa intensidade.

Referida heterogeneidade territorial já debatida, orientou a pesquisa a proceder uma distinção territorial, considerando o número de agroindústrias por municípios.

Municípios com maior número de agroindústrias foram considerados com maior grau de dinamismo agroindustrial familiar e municípios com menor número de unidades rurais que exerciam práticas agroindustriais familiares, foram considerados como municípios com menor grau de dinamismo agroindustrial. Diante de tal orientação, optou-se por diferenciar três tipos de Territórios:

- Territórios Dinâmicos - TDs: conjunto de municípios com maior número de agroindústrias – acima de doze agroindústrias existentes;

- Territórios Intermediários – TIs: conjunto de municípios com número intermediário de agroindústrias – entre quatro e onze agroindústrias existentes;

- Territórios de Baixa Intensidade – TBIs: grupo de municípios com sem a existência de práticas agroindustriais, ou que tenham no máximo três agroindústrias em atividade.

A partir dessa tipologia o pesquisador distribuiu os municípios conforme a dinâmica de agroindustrialização, todos indicados na Tabela 08.

Após a divisão entre os territórios aplicaram-se os instrumentos de pesquisa visando obter informações sobre questões: socioeconômicas, financeiras, estrutura fundiária, número de pessoas envolvidas na agroindustrialização, utilização de insumos produzidos dentro da propriedade e informações a cerca das Instituições percebidas.

Tabela 8 – Tipologia dos Municípios por número de Agroindústrias Existentes - PEAf, 2018 e Distribuição de Entrevistas Realizadas.

Tipologia	Município	Número de Agroindústria	Agroindústria Pesquisada	
			Em Atividade	Desistente
Dinâmicos	Entre-Ijuis	26	5	2
	Sto. Antônio das Missões	20	5	2
	Sto. Ângelo	17	4	2
	Girúá	12	4	2
Intermediários	São Paulo das Missões	9	3	1
	Cerro Largo	8	3	1
	Porto Xavier	8	3	1
	Roque Gonzales	7	2	1
Baixa Intensidade	Eugênio de Castro	3	2	1
	São Nicolau	3	2	1
	Pirapó	2	1	1
	Ubiretama	2	1	1
	Somatório	117	35	16

#: Número de agroindústrias, considerando a média municipal dos vinte cinco municípios que compõe o COREDE Missões.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do PEAf 2016 e 2018.

A importância dessa tipologia está centrada em dois níveis de análise. A primeira análise reporta-se ao contexto das heterogeneidades geográficas e infraestruturais dos diferentes municípios. Os quatro municípios designados como Territórios Dinâmicos, possuem atributos relativos de municipalidades com uma organização socioeconômica mais estruturada, com população média acima de 20.000 habitantes e infraestrutura simplificada (exceto o caso de Entre Ijuís), com um mercado consumidor de maior amplitude para a realidade da região, apresentando assim uma maior capilaridade regional. Esses municípios possuem uma dinâmica territorial regionalmente mais desenvolvida, dando atributos de polos regionais.

As localidades, inseridas no contexto dos Territórios Intermediários, possuem uma população média de até 10.000 habitantes e infraestrutura simplificada (exceto o caso de Cerro Largo é que superior a 15.000 hab.), que atendem às necessidades básicas dos residentes representam municípios e que possuem um contexto urbano menos desenvolvido e com atividades ligadas ao meio rural mais intensa.

Os municípios incluídos no grupo do Território Baixa Intensidade são localidades com população inferior a 10.000 hab. – na média com 6.500 hab., com uma dinâmica territorial baseada em atividades rurais, sendo que sua estrutura fundiária média é predominantemente de pequenos produtores rurais e com estrutura urbana significativamente carente. Dos quatro municípios citados, até 2018, três deles não possuíam acesso asfáltico.

Tais heterogeneidades contribuem para que o reconhecimento dos processos socioeconômicos e espaciais que integram as cidades aos seus contextos regionais, para um tratamento diferenciado entre elas.

A análise reporta-se ao objeto do estudo: as atividades agroindustriais da Agricultura Familiar dos diferentes municípios, demonstradas na Tabela 8, a qual demonstra que Territórios de Baixa Intensidade são caracterizados por municípios com uma baixa intensidade de diversificação produtiva via agroindústrias. Em contexto bastante diferenciado está os Territórios Dinâmicos, que apresentam um somatório de agroindústrias que supera o número a primeira dezena, podendo quase se aproximar da casa das 30 agroindústrias.

Como o objeto da pesquisa é avaliar a participação de todos os atores e agentes que pudessem influenciar na construção das Instituições e/ou pressões institucionais, a pesquisa precisava considerar a percepção dos responsáveis pelas

organizações que de certa forma apoiam, atendem e incentivam as atividades produtivas da Agricultura Familiar.

Dessa forma, a pesquisa entrevistou 14 colaboradores que atuam diretamente com o referido segmento – Agricultura Familiar, os quais foram designados na pesquisa como Agentes de Organizações. Esse grupo era composto por: presidentes municipais de Sindicato dos Trabalhadores Rurais e um presidente regional; representantes municipais e um gestor regional da EMATER; e secretários municipais da Agricultura ou secretaria que possuía a responsabilidade de atuar conjuntamente com o processo de AAF.

Frisa-se que o número de agentes não está diretamente relacionado ao número de pesquisados, pois em algumas regiões os escritórios da EMATER e do STR atendem vários municípios, assim a indisponibilidade de alguns Agentes para a aplicação do instrumento de pesquisa.

Em âmbito geral as entrevistas foram agendadas por contato telefônico pelo autor da referida tese, após a identificação das Agroindústrias existentes em cada município (por meio de dados oriundos da EMATER, Secretarias Municipais e Sindicatos), sua condição de atuação (formalizada ou não formalizada) e a identificação da situação da atividade de Agroindustrialização (em condição de funcionamento ou de abandono).

Todas as entrevistas foram conduzidas pelo próprio pesquisador, entre os meses de novembro de 2017 e outubro de 2018, sendo realizadas nas dependências dos órgãos de trabalhos dos técnicos e gestores das organizações e nas próprias unidades da Agricultura Familiar onde estão estabelecidas as agroindústrias.

As informações coletadas foram obtidas por meio de visita única, com aplicação individual por entrevistado, evitando que as informações de uma unidade produtiva ou agente de pudessem interferir nas respostas dos demais.

O roteiro das entrevistas consistia em primeiro a apresentação do pesquisador e da pesquisa, posteriormente o preenchimento do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (modelo em anexo no apêndice A). Para o caso das Agroindústrias, o roteiro consistia primeiro em conhecer a propriedade, posteriormente conhecer o local onde ocorria a manufatura dos produtos, os integrantes da agroindústria e por final a aplicação do instrumento de pesquisa. Para o caso dos técnicos e gestores após a primeira fase, já descrita, passava-se para a aplicação do instrumento de pesquisa.

Adicionalmente, as entrevistas eram registradas em áudio, com o consentimento do entrevistado. No instrumento de pesquisa semiestruturado, as perguntas seguiram um roteiro elaborado pelo pesquisador (APÊNDICE B).

A partir dos questionamentos aos produtores que atendiam ao indagado, foi dado a possibilidade dos mesmos expandirem suas respostas por meio de relatos informais sobre a realidade socioeconômica tanto das atividades agropecuárias, agroindustriais, bem como das questões que transitavam pelas interpelações relativas às dinâmicas sociais da unidade familiar e da comunidade.

Assim, a partir das informações mediante este arcabouço de interpelações obteve-se um panorama de como se estabelecem e se constroem as Instituições no COREDE Missões, quanto às estratégias de Agroindustrialização pela Agricultura Familiar.

Com base nestas descrições foram realizadas análises dos dados, dos documentos e do conteúdo, que permitiram contemplar os objetivos propostos, conforme demonstra-se a seguir.

4.1.3 As Instituições e o Ambiente dos Técnicos e Gestores de Organizações

A compreensão sobre a dinâmica dos fenômenos sociais requer do estudo a imersão sobre a lógica funcional e organizacional das relações entre atores sociais. Qualquer abordagem que possua essa pretensão requer a oitiva dos integrantes que estabelecem esse conjunto de realidades e vivências, pois segundo a visão Neoinstitucional, também são eles que ajudam a construir, fortalecer e estabelecer as Instituições desse conjunto na sociedade.

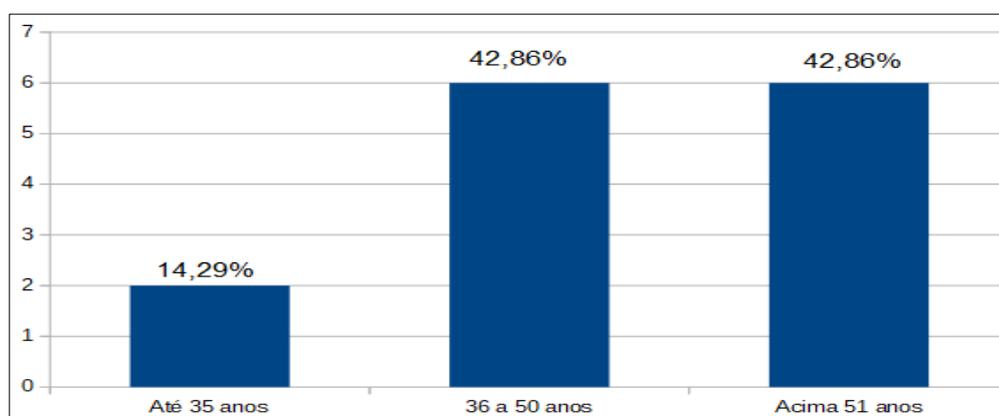
Com essa intenção o estudo buscou por entre relatos das experiências dos produtores e dos Agentes de Organizações de Apoio (AOs) compreender a realidade desses atores no processo de interpretação da constituição de Instituições. Para tanto, a primeira parte da pesquisa selecionou um grupo de quatorze colaboradores que representavam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a EMATER e as Secretarias Municipais, da área de abrangência da pesquisa.

O marco inicial da pesquisa foi a caracterização e identificação dos AOs, pela faixa etária dos entrevistados. Os dados (Figura 7) demonstram que as organizações pesquisadas, possuem predominantemente em seus quadros funcionais, agentes, com idade superior a trinta e seis anos de idade (representam mais de 85% profissionais ouvidos), distribuídos igualmente entre as duas

frequências etárias demonstradas. Apenas 14,29% dos agentes possuem menos de trinta e cinco anos de idade.

Produz-se aqui uma leitura no qual o perfil dos profissionais abrangidos pela pesquisa em função da idade indicada, seria de atores com um bom lastro de experiência profissional, indicando um conjunto significativo de elementos para a formação das Instituições por envolver pessoas experientes com a realidade do meio em que atuam.

Figura 7 - Distribuição por Faixa Etária dos Agentes de Organizações Pesquisados.



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Mas como apenas a idade biológica, não demonstra o todo, o estudo buscou identificar junto aos pesquisados, o tempo de atuação dos agentes em suas organizações e funções, as quais são apresentadas na Tabela 09 Nesse aspecto, verifica-se que aproximadamente 57% dos agentes possuem mais de 10 anos de atuação em suas organizações.

Quando o enfoque passa a ser o tempo de atuação em suas funções, a pesquisa demonstrou uma variedade significativa, no qual 50% dos agentes atuam na mesma função pelo período de até cinco anos, 42,84% atuam na mesma função pelo período de 06 a 10 anos e apenas um funcionário (equivalente a 7,14%) está na mesma função por um período superior a dez anos.

Esses dados demonstram que embora sejam profissionais com tempo significativo de organização (o que a princípio, lhes permitiriam ter melhor conhecimento sobre o alinhamento organizacional das empresas e o conjunto de Instituições geradas pelas mesmas), eles possuem significativamente um tempo

menor no exercício da função, podendo impactar contrariamente no processo de geração de Instituições

Tabela 09 – Tempo de Exercício de Atividades Profissionais na Organização e na Atual Função, pelos Agentes das Organizações – em anos

Tempo	Organização	Função
Até 05 anos	3	7
Entre 06 e 10 anos	3	6
Entre 11 e 15 anos	3	1
Acima de 15 anos	5	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Esse menor tempo de exercício da função teria o potencial limitar o poder de colaboração desses atores nos processos de construção e fortalecimento do capital social, na compreensão das realidades da comunidade/região, bem como processo de entender e atuar sobre as Instituições construídas e disseminadas pelo grupo.

A dúvida surgida na pesquisa era se o tempo de atuação profissional e o tempo de exercício na função possuíam alguma relação com o grau de dinamicidade na geração e atuação das AAFs. Para tentar obter elementos para tal conformidade, a pesquisa coletou dados relativos ao tempo de atuação na organização e na função e a respectiva distribuição por tipos de territórios. Os resultados são apresentados na Tabela 10 a qual apresenta:

Tabela 10 – Tempo de Organização e Função dos Agentes de Organizações, e distribuição por tipo de Território – em anos.

Tempo - em anos	Distribuição por Tipo de Território					
	Dinâmico		Intermediário		Baixa Intensidade	
	Organização	Função	Organização	Função	Organização	Função
Até 05	0	1	1	3	3	3
Entre 06 e 10	0	4	2	2	0	1
Entre 11 e 15	2	1	1	0	0	0
Mais de 15	4	0	0	0	1	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Os dados da tabela demonstram que nos Territórios Dinâmicos - TDs estão concentrados 43% dos profissionais com mais de dez anos de organização, enquanto que apenas dois agentes com esse mesmo tempo de organização

divididos igualmente entre os Territórios Intermediários - TIs e Territórios de Baixa Intensidade - TBI.

Em relação ao tempo de exercício na função exercida pelos Agentes de Organizações, os dados demonstram que nos Territórios Dinâmicos a maioria dos profissionais exercem suas atividades entre seis e dez anos (cinco profissionais), sendo somente um profissional que exercia a função pelo período entre 11 e 15 anos e também apenas um agente com tempo de exercício inferior a cinco anos. Para os Territórios Intermediários, a realidade é outra, pois a maioria dos agentes tem até cinco anos de exercício da função, onde apenas um agente está no exercício de suas funções pelo período de seis a dez anos e nenhum agente para os extratos com exercícios superiores a onze anos de função. Para os Territórios de Baixa Intensidade, verifica-se que 75% dos AOs exercem seus cargos por um tempo inferior ou igual a cinco anos.

Tais informações pontam indícios de uma relação, no qual quanto maior o tempo ofício na organização e exercício na função, maior tende ser o impacto positivo na adoção de estratégias de agroindustrialização pelos territórios.

Buscando obter elementos adicionais para entender o processo de formação e apoio as agroindústrias, buscou-se verificar além do tempo de atuação na organização e na função, a contribuição da formação técnica dos agentes no processo de geração e atuação das agroindústrias.

Para tal objetivo, questionou-se os entrevistados acerca das suas respectivas formações, a fim de verificar se as mesmas possuíam proximidade com a área agropecuária e com a temática da AF.

Tabela 11 – Formação dos Agentes das Organizações pesquisados e Distribuição por Território, conforme recorte geográfico proposto.

Formação Técnica	Nº Agentes	Distribuição por Território		
		Dinâmica	Intermediário	Baixa Intensidade
Sem Formação Específica	4	2	1	1
Formação Vinculada	8	4	2	1
Formação Não Vinculada	2	1	1	1

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Os dados obtidos são organizados na Tabela 11, a qual apresenta o número de agentes com formação técnica na área da Agropecuária e Agricultura Familiar, igualmente como a vinculação da formação técnica com a área de atuação.

O objetivo da construção da Tabela 11 foi tentar vincular a formação do agente com a adoção/manutenção de práticas de agroindustrialização na AF.

A pesquisa diferenciou os agentes em três grupos: a) agentes sem formação específica (colaboradores que tinham apenas o ensino fundamental médio); b) agentes com formação técnica, mas com baixo grau de vinculação com a área agropecuária (aqueles que possuíam/possuem formação técnica, mas que não estavam ligadas diretamente com o exercício das suas funções), e; c) agentes com formação técnica vinculada a área de atuação (agropecuária).

A suposição imaginada na pesquisa seria de que profissionais com formação técnica e superior com alinhamentos às temáticas do rural e da AAF, teriam maior capacidade de gerar Instituições em prol da AAF do que profissionais sem formação ou formação sem vinculação com o escopo estudado.

Os resultados da Tabela 11 indicam que profissionais com bacharelado ou formação técnica (indicando alinhamento com a área de apoio a AF) representaram 57,14%, os entrevistados sem formação superior/técnica representaram 28,57% e 14,28% indicaram ter formação superior sem possuíam vinculação com a Agropecuária ou Agroindústria – dois profissionais com formação em Teologia e Filosofia.

Procedeu-se também a investigação de tais atributos com a distribuição territorial, objetivando verificar se a formação possuía alguma ligação a desigualdade territorial na adoção das estratégias de agroindustrialização.

O resultado mais evidente foi de que os TDs são aquelas regiões atendidas por profissionais com formação vinculada e nos TBIs a atuação fica sob a responsabilidade de profissionais sem formação ou com formação sem vinculação com a temática da agroindustrialização. Para exemplificar, retrata-se dois casos encontrados em dois TIs diferentes, no qual os profissionais Técnicos da EMATER, possuidores de formação em Agronomia, mas que antes da atuação na EMATER exerciam atividades na Pecuária de Corte em grandes propriedades rurais do Sul do Estado do RS) e na venda de defensivos agrícolas no Centro Oeste do Brasil.

Diante dessa consideração, o quadro sofreria alteração onde, teríamos 2 profissionais sem vinculação em territórios de baixa intensidade de estratégias de AAF, criando indícios que a formação e a vinculação poderia ser elemento significativo na geração de Instituições em prol da AAF.

Somente a formação poderia não ser elemento robusto que pudesse explicar a proximidade dos agentes com as temáticas da AF ou da AAF. Dessa forma, a

pesquisa buscou conhecer a trajetória de vida e profissional dos agentes, para verificar se tais percursos possuíam alinhamento com a realidade da AF ou da agroindustrialização. A pesquisa questionou os agentes se a origem familiar do entrevistado possuía ligação com a AF. O resultado é apresentado no quadro 10.

Tabela 12 – Origem Familiar dos Agentes Pesquisados e Área de Atuação por Território Pesquisado

Origem Familiar	Nº Agentes	Distribuição por Território		
		Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Agricultura Familiar	11	6	4	1
Urbana	3	1	0	2

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

A Tabela 12 demonstra que dos 14 agentes ouvidos, mais de 78,5% deles possuíam/possuem uma origem vinculada à Agricultura Familiar, os quais com atuação concentrada em Territórios Dinâmicos (territórios com maior número de agroindústrias). Aqueles profissionais de origem familiar com baixa/sem ligação com a AF representaram 21,42%, sendo que 66,66% desses concentrados em TBIs (territórios com menor número de agroindústrias). Nos TIs 100% dos agentes de organizações indicaram ter uma origem da unidade familiar vinculada ao rural.

Tais informações auxiliariam a explicar que a origem familiar do agente indicariam fortes elementos de geração de Instituições positivas em prol da adoção de estratégias de AAF.

Na visão do pesquisador, tais informações, embora significativas, ainda careciam de aprofundamento, para explicar se tais variáveis possuíam capacidade (ou não) de explicar a ligação com os processos de AAF. No intuito de aprofundar mais essa busca, a pesquisa cruzou a vinculação profissional com a vinculação de origem.

Na Tabela 13, apresenta-se a agregação da vinculação de formação com a vinculação de origem do agente com o meio da AF. Os dados demonstram que dos quatorze participantes, 42,86% possuem formação profissional e origem familiar vinculada à Agricultura Familiar, 21,43% dos AOs não possuem vinculação profissional, mas possuem origem familiar relacionada ao segmento produtivo. Os profissionais que não possuem formação profissional e nem origem familiar vinculada a área agropecuária também representam 21,43% e aqueles AOs que possuem vinculação profissional mas não possuem origem familiar vinculada à área rural representam 14,29% dos pesquisados.

Tabela 13 – Vinculação Profissional e Vinculação de Origem dos Agentes e Distribuição por Território de Agroindustrialização

Vinculação Formação e Origem	Nº Agentes	Distribuição por Território		
		Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
VF + VO	6	4	2	0
NVF + NVO	3	0	1	2
NVF + VO	3	2	1	0
VF + NVO	2	0	0	2

VF + VO: Agente com Vinculação de Formação + Vinculação Origem Familiar;

NVF + NVO: Agente com Não Vinculação de Formação + Não Vinculação Origem Familiar;

NVF + VO: Agente com Não Vinculação de Formação + Vinculação Origem Familiar;

VF + NVO: Agente com Vinculação de Formação + Não Vinculação Origem Familiar;

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

A Tabela 13 demonstra que os profissionais com Vinculação de Formação +Vinculação de Origem estão concentrados em Territórios Dinâmicos, sendo a mesma realidade é visualizada para os agentes com NVF+VO. Enquanto isso os agentes com VF+NVO e NVF+NVO estão concentrados em Territórios de Baixa Intensidade. Os Territórios Intermediários tem como características profissionais com VF + VO (50%), NVF + NVO (25%) e NVF + VO (25%).

Na análise do referido encadeamento de informações para o grupo analisado, as não vinculações técnicas e de origem (NVF+NVO), demonstraram estar predominantemente alocadas em TIs e TBIs, podendo indicar o baixo potencial de influenciar a adoção de estratégias de AAF.

De modo geral, o fator com maior grau de preponderância apresentado na análise dos dados, foi a não vinculação de origem dos agentes (NVO), como elemento a explicar o baixo número de AAF em determinados territórios, pois esse sim esteve mais presente nos territórios com menor intensidade de estratégia de diversificação perseguida pelo estudo.

Para os casos estudados, pode-se afirmar que nos territórios TIs, ocorre a maior presença dos profissionais sem vinculação de origem com o meio (segundo e o quarto extrato) e tal vez não coincidentemente, são aqueles territórios com menor dinamicidade de AAFs.

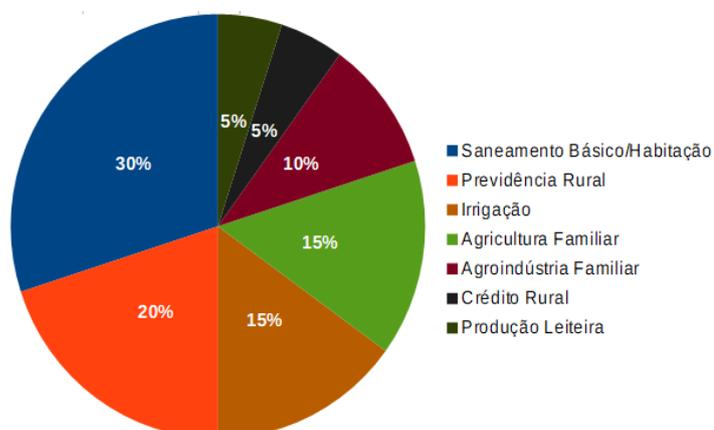
Territórios mais ativos em termos de AAF (TDs) são aqueles caracterizados com maior presença de agentes com vinculação de origem, indicando, portanto, uma possível ligação com a adesão/desenvolvimento dos processos de agroindustrialização pela AF – visualizados na primeira e terceira frequência do Figura 8.

Para entender as possíveis Instituições criadas pelas organizações dos entrevistados, buscou-se saber qual era o alinhamento operacional do órgão, expresso pela indicação dos agentes acerca dos projetos desenvolvidos e priorizados em cada organização, na época da entrevista.

Como análise preliminar, pode-se inferir que a vinculação de origem do profissional de assistência técnica/apoio, quando associada a uma vinculação profissional alinhada às questões da Agricultura Familiar, para os territórios pesquisados, tendem a ter melhores resultados em termos de adoção de estratégias de diversificação via agroindústrias familiares.

Esse delineamento teria a capacidade de demonstrar quais as áreas no qual a organização projetava desenvolver, indicando assim, as Instituições potenciais que a organização pretendia estabelecer. Para tal análise questionou-se aos agentes sobre os projetos priorizados na época da entrevista e os projetos desenvolvidos no início das atividades do profissional naquela organização.

Figura 08 – Projetos Priorizados pela Organização no Início das Atividades dos Agentes



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Em relação aos atuais projetos, do total de iniciativas citadas, 14,3% envolviam ações voltadas à grandes culturas/rebanhos, 57,2%, dos projetos que envolviam a área de escopo da Agricultura Familiar (mas que não envolvia diretamente a Agroindustrialização da Agricultura Familiar - AAF e 28,5%, referenciavam-se a projetos que envolviam estratégias de AAF (predominantemente desenvolvidos em municípios pertencentes aos Territórios Dinâmicos e Territórios Intermediários).

As respostas demonstram que a maioria das organizações também não

priorizavam estratégias voltadas a AAF. Os projetos que apareceram com maior ênfase, foram aqueles ligados ao Saneamento Básico e Habitação Rural, conforme divisão percentual demonstrada na figura.

Como a análise sobre a priorização de ações, estabelece relação com o tempo médio de atuação dos profissionais nas organizações, o qual é de quinze anos aproximados, pode-se concluir que transcorrido quase duas décadas, a AAF não é considerada pelas Organizações de Apoio uma prioridade, ou pelo menos, que diretamente a agroindustrialização não é uma estratégia prioritária.

Powell e DiMaggio, (1991), quando tratando do impacto das Organizações sobre a forma de atuar e pensar, afirmam que as organizações, tem o potencial de estabelecer padrões e rotinas próprias, conferindo as pessoas envolvidas direta e indiretamente uma espécie de suporte social, não centrada nos processos de AAF.

Com o intuito de verificar se as afirmativas dos autores eram fenômenos presentes na realidade da pesquisa, questionou-se os agentes sobre qual era visão pessoal sobre as estratégias de AAF. Seguindo um método de respostas livres sem limitação de argumentos, coletou-se as impressões dos entrevistados, apresentadas na tabela 14 e sintetizadas por grupos de proximidade e por distribuição territorial.

Tabela 14 – Visão do Agente sobre a Estratégia de Agroindustrialização, conforme tipologia de Território.

Estratégia de Agroindustrialização para Agricultura Familiar	Distribuição por Território		
	Dinâmica	Intermediário	Baixa Intensidade
Instrumento Geração Renda/Emprego	5	3	2
Instrumento Sucessão Familiar	4	3	1
Futuro da Agricultura Familiar	2	2	2
Cultura Comercialização Frágil	0	2	4
Não é Expertise da Agric. Familiar	0	1	3
Visão de Parceria	0	1	0
Existem outras Prioridades para Agric. Familiar	0	1	3
Papel da Organização não é fomentar a Agroindustrialização	0	1	2

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Os resultados indicam que em TBIs quase 72% das respostas dos agentes envolveram temáticas que não comungam com a proposta de agroindustrialização da AF ou que apresentam uma visão crítica à estratégia manufatureira de diversificação. Nos TIs as temáticas das respostas que tratavam a AAF como alternativa para a AF representaram aproximadamente 57% dos retornos e aquelas

que se desvinculavam ou que estabeleciam outras propostas ficaram na casa dos 43%. Para os casos dos TIs, 100% das respostas apresentaram alguma proximidade positiva com a estratégia de AAF.

De modo parcial, pode-se verificar que as visões, princípios e crenças dos AOs (pertencente a uma região relativamente igual em termos de elementos culturais e disponibilidade de recursos) evidenciam uma disposição bastante heterogênea de Instituições, dado o distanciamento das respostas, podendo parcialmente explicar o fomento aos processos de agroindustrialização cada território.

Há de se destacar também que o conjunto de Instituições perseguidas pelas organizações (analisado pela priorização dos projetos), apresenta um deslocamento das Instituições pessoais dos AOs acerca da agroindustrialização. Nesse caso então, o fenômeno citado por Powell e DiMaggio (1991) – apropriação das Instituições pelos seus colaboradores, ainda não é tão forte e presente.

Se para a teoria Neoinstitucionalista o processo de geração de Instituições envolve a forma como as organizações e os atores sociais interagem, a busca do entendimento sobre como os agentes visualizam a atuação dos demais agentes e suas organizações sobre as estratégias de AAF, tornou-se um elemento a ser avaliado com potencial de encorpar o entendimento sobre como elas atuam e suas respectivas disparidades territoriais. Os resultados desse questionamento são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15 - Como você classifica a Interação das demais Organizações, Agentes e Movimentos Sociais com o Processo de Agroindustrialização na Região das Missões.

Interação das Demais Organizações e Movimentos Sociais com o Processo de Agroindustrialização	Distribuição por Território		
	Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Forte	6	1	0
Moderada	0	3	1
Fraca	1	0	1
Inexistente	0	0	1

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

A interpretação de tais dados, leva-nos a verificar que do total de AOs localizados em territórios considerados Dinâmicos, 85,7% visualizam que as demais organizações e agentes possuem uma forte interação com as estratégias de AAF e somente 1 agente (que representa 14,3% dos pesquisados) acredita que a interação dos demais é fraca. Nos territórios denominados Intermediários, três dos quatro

entrevistados consideram essa interação moderada e um entende como sendo forte.

Em contraste, os Agentes de Organizações atuantes nos Territórios de Baixa Intensidade indicaram de maneira igualitária interações moderadas, fracas e inexistentes. As interações fortes indicadas em sua grande maioria em Territórios Dinâmicos e uma indicação apenas em Territórios Intermediários.

Tais dados podem indicar que as diferentes intensidades de interação dos diferentes territórios, poderiam estar ligadas aos diferentes graus de vínculos entre as Organizações, o que, na visão da teoria Neoinstitucionalista (DiMaggio e Powell, 1991) contribui para a disseminação de um conjunto de crenças, tradições ou costumes, que fortalecem a lógica individualista enfraquecendo ou fortalecendo a estabilidade de Instituições e o dinamismo da coletividade.

A Teoria Neoinstitucionalista atribui ao estabelecimento, manutenção ou até desaprovação das Instituições, a atuação de um conjunto de componentes que afeta a percepção das pessoas e organizações. Sob esse enfoque, a pesquisa direcionou a análise das variáveis no sentido de avaliar a:

- Tipologia: favorável (fomento) ou desfavorável (restrição) aquela concepção institucional;
- Natureza: Informal ou Formal;
- Intensidade: forte, mediana, fraca e inexistente;
- Perspectiva: Financeiras (Perspectiva da Calculadora), Históricas (*Path Dependence*) e Mimético-Cognitivas (Perspectiva Sociológica).

Como forma de capturar quais as variáveis contribuem no processo de construção e fortalecimento das Instituições, selecionou-se seis fatores e questionou-se os agentes sobre o impacto delas sobre a estratégia de AAF. As variáveis selecionadas foram:

- a) Regras Formais – Leis;
- b) Mercado Consumidor;
- c) Vizinhos e Comunidade;
- d) Organizações, Associações, Escolas e Igrejas;
- e) Histórico Familiar;

Nesse contexto, para cada uma das variáveis citadas, questionou-se os agentes sobre a tipologia, natureza e suas respectivas intensidades.

Quando questionado sobre como o aparato legal (entendidas pelos

Institucionalistas como regras formais³¹) influenciavam na prática de atividades agroindustriais, 100% dos pesquisados afirmaram que as leis do qual tratam os processos de AAF apresentam caráter restritivo à formação de agroindústrias e apresentam forte intensidade.

Quanto as perspectivas, dez dos quatorze entrevistados disseram que as Leis tem caráter Coercitivo, três atribuíram o caráter Financeiro (alto custo burocrático e de atendimento as exigências legais) e apenas um pesquisado revelou que as Lei tem caráter mimético (argumento baseado no discurso generalizado da população de que as legislações só servem para atrapalhar as intenções de agroindustrialização, o que leva, muitas vezes, as pessoas a desconsiderar essa alternativa, em virtude da crença popular ou de experiências pontuais).

Quando o questionamento abrangeu a atuação do mercado consumidor como instrumento de geração de Instituições, 71,4% dos agentes pesquisados entendem que o mercado atua como uma variável que fomenta a atuação de agroindústrias, dado sua capacidade de consumo das pessoas – demanda reprimida. Em contrapartida 28,6% entendem o mercado com uma variável que restringe a AAF, justificado pela restrição de aquisição de alguns grupos da coletividade a esse tipo de manufatura, seja pela crença do não atendimento as práticas sanitárias ou das carências de comercialização.

Analisando o teor das respostas pela distribuição de território temos:

Tabela 16 – Elementos geradores de Instituições pela variável Mercado, conforme distribuição por Território.

Variável Mercado	Distribuição por Território		
	Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Fomenta	6	3	1
Restringe	1	1	2
Intensidade Forte	6	1	1
Intensidade Mediana	1	3	2
Intensidade Fraca	0	0	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

A tabela 16 demonstra que as percepções dos seis agentes localizados em Territórios Dinâmicos, compreendem o mercado como sendo uma variável de fomento, atribuindo-lhe uma forte relevância (intensidade), ao mérito que apenas um

31 Para o caso da pesquisa, o âmbito das Leis foi direcionada para o sentido dos trâmites burocráticos para produção e comercialização dos produtos agroindustriais – regras sanitárias, normativas boas práticas de produção, etc, normalmente reguladas pelos Sistemas de Inspeção Municipal - SIM, Sistema de Inspeção Federal (SIF), Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), entre outros.

agente do respectivo território, compreende a variável como instrumento de restrição e atribui intensidade mediana. Nos TIs as respostas são muito próximas aos TDs, pois apenas um agente a considerou como variável de restrição com intensidade forte, sendo que os demais atribuíram intensidade mediana e natureza de fomento. Contudo, a percepção dos agentes dos Territórios de Baixa Intensidade se inverte, para o qual 66,6% entendem a variável Mercado como instrumento de restrição e 33,3% como variável de fomento a AAF. O caráter restritivo é justificado pelo fato de não ter escala de venda e pela distancia dos centros maiores.

Quando questionados pela atuação dos vizinhos e de comunidade próximas, a pesquisa capturou que 42,6% dos agentes alegaram que a referida variável fomenta a estratégia de diversificação da AF e 57,4% compreendem essa variável como fator de restrição. Quando questionados sobre a justificativa, os agentes atribuíram a inveja dos vizinhos como fator de não apoio.

No que se refere a intensidade da variável, 50% do grupo selecionado atribuem como intensidade forte, 39,7% elencam como mediana e apenas 10,3% como variável de intensidade fraca. No que se refere a perspectiva e a natureza, a totalidade indicou o mercado como uma variável informal de caráter mimético, ou seja, que representa uma variável que reflete as relações sociais controversas entre produtor e coletividade.

A variável seguinte no estudo da determinação das Instituições, foi o Histórico Familiar. Nesse quesito, buscava-se entender qual a relevância da trajetória familiar na adoção/manutenção da estratégia da agroindustrialização. Das 14 entrevistas realizadas, 78,57% entendem que a trajetória familiar é fator de fomento (herança dos antecedentes quanto ao legado cultural e do saber-fazer) à agroindustrialização enquanto três entendem que é motivo de restrição (experiências negativas vivenciadas pelos predecessores).

Seis agentes entrevistados indicaram a intensidade dessa variável como mediana enquanto quatro pesquisados consideram fraca e quatro consideram forte. Nesse contexto, as respostas possuem alto grau de abrangência, prevalecendo as respostas que diminuem o poder da intensidade sobre as Instituições.

Na análise sobre o tipo de perspectiva, 50% dos entrevistados atribuíram o caráter mimético ao histórico familiar, 7,14% (representa um entrevistado) ao caráter coercitivo e 21,4% atribuíram a questões financeiras. Outros 21,4% estavam relacionados a perspectiva histórica, ou seja, a sequência das tradições da família.

A partir dessa visão geral, verifica-se que a trajetória histórica apresenta-se

pela visão dos agentes como um elemento que afeta pouco ao estabelecimento das Instituições e que o poder de análise e percepção dos produtores em termos de reconhecimento social é a variável com maior relevância sobre a constituição das Instituições.

Sob outra perspectiva, a pesquisa também buscou identificar por intermédio da variável Conhecimento Gerencial e Produtivo dos produtores, qual era a percepção dos Agentes de Organizações - AOs para a formação das Instituições. Os resultados demonstram que 78,6% dos AOs acreditam que os conhecimentos de produção e de gerenciamento das atividades produtivas fomentam as atividades manufatureiras e 21,4% atribuem grau menor importância. Quando solicitado sobre a intensidade dessa variável sobre a formação de Instituições, dos 14 pesquisados, 13 interpretam como sendo uma variável com forte intensidade sobre o resultado positivo da atividade e apenas um agente entende como sendo uma variável de baixo impacto sobre os resultados.

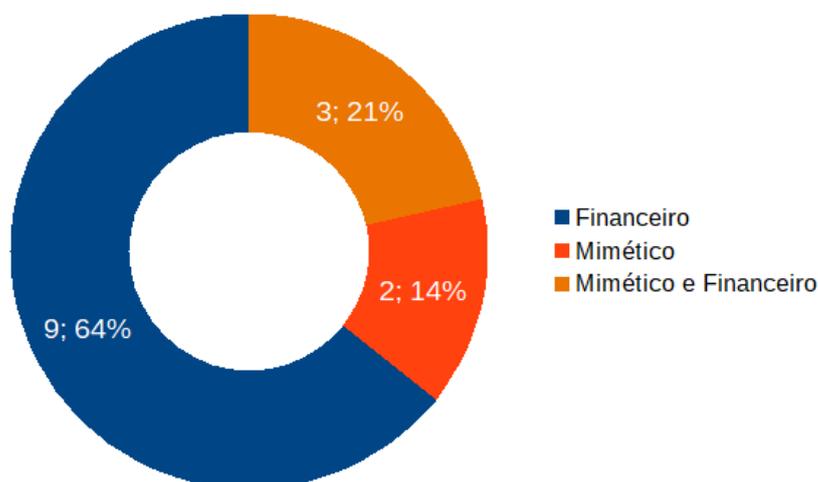
Quando a pesquisa aborda a natureza da variável conhecimento de produção e de gerenciamento, os resultados demonstraram que oito agentes (equivalente a 57,2%) tipificaram os conhecimentos de produção e de gerenciamento como um elemento informal na formação dos preconceitos e 6 designaram (42,8%) essa variável como um elemento formal. A formalidade dessa variável segundo os entrevistados recai sobre o requisito da formação dos produtores que optam pela estratégia da agroindustrialização, a qual ocorre via cursos, treinamentos entre outros. Segundo esses agentes sem essa “construção de conhecimento” as dificuldades e a probabilidade de insucesso tendem a se elevar. Os agentes que caracterizaram a variável como informal, na sua maioria argumentaram que esse conhecimento pode ser construído entre os participantes do segmento e que as trocas de experiências teriam potencial superior aos cursos e treinamentos.

Mesmo os resultados indicando a importância desse indicador, contudo, as informações não reverberam com a importância atribuída a variável, quando se associa o questionamento aos agentes, sobre a realização, apoio e/ou fomento de cursos e treinamentos na área de agroindustrialização, nos últimos seis meses antecedente a pesquisa, tendem-se informações contrárias. Como resposta obteve-se que 50% dos agentes responderam negativamente, ou seja, a organização não ofereceu, apoiou ou fomentou cursos de treinamento, gestão ou sensibilização na área de agroindustrialização, nos últimos seis meses anteriores ao período da entrevista. Aqui pode-se verificar que para os agentes existe a construção de uma

crença - Instituição, que acompanha a ideia de informalidade verificada na maioria dos agentes, de que a formação é apenas um elemento a mais, mas que pode ser suprido com a convivência no meio, o que para a pesquisa demonstra uma contradição no discurso dos pesquisados.

A análise das crenças, hábitos, costumes que se traduzem por meio das Instituições precisa ocorrer como afirma DiMaggio e Powell (1983, 1991) pela abordagem das naturezas das pressões que formam tais Instituições, que como citado anteriormente envolvem mecanismos de ordem financeira (racional/calculadora), coercitiva, miméticos/cognitiva e histórica.

Figura 9 - Variável Conhecimento Gerencial e Produtivo, segundo a Perspectiva Neoinstitucional - resposta dos entrevistados.



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Quando analisado o aspecto das perspectivas do Conhecimento Gerencial e Produtivo, os dados da Figura 9 indicam pela percepção dos entrevistados a prevalência da perspectiva financeira, quanto aos resultados econômicos da agroindustrialização, ou seja, 64% acreditam que a justificativa financeira é que basicamente orienta a escolha por esse tipo de diversificação produtiva. A perspectiva mimética (capacidade cognitiva dos agentes, desenvolvida pela ação das relações sociais) representou quatorze por cento das respostas. Já 21% dos entrevistados, acreditam que as duas perspectivas conjuntamente (Mimético e Financeiro) trabalham para a formação da percepção dos agentes em prol da AAF.

Outra variável considerada pela pesquisa com potencial de determinação de Instituições para os envolvidos nesse segmento foram as Experiências de Agroindústrias. Os resultados dessas indagações são apresentadas na Tabela 17 e

indicam que nos Territórios Dinâmicos a maioria dos agentes entrevistados, acreditam que tal elemento fomenta a AAF (pois representam 57,14% do total), situação que se difere da visão dos agentes dos Territórios Intermediários onde 50% acreditam que a variável fomenta, mas outros 50% acreditam que a variável age como elemento de restrição.

Os resultados obtidos em TBIs de atividades de AAF são totalmente opostos, pois 66,6% dos agentes dessas localidades acreditam que a variável restringe e 33,3% dos agentes (um indivíduo pesquisado) acreditam na variável como fator ambíguo.

Tabela 17 - Elementos geradores de Instituições pela variável Experiência de Outras Agroindústrias, conforme distribuição por Território.

Variável: Experiência de Outras Agroindústrias	Distribuição por Território		
	Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Fomenta	6	2	0
Restringe	1	2	2
Ambíguo	0	0	1
Intensidade Forte	6	4	2
Intensidade Mediana	0	0	1
Intensidade Fraca	1	0	0
Formal	5	2	1
Informal	2	2	2
Mimético/Cognitivo	4	3	2
Financeiro	2	0	0
Histórico	0	0	1
Mimético e Financeiro	1	1	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Nenhum dos agentes dos TBIs visualiza as experiências de outras agroindústrias, como instrumentos que estabelecem algum tipo de Isomorfismo em prol da agroindustrialização.

A visualização da formação de Instituições se delinea de maneira mais efetiva, indicando que em territórios mais exitosos as práticas existentes são utilizadas como elementos indutores enquanto que nos territórios de baixa intensidade, as práticas não exitosas são utilizadas como Instituições para frear expectativas em prol da estratégia de agroindustrialização.

A corrente de pensamento Neoinstitucional, apresenta a teoria de que um conjunto relativo de organizações, expostas à ambientes mercadológicos, tendem a adotar modelos de reprodução organizativa de outras empresas com o intuito de

evitar ou reduzir o conjunto de incertezas que permeia o mundo organizacional, dado que ambas enfrentam o mesmo conjunto de constrangimentos operacionais.

Esse processo de replicação denominado de Isomorfismo Organizacional faz com que as organizações pareçam cada vez mais umas com as outras. Partindo da premissa de existência do Isomorfismo, a pesquisa questionou os agentes explorados, se as agroindústrias no seu território de abrangência recorriam a técnicas de replicação já experiências exitosas e em que momento isso era mais visível.

O questionamento feito aos pesquisados, originou-se a Tabela 18, a qual analisa a existência dos três tipos de Isomorfismos em cada um dos três tipos de territórios, qual seu grau de intensidade sobre as unidades da Agricultura Familiar.

Tabela 18 – Identificação de Isomorfismos em práticas Agroindústrias, conforme estágio de produção e por distribuição por Território.

Tipo de Território	Tipo Isomorfismo	Estágio Produção							
		Início Atividades				Pleno Funcionamento			
		Forte	Médio	Fraco	Nulo	Forte	Médio	Fraco	Nulo
Dinâmico	Coercitivo	0	2	4	1	4	3	0	0
	Mimético	1	1	3	2	2	4	1	0
	Cognitivo	0	0	2	5	4	3	0	0
Intermediário	Coercitivo	1	1	2	1	2	2	0	0
	Mimético	0	0	2	2	2	2	0	0
	Cognitivo	0	0	1	2	0	2	2	0
Baixa Intensidade	Coercitivo	1	2	0	0	2	1	0	0
	Mimético	0	0	1	2	0	1	2	0
	Cognitivo	0	0	0	3	0	2	1	0

OBS: Médio = Mediano

Nulo = Inexistente

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Com o intuito de aprofundar ainda mais a verificação da existência desse fenômeno, o pesquisador separou essa análise em dois momentos: a) quando a agroindústria inicia suas atividades (objetivo de analisar se o empreendedor replicava estratégias de outras agroindústrias para iniciar suas atividades), e; b) quando do pleno funcionamento (visando analisar se as AAF buscavam imitar práticas de outras organizações para ampliar ou manter seus ganhos.

A leitura dos dados obtidos pelo questionamento apresentado aos AOs no que compete a presença de Isomorfismo Coercitivo, em TDs é maior quando do pleno funcionamento do que comparado ao início das atividades.

O complemento qualitativo da interpretação que caracteriza o todo pode ser

representado pelo discurso de dois agentes da EMATER e de um Gestor de STR que atuam em TDs. Eles argumentam que essa preocupação é inferior no começo das atividades, pois os agentes buscam por meio de práticas diferenciadas de produção apenas para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida, sendo que as questões legais e burocráticas ficam em um segundo plano, assim expressas pela palavra do citado presidente do STR:

a preocupação deles naquele momento é ganhar dinheiro, sair do sofrimento, então, só pensam em produzir e vender, independente dos que os outros façam ou pensem, se estão em dia com a lei, ou não. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Agente de Organização 8.

A análise do Isomorfismo Coercitivo para agroindústrias em pleno funcionamento muda, pois os dados da Tabela 18 indicam que a importância relativa passa a ser maior, pois a integralidade das respostas situou-se entre forte e mediano. Os depoimentos convergem para uma abordagem que reproduz um discurso de aumento do risco de perda, seja econômica como pessoal, pois após a agroindústria estar montada, ter sido investido tempo e dinheiro, as famílias buscam cuidar mais das questões legais e dessa forma buscam adotar práticas isomórficas para a continuidade das atividades com menor risco de perdas, bem como ampliar o raio geográfico de ação da agroindústria.

No caso dos TIs, a lógica não se altera significativamente, pois as organizações estabelecem menos importância no início das atividades em comparação ao estágio posterior de produção. Para o caso dos TBIs, a relação se inverte, pois as questões legais e burocráticas assumem maior importância em ambos os estágios. Quando questionado o porquê, a fala dos agentes recai sobre o relato dos agricultores de quê: “não adianta começar a produzir, porque as leis são muito rígidas para com o pequeno produtor” ou “a gente vai gastar tempo e dinheiro para produzir, aí vai vir os fiscal (sic) e tomar tudo de nós, daí ficamos nós no prejuízo, não adianta”.

Esse discurso expresso pelos agentes expressa dois tipos de Isomorfismos, um relativo aos incentivos negativos resultantes do conjunto legal, apropriados pelos produtores mesmo antes do início das atividades e outro dado após o pleno funcionamento da produção, para não sofrer perdas. A isolinearidade do discurso apresenta-se para as unidades produtivas que estão em pleno funcionamento pois a integralidade das respostas circunda áreas de intensidade forte e mediana, distribuídas equitativamente entre as duas citadas.

Quando analisada a presença de Isomorfismos Miméticos e Cognitivos a partir das percepções dos agentes de organizações, a análise dos resultados é relativamente parecida para os três tipos de territórios, ou seja, possuem menos importância para o início das atividades e passa a ser maior após o pleno funcionamento.

Como as Instituições são espécies de sinalizações, crenças e costumes disseminados pelos integrantes de uma comunidade ou grupo social, foi questionado aos agentes como ele viam a participação das escolas, igrejas e associação de moradores no processo de apoio as estratégias de agroindustrialização.

A percepção dos Agentes, expressa pelas respostas, é que as Instituições geradas pela comunidade próxima são de fomento (para 50,00%, dos casos, restrição para 28,79% e indiferença em 21,21% dos entrevistados). Em termos de perspectivas, quase 63,4% dos pesquisados entendem a variável de natureza mimética, enquanto que 24,4% caracterizaram como uma variável de natureza mimético-financeira e 12,2% de caráter financeiro.

Aqui novamente a importância do pertencimento social torna-se um elemento preponderante no processo de consolidação das Instituições favoráveis as estratégias de agroindustrialização.

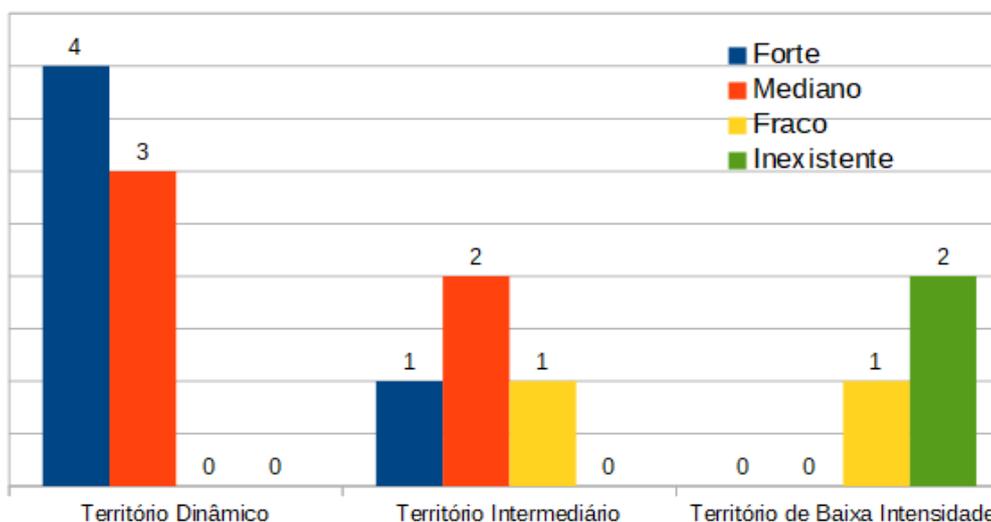
Essa visão mimética é preponderante em territórios Dinâmicos, enquanto que a visão de variável com natureza financeira é preponderante em Territórios de Baixa Intensidade. Nos Territórios Intermediários a uma mescla de entendimentos entre a percepção mimética e mimético-financeira.

Quando analisado a intensidade dessas pressões sobre as pretensões (ou mesmo as atividades em operação), as respostas demonstram que as intensidades fortes e medianas aparecem em 71,43% das respostas, a intensidade fraca e inexistente aparece igualmente com 14,28% cada.

Quando se pretende entender como elas ocorrerem em cada um dos territórios tipificados na pesquisa, os dados são sintetizados as no decurso da demonstração contida na Figura 10.

Os resultados da Figura 10 demonstram que para os TBIs, os agentes entendem que essa variável atua mais como agente de restrição do que fomento, enquanto que nos TIs e TDs, o entendimento é que tal variável atua preponderantemente como fator de Fomento.

Figura 10 – Participação de Escolas, Igrejas e Associações de Moradores na geração de Instituições para Agroindustrialização da Agricultura Familiar, conforme distribuição por tipo de Território.



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

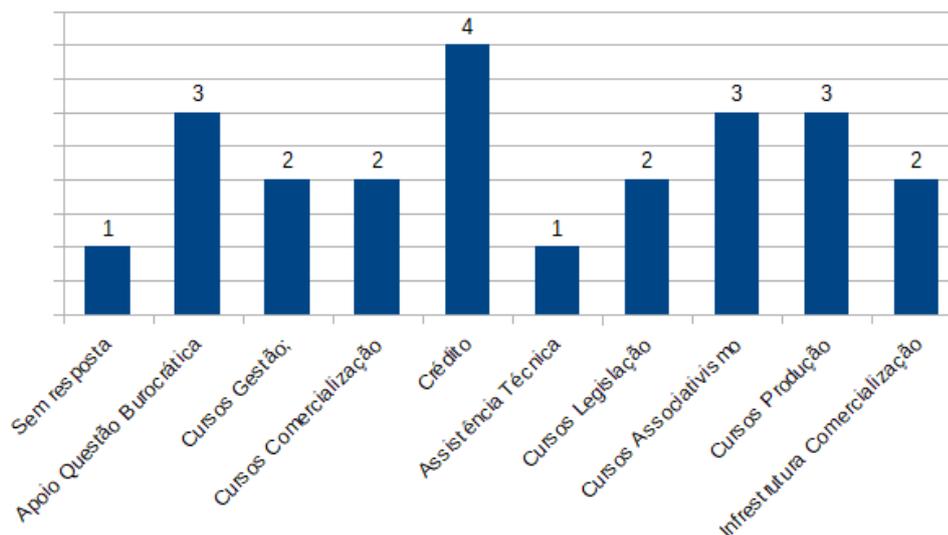
Quando a análise aborda a questão da intensidade da variável, o envolvimento das comunidades próximas mostra-se com maior vigor nos TDs, quando comparado aos demais territórios. Citou ainda um agente da EMATER com atuação em TDs, que a Igreja e a Associação Comunitária fazem revezamento de agroindústrias locais para o fornecimento de alimentos em eventos da comunidade, visando ajudar a todos da mesma forma.

Já para os TBIs a realidade aparece de forma diferenciada, pois as respostas dos AOs, demonstram que em 66,6% dos relatos de agentes dos TBIs, a relação entre as respectivas representações com a agroindustrialização da agricultura familiar inexistente em seus territórios, ou possui um baixo relacionamento. Tais respostas indicam o reduzido apoio e a baixa coesão social da comunidade local aos fenômenos de empreendedorismo da agricultura familiar em suas localidades.

Ao longo da compreensão dessas informações pode-se inferir que as Instituições Miméticas nesses territórios possuem menor potencial de fomento à AAF.

Quando questionado os AOs sobre quais as ações que as Organizações de Apoio e as agroindústrias poderiam realizar para intensificar as estratégias de agroindustrialização, os pesquisados, indicaram os resultados apresentados na figura 11.

Figura 11 – Ações a serem desenvolvidas pelas Organizações para potencialização da Agroindustrialização da Agricultura Familiar, segundo os Agentes Entrevistados.



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

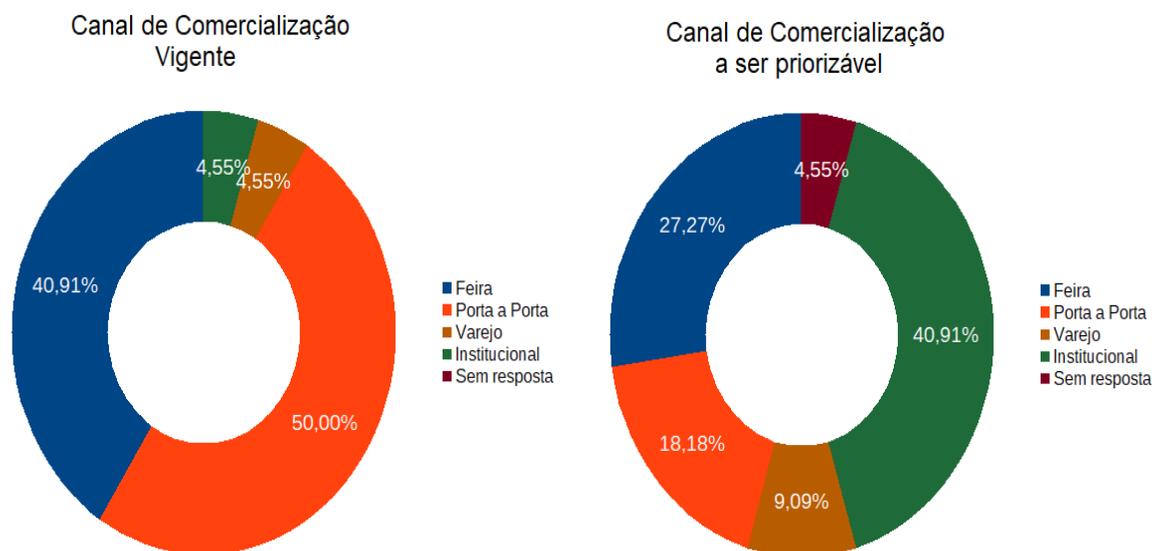
De forma espontânea, sem limitação de ações os agentes citaram vinte e duas ações que poderiam potencializar a estratégia de AAF, sendo que apenas um agente não soube responder ou não quis opinar.

Dentre as ações mais citadas, aquelas voltadas à ampliação do crédito para as agroindústrias (com quatro indicações), e as direcionadas à flexibilização burocrática-legal, cursos de associativismo, cursos de produção (cada uma com duas citações cada), são as mais pontuadas. As demais, com duas citações cada, tratam da melhoria de infraestrutura para comercialização, cursos sobre legislação, comercialização e gestão de agroindústrias. Assistência Técnica foi a única ação com apenas uma indicação.

Em relação a atuação da AF no que se refere à canais de comercialização dos produtos da agroindustrialização, foi indagado aos agentes sobre quais seriam os principais canais de comercialização vigentes e quais seriam os canais de comercialização que deveriam ser prioritários pelas unidades produtoras.

Tais evidências são demonstradas no Gráfico 6, o qual demonstra que as vendas no sistema Porta a Porta (produtor rural levando produtos até a casa do consumidor) é a principal estratégia em vigor, sendo seguida pelas Feiras Públicas de Comercialização.

Figura 12 - Canais de Comercialização dos Produtos das Agroindústrias, segundo Agente de Organizações e área de atuação



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Contudo, a percepção dos agentes se altera, quando questionados sobre quais os canais deveriam ser privilegiados. Sob essa análise, os agentes citaram como o principal canal a ser priorizáveis as vendas institucionais (como por exemplo: Programa Nacional de Aquisição de Alimentos Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros), sendo seguido pelas Feiras e posteriormente pela venda porta a porta.

Quando analisado as respostas dos agentes por distribuição territorial, os profissionais pertencentes aos Territórios de Baixa Intensidade (TBIs) centraram suas opiniões nas vendas Porta a Porta e no fornecimento à Varejo e Restaurantes. Enquanto isso, as respostas dos demais territórios evidenciaram as Vendas Institucionais como melhores canais de comercialização.

As respostas dos agentes dos TDs e os TIs, indicaram no sentido de produção em maior escala e com maior linearidade produtiva e financeira. Enquanto isso os agentes dos TBIs, demonstraram ser favoráveis a estratégias mais conservadoras com espectro de venda de menores dimensões. Essa divergência de opiniões, auxiliam a pesquisa a entender a heterogeneidade de Instituições em torna da AAF dentro de uma mesma região, o que de certa forma pode influenciar se significativamente os diferentes graus de dinamismo dos TDs e TIs.

A pesquisa também abordou sobre um fenômeno que afeta muito a realidade

do meio rural: o preocupante movimento demográfico representado pela fuga da população rural (principalmente dos jovens) em direção à centros urbanos mais dinâmicos, tanto do Rio Grande do Sul, como de outros estados da federação.

Segundo FEE (2016)³² tal fenômeno retirou do meio rural da Região das Missões, algo em torno de 50.000 pessoas no período compreendido entre os anos 2000 e 2010. Conhecendo essa realidade a pesquisa questionou os AOs sobre dois aspectos:

a) A percepção dos jovens sobre a capacidade das agroindústrias na geração de riqueza e melhoria da qualidade de vida,

b) A Intenção dos filhos de produtores em dar continuidade às atividades rurais.

Tabela 19 – Relação dos Filhos de produtores Rurais com a estratégia de Agroindustrialização, conforme intensidade e por distribuição de Dinâmicas territoriais de Agroindustrialização.

Variável Relação Filhos com Agroindústria	Distribuição por Território		
	Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Forte	1	2	0
Mediana	3	1	0
Fraca	2	1	0
Inexistente (Nulo)	1	0	3

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Os resultados obtidos mediante a percepção dos agentes estão presentes na tabela dezenove, demonstrando que 21,4% dos pesquisados, vem uma ligação com maior intensidade entre a agroindústria e a permanência dos filhos na sucessão da propriedade, 28,6% como mediano e 50% veem a relação dos filhos com a AAF como fraca ou inexistente.

Quando realizada a análise por tipo de território, verifica-se que mesmo os Territórios Dinâmicos (TDs), os quais teriam maior potencial de contribuir para permanência dos jovens, não conseguem converter os bons exemplos produtivos em processos de sucessão.

Para os Territórios Intermediários, o padrão de respostas não se altera tanto assim dos TDs, da, contudo, os resultados dos TBIs são preocupantes, pois a percepção dos AOs, em sua totalidade, indicam que diante das experiências presenciadas, nenhum jovem dará continuidade as atividades agroindustriais. Isso

³² Temática já referenciada na introdução dessa pesquisa

demonstra um eminente problema social de possível esvaziamento do meio rural pelas gerações futuras.

Quando questionados sobre as justificativas de tais percepções, os agentes enumeram: a) penosidade do trabalho; b) descrédito com a atividade rural; c) Miopia dos jovens quanto à percepção de que as agroindústrias podem ser uma fonte de renda significativa; d) a falta de opções de entretenimento das pequenas cidades; e) as atuais dificuldades financeiras vividas pela família; f) o desalinhamento da educação básica das escolas para as possibilidades de empreendedorismo rural de pequeno porte. e; f) por final a desgastada relação entre pais e filhos, quanto à distribuição dos lucros e/ou remuneração da mão-de-obra do filho.

A pesquisa também buscou identificar como os AOs categorizavam os produtores que adotavam a estratégia de agroindustrialização em propriedades da Agricultura Familiar.

Essa abordagem sobre a categorização visa abordar a questão das identidades, ou seja, se o fenômeno de AAF não afetaria a identidade do produtor, e por sua vez, o rompimento com suas raízes socioculturais, transformando-o muito mais em um empresário urbano, do que com um ator do meio rural. Possibilitou-se aos Agentes das Organizações tipificá-los como: Agricultor Familiar/Produtor de Alimentos, Empreendedor ou Comerciante.

Como resultado obteve-se que nove entrevistados (64,3%) tipificaram os agroindustrializadores como Produtores Rurais, argumentando que embora exista tal risco da perda de identidade como AF, acreditam ser de pequeno potencial em virtude de três aspectos: a) baixo volume na escala de produção; b) caráter artesanal ou semi-artesanal da produção, e; c) pelos laços familiares constantes nesse segmento produtivo.

Quatro entrevistados (representando 28,57%) classificaram os respectivos produtores rurais, como Empreendedores Rurais, devido ao caráter inovador nas atividades requeridas pela agroindustrialização, argumentando que a probabilidade de perda de identidade é potencialmente baixa, considerando que a atividade de agroindustrialização normalmente são apenas atividades de diversificação, ou seja, são apenas atividades acessórias no dia-a-dia da propriedade. Do conjunto dos quatorze Agentes de Organização entrevistados apenas um entrevistado (representando 7,14% do grupo) afirmou que sim, a agroindustrialização possui alta capacidade de alterar a identificação do produtor, estabelecendo outra lógica produtiva a propriedade rural, que não a da Agricultura Familiar.

Como último questionamento aos Agentes de Organizações, indagou-se sobre quais seriam as principais contribuições da AAF para com a AF, excluindo-se o viés econômico.

As repostas em sua maioria citaram a valorização do papel da mulher na família, a melhoria da autoestima das mulheres (as quais antes eram subjugadas apenas a tarefas caseiras consideradas como pouco úteis). Outro ponto importante que surgiu em várias respostas foi a democratização das decisões na unidade familiar, no qual os agentes citam que a partir do êxito das atividades agroindustriais ocorrido principalmente pela iniciativa das mulheres, elas passam a ser trazidas para contribuir na tomada de decisão nas questões familiares.

Outro fator que merece relevância é o relato dos agentes, sobre as experiências das mulheres agricultoras, de que a partir do sucesso da venda dos alimentos, houve uma mudança de comportamento masculino de fortalecimento das relações familiares. Os AOs relataram depoimento de mulheres, indicando que seus os cônjuges começaram a passar mais tempo com a família – tanto auxiliando na produção, como mesmo interagindo com a família, em detrimento da participação de “jogatinas e bares” nas comunidades circunvizinhas.

A partir da consolidação dessas informações, tem-se capacidade de elaborar análises preliminares positivas, no que se refere ao fenômeno de geração de Instituições por intermédio do processo de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. O conjunto dos resultados indicam que territórios onde os Agentes de Organizações têm uma maior proximidade ou vínculo com a Agroindustrialização da Agricultura Familiar ou mesmo com a Agricultura Familiar, as experiências de diversificação têm apresentado melhores resultados.

Na próxima seção examinaremos as respostas obtidas pela aplicação do instrumento de pesquisa junto a produtores que adotam a estratégia de agroindustrialização e alguns que abandonaram tal alinhamento produtivo.

4.1.4 As Instituições e o Ambiente dos Agricultores Familiares

Entender o ambiente onde se estabelecem as relações sociais e como elas podem contribuir na conformação da vida das pessoas torna-se o objeto de estudo do Institucionalismo. A abordagem do Neoinstitucionalismo torna-se um componente à parte para compreender e identificar as variáveis, como também identificar sob qual perspectiva elas atuam sobre as pessoas e suas relações.

Analisar como a ciência pode contribuir para que essa construção traga menos percalços estratégicos para a sociedade, configura-se na contribuição da comunidade científica.

No estudo proposto a identificação, análise e comparação das variáveis e sua ação sobre as realidades, na constituição de Instituições torna-se o elemento chave da pesquisa, para o contexto das Agroindústrias do Noroeste do RS.

Se até o momento o processo de observação das Instituições passou por uma análise teórica e posteriormente por uma abordagem que retratou as percepções daqueles que têm o papel de apoiar os produtores da AF, agora o estudo parte para a análise das observações daqueles que são o objeto direto das Instituições – os Agricultores Familiares, os quais representam as peças fundamentais no processo de assimilação ou abandono à estratégia da Agroindustrialização na Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul.

Como apresentado no Quadro 7, a pesquisa envolveu a oitiva de 51 produtores rurais, de doze municípios, todos pertencentes a AF. Deste grande grupo 35 produtores, na época da pesquisa possuíam atividades efetivas de diversificação na unidade produtiva familiar, voltadas á agroindustrialização de produtos agropecuários, enquanto que as restantes tiveram experiências, mas já haviam abandonado tal sistema de diversificação produtiva.

O entendimento do pesquisador, é que o processo de agroindustrialização envolve as atividades de manufatura (processamento, limpeza, embalagem, fragmentação, etc.), distribuição e até comercialização.

O processo de coletar informações dos produtores, seguiu o mesmo método aplicado aos AOs, com visitas às propriedades ou unidades manufatureiras, apresentação do investigador e da pesquisa e posterior questionamento sobre o interesse da sua participação. Em caso positivo, procedia-se a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Roteiro de Pesquisa.

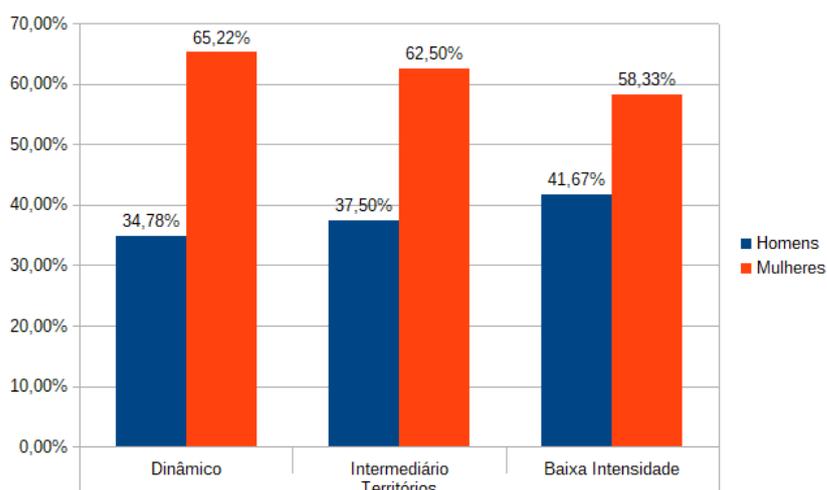
Se o interesse do participante permanecesse, solicitava-se a para a autorização para gravação.

A etapa posterior era conhecer a propriedade e local de manufatura, para reconhecer a realidade da unidade produtiva e familiar e possibilitar uma aproximação na relação pesquisador-pesquisado. Após esse roteiro, procedia-se a aplicação do instrumento de pesquisa, dos quais os resultados são apresentados a seguir.

4.1.5 Agricultores em Cena: Quem são? O que pensam? Como deliberam suas estratégias?

Entender esse processo seria compreender quais as relações sociais e econômicas se estabelecem entre Organizações e Produtores – Agentes Sociais e o meio, quais as formas de troca de informações, sentimentos, discernimentos, e prováveis constrangimentos, que levaram o produtor a assumir, manter ou até mesmo abandonar as atividades de Agroindustrialização. Assim como a seção que tratou dos AOs, esse bloco inicia-se com a identificação dos atributos dos produtores ligados aos processos de agroindustrialização.

Figura 13 – Distribuição percentual entre Gênero e Divisão Territorial, dos Dirigentes das Agroindústrias Entrevistas.



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Sob esse contexto, visualiza-se que a atuação feminina na coordenação das atividades agroindustriais não se reserva apenas a situação de coadjuvante, mas sim representam o predomínio da direção das unidades fabris em todos os territórios pesquisados, ou seja, são as mulheres na maioria atuam nas atividades agroindustriais como demonstra a Figura 13, sendo tal realidade verificada igualmente nos três tipos de territórios estabelecidos.

Uma das grandes temáticas que envolvem os estudos sociais sobre a Agricultura, é o processo de envelhecimento da atividade. Visando conhecer essa realidade a pesquisa abordou a referida temática, apresentando os dados na Tabela 20.

Tabela 20 – Distribuição Etária dos Dirigentes de Agroindústrias, conforme classificação territorial.

Faixa Etária Pesquisados	Nº Pesquisados	Distribuição por Território		
		Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Até 30 anos	19	47,37%	36,84%	15,79%
31 a 50 anos	24	41,67%	29,17%	29,17%
Acima 51 anos	8	37,50%	25,00%	37,50%

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Os dados da tabela 20, quando associados com as informações já apresentadas, indicam que a coordenação das atividades agroindustriais do grupo pesquisado, é caracterizada por ser do gênero feminino na faixa etária entre trinta e um e cinquenta anos.

O grupo de pesquisados com até 30 anos (faixa mais jovem representou 32,7% do grupo total e 15,68% representam a parcela que possui acima de cinquenta e um anos de idade).

Aprofundando a abordagem, verifica-se que 84,3% são empreendedores rurais com menos de 51 anos, com predominância das mulheres, podendo-se inferir que para o grupo selecionado, o problema do envelhecimento para as atividades agroindustriais não é fenômeno predominante na região, evidenciando que nos TDs e TIs esse grupo possui maior representatividade.

Com o intuito de conhecer um pouco mais da realidade desse grupo predominantemente feminino e jovem, a pesquisa buscou conhecer quais era as áreas de agroindustrialização exercida pelas famílias de produtores rurais pertencentes a Agricultura Familiar.

A Tabela 21 demonstra que as atividades de panificação (pães, biscoitos, bolachas, cucas, etc.), produção de embutidos e Derivados de Cana-de-Açúcar são os segmentos que predominam as atividades da AAF das Missões, demonstrado.

Tabela 21 – Gênero dos Produtos Agroindustrializados, por Condição do Produtor e Distribuição Territorial.

Gênero Produtos	Condição		Territórios		
	Ativo	Desistente	Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Panificados	11	4	7	4	3
Embutidos	7	3	6	1	1
Derivados Cana	5	2	0	5	2
Lácteos	3	1	2	1	1

Hortifrutigranjeiros	2	2	0	2	2
Outros	7	4	9	2	3
Soma	35	16	24	15	12

Observação: No item Outros, encontram-se a produção de vinhos, sucos, polpas de frutas, comidas típicas, e demais produtos.

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Quando analisado o tipo de produção pelas unidades que abandonaram a estratégia de AAF, verifica-se que não existe uma predominância de atividade produtiva, mas o viés passa a ser o aspecto territorial, pois os dados da pesquisa demonstram que o maior número de desistências ocorreu em TBIs, seguido pelos TIs.

Esses dados quando cruzados com os dados do perfil dos Agentes das Organizações – Tabela 13 indica que são nesses territórios onde os Agentes possuem menor grau de vinculação de origem e de função, ou seja, como a vinculação do agente com o meio e com formação menos intensa para processos agroindustriais, a luta pelo estabelecimento de Instituições de permanência tornam-se menores.

Outro questionamento realizado, para conhecer as características dos produtores que coordenavam as atividades agroindustriais, foi indagá-los sobre o grau de dedicação a esse ofício. Aproximadamente 68% os dirigentes responderam que se empenhavam com mais afinco as atividades agroindustriais, mas que também se dedicavam a outras atividades na unidade produtiva (sejam elas atividades domésticas ou mesmo atividades agrícolas).

A parcela dos pesquisados que dedicavam a mesma intensidade de trabalho e tempo para ambas as atividades representaram cerca de 15% dos respondentes e 10% indicaram que detinham mais dedicação à atividades não voltadas a agroindustrialização. O restante 7% (aproximadamente), indicaram que têm dedicação exclusiva as atividades de AAF.

A característica comum do grupo de produtores, que relataram dedicar menos tempo e menos intensidade a agroindustrialização, é a distribuição territorial, onde 93% delas são unidades que estão localizadas no TBIs e 7% (valores aproximados para ambos) são de unidades localizadas em TIs.

As respostas desse mesmo grupo, todas as unidades produtivas com o mesmo perfil de resposta, compreendem que as atividades agropecuárias são mais rentáveis que as atividades agroindustriais, contudo apenas uma unidade produtiva reconhece a viabilidade econômica das agroindústrias.

Com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a realidade do grupo, construiu-se a Tabela 22, no qual buscou analisar a estratégia de atuação das Agroindústrias, segundo o grau de formalização ou de informalização. Partiu-se então para a verificação de quantas eram as unidades formalizadas ou não, onde estavam distribuídas e as justificativas pela escolha.

Sob o viés da formalização, verifica-se que a maioria das unidades analisadas optam por atuar de maneira não formalizada, sendo que os maiores graus de formalização encontram-se nos Territórios Dinâmicos e Intermediários, juntos superando a casa dos 80%. Quando questionado sobre a pretensão em se formalizar, vemos que 69,80% das unidades produtivas não formalizadas, não possuem interesse de se formalizar.

Tabela 22 – Situação das Agroindústrias, segundo Grau de Formalização e Interesse, Percentual Geral e Distribuição por Territórios

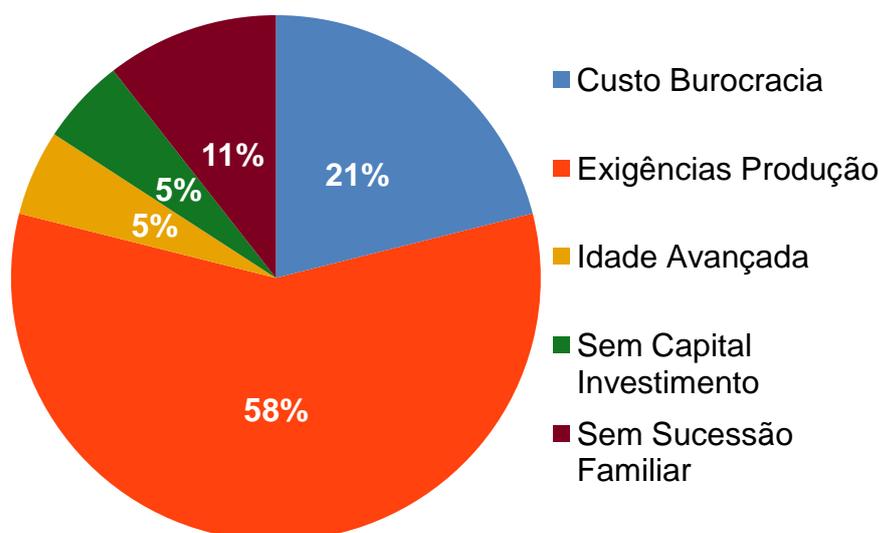
Situação Agroindústria Ativa	%	Tipo de Território		
		Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade
Formalizado – F	19,70%			
Não Formalizado - NF	80,30%			
NF com Interesse	30,20%	31,25%	50,00%	18,75%
NF sem Interesse	69,80%	45,95%	24,32%	29,73%

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

No que se refere às unidades produtivas com intenções de formalizar - elas representaram cerca de 30% do total, concentradas nos TDs e TIs (somadas representaram mais de 80%), justificando essa intenção pelos argumentos de ampliação mercado (43,75%), atendimento de vendas institucionais (31,25%) e aumento de renda (18,75%) e legalidade (6,25%).

As justificativas sobre intenção de não formalização são apresentadas na Figura 14, o qual demonstra que as elevadas exigências de produção e os altos custos burocráticos para formalização representando 79% aproximadamente das justificativas que afugentam as intenções de formalização dos produtores. Outros argumentos que aparecem são a falta de sucessão familiar com 11%, carência de capital para investimento representando 5% e a idade avançada dos dirigentes da agroindústria tipificando 5% dos entrevistados. Sob o ponto de vista Neoinstitucional, verifica-se a significativa influência das pressões coercitivas, passíveis de determinação de Instituições, para a não formalização das atividades da agroindústria a Agricultura Familiar.

Figura 14 – Justificativas para a intenção de Não Formalização dos Produtores em Atividades de Agroindustrialização.



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Quando se associa a pretensão de trabalhar na clandestinidade – não formalização, com a análise das perspectivas Neoinstitucionais, verifica-se que a perspectiva financeira é elemento primaz na resposta do grupo demonstrando o papel da pressão institucional de caráter econômico, na orientação das estratégias dos AFs se destaca.

Com a abordagem abrangendo a relação entre unidades formais e informais, a pesquisa analisou as diferenças produtivas e econômicas entre os dois tipos de agroindústrias.

Tabela 23 – Atributos Produtivos e Econômicos das Unidades por tipo de Agroindústria

Tipo de Agroindústria	Pessoas na Produção		Estrutura Fundiária média/ hac	Lucro Médio Mensal/ S.M.	Utilização da Produção da Propriedade
	Média	Moda			
Formalizada	3,4	3	9,6	3,42	57,5%
Não Formalizada	1,6	1	14,4	1,07	71,83%

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Desse enfoque originou-se a Tabela 23, a qual demonstra sob a ótica dos atributos operacionais, que a média de contratação das agroindústrias formais é superior a informais, superando em mais de 100% o nível de contratação.

No contraponto as agroindústrias informais pesquisadas ocupam uma área

média de 14,40 hectares, ao ponto que as formais possuem uma estrutura fundiária média de 9,6 ha.

Prosseguindo com a análise sobre as questões operacionais, o referido quadro demonstra que a utilização de matéria-prima na agroindústria não formalizada, proveniente da própria produção da unidade familiar agrícola supera os 70%, ao passo que a mesma utilização pelas organizações formais se reduz para cerca de 57%.

No aspecto resultado médio mensal, as empresas formalizadas informaram um lucro médio da organização que corresponde a 3,42 salários-mínimos federais (máximo de 5,2 S.M., e mínimo de 1,3 S.M.), com uma moda de 2,2 SMs.

Valores bem menos expressivos são verificados em organizações não formais, que apresentaram uma média de 1,07 SMs, com uma moda de 0,6 SMs (máximo de 1,7 SMs e mínimo de 0,4 SM).

A interpretação desse quadro, que ocorre pelo ponto de vista de eficiência econômica, indica que os resultados econômicos em empreendimentos formais são expressivamente superiores, representando a ampliação das pressões institucionais em torno da estratégia da AAF.

Com o intuito de avançar sobre a análise relativa às questões econômicas, a pesquisa questionou os agricultores familiares sobre a percepção dos retornos econômicos da agroindústria comparativamente aos retornos da produção agrícola. A pesquisa indicou que 57,14% dos produtores que atuam com a AAF, percebem os retornos das agroindústrias como superiores aos retornos das atividades exclusivamente agrícolas. Enquanto isso, um grupo de 17,14%, acredita que os retornos das agroindústrias sejam menores e um grupo composto por 2,86% dos produtores não souberam determinar a comparação.

Nesse escopo foi questionado, qual era a diferença percentual entre o retorno das duas atividades. Utilizando cálculo de média aritmética simples das comparações realizadas, os dados demonstraram resultados 77,35% superiores das agroindústrias em relação as atividades exclusivamente agrícolas. Entre o grupo que informou rendimentos menores com as atividades agroindustriais, o cálculo médio indicou rendimentos 27,78% inferiores.

Para entender o grau de confiança do questionamento anterior, o estudo, indagou os produtores sobre a utilização de instrumentos de controles financeiros formais. Esse questionamento foi associado as respostas sobre o comparativo dos retornos e o resultado foi: aproximadamente 75% dos produtores que afirmaram

superioridade dos retornos da AAF, possuem controles formais e usam cotidianamente tais ferramentas e cerca 25% possuem os controles mas usam parcialmente.

No que se refere ao grupo que determinou que os ganhos da agricultura são superiores a manufatura, somente 12,5% disseram que possuem controles formais e usam cotidianamente, 62,5% argumentaram que não possuem controles formais e 25% que usam parcialmente.

Tais resultados quando abordados pela ótica Neoinstitucional, revelam que os produtores (principalmente dos TBIs) estabeleceram um conjunto de costumes de tradições e crenças, no qual as atividades da AAF, assumindo o discurso de que a AAF é menos rentáveis, porém não possuem registros formais para comprovar tal Instituição. Aqui se verifica que as questões miméticas – restrição a utilização de controles financeiros, determinou uma crença, um costume de discursar em determinada orientação, sem ter elementos objetivos para comprovar tal argumento.

Exemplificando caso no qual as pressões miméticas, sobrepõe-se as demais pressões institucionais.

A pesquisa desejou ainda aprofundar qual o grau de conhecimento/análise dos produtores sobre a percepção da viabilidade econômica da agroindustrialização, conforme o sistema e operação.

Tabela 24 – Percepção do Agroindustrializador sobre a Viabilidade da Operação, segundo Estratégia de Operação e Utilização de Controles Financeiros – Agroindústrias em Atividade.

Viabilidade Econômica da Agroindústria	Total	Uso dos Controles Financeiros		
		Possui	Não Possui	Parcialmente
Viável	72,41%	72,50%	5,00%	
Não Viável	17,24%	18,60%	57,30%	
Não Sabe Determinar	10,34%	0,00%	72,50%	
Formalizada -Viável	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Formalizada -Não Viável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Formalizada - Não Sabe Determinar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não Formalizada -Viável	53,50%	15,40%	59,40%	25,20%
Não Formalizada -Não Viável	36,20%	0,00%	72,50%	27,50%
Não Formalizada - Não Sabe Determinar	10,30%	0,00%	87,50%	12,50%

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

As respostas obtidas e apresentadas na Tabela 24 indicam que mais de 70% dos produtores, consideram suas empresas viáveis, condizendo com as respostas da Tabela 23. Em 100% dos casos pesquisados, as empresas formalizadas e com

uso frequente de controle financeiro, são segundo seus proprietários, possuem retornos financeiros positivos. Já os empreendimentos não formalizados demonstraram a percepção de inviabilidade econômica, contudo, cerca de 72,50% dessas unidades produtivas informaram carência na utilização de controles financeiros no dia a dia da organização. Tal abordagem remete à reflexão da baixa confiabilidade das percepções pelos agricultores familiares.

A avaliação de resultados econômicos também ajudam estabelecer o conjunto de Instituições determinadas em torno da profissionalização da propriedade. Essa visão já foi indicada pelos Agentes de Organizações – visualizadas anteriormente no texto, indicando a importância do conhecimento gerencial e produtivo para o resultado da referida estratégia de diversificação produtiva.

Dessa forma, os dados da pesquisa ajudariam as Organizações de Apoio a trabalhar ações com viés de modificar costumes que impõem importância secundária à aplicação de tais rotinas gerenciais.

Tabela 25 – Impactos Sociais Positivos percebidos pelos Produtores Pesquisados com a Implementação da Agroindústria

Variável: Impactos Sociais com a Implementação da Agroindústria	Percentual
Qualidade de Vida	31,03%
Convívio Social	26,44%
Atendimento a Necessidades	13,79%
Reconhecimento Social	11,49%
Reconhecimento Unidade Familiar	10,34%
Empoderamento Feminino	2,30%
Nenhum	2,30%
Não Soube Determinar	2,30%

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Com o intuito de abordar a temática dos benefícios gerados pela adoção da agroindustrialização, Isto posto, a pesquisa questionou os pesquisados sobre os benefícios sociais (excluída a visão econômico-financeira) dos processos de agroindustrialização, para o qual foi dado a possibilidade dos entrevistados apresentarem respostas espontâneas, sem limite de argumentação.

Como resultados, têm-se os dados configurados na Tabela 25, os quais indicam que o benefício com maior número de respostas, foi à melhoria na qualidade de vida. A referida alegação representou 31,03% de todos os argumentos, demonstrando que a atividade representa um ofício prazeroso, melhorando à percepção de bem-estar das famílias.

O convívio social, entendido como sendo a interação social que os processos de manufatura e comercialização causam aos produtores, foi o segundo argumento mais citado, representando 26,44%, indicando que a baixa interação promovida pelas atividades exclusivamente agrícolas torna-se um fator de exclusão e baixa capacidade de geração de Capital Social.

Essas respostas podem ser melhores compreendidas quando exemplificadas pela citação da resposta de três diferentes casais de produtores, (um localizado em um Território de Baixa Intensidade e dois localizados em Territórios Intermediários), quando expressam que a satisfação deles é quando chega os dias de comercialização³³:

“faz mais de vinte anos que vamos a cidade todas as terças e sextas-feiras, para vender os nossos produtos, e sempre a mesma coisa, na noite anterior começamos “a nos ajeitar”, arrumando a roupa, ajeitando o lanche, lustrando os sapatos, para fazer bonito “para o freguês”, porquê além de comprar eles querem conversar com a gente, e a gente com eles”

Produtor nº 3.

“ dá uma tristeza, quando dá um inverno chuvoso e a estrada “tá ruim pra nós ir”. Aí “ficamo” eu e o velho, sentados, tomando chimarrão, quietos. Não dá nem vontade de escutar o rádio”.

Produtor nº 3

“ antes o “Nego” ia pra cidade vender “o soja” e quando eu ia, a gente cruzava na cooperativa e eu ficava só no carro, olhando pro movimento da rua, do pessoal, não sabia nem conversar direito com as pessoas. Agora com a venda das Cuca, é eu que vou pra cidade, vender e conversar com o povo na feira, nada mais de ficar sozinha na Kombi”

Produtor nº 17

“ aí resolvemos vender os melados nas feiras, a gente passava até vinte dias fora de casa vendendo, ia vender até em Santa Maria. No inicio a gente não conhecia ninguém, era uns “bicho do mato”, mas depois era um grupo muito bom, a gente sofria junto nos “inverno brabo”, se ajudava, mas principalmente a gente ria muito, nós era uma família. Viramo até compadres do de Santiago. Faz cinco anos que paramos de fazer essas feiras, mas até hoje eles vem aqui, a gente vai lá, dá uma saudade”

Produtor nº 22

Diante de tais relatos, percebe-se a importância social para o bem da estrutura familiar e da eminente conformação de costumes e tradições dos produtores, derivado do processo de diversificação das atividades. Tal argumento fortalece a teoria da construção, manutenção e constituição de novas Instituições, a partir das percepções pessoais.

As respostas apontaram como terceiro elemento mais citado foi o atendimento as necessidades, por meio dos recursos provenientes, o mesmo representando

³³ As citações preservam as falas originais dos produtores, como foram proferidas, preservando o contexto das regionalidades das falas dos entrevistados.

13,79%. O reconhecimento social representou 11,49% das repostas, indicando que além do retorno financeiro reconhecimento da sociedade é um benefício social expressivo. Dois relatos (uma produtora – Território Dinâmico e um produtor – Território Baixa Intensidade) representam a importância do reconhecimento social para a construção das Instituições³⁴:

“vô te conta, até me senti gente, quando os “professor” da universidade vieram aqui em casa com uns estrangeiro, querendo que eu contasse a minha experiência de doceira, logo eu, criada nos “fundão de campo” que nem sei falar direito. Primeiro disse que não, mas como o “” da EMATER, insistiu, aceitei. Eles adoraram “minhas bolacha”, teve um que tirou foto e levou pras Europa. Me senti gente importante.”

Produtor n° 14

“ Teve um período, que tive um problema de coluna e tive que para de fazer e pão e ir na feira, fiquei fora uns 60 dias. Tu imagina, que teve cliente minha que me ligava pra saber o que tinha acontecido comigo? Foi muito bom.”

Produtor n° 11

O reconhecimento da unidade familiar, representando 10,34% (muito evidente nos relatos da mão de obra feminina) e o empoderamento feminino com 2,30%, são outras representações que fortalecem a concepção que a estratégia de AAF constitui em um importante fator de constituição de Instituições. Muitas delas relacionadas as respostas anteriores, mas com evidencia a dois relatos de duas produtoras³⁵:

“Depois que eu paguei a parcela do trator com o dinheiro que guardei da venda das minhas bolachas, por causa da seca de 2012, o “ nome do cônjuge”, me pergunta o que eu acho em tudo que ele vai comprar. Mês passado ele até me perguntou se a gente devia plantar no mais cedo ou no mais tarde. Agora “tô” podendo!!

Produtor n° 27

“Tive um tempo ruim no casamento, o “nome do cônjuge” só vivia na cidade, bebia muito, muito nervoso, gritava muito com todo mundo aqui em casa, “tava” até querendo se separar e eu tive que aguentar. As gurias aqui da associação sabem bem disso e me ajudaram muito. Depois que eu tinha meu dinheiro da agroindústria, um dia ele veio querer “dá uma de macho-vêio” e falar em separação, peguei um saco – porque até a mala é minha, coloquei os trapo dele e mandei ir mesmo, pois tinha o meu dinheiro e metade “das terra” eram minha por direito. Nunca mais incomodou e até “se alinho nos prumô” ”.

Produtor n° 32

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

Se anteriormente a pesquisa abordou os benefícios sociais da opção, a pergunta seguinte questionou as percepções sobre prováveis impactos desfavoráveis pelo ponto de vista social, percebidos pela adoção da agroindustrialização. As respostas seguiram o mesmo método anterior, onde as respostas eram livres, sem limite de argumentos, deixando livre o pesquisado a apresentar sua visão e seus relatos de vida.

Os resultados demonstram que os dois fatores com maior número de citação, foram: a) a implementação da agroindústria não gerou impactos negativos (23,53% das repostas), demonstrando a relevância desse canal de produção exclusivamente para produtores em atividade, e; b) o excesso de trabalho, com a mesma representatividade (23,53%). Esse último sendo citado pela maioria dos produtores que desistiram da atividade agroindustrial.

Aspectos de saúde e penosidade do trabalho, com respectivamente 13,24% e 10,29%, foram o quarto e quinto elementos mais citados, sendo o primeiro mencionado pela maioria dos produtores em atividade e a penosidade das atividades laborais da agroindústria lembrado em sua maioria pelos produtores desistentes da produção manufatureira.

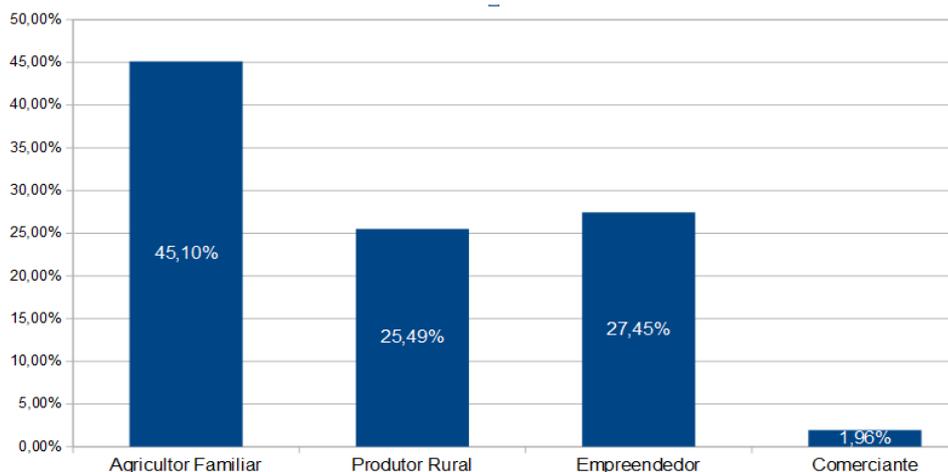
A baixa rentabilidade também acompanhou o elemento penosidade do trabalho, cada um com 10,29% das respostas, mas essa com a característica de ser lembrada apenas por produtores desistentes.

Autores como Abramovay (2003), Maluf (2004) Schneider (2010), Gazolla (2011) e Picolotto (2014) entre outros alertam para a possibilidade de perda de identidade com suas raízes territoriais pela adoção de práticas diversificantes. Essa possível perda de ligação, poderia ser importante, no processo de constituição e fortalecimento dos costumes, tradições e rotinas (Instituições), pois alguma alteração no processo de auto identificação do ator social, pode alterar significativamente o conjunto de Instituições sociais.

Para a compreensão desse fenômeno, a pesquisa questionou o entrevistado, sobre como ele se auto identificava, possibilitando-lhe escolher entre Agricultor Familiar, Produtor Rural, Empreendedor ou Comerciante tem seus resultados apresentados na Figura 15.

A pesquisa demonstra que 45,10% dos produtores que exercem (na época pesquisa) atividades agroindustriais definem-se como Agricultor Familiar e 25,49% como Produtores Rurais.

Figura 15 - Categorização: Como você se define? Produtores em Atividade



Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Esse percentual superior a 70% (soma dos dois primeiros extratos: Agricultor Familiar e Produtor Rural), é importante para demonstrar que embora diferentes, ambos circundam pelo espectro do meio rural, tendo a potencialidade de gerar Instituições muito próximas, não desprendendo o produtor do seu meio e de suas raízes sociais. No contraponto um grupo que representa aproximadamente 27% se identificam como Empreendedores, os quais possuem um elevado potencial de romperem com seu legado rural.

A pesquisa demonstra ainda que a característica comum entre eles, é que mais de 90% desse grupo estão localizados em TDs e todos tem dedicação exclusiva a agroindústria.

Pela interpretação dos dados, pode-se inferir que o conjunto de Instituições geradas por esse grupo poderá ser diferenciado dos demais e que possivelmente, quando a propriedade deixa de optar pela estratégia da agroindustrialização como fator de diversificação (assumindo um perfil de maior profissionalização organizacional) ocorre uma alteração no processo de constituição das Instituições, ou como argumentam March e Olsen (1989) e North (1995), as mudanças vão representar a construção de um novo conjunto de regras, rotinas, valores, crenças, tradições e modelos cognitivos interligados por um novo arranjo institucional legitimado, representando um novo conjunto de ferramentas ideais para a construção e o estabelecimento de uma nova estabilidade que fortalecerá as Instituições e reduzirá os custos de prováveis mudanças, aprimorando as relações e acompanhando a evolução da sociedade.

Uma vez que a pesquisa tenta fazer uma aproximação entre a realidade da AF, e as temáticas sociais pelo viés da abordagem Neoinstitucional, a temática da

sucessão familiar torna-se elemento indispensável para o estudo. No intuito de descobrir se os processos e as experiências de agroindustrialização afetam as percepções e disposições sobre a continuidade das atividades no meio rural, questionaram-se os produtores sobre a relação entre AAF e sucessão familiar.

O primeiro questionamento sobre a temática abordou a relação dos filhos com o processo de AAF. As respostas indicam que 62,86% dos pais, têm a percepção de que os filhos tem relação positiva com a estratégia de diversificação e apoiam as atividades manufatureiras da família. Contudo, para 25,71% dos pesquisados, percebem que seus descendentes não demonstram apreço pela agroindustrialização e 11,43% das famílias não souberam responder.

Contudo, quando o questionamento aborda a ocorrência ou expectativa de sucessão, apresenta outro cenário, do que visualizado anteriormente. Das trinta e cinco unidades em atividade, somente duas propriedades já possuem os filhos trabalhando nas agroindústrias (equivalente a 5,7% dos entrevistados). Do restante, em quase 70,% dos casos, os pais indicaram a intenção negativa dos filhos em dar continuidade ao processo de agroindustrialização, outros 5,88% disseram que ainda não sabem o que os filhos desejam (continuar ou não) e apenas 23,53% dos respondentes, indicaram que existe boas chances dos filhos continuarem as atividades.

Aqui se estabelece um paradoxo, pois se o conjunto de simbologias, rotinas e costumes indicam uma avaliação positiva por parte dos sucessores para com viés da agroindustrialização, o que explicaria a maioria dos jovens (segundo a percepção dos pais) não possuem a pretensão da continuidade da estratégia de diversificação.

A teoria Neoinstitucional compreende a construção das Instituições como a atuação de um conjunto de variáveis, entre elas as cognitivas, que poderiam explicar a presença de tal fenômeno frente aos jovens. Na busca dessa explicação a pesquisa questionou os produtores quanto à essa perspectiva negativa.

Dentre os participantes da pesquisa (produtores que estavam em plena atividade do processo de agroindustrialização) um conjunto aproximado de 57% revelou a percepção de continuidade pelos filhos e respectiva sucessão é baixa. A justificativa indica o desejo dos pais, em que os filhos “realizem uma faculdade” para não depender do rural para sobreviver, alegando o sofrimento vivido no passado pelos mesmos e respetivos antecessores.

Oito respondentes (aproximadamente 24%) indicaram o desejo dos filhos em ir morar em centros urbanos, pela falta de infraestrutura e opções de divertimento no meio rural. Quatro respondentes indicaram a penosidade do trabalho como justificativa dos filhos para a não continuidade das operações. Apenas dois produtores indicaram a baixa expectativa de renda das agroindústrias para com os interesses dos jovens.

A análise dos resultados apresentados demonstra que a própria perspectiva mimética e cognitiva dos produtores, constitui-se em elementos formadores de Instituição não apoiadoras dos processos de AAF. As Instituições que restringiam o apoio às agroindústrias, até então eram vistas apenas como variáveis externas, contudo o conjunto de respostas visualizadas nesse quesito demonstra que mesmo dentro das unidades manufatureiras da AF, surgem Instituições de não fomento a esse tipo de diversificação agropecuária.

Em outro contexto teoria Neoinstitucional, direciona sua abordagem sobre as questões que tratam do desenho organizacional das empresas resultado do arranjo institucional estabelecido pela companhia.

Meyer e Rowan (1977) identificam as organizações como um conjunto de complexos elementos culturais determinados por restrições cognitiva, estruturais e financeiras, que atuam de maneira a restringir ou fomentar ações e interesses.

Seguindo a lógica Neoinstitucional, a pesquisa buscou capturar a possibilidade de algumas variáveis funcionarem como elementos de pressão (ao fomento ou a restrição) nos processos de adoção da agroindustrialização dos entrevistados.

A pesquisa centrou em quatro variáveis que poderiam auxiliar na construção e estabelecimento de Instituições: Papel das Organizações, Legislação, Papel da Comunidade e Localização Geográfica.

Para iniciar o exame em relação ao Papel das Organizações, o primeiro questionamento abordou as justificativas para o início das atividades de agroindustrialização.

A partir do conjunto de respostas o pesquisador perseguiu a classificação Neoinstitucionalista de DiMaggio e Powell (1983, 1991), sob o contexto das perspectivas: Financeira, Histórica e Mimética/Cognitiva.

Conforme os dados apresentado no Quadro 5, as pressões institucionais percebidas pelos produtores rurais quando do princípio das atividades foram as financeiras com 58,82% das respostas, Mimético com 25,49% e a perspectiva Histórica com 15,69% das indicações.

Quadro 4 – Justificativas para adoção de atividades na Agroindustrialização.

Perspectiva da Pressão	Incidência %	Tipo da Pressão	Frequência
Financeira	58,82%	Aumento da Renda	14
		Crise Atividade Primária	9
		Emprego/Renda	7
Mimético/Cognitivo	25,49%	Iniciativa Própria	5
		Exemplo dos Vizinhos	4
		Incentivo das Organizações	4
Histórica	15,69%	Histórico Familiar	8

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Analisando cada um dos grupos, verifica-se que 58,82% das respostas envolveram a perspectiva Financeira, estando vinculadas à necessidade do respondente a melhorar das condições de renda e consumo da pessoa/família.

Ao segmentar as respostas da perspectiva financeira, obteve-se que 30% indicaram a piora nos resultados econômicos da agricultura, como justificativa para a busca de alternativa produtiva. Já os 23% restantes alegaram a agroindustrialização como alternativa para geração de emprego e renda.

Na perspectiva Mimética, a variável vontade própria (recorrente nos resultados apresentados pelas mulheres que compuseram a pesquisa) que representou mais 38% das respostas. Quando questionado sobre o porquê dessa iniciativa, a justificativa recorrente referenciou a subutilização ou ociosidade da mão-de-obra feminina.

O incentivo das Organizações de Apoio aparece com aproximadamente 30% das respostas, demonstrando que a rede de fomento das Organizações desenvolve magnitude inferior ao que as organizações consideram. Esse assunto será tratado posteriormente com a apresentação de outros dados.

Ainda no conjunto de variáveis Miméticas que justificam a adoção da estratégia, o Isomorfismo organizacional, representa apenas 30% das respostas representadas pelas variáveis miméticas e quase 8% do conjunto geral de justificativas. Pela visão do pesquisador essa explicação torna-se legítima, pois em um ambiente onde o grau de fomento e apoio é baixo, e as experiências exitosas são pouco divulgadas. Os Isomorfismos tendem a ter importância minimizada, quando da criação de novas agroindústrias.

Quando considerado a variável Perspectiva Familiar (aqui entendida como a herança cultural e étnico-gastronômica advinda da família), verifica-se que as tradições familiares corresponderam por cerca de 15% do conjunto de respostas.

Diante do cenário demonstrado, verifica-se que as pressões financeiras possuem maior poder de significância, indicando que a formação de Instituições com viés econômico, tendem a sobrepor-se aos demais fatores.

Para aprofundar esse entendimento, os entrevistados foram questionados sobre o conjunto de Instituições (pressões Institucionais) que influenciam sobre o dia-a-dia das atividades das agroindústrias.

A primeira variável selecionada e questionada abordou o papel da Legislação e da Burocracia no processo de funcionamento das organizações agroindustriais.

O questionamento demonstrou que 92% entendem que a Legislação e os Trâmites Burocráticos são pressões que restringem as atividades das Agroindústrias as quais possuem uma forte intensidade, sobre os resultados das organizações.

Tabela 26 – Como a Legislação/Trâmites Burocráticos impacta sobre a atividade das Agroindústrias da Agricultura Familiar.

Variável: Pressão Institucional - Legislação	Frequência	Territórios			Total
		Dinâmico	Intermediário	Baixa Intensidade	
Fomenta	4	60,0%	40,0%	0,0%	100,0%
Restringe	47	45,9%	32,8%	21,3%	100,0%
Intensidade Forte	41	41,5%	34,7%	20,8%	100,0%
Intensidade Mediana	10	69,2%	15,4%	15,4%	100,0%
Intensidade Fraca	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Coercitivo	40	52,5%	30,5%	17,0%	100,0%
Financeiro	5	0,0%	57,1%	42,9%	100,0%
Coercitivo + Financeiro	6	0,0%	66,7%	33,3%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Em termos de distribuição territorial, essa capacidade de restringir a atuação é mais sentida pelas unidades produtivas instaladas em TDs e TIs, possivelmente explicada por que essas atuam em centros maiores, onde as fiscalizações e instrumentos de controle atuam com maior força. Para os demais territórios, onde a informalidade é mais comum, repercutindo em resultados menos significativos.

Em contraponto, somente quatro pesquisados (8%) opinaram que a Legislação pode fomentar as atividades. A justificativa para tal argumento, é que tais processos qualificam o método produtivo, possibilitando ampliar os mercados de acessos aos produtos. Caracteristicamente tais impressões representam as agroindústrias com processos produtivos semi-artesanais, que embora familiares são aqueles que investiram mais e que de certo modo ampliaram o grau de profissionalização da

manufatura. Esse conjunto de agroindústrias aparece com maior grau de incidência em mercados de maior abrangência e maior número de agroindústrias – TDs e TIs.

Para entender como ocorre a forma de atuação do elemento de pressão Legislação/Burocracia, 78,4% dos entrevistados entendem que esse tipo de pressão ocorre por meios coercitivos, enquanto 9,8% consideram como elemento de pressão financeira – altos custos financeiros para atender ao conjunto de legislações e trâmites burocráticos e 11,7% dos agricultores entrevistados entendem como elementos que associam aspectos coercitivos e financeiros ao mesmo tempo.

A perspectiva Neoinstitucionalista, possui o entendimento que os elementos informais, além dos formais, tornam fatores importantes no processo cognitivo de assimilação das Instituições. Sob esse contexto, a pesquisa interpelou os produtores sobre a atuação das Organizações de Apoio (OAs) nas atividades das Agroindústrias.

Tabela 27 – Influência da Atuação das Organizações de Apoio sobre a atividade das Agroindústrias da Agricultura Familiar.

Variável: Atuação Organizações	Total	Territórios			
		Dinâmicos	Intermediários	Baixa Intensidade	
Fomento	86,27%	52,27%	40,91%	6,82%	
Restrição	11,76%	0,00%	33,33%	66,67%	
Indiferença	1,96%	0,00%	0,00%	100,00%	
Fomento	Forte	24	16	7	1
	Mediano	15	8	5	2
	Fraco	6	0	2	4
Restrição	Forte	4	0	1	3
	Mediano	1	0	0	1
	Fraco	1	0	0	1
Mimético/ Cognitivo	Forte	11	7	3	1
	Mediano	9	5	3	1
	Fraco	7	0	3	4
Financeiro	Forte	2	2	0	0
	Mediano	0	0	0	0
	Fraco	0	0	0	0
Coercitivo	Forte	0	0	0	0
	Mediano	2	1	1	0
	Fraco	0	0	0	0
Mimético Financeiro	Forte	7	5	2	1
	Mediano	4	1	3	0
	Fraco	0	0	0	0
Mimético Coercitivo	Forte	2	2	0	0
	Mediano	0	0	0	0
	Fraco	0	0	0	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 27 indicam que aproximadamente 87% dos produtores ouvidos, interpretam a atuação das OAs como fator indutor as atividades das agroindústrias, enquanto que aproximadamente 12% interpretam que a atuação dessas entidades não atua como elemento de fomento aos processos de agroindustrialização da AF.

A justificativa de tais respostas recai sobre o excesso de demora no apoio, no excesso de burocracias, a apresentação de outras pautas de atuação, etc. Dentre as agroindústrias que mais indicam essa percepção são aquelas localizadas em TBIs, enquanto que as agroindústrias que interpretam como fortes instrumentos de apoio se concentram nos TDs.

A compreensão da atuação dessas organizações de apoio é considerada como um elemento de pressão Mimética (por 53% do total), representado pelas ações de sensibilizações, treinamentos, etc...., visando a prática da referida estratégia produtiva. Em termos territoriais, os dados demonstram que essa atuação é mais dinâmica nos TDs e TIs. O segundo tipo de pressão mais sentido é o mimético financeiro, ou seja, pressões cognitivas aliadas com indicações de retornos financeiros. Bem menos expressiva é a pressão coercitiva, sentida com intensidade mediana e referenciada pelos TDs.

Ao associar os resultados relatados no parágrafo anterior, com as informações coletadas junto à AOs (seção anterior), permite-nos construir algumas análises sobre o indicativo quanto ao alinhamento profissional e pessoal. Elemento que se torna chave, no processo de constituição e fortalecimento de Instituições em favor do processo de agroindustrialização.

Para os Neoinstitucionalistas, todo o entorno social pode ser elemento de constituição das Instituições. Nesse contexto, a pesquisa, capturar como eles percebiam a atuação de pessoas próximas (representado por amigos, vizinhos e comunidade local) no processo de incentivo ou de desestímulo quanto ao processo de agroindustrialização. Para tanto a pesquisa aplicou questionamentos abordando a temática, no qual as respostas são apresentadas na Tabela 28.

Os resultados demonstram que o sentimento dos produtores em relação a um provável apoio pelas pessoas próximas é de apenas 50%, o sentimento de indiferença por esse grupo é percebido por 21% dos produtores e o sentimento de existência de uma pressão restritiva/desestímulo as iniciativas empreendedoras representa quase 29%.

Tabela 28 – Influencia da Atuação de Amigos/Vizinhos/Comunidade Local sobre a formação de Instituições das Agroindústrias da Agricultura Familiar.

Variável: Atuação Vizinhos, Amigos e Comunidade		Total	Territórios		
			Dinâmicos	Intermediários	Baixa Intensidade
Fomento		50,0%	63,64%	27,27%	9,09%
Restrição		28,79%	15,79%	36,84%	47,37%
Indiferença		21,21%	42,86%	42,86%	14,29%
Fomento	Forte	12	9	2	1
	Mediano	7	3	3	0
	Fraco	7	5	1	1
Restrição	Forte	7	1	1	5
	Mediano	7	2	2	5
	Fraco	1	0	1	0
Mimético/ Cognitivo	Forte	18	8	2	0
	Mediano	2	4	2	0
	Fraco	6	6	0	0
Financeiro	Forte	3	2	1	0
	Mediano	2	1	1	0
	Fraco	1	0	1	0
Mimético Financeiro	Forte	6	1	2	1
	Mediano	4	0	2	0
	Fraco	0	0	0	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

O alto percentual atribuído a categoria do desestímulo ou desencorajamento é justificada qualitativamente pelos entrevistados como sendo um sentimento de cobiça em relação a um pseudo êxito do outro, ou seja, pelo simples sentimento de inveja alheia.

A percepção que essa variável atua com forte intensidade supera o sentimento que essa pressão seja mediana, ou seja, ela é sentida com expressividade e pode afetar os resultados e evidenciando um desgaste na formação do capital social. Resultado nesse sentido já foi demonstrado com a mesma percepção pelos AOS, quando do tópico anterior. As demonstrações de apoio são mais sentidas em TDs e os sentimentos de inveja são mais sentidos em TBIs.

Outra abordagem perseguida pela pesquisa avalia a questão da localização geográfica dos produtores como fator gerador de pressões que poderiam fomentar ou restringir a atuação de processos de agroindustrialização, não apenas no que tange a distribuição como também de comercialização.

Os resultados indicam que a respectiva variável atua como instrumento de fomento a AAF para mais de 60% dos pesquisados, enquanto 21,21% entendem a variável como instrumento de restrição e algo em torno de 18% compreendem a variável como fator indiferente ao apoio a agroindustrialização.

As justificativas qualitativas, quando associadas à distribuição territorial indicam

que os produtores localizados em TDs entendem a localização geográfica como elemento para alavancar as vendas e a produção, pois segundo suas respostas, existe um mercado potencial a prospectar – ampliar as vendas. Já para os atores estabelecidos em TIs o conceito de localidade distantes dos grandes mercados não apoia o fomento a produções agroindustriais.

Como última análise do presente estudo, abordou-se a influência da perspectiva histórica sobre as operações das agroindústrias integrantes da pesquisa. Tais dados são expressos na Tabela 29.

Os dados demonstram que a pressão institucional derivada do Histórico Familiar (aquele que atenderia aos quesitos de herança cultural, do “saber-fazer” passado de geração para geração) é uma variável que apresenta baixo grau de influencia.

Tabela 29 - Influencia do Histórico Familiar sobre as Agroindústrias da Agricultura Familiar.

Variável: Histórico Familiar	Total	Territórios			
		Dinâmicos	Intermediários	Baixa Intensidade	
Fomento	27,45%	14,29%	50,00%	22,73%	
Restrição	17,65%	15,79%	26,32%	73,95%	
Indiferença	54,90%	0,00%	43,14%	57,14%	
Fomento	Forte	12	9	2	1
	Mediano	7	3	3	0
	Fraco	7	5	1	1
Restrição	Forte	7	1	1	5
	Mediano	7	2	2	5
	Fraco	1	0	1	0
Mimético/ Cognitivo	Forte	8	0	0	0
	Mediano	4	0	2	2
	Fraco	0	0	0	0
Financeiro	Forte	6	2	2	2
	Mediano	5	0	2	3
	Fraco	0	0	2	0

Fonte: Elaborado a partir da pesquisa de campo.

Dos 51 pesquisados, 54,9% responderam que essa herança é indiferente as atividades da unidade. Já 27,45% dos pesquisados determinaram algum grau de influência da variável no fomento das atividades agroindustriais e 17,65% das respostas consideraram a variável como uma pressão de restrição as atividades.

Aqueles que consideraram a variável como instrumento de fomento, e com intensidade de apropriação elevada, estão localizadas em sua maioria nos TDs. Já os Agricultores Familiares que consideram essa variável como fator de restrição encontram-se nos TBIs.

A pesquisa buscou em elementos qualitativos, a justificativa de tais respostas, no qual os argumentos mais citados no aspecto histórico familiar indicam o apelo das tradições para agregar valor aos bens comercializados, como citados: “vinho italiano, “salame italiano”, “bolacha pintada de natal alemã”, assim como outros para fatores com ação positiva (embora com pouca expressão no computo geral).

Já para o grupo, que interpretou a variável como fator restrição, estão os argumentos que tratam dos históricos de insucesso financeiros, de saúde e até de problemas legais com tal tipo de comercialização, que geram preconceitos que limitam as intenções de adoção de tal estratégia de diversificação.

5 CONCLUSÕES

O objetivo principal deste estudo foi compreender o ambiente no qual os Agricultores Familiares, diante de transformações tecnológicas, econômicas e sociais promovidas pelos Mercados Convencionais, precisaram buscar e desenvolver estratégias de diversificação para permanecer na atividade produtiva exercida, bem como no território que ajudam a construir.

A intensificação das exigências impostas por um sistema rentista e concentrador, impôs aos agricultores familiares, a busca de alternativas produtivas para a manutenção de emprego, renda, e principalmente qualidade de vida no seu meio. Dessa forma os processos de Agroindustrialização, para muitas famílias representaram uma nova estratégia de reprodução socioeconômica.

Diante dos desafios que se fazem presentes nas atividades ligadas à agroindustrialização, as formas de gestão, produção e comercialização por intermédio de Circuitos Regionais e Locais tornaram-se alternativas eficazes em propriedades rurais, cuja as capacidades econômicas e fundiárias não atendem aos requisitos do moderno Agronegócio.

As perspectivas sobre como os atores absorvem o conjunto de regras, costumes, tradições, crenças ao qual a coletividade constrói e internaliza – definido como Instituições, é o ponto central da teoria Neoinstitucional.

Essa apreciação sobre as Instituições surge como uma nova abordagem dentro dos estudos organizacionais preocupada em resgatar a noção do contexto social na determinação das ações organizacionais, especialmente rejeitando os modelos comportamentalistas e de escolha racional que prevaleciam dentro da ciência econômica.

O argumento inicial abordou as múltiplas formas e procedimentos das organizações que não estão relacionadas com a busca da eficiência, envolvendo a busca por legitimidade organizacional e social, determinadas pelas Instituições os quais podem produzir realidades distintas em termos de comportamento organizacional.

Diante deste panorama, esta pesquisa se preocupou em apresentar um estudo abordando influencia das Instituições (visão Neoinstitucionalista) sobre as estratégias de Agroindustrialização da Agricultura Familiar.

Os fundamentos do Neoinstitucionalismo foram analisados com base em duas dimensões: relação entre organizações (percepção dos seus colaboradores –

Agentes de Organizações) e ambiente (aqui personificados pelos Agricultores Familiares) e a construção das Instituições e suas respectivas institucionalizações. A utilização deste esquema permitiu uma melhor compreensão da atuação de cada ente auxiliando na criação de uma proposta integradora para entendimento do meio social.

A lógica conceitual abordada sugere que o principal desafio da teoria Neoinstitucional é elaborar explicações sobre como ocorrem as relações sociais, como fatores que definem a formação e como ocorrem a transição de Instituições entre diferentes estágios. Neste contexto a utilização do Neoinstitucionalismo serve de base para analisar a diversidade organizacional dentro de campos organizacionais estabelecidos em um território aparentemente equivalente, e a representação dessa realidade nas organizações agroindustriais da agricultura familiar.

A singularidade do trabalho recai sobre a forma de abordar ou definir as Instituições, a partir de uma visão sociológica, pois nessa abordagem, as Instituições são tratadas de maneira mais ampla, incluindo não apenas as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana.

Para conhecer essa realidade, a pesquisa se propôs a analisar os fenômenos que envolvem os atores sociais ligados diretamente ao processo de diversificação produtiva via agroindustrialização, entrevistando agricultores familiares e colaboradores de organizações que possuem o papel de apoiar e orientar as práticas sociais e produtivas dos agricultores familiares.

Tal direcionamento visa entender quais as Instituições que as organizações repassam para a Agricultura Familiar e no contraponto, como essa categoria social, interpreta essas sinalizações, internaliza ou mesmo impõe instabilidade a esse conjunto de significados.

Primeiramente os resultados indicaram que embora as Organizações de Apoio, formalizem que a agroindustrialização da Agricultura Familiar é área prioritária, as ações para tal segmento não condizem com tais discursos, indicando aqui que as Instituições das organizações não estão alinhadas com as práticas cotidianas. Algumas justificativas desse desalinhamento podem ser analisadas por elementos que serão apresentados a seguir.

No que tange a atuação AOs, a pesquisa identificou que a vinculação de

origem desses profissionais constrói um conjunto de Instituições em prol da AAF mais forte, do que as vinculações de formação profissional, ou seja, as origens dos agentes têm demonstrado resultados mais sólidos no incentivo a formação e desenvolvimento de agroindústrias, do que a própria formação profissional. Quando combinado tais atributos, os resultados são potencializados para adoção da referida estratégia de diversificação produtiva.

Em relação ao tempo médio de atuação nas Organizações e nas funções, essa abordagem demonstra que nos territórios onde os resultados são mais promissores – adoção do processo de diversificação, são aqueles onde o tempo médio de função e organização são maiores, fortalecendo as Instituições relativas a necessidade de vinculação técnica e social do profissional

Quando a pesquisa busca observar o contexto da agroindustrialização para a AF, na visão da Organização, verificou-se que embora os depoimentos dos colaboradores sejam de exaltar a importância da AAF - tentam passar discursos em torno de práticas que fomentam a agroindustrialização, os dados coletados demonstram uma realidade contrária, no âmbito de que: a), as principais ações efetivas não estão necessariamente direcionadas para projetos que envolvam a AAF, e; b) baixo número de eventos que promulgue a referida estratégia de diversificação. Tais observações indicam que embora as Organizações tentem indicar a promulgação de Instituições disseminadoras, as práticas indicam que a referida estratégia fica em segundo plano.

Quando os Agentes de Organizações passam a analisar as variáveis com capacidade de gerar Instituições, torna-se evidente o papel coercitivo (de restrição) do conjunto legal que orienta as práticas manufatureiras. Ao passo, que quando são analisadas as variáveis: mercado e o domínio sobre questões gerenciais e produtivas são elementos de perspectiva financeira, que induzem a melhores resultados produtivos.

As variáveis relativas ao histórico familiar e experiência de outras agroindústrias, apresentam-se com viés mimético/cognitivo sendo consideradas como aspectos de baixa intensidade, embora direcionadas ao fomento das agroindústrias.

Ao abordar os canais de distribuição com maior potencial econômico, pelo olhar dos AOs, coaduna com os resultados obtidos nas respostas dos produtores rurais, sugerindo os mercados institucionais e as feiras-livres como principais canais de comercialização para potencializar os resultados econômicos das agroindústrias.

Contudo, essa visão não é homogênea nos territórios, pois os AOs posicionados em Territórios de Baixa Intensidade, indicaram repostas ao encontro de práticas mais rudimentares de comercialização: venda porta a porta, como canal prioritário. Verifica-se uma heterogeneidade de crenças dentro das próprias organizações, as quais geram uma fragmentação no delineamento organizacional das entidades.

Quando a pesquisa objetiva capturar as percepções dos produtores rurais, integrantes da Agricultura Familiar, sobre suas experiências de agroindustrialização, verifica-se que as referidas práticas estão sob a coordenação da mão de obra feminina, caracterizados basicamente com agentes de até cinquenta anos de idade.

Do grupo estudado, apenas 20% são formalizadas (dados aproximados) e quase 70% dos não formalizados (trabalhando na clandestinidade) não possuem interesse de formalização. As justificativas para esse desinteresse em formalizar suas atividades estão baseadas em um conjunto de Instituições que indicam os custos burocráticos e as exigências produtivas como elementos de restrição à formalização das unidades produtivas.

Sob o ponto de vista financeiro e econômico, a viabilidade das operações manufatureiras e de comercialização da AF é referenciada por mais de 70% dos participantes do estudo como sendo economicamente viável. Apenas 10% não sabem determinar tal situação e aproximadamente 20% dizem que as agroindústrias são inviáveis do ponto de vista econômico. Na visão das unidades formalizadas a viabilidade da estratégia adotada., aparece em 100% das entrevistadas.

Um fenômeno singular no processo de análise da viabilidade das práticas agroindustrializantes é que embora uma pequena parcela indique a inviabilidade financeira da agroindústria, uma grande parte desse grupo indicou que não usam instrumentos de controle financeiro formal, ou os utilizam de maneira parcial. Verifica-se assim, um conjunto de crenças que muitas vezes não condizem com a realidade, mas que podem causar instabilidade a um conjunto de Instituições.

Outra abordagem de caráter mimético são as respostas que trataram dos impactos sociais percebidos pelos produtores, onde os fatores mais citados foram a melhoria da qualidade de vida, o convívio social e o atendimento das necessidades da unidade familiar. Aqui se percebe as vivências (como fator cognitivo) tornam-se importantes elementos na construção de uma Instituição forte em prol da AAF.

Quando a pesquisa adentra sobre a identificação das pressões exercidas pelos produtores para a adoção da agroindustrialização os dois fatores que apareceram com maior ênfase: as variáveis de pressão financeira (busca por alternativa de renda

e crise do sistema agrícola) e as variáveis ligadas as questões mimético-cognitivas (iniciativa própria – ociosidade das capacidades laborativas da mulher, exemplo dos vizinhos e apoio das organizações). As variáveis de perspectiva histórica apareceram em apenas 15,69% das justificativas.

No processo de averiguar as pressões coercitivas, quase 93% dos produtores foram enfáticos em dizer que as questões legais e burocráticas são variáveis de intensidade forte, que restringem a atuação das agroindústrias, semelhante aos resultados dos AOs. Nesse contexto o aspecto coercitivo das Instituições vigentes é fator limitador a atuação da AF no processo de diversificação.

No quesito atuação das Organizações de Apoio, os produtores identificaram sua atuação como variável de fomento, com intensidade forte por quase de natureza miméticas para 31,42% dos pesquisados e mimético financeira para 20%. Aqui podemos considerar que as questões ligadas à inserção social e aceitação comunitária são as principais variáveis para definir a atuação da Agricultura Familiar no processo de agroindustrialização.

Questões relevantes no estudo das relações sociais no rural recaem sobre os processos de reconhecimento social e de sucessão familiar. A pesquisa demonstrou que um dos principais ganhos dos processos de agroindustrialização foi a percepção da construção de Instituições que fortalecem o papel e reconhecimento da mulher como peça fundamental no dia a dia da unidade produtiva. Os processos de agroindustrialização se mostraram importantes ferramentas para a ressignificação do papel da mulher na família, na sociedade (reconhecimento dos clientes pela atuação da mulher empreendedora rural).

A contribuição no processo de melhoria da autoestima da mulher, em virtude de obter certa autonomia financeira, bem como passar a contribuir ou até mesmo coordenar as questões financeiras da família, é elemento amplamente citado.

Nesse contexto, verifica-se que o conjunto de práticas sociais, que inicialmente relegavam o papel da mulher, impõem um conjunto de instabilidades a um conjunto de Instituições pré-existentes. Com o advento das experiências de agroindustrialização, as Instituições sofrem instabilidades, convergindo para o estabelecimento de um novo conjunto de relações sociais, que irão derivar em um novo conjunto de Instituições.

No quesito sucessão familiar, o estudo demonstra a percepção dos agricultores familiares de existência a cerca de um olhar positivo dos filhos em relação ao processo de AAF, contudo, essa tendência não se converte intenções. As respostas

indicam que aproximadamente 70% dos pais, demonstraram uma situação no qual os jovens não pretendem continuar as atividades da família.

Aqui entra em cena o conjunto de Instituições, que abrangem não apenas os jovens, mas também a unidade familiar, como fator de resistência à atividade rural.

A identificação dessa contrariedade levou a pesquisa a identificar, qual a justificativa para essa divergência. Dentre as evidências observadas, surgem diversos casos em que os próprios genitores, não querem e não veem a agroindustrialização como melhores alternativas para os filhos, desejando que os mesmos sigam outras atividades profissionais longe do rural, utilizando a justificativa do sofrimento e da penosidade laboral do meio para a orientação dos filhos.

Em outra dimensão estão as questões ligadas às relações sociais do meio em que os jovens vivem. Embora as respostas sejam a percepção dos pais em relação aos filhos, tornam-se importantes informações para entender o fenômeno social.

Primeiramente os pais indicaram a falta de infraestrutura e opções de entretenimento do meio rural que reduzem a qualidade de vida dos jovens, como fator de não permanência ou sucessão dos jovens no meio rural.

A segunda trata da relação entre pais e filhos, pois segundo os produtores, os filhos não pretendem permanecer na atividade (seja agrícola ou agroindustrialização), pois não entendem a estratégia de condução da unidade pelos pais. Pela análise do discurso, verifica-se que os argumentos de Picolotto (2001) em torno do aspecto democrático da AF, não é percebido pelos filhos.

Os depoimentos, relativos à reclamação dos filhos pela centralização dos recursos financeiros pelos genitores, expõe a falta de reconhecimento produtivo da mão-de-obra do jovem, justificando, segundo os próprios pais o desejo dos filhos pelo abandono da propriedade.

Esse conjunto de argumentos leva à formação de Instituições que não fomentam a permanência dos jovens no meio rural

Quando questionado os gestores sobre tal posicionamento, a perspectiva mimética se sobrepõe, direcionada no discurso histórico centralizador dos pais (experiência vivida e sofrida com a geração anterior), exposta pelos seguintes argumentos: “eu não tive dinheiro quando jovem, porque ele precisa agora” e “tudo o que ele precisa tem em casa, quando ele quer sair dou dinheiro, para quê ele precisa de salário?”

Aqui se verifica o estabelecimento de um conjunto de Instituições, de caráter mimético, fortemente arraigados, que passam a compor uma realidade de forte

instabilidade, que precisa ser trabalhada para a subversão dos atuais costumes, crenças e tradições, para a construção de um novo panorama, que possibilite a sucessão familiar.

A realização deste estudo demonstrou que nem todas as práticas dos produtores, das Organizações de Apoio e da sociedade estão orientadas para o fortalecimento de Instituições que dinamizem o processo de agroindustrialização do território analisado. Tal conjectura decorre da enorme heterogeneidade de entendimentos entre os entrevistados, no qual se acredita o conjunto de relações sociais e ações práticas precisam sofrer ajustes em seus conceitos, solidificando a alternativa da agroindustrialização como alternativa viável, não apenas sob o escopo financeiro, mas também enquanto estratégias de reprodução social do meio rural.

Além da contribuição teórica desta pesquisa quanto às estratégias estabelecidas frente às estratégias de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, destaca-se a compreensão da realidade da região de estudo, por meio das diferentes realidades e vivências diante de um conjunto de Instituições herdadas, bem como a identificação e adoção de alternativas que permitem potencializar o desenvolvimento regional, por intermédio de um novo conjunto de Institucionalidades.

Como contribuição o estudo demonstrou que as Instituições são importantes para o processo de agroindustrialização da Agricultura Familiar, no qual as pressões coercitivas (representadas pelas regras, leis sanitárias) representam o maior entrave para a atuação e desenvolvimento das mesmas. As Instituições relacionadas com fatores históricos (*Path Dependence*) são menos relevantes que os fatores miméticos e cognitivos e que as pressões financeiras – ligadas às institucionalidades de perspectiva econômica, são os principais fatores que influenciam o início das atividades das agroindústrias na Região das Missões.

Adicionalmente, o estudo demonstrou que a conformação das estruturas organizacionais das agroindústrias, são afetadas pelas Instituições. Fato esse evidenciado pelas crenças, costumes e discursos, da inviabilidade econômica das agroindústrias, ao passo que organizações usuárias controles financeiros formais, indicaram na sua totalidade a viabilidade da referida estratégia de diversificação, com ganhos econômicos bastante expressivos.

Do ponto de vista cognitivo, embora a EMATER tenha sido a organização mais citada no propósito de gerar Instituições para formação e desenvolvimento das agroindústrias (dentro do escopo das organizações locais e regionais), os produtores

demonstraram que foram seus esforços individuais que alavancam tal estratégia. Ainda sob a referida perspectiva, visualizou-se que as Instituições geradas pela comunidade próxima – vizinhança, associação, etc, ainda não fortaleceu a crença de que as agroindústrias podem ser fonte de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Dentre as limitações da pesquisa podem ser elencadas a área de abrangência dos pesquisados – aplicação dos instrumentos de pesquisa em uma área maior, a contribuição na oitiva dos dirigentes das organizações de apoio, a realização de *Brainstorming* entre os AOs ouvidos para debater sobre os resultados no âmbito dos agricultores familiares e obviamente a questão financeira, que restringiu bastante a evolução do estudo.

Contudo, perspectivas futuras sobressaem às limitações da pesquisa (estudo comparativo a outros países, etc.) à medida que a metodologia adotada pode ser implementada em diferentes regiões e territórios em que haja uma representatividade da cadeia produtiva analisada, como da possibilidade de estudos vindouros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte*. 1º Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. p. 2-35. Fortaleza, 16 a 19 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/empreendedorismo_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

ALENTEJANO, P. *Censo Agropecuário: O agravamento dos problemas do campo brasileiro*. São Leopoldo, Revista Instituto Humanitas, UNISINOS, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581608-censo-agropecuário-os-dados-que-apareceram-ja-sao-muito-ruins-e-mostram-o-agravamento-dos-problemas-do-campo-brasileiro>>. Acesso em: 10 set. 2018.

AMIN, A. *Una Perspectiva Institucionalista sobre el Desarrollo Económico Regional*. *Cadernos IPPUR*. ano XIV, n. 2, 2000, p. 47-68.

ANKARLOO, Daniel. *New Institutional Economics and economic history*. *New Institutional Economics and economic history*. v.26 n.78 p. 9-36. 2002. Disponível em: <https://www.mah.se/pages/36980/009_78.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro de 2018.

AZEVEDO, P. F. Níveis analíticos; Economia dos custos de transação. In: FARINA, E. M.M.Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. São Paulo: Singular. p. 33-111, 1997.

_____. *Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura*. São Paulo: Agric. São Paulo,, 47 (1): 33-52, 2000.

AUGUSTO, Paulo O. M. *Diversidade Organizacional e Novo Institucionalismo: Proposta de um modelo conceitual*. Tese (Programa de Pós Graduação em Escola de Administração de Empresas). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006

BARLETT, P. F. Agriculture in evolutionary perspective. *Cultural Anthropology*, v.2, n.1, p. 137-154, 1987.

BARLEY, S.; TOLBERT, P. Institutionalization and structuration: studying the links between action and institution. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, 1997.

BARTHEZ, A. *Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura*, In Arklenton Research, *Cambio rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 161-179. Madrid, 1987.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BECKERT, J. Agency, entrepreneurs, and institutional change: the role of strategic choice and institutionalized practices in organizations. *Organization Studies*, v. 20, n.

5, p. 777-799, 2007.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BERGSTROM, John C., *Post productivism And Rural Land Values*. University of Georgia, Department of Agricultural and Applied Economics. 2001. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/record/16689/files/fs0120.pdf>. Acessado em 14 de junho de 2018.

BOISIER, Sérgio. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público*. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1995.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis: *Estudos Feministas*, v. 12, n.1, jan./abr, p. 205-227, 2004.

BRUNSSON, N. *The organization of hypocrisy*. Chichester: John Wiley and Sons, 1989.

BUSCH, L. The moral economy of grades and standards. *Journal of Rural Studies*, n. 16, p. 273-283, 2000.

CAVALCANTE, C. M. A Economia Institucional e as Três Dimensões das Instituições. Rio Janeiro: *Revista de Economia Contemporânea*. v.18, 3 ed. p. 373-392, 2014.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. Porto Alegre: *Ensaio FEE*, v. 23, n. 1, p. 77-106, 2002.

_____. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. *Textos para discussão*, n. 24, Porto Alegre: FEE, 2008.

CHRISTENSEN, S. *The institutional construction of organizations: international and longitudinal studies*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. p. 113-131, 1995.

_____; WESTENHOLZ, A. The social/behavioral construction of employees as strategic actors on company boards of directors. *American Behavioral Scientist*, v. 40, n. 4, p. 490-501, 1997.

COVALESKI, M. A.; DIRSMITH, M. W. An Institutional perspective on the rise, social transformation, and fall of a university budget category. *Administrative Science Quarterly*, v. 33, p. 562-587, 1988.

DIMAGGIO, P. State expansion and organizational fields. In: HALL, R.; QUINN, R. *Organizational theory and public policy*, Beverly Hills: Sage, p. 147- 161. ,1983.

_____. Structural analysis of organizational fields: a blockmodel approach. In: STAW, B. M.; CUMMINGS, L. L. *Research in organizational behavior*. Greenwich: JAI Press, v. 8, p.335-370, 1986.

_____. Constructing an organizational field as a professional project: U.S. art museums, 1920-1940. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, p. 267-292, 1991.

_____, POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*. v. 48, p. 147-160, 1983.

_____, HATCH, M. J.; GOLDEN-BIDDLE, K. Sidebar commentary #2: Organizational culture and identity: what's the different anyway? In: WHETTEN, D.; GODFREY, P. C. *Identity in organizations*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1998. p. 56-59.

DORIGON, C. *O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, 5., 2010, Rio de Janeiro, RJ. Anais. V ENEC – Encontro Nacional de Estudos do Consumo Rio de Janeiro: 2008.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade*. v.1, n.1, p. 85-94, Blumenau: RBDR, 2013.

FAVARETO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

FERNÁNDEZ, Víctor R. *Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales redefiniendo el cenário globallocal*. Universidad Nacional Del Litoral. Santa Fé (AR): Ediciones UNL, 2003

FLIGSTEIN, The structural transformation of american industry: an institutional account of the causes of diversification in the largest firms. In: POWELL, W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. University of Chicago Press, p. 1919-1979. Chicago:1991.

_____. Social skill and institutional theory. *American Behavioral Scientist*. v. 40, n. 4, p. 397-405, 1997.

FREITAS, Alair F. de. Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural. Piracicaba: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 54, n. 4, p. 667-690, Out/Dez 2016.

FULLER, A. M. Part-time farming: the enigmas and the realities. In: H. Schwarzweller, *Research in rural sociology and development*, Connecticut, Jai Press. 1984.

_____. From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, v. 23 p 361-373, 1990.

GAZOLLA, M. *Agricultura Familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a Partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*.

2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

_____. *Atores sociais e novidades na agroindústria familiar rural: avançando no debate sobre os seus mercados*. In: III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: 2011.

_____; PELEGRINI, Gelson. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. *Ensaio FEE*, v. 32, n. 2, p. 361-388, Porto Alegre, 2011.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas, 4.ed. São Paulo: 2009

GOODRICK, E.; SALANCIK, G. R. Organizational discretion in responding to institutional practices. *Administrative Science Quarterly*, v. 41, p. 1-28, March 1996.

GOODSTEIN, J. D. *Institutional pressures and strategic responsiveness: employer involvement in work-family issues*. *Academy of Management Journal*, v. 37, n. 2, p. 350-382, 1994.

GUIVANT, J. *A Comparative Gender Perspective Of Family Farming And Agrarian Reform Settlements In Brazil*. Relatório de pesquisa preparado para UNRISD Project on agrarian Change, Gender and Land Rights. 61pp. Brazil, 2001.

_____. Agrarian Change, Gender and Land Rights: a Brazilian case study. *Social Policy and Development Programme Paper*. UNRISD, n.14, p.1 - 51, Genebra: 2003.

HALL, Peter A.; d TAYLOR, Rosemary C. R. The three versions of neo-institutionalism. *Lua Nova*, n. 58, p.193-223. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Loyola. São Paulo, 1996.

HAWLEY, A. Human ecology. In: SILLS, D. L. (Ed.). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. Macmillan, p. 328-337. New York: 1968.

HODGSON, G. M. Institutional economic theory: the old versus the new. *Journal Review of Political Economy*. v 1, ed 3. p. 249-269. 1989.

_____. Institutional economics: surveying the 'old' and the 'new'. *Metroeconomica*, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

_____. The Approach of Institutional Economics. *Journal of Economic Literature*. v.36, p.166-192, mar.,1998.

_____. The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research. *Constitutional Political Economy*, n. 13, 2002.

_____. Institutions and Individuals: Interaction and Evolution. *Organization Studies*. Thousand Oaks, v. 28, n. 1, jan., p. 95-116, 2007. Disponível em: <<http://www.geoffrey-hodgson.info/user/image/instindiv.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

HUNG, S.; WITTINGTON, R. Strategies and institutions: a pluralistic account of strategies in taiwanese computer industry. *Organization Studies*, v. 18, n. 4, p. 551-575, 1997.

KALMANOVITZ, Salomón. El neoinstitucionalismo como escuela. Colômbia, *Revista de Economía Institucional*, vl. 5, n. 9, p. 189-212. 2003,

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 3 ed, 1980.

KIYOTA, N. *et al.* A agroindústria familiar e a produção de novidades no desenvolvimento rural: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil. In: SCHNEIDER S., *et al.* *Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/297735344_A_agroindustria_familiar_e_a_producao_de_novidades_no_desenvolvimento_rural_uma_analise_comparativa_entre_sul_e_nordeste_do_Brasil>. Acesso em: 04 mai. 2017.

KNICKEL, K. Agricultural structural change: impact on the rural environment. Frankfurt: *Journal of Rural Studies*, v.6, p.383-393. 1990

JEPPERSON, R. L. Institutions, institutional effects, and institutionalization. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 143-163.

JOHNSON, G.; MELIN, L.; WHITTINGTON, R. Micro strategy and strategizing: towards an active-based view. *Journal of Management Studies*, v. 40, n. 1, 2003.

LAMARCHE, Hugues. *Agricultura Familiar: Comparação Internacional*. Ed. Unicamp. Campinas, 1993.

LONG, N. *Development Sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.

LONG, Norman. Sociologia del desarrollo: uma perspectiva centrada en el actor. México:Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colégio de San Luis, 2007.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; MUNTUN, R.; FLYNN, A. regulating the new rural spaces: the uneven development of land. *Journal of Rural Studies*, v. 9, p. 205-222. UK, 1993.

MALUF, R. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004

MALUF, R.; WILKINSON, J. Projeto "Ações de Suporte ao Pronaf- agroindústria na área de informações e gerenciamento de mercado": *Relatório parcial*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1999.

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V. *Homogeneização e diversidade*

organizacional: uma visão integrativa. Anais ENANPAD, p. 147-459, 1993.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The new institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, v. 78, p. 734-749, 1984.

MARCH, J. G.; SIMON, H. *Organizations*. New York: Blackwell Publishers, 1994.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

MARQUES, Eduardo. *Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos*. RJ: Relume Dumará n.43 1997.

MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília (DF), SAF/MDA, 2011.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEYER, J. et Al. *Bureaucratization without centralization: changes in the organizational system of U.S. public education, 1940-80*. In: ZUCKER, L. *Institutional patterns and organizations: culture and environment*. Cambridge: Ballinger, p. 139-168, 1988

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press p. 41-62, 1991.

MEYER, J.; JEPPEPERSON, R. The 'actors' of modern society: the cultural construction of social agency. *Sociological Theory*, v. 18, n. 1, 2000.

MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense*. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tese de Doutorado. Santa Catarina, 2003.

_____. Agricultura Familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F.; CAZZELA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (Org.). *Desenvolvimento Territorial Sustentável: subsídios para uma política de fomento*. Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (APED) p. 235-257 Florianópolis, SC , 2010.

_____.; GUIVANT, J. S. *Redes socio-tecnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural*. In: GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. J. (Orgs.). *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. p. 17-51. Florianópolis: 2005.

MIOR, L. C.; WILKINSON, J. Setor Informal, produção familiar e pequena Agroindústria: Interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 13, 1999.

MISOCZKY, M. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração*

Contemporânea, edição especial, 2003.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n 1. p. 95-121. jan-jun 2009.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. Fortaleza: *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 6-17, 2014 (suplemento especial)

NELSON, R. R. Why do firms differ, and how does it matters. *Strategic Management Journal*, v. 12, p. 61-74, 1991.

NIEDERLE Paulo André. Delimitando As Fronteiras Entre Mercados Convencionais E Alternativos Para A Agricultura Familiar. Santa Maria: *Revista Extensão Rural*, DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, n. 18, Jul – Dez., 2009.

NIEDERLE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon Noremberg; SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos*. In: DOULA, Sheila; FIÚZA, Ana Louise; TEIXEIRA, Erly Cardoso; REIS Janderson dos; LIMA, André Luis. (Org.). *A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. 1ed. Viçosa: Suprema, v. 1, p. 43-68, 2014.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Traduzido por Elizabete Hart. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

NUNES, Rubens; VEIGA, José Eli da. *Agricultura Familiar: custos de transação, forma organizacional e eficiência*. Universidade de São Paulo. Tese Doutorado em Economia. São Paulo, 2000.

OAKES, L.; TOWNLEY, B.; COOPER, D. Business planning as pedagogy: language and control in a changing institutional field. *Administrative Science Quarterly*, v. 43, p. 257-292, 1998.

OLIVEIRA, P. S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVER, C. The collective strategy framework: an application to competing predictions of isomorphism. *Administrative Science Quarterly*, v. 33, p. 543-561, December 1991.

_____. Strategic responses to institutional process. *Academy of management Review*, v. 16, n. 1, 1991.

_____. The antecedents of desinstitutionalization. *Organizational Studies*, v. 13, p. 563-568, 1992.

_____. Sustainable competitive advantage: combining institutional and resource-based views. *Strategic management Journal*, v. 18, n. 9, p. 697-713, 1997.

_____. The collective strategy framework: an application to competing predictions of isomorphism. *Administrative Science Quarterly*, v. 33, p. 543-561, 1998.

PARSONS, T. *Structure and process in modern societies*. Glencoe: Free Press, 1960.

PFEFFER, M. The Feminization of Production on Part-time Farms in the Federal Republic of Germany. *Rural Sociology*. Germany, v.1, n. 54, p.60-73, 1989.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 52 supl.1 Brasília, 2014.

PIERSON, P.; SKOCPOL, T. El Institucionalismo Histórico en la Ciencia Política Contemporánea. *Revista Uruguaya Ciencia Política*. Montevideo, v. 17, n. 1, p. 7-38, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2008000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 04 jan. 2017.

_____. Historical Institutionalism in Contemporary Political Science. In: Katznelson I, Milner, H.V. *Political Science: State of the Discipline*. Norton, New York p. 693-721. 2002. Disponível em:
<<https://scholar.harvard.edu/thedaskocpol/publications/%E2%80%9Chistorical-institutionalism-contemporary-political-science%E2%80%9D>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PLOEG, Van der J. D., RENTING, Henk; BRUNORI, Gianluca; KNICKEL, Karlheinz; MANNION Joe; MARSDEN, Terry; ROES, T Kees de; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; VENTURA, Flaminia. Rural Development: From Practices and policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, 2000.

PLOEG, J. D. V. D. *La reconstitución de la localidad: tecnología y trabajo en la agricultura moderna*. In: *Prácticas ecológicas para una agricultura de calidad*. I Congreso de la Sociedad Española de Agricultura Ecológica. Toledo, septiembre de 1994.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (ed). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS. 2006, p.13-54.

PONDÉ, J. L. (2005). Instituições e Mudança Institucional: uma Abordagem Schumpeteriana. Rio de Janeiro. *Revista Economia*, v. 6, n. 1, p. 119-160, jan-jun/2005.

PORTER, M. E. *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press, 1990.

POWELL, W. W. Expanding the scope of institutional analysis. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. The University of Chicago Press. p. 183-203., Chicago: 1991.

_____. *The new institutionalism in organizational analysis*. The University of Chicago Press, Chicago: 1991.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. *Revista de Ciências Humanas*. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. n 31, p.133-154. Florianópolis, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RICHTER, Rudolf. The New Institutional Economics: Its Start, Its Meaning, Its Prospects. *Business Organization Law Review*. v. 6, 2 ed., 2005. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1017%2FS1566752905001618>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

RUEF, M.; SCOTT, W. R. The multidimensional model of organizational legitimacy: hospital survival in changing institutional environments. *Administrative Science Quarterly*, v. 43 p. 877-904, December 1998.

RUPENA-OSOLNIK, M. The Role of Farm Women in Rural Pluriativity: experience from Iugoslávia. *Sociologia Ruralis*, XXIII (1), 1983.

RUTHERFORD, Malcon. Institutional Economics: Then and Now. *Journal of Economic Perspectives*. v.15, n 3, p 173–194. 2001.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. *Metodologia de pesquisa*. Traduzido por Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner e Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. Hucitec, 4 ed. p.113. São Paulo: 1996.

SCHNEIDER, Sergio. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. *Revista Reforma Agraria*, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.

_____. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

_____. *Agricultura Familiar e Industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, ed 2 .2004.

_____. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso*. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista RURIS*, UNICAMP. V.. 4; n1. Campinas/SP, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *Anais do IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais*. Embrapa Cerrado. v. 1, cap. 33, p 35-60. DF, 2009.

Skinner, B. F. *Verbal Behavior*. Cambridge, MA: B. F. Skinner Foundation, 1957.

SCOTT, W R. *Unpacking institutional arguments*. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, p. 164-182. 1991.

_____. *Institutions and organizations: toward a theoretical synthesis*. In Scott, W. R.; MEYER, J. W. *Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism*. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 55- 80. 1994.

_____. *Organizations: rational, natural, and open systems*. 3rd ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

_____. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks, Sage: 2001. ed 2. SCOTT, W. R.; MEYER, J. The organization of societal sectors. In: SCOTT, W. R.; MEYER, J. *Organizational environments: ritual and rationality*. Beverly Hills: Sage, 1983.

SCOTT, R.; MEYER, J. *Organization of societal sectors: propositions and early evidence*. In POWELL, W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. *Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism*. Thousand Oaks: SAGE, 1994.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning. 2014.

SELZNICK, Philip. *Foundations of the theory of organizations*. *American Sociological Review*, v. 13, p. 25-35, 1966.

_____. *The moral commonwealth: social theory and the promise of community*. Berkeley: University of California Press, 1992.

_____. Institutionalism "old" and "new". *Administrative Science Quarterly*, v. 41, p. 270-277, June 1996.

SIMPSON, I, WILSON, J & YOUNG, K. The Household Sexual Division of Labor: a replication and extension. *Rural Sociology*, v. 53 n.2, 145-165, 1988.

SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research*. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge University Press, p. 3-43. Cambridge:1985. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3141158/modresource/content/1/Skocpol_Bringing%20the%20state%20back%20in.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SONINO, R.; MARSDEN.T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, p. 181-199, 2006.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, p.571-610, 1995.

SWAIN, Tania Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. In:

AUBERTIN, C. *Fronteiras*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: S. Steinmo, K. Thelen, et al. (eds.), *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

THERET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. São Paulo: *Lua Nova*, n. 58, p. 225-254, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai, 2017.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reform, 1880-1935. *Administrative Science Quarterly*, v. 30, p. 22-39, 1983.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v. 1. 1999,

TOWNLEY, B. The role of competing rationalities in institutional change. *Academy of Management Journal*, v. 45, n. 1, p. 163-179, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1.ed. 20. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

VAN DER VEN, A. H. Suggestions for studying strategy process: a research note. *Strategic Management Journal*, v. 13, p. 169-188, 1992.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Pioneira, 1965.

VEIGA, J. E. da. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Embrapa, v. 13, n. 3, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WESZ JR. V.J. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2014.

WHITTINGTON, R. *Putting Giddens into action: social systems and managerial agency*. *Journal of Management Studies*, v. 29, n. 6, 1992.

WILLIAMSON, O. E. The economics of organization: the transactions cost approach. *American Journal of Sociology*, v. 87, p. 548-577, 1981.

_____. *Transaction cost economics*. In: SCHMALENSEE, R.; WILLIG, R. D. (Orgs.); *Handbook of Industrial Organization*. Amsterdam: Elsevier, p.135–182, 1989.

_____. *Las Instituciones Económicas del Capitalismo*. México: Fondo del Cultura

Económica. 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Traduzido por Ana Torell. 4.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010. 248p

ZILBER, T. B. Institutionalization as an interplay between actions, meanings, and actors: the case of a rape crisis center in Israel. *Academy of Management Journal*, v. 45, n. 1, p. 234-253, 2002.

ZUCKER, L. The role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, v. 42, p. 726-743, 1977.

_____. Institutional theories of organization. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 443-464, 1987.

_____. The role of institutionalization in cultural persistence. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: University of Chicago Press p. 83-106, 1991.

ZUCKER, L.; DARBY, M. Individual action and the demand for institutions: star scientists and institutional transformation. *The American Behavioral Scientist*, v. 40, n. 4, p. 502-513, 1997.

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **“Instituições no Processo de Agroindustrialização na Agricultura Familiar do Conselho Regional de desenvolvimento - COREDE Missões/RS - Brasil”**, por parte dos protagonistas da mesma.

O objetivo principal dessa pesquisa é identificar o estabelecimento de Instituições Processo de Agroindustrialização na Agricultura Familiar do Conselho Regional de desenvolvimento - COREDE Missões/RS

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, estando livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

Eu, _____ (nome do pesquisado) _____, fui informado dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim desejar. O pesquisador certificou-me de que minha identidade será preservada.

Em caso de dúvidas poderei chamar o pesquisador Prof. Luis Cláudio Ortiz - (55) 99627-8024 ou a Orientadora da pesquisa, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC), Prof. Dra. Erica Karnopp, PPGDR/UNISC (051) 3717-7392, UNISC - Bloco 10.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cidade-Estado, dia, mês, ano.

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B

Roteiro para entrevista com Agentes de Organizações

Data da entrevista: ____/____/____

Agente de Organização Nº _____

1. Nome do Participante: _____
2. Instituição: _____
3. Função: () Gestor; Técnico () () Outro: _____
4. Formação: _____
5. Alinhamento Estrategico da Formação _____
6. Município Atuação: _____ Idade: _____
7. Abrangência Atuação: () Municipal; () Regional; () Estadual;
8. Tempo Atuação: Organização: _____ anos; Função: _____ anos;
9. Você poderia comentar sobre sua formação e trajetória profissional?

10. Qual a missão e valores da sua organização:

11. Quais os projetos prioritários que sua organização está focada e trabalhando atualmente – 3 principais:

12. Poderia comentar sobre as principais linhas de atuação da Organização da qual faz parte?

13. Quando houve o realinhamento estratégico em torno dos atuais projetos prioritários
() + de 5 anos; () Entre 3 e 5 anos; () Entre 1 e 3 anos; () – de 1 ano;
14. Quando entrou na organização eram os projetos prioritários à época? – 3 principais:

15. Avaliação quanto ao realinhamento/manutenção do alinhamento estratégico

16. Os alinhamentos estratégicos da organização refletem a efetiva necessidade da sua região/cidade
() Completamente () Em parte () Não atendem

Justificativa

17. Tipo de sua atuação com a Agricultura Familiar - atual: (___) Direta; (___) Indireta;

18. Qual a visão da organização em relação à Agricultura Familiar?

19. Qual a sua visão em relação à Agricultura Familiar– posição pessoal?

20. Percepção de Interação com Movimentos Sociais ligados à Agricultura Familiar?

	1-Intensidade	2-Tempo	Tipo	
			Antes	Atual
Organização				
Pessoal				

1-Tipo: 0-Nenhuma; 1-Baixa; 2-Razoável; 3-Elevada e 4-Muito Elevada.

2- Tempo: em anos.

21. Qual a política de atuação da organização em relação às Agroindústrias Familiares?

22. Qual a sua visão em relação às Agroindústrias Familiar– posição pessoal?

23. Percepção de Interação/Relação com Agroindústrias ligadas à Agricultura Familiar?

	1-Intensidade	2-Tempo	Tipo	
			Antes	Atual
Organização				
Pessoal				

1-Tipo: 0-Nenhuma; 1-Baixa; 2-Razoável; 3-Elevada e 4-Muito Elevada.

2- Tempo: em anos.

24. Capacitações pessoais específicas para atuação profissional junto às AFRs: curso, treinamento, sensibilização, etc:

25. Poderia comentar sobre as mobilizações para formação das Agroindústrias Familiares no município/região: quando iniciou? Por que? Quem participava?

Quando	Agentes Participativos	Intensidade	Justificativa

--	--	--	--

26. Poderia comentar o que o levou a atuar junto ao apoio às Agroindústrias Familiares?

27. Você tem conhecimento de produtores do município que tenham desistido da atividade de agroindustrialização? Quem são? Quais as justificativas apresentadas? Qual sua análise.

28. Elementos que exercem pressão no fomento e restrição a formação de agroindústrias

	Fomento	Restrição	Forma	Tipo	Meio Ocorrência
Leis					
Mercado Consumidor					
Vizinhos					
Organizações					
Histórico Familiar					
Movimentos Sociais					
Exemplos de outras Agroindústrias					
Necessidade					
Conhecimento – Produção					
Conhecimento – Gerencial					
Localização Geográfica					

Fomento e Restrição: Colocar por ordem de importância: 1 mais importante e 0 para sem importância.

Forma: I – Informal; F Formal

Tipo: C – Coercitiva; M –Mimética; F –Financeira

29. Quais ações são e/ou projetos deveriam ser realizadas/incentivados para fomentar as AAF?

30. Quais os tipos de clientes para os produtos das Agroindústrias Familiares deveriam ser priorizados:

- (___) Direto ao consumidor - feiras; (___) Direto ao consumidor – porta a porta;
- (___) Entrega p/ cooperativa; (___) Restaurantes/Supermercados;
- (___) Pequenos estabelecimentos comerciais e lojas especializadas;
- (___) Compras institucionais; (___) Outros, quais: _____;

31. Qual a relação dos filhos (em casa) de Agricultores com a Agroindústria

32. Como esses filhos analisam a Agroindústria para a manutenção da unidade familiar?

33. Seus filhos serão/pretendem sucederem nas atividades da Agroindústria?

- (___) Sim; (___) Provavelmente Sim. (___) Provavelmente Não.

(___) Não. Justificativa _____;

34. Institucionalidades **para manutenção** das Atividades da Agroindústria

Entidade	Existência	Tipo	Forma	Importância
EMATER				
SINDICATO – STR				
Prefeituras/Secretarias				
Igreja				
Vizinhança/Amigos				
Fiscalização Sanit./Trib.				
Escola				
Consumidores				
Universidade				
Outros _____				

Existência de Institucionalidades para Agroindustrialização: 1-Sim; 2-Não; 3-Pouca; 4-Muita.

Tipo: 1-Pressão; 2-Consentização; 3-Coerção; 4-Mimetismo.

Forma: 1-Documental; 2-Multa/Advertência; 3-Verbal; 4-Psicologica.

Importância: 1-Significativa; 2-Pouco Significativa; 3-Nada Significativa.

35. Atualmente como você “define” o agricultor da AAF: (2 opções em ordem decrescente de importância)

(___) Agricultor familiar

(___) Produtor de alimentos

(___) Empreendedor/Empresário

(___) Comerciante.

Outros. Quais: _____

**Roteiro para entrevista com atores relacionados às AFRs
(agricultores, gestores, etc.)**

Data da entrevista: ____/____/____
Produtor Nº _____

36. Nome da Agroindústria: _____

37. Localização - Município: _____

(____) Cidade (____) Meio Rural

38. Estrutura Fundiária: _____ hac.

39. Nome Entrevistado(s) _____

40. Data de início atividades da Agroindústria: _____

41. Empreendimento:

(____) Família Individual; (____) Coletivo – Nº Famílias Envolvidas _____

41.1 Formalização:

(____) Não Formalizado; (____) Formalizado, tempo de Formalização _____

41.2 Pretensão de Formalização: (____) Sim

(____) Não, Justificativa _____

42. Forma de operação da AFR (tipo de empreendimento):

(____) Pessoa física Individual (____) Associação (____) Cooperativa

(____) Microempresa (____) EPP (____) MEI

(____) Outro: _____

43. Origem da agroindústria:

(____) Continuidade das Atividades da Família;

(____) Iniciativa do Marido; (____) Iniciativa da Mulher;

(____) Outros. Explicar _____;

44. Identificação dos membros da Agroindústria:

Nome	Relação Pessoas	Idade	Escolaridade	Ocupação Principal	Dedicação. Agroindústria	Função

Relação Pessoas: 1-Entrevistado; 2-Cônjuge; 3-Filhos; 4-Pais; 5-Netos; 6-Primos; 7-Sobrinho; 8-Vizinho; 9-Empregado. 10. Outra: _____

Escolaridade: 0-Não alfabetizado; 1-Alfabetização Adultos; 2-1º Grau Incompleto; 3-1º Grau Completo; 4-2º Grau Incompleto; 5 2º Grau Completo; 6. Superior.

Ocupação Principal: 1-Agroindústria; 2- Agricultor Outras ativ.; 3-Assalariado Agrícola Permanente; 4. Assalariado

Agrícola Temporário; 5-Estudante; 6-Aposentado; 7-Comercário; 8-Funcionário Público; 9. Outro: _____

Dedicação à Agroindústria: 1-Integral; 2-Parcial; 3-Eventual.

Função na Agroindústria: 1-Gestor; 2-Gestor/Produção e Comercialização; 3-Produção; 4-Comercialização;

45. Apoio Institucional **para Início** Atividades da Agroindústria
 Iniciativa Própria; EMATER;
 Associação ou Clube de Mães/Mulheres; STR;
 Escola; Vizinhaça;
 Secretaria - Prefeitura; Igreja;
 Outros: _____

46. Instituições **para início** das Atividades da Agroindústria: pressões

Entidade	Existência	Tipo	Forma	Importância
EMATER				
SINDICATO - STR				
Prefeituras/Secret.				
Igreja				
Vizinhaça/Amigos				
Fiscalização Sanit./Trib.				
Escola				
Consumidores				
Universidade				
Outros _____				

Existência de Institucionalidades para Agroindustrialização: 1-Sim; 2-Não; 3-Pouca; 4-Muita.

Tipo: 1-Pressão; 2-Consentização; 3-Coerção; 4-Mimetismo.

Forma: 1-Documental; 2-Multa/Advertência; 3-Verbal; 4-Psicologica.

Importância: 1-Significativa; 2-Pouco Significativa; 3-Nada Significativa.

47. Justificativa Social **para Início** das Atividades da Agroindústria:
 Crise Sistema tradicional de Agricultura; Pluriatividade;
 Manutenção Filhos Propriedade; Trabalho da Mulher;
 Outros. Explicar _____;
48. Justificativa Econômica **para Início** das Atividades da Agroindústria:
 Ampliação Renda da Família; Geração Renda para Mulher;
 Geração Renda Filhos; Melhorar Condições Casa;
 Outros. Explicar _____;
49. Forma de Venda dos Produtos da Agroindústria – possibilidade de várias opções.
 Porta em Porta; Feira; Institucional;
 Mercados; Bares/Restaurantes;
 Outros. Explicar _____;
50. Atualmente a Agroindústria atende os seus interesses? Por quê?
 Sim Não. Justificativa _____

51. Formações específicas para a atividade de agroindústria, tendo em vista a formalização (ou possibilidade de) / quem proporcionou:

	Organizador	Realizador	Avaliação	Efetividade
Higiene de alimentos				
Gestão de negócios				
Gestão ambiental				
Organização de grupos				
Métodos participativos				
Boas Práticas de Fabricação				
Mercado e comercialização				
Receitas/técnicas processamento				
Associativismo/Cooperativismo				

52. Quais as mudanças significativas (positivas e negativas) para a propriedade, sua família e para você, podem ser atribuídas à Agroindústria?

53. Existem instâncias de discussão (fóruns, conselhos, reuniões) sobre as Agroindústrias Familiares no município? Você e/ou sua instituição participam dessas instâncias? Os diálogos são constantes? Como eles têm contribuído para a formalização das Agroindústrias?

Local	Frequência	Participação Agroind.	Contribuição	Participação Outras Agroind

Frequência: 1-Mensal; 2-Trimestral; 3-Semestral; 4-Não Existe;

Participação da Agroindústria: 1-Bastante; 2-Razoável; 3-Pouca; 4-Não participa;

Contribuição: 1-Muito Significativa; 2-Pouca Significância; 3-Nenhuma Significância.

Participação Outras Agroindústrias: 1-Bastante; 2-Razoável; 3-Pouca; 4-Não participam;

54. Poderia citar e detalhar que elementos lhe foram (são) úteis em relação a agroindustrialização?

	Importância	Origem	Tipo
Recursos Financeiros			
Linhas Crédito (PRONAF, etc)			
Recursos Materiais			
Conhecimento Produção			
Localização Propriedade			
Condições Estrada			
Rede de Contato			
Participação Eventos, Cursos			
Movimentos Sociais			

Importância: 1-Muito Importante; 2-Importante; 3-Pouco Importante; 4-Nada Importante.

55. Houve alguma pessoa que poderia ser considerada como central (liderança) para a superação das dificuldades no processo de agroindustrialização? Quem foi? O que fez?

56. Participou de algum programa de fomento à Agroindustrialização? O que precisou fazer para participar? Qual sua percepção desse instrumento.

57. A Agroindústria hoje é economicamente:

Viável; Inviável; Não tem ideia;

58. A agroindústria possui:

Fluxo de Caixa; Controle de Estoque; Custo Produção;
 Controle de Vendas; Inviável; _____;

59. O retorno financeiro da agroindústria é maior que da agricultura?

Não; Igual; Maior, Quantos % _____;

60. O retorno financeiro da agroindústria formalizada em comparação a não formalizada é:

Menor; Igual; Maior, Quantos % _____;

61. Qual faturamento mensal da Agroindústria. R\$ _____

62. O que poderia elevar as vendas da Agroindústria?

63. Apoio Institucional **para manutenção** das Atividades da Agroindústria

Iniciativa Própria; EMATER;
 Associação ou Clube de Mães/Mulheres; STR;
 Escola; Vizinhança;
 Secretaria - Prefeitura; Igreja;
 Outros: _____

64. Qual o % de produtos produzidos na propriedade que são utilizados para a produção da Agroindústria _____

65. Qual a expectativa para o próximo ano:

(....) Aumentar produção.

Quanto: _____% Como: _____

(....) Diminuir produção.

Quanto: _____% Justificativa: _____

(....) Parar produção.

Justificativa: _____

(....) Outro.

Qual e Justificativa: _____

66. Qual a relação dos filhos em casa com a Agroindústria

67. Como esses filhos analisam a Agroindústria para a manutenção da unidade

familiar?

68. Processo de Sucessão da Agroindústria:

- () Filhos já trabalham e demonstram interesse em continuar;
 (.....) Expectativa forte dos filhos em seguir com a agroindústria;
 (.....) Baixa Expectativa dos filhos em seguir com a agroindústria;
 (.....) Filhos não desejam seguir com a agroindústria;
 (.....) Não possuem filhos em casa para seguir com a agroindústria;
 (.....) Outro: _____

69. Qual o impacto da Agroindústria na relação pessoal com:

	Bom	Ruim	Não Mudou	Aspectos
Filhos				
Cônjuge				
Familiares				
Vizinhos				
Amigos				
Próprio				

70. Institucionalidades **para manutenção** das Atividades da Agroindústria

Entidade	Existência	Tipo	Forma	Importância
EMATER				
SINDICATO – STR				
Prefeituras/Secretarias				
Igreja				
Vizinhança/Amigos				
Fiscalização Sanit./Trib.				
Escola				
Consumidores				
Universidade				
Outros				

Existência de Institucionalidades para Agroindustrialização: 1-Sim; 2-Não; 3-Pouca; 4-Muita.

Tipo: 1-Pressão; 2-Consentização; 3-Coerção; 4-Mimetismo.

Forma: 1-Documental; 2-Multa/Advertência; 3-Verbal; 4-Psicologica.

Importância: 1-Significativa; 2-Pouco Significativa; 3-Nada Significativa.

71. Atualmente você se “define” como:

- () Agricultor familiar; () Produtor de alimentos; () Comerciante;
 () Empreendedor/Empresário; () Outros. Quais: _____

72. Como pessoa e cidadão, qual foi a contribuição da Agroindústria:
